

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – UFPR
SETOR DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS – GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGE

VICTOR DO AMARAL
FABIANA COSTA DE SENNA ÁVILA FARIAS

**A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PARTO E DO ENSINO DE
PARTEIRAS: OS CURSOS DE ENFERMAGEM OBSTÉTRICA DA
FACULDADE DE MEDICINA DO PARANÁ / MATERNIDADE VICTOR
DO AMARAL (1922-1951)**



CURITIBA

2010

FABIANA COSTA DE SENNA ÁVILA FARIAS

**A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PARTO E DO ENSINO DE
PARTEIRAS: OS CURSOS DE ENFERMAGEM OBSTÉTRICA DA
FACULDADE DE MEDICINA DO PARANÁ / MATERNIDADE VICTOR
DO AMARAL (1922-1951)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós –
Graduação em Educação (PPGE), Linha História e
Historiografia da Educação, Setor de Educação,
Universidade Federal do Paraná, como requisito
parcial a obtenção de grau de Mestre em Educação.

Orientadora: Dr^a. Vera Regina Beltrão Marques.

**CURITIBA
2010**

Catálogo na publicação
Sirlei do Rocio Gdulla – CRB 9ª/985
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Farias, Fabiana Costa de Senna Ávila

A institucionalização do parto e do ensino de parteiras: os cursos de enfermagem obstétrica da Faculdade de Medicina do Paraná / Maternidade Victor do Amaral (1922-1951) / Fabiana Costa de Senna Ávila Farias. – Curitiba, 2010.
289 f.

Orientadora: Profª Drª. Vera Regina Beltrão Marques
Dissertação (Mestrado em Educação) - Setor de Educação,
Universidade Federal do Paraná.

1. Enfermagem obstétrica – história – Paraná – 1922-1951
2. Faculdade de Medicina do Paraná – enfermagem obstétrica – história. 3. Maternidade Victor Ferreira do Amaral. 4. Parteiras – estudo e ensino – Paraná – 1922-1951. I. Título.

CDD 610.73678



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



PARECER

Defesa de Dissertação de **FABIANA COSTA DE SENNA ÁVILA FARIAS** para obtenção do Título de MESTRE EM EDUCAÇÃO. As abaixo-assinadas, DR^a VERA REGINA BELTRÃO MARQUES, DR^a ANA PAULA VOSNE MARTINS e DR^a NÁDIA GAIOFATTO GONÇALVES, arguiram, nesta data, a candidata acima citada, a qual apresentou a seguinte Dissertação: **“OS CURSOS DE ENFERMAGEM OBSTÉTRICA DA FACULDADE DE MEDICINA DO PARANÁ/ MATERNIDADE VICTOR DO AMARAL: A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PARTO E DO ENSINO DE PARTEIRAS”**.

Procedida a arguição, segundo o Protocolo aprovado pelo Colegiado, a Banca é de Parecer que a candidata está apta ao Título de MESTRE EM EDUCAÇÃO, tendo merecido as apreciações abaixo:

BANCA	ASSINATURA	APRECIÇÃO
DR ^a VERA REGINA BELTRÃO MARQUES		APROVADA
DR ^a ANA PAULA VOSNE MARTINS		2 pontos
DR ^a NÁDIA GAIOFATTO GONÇALVES		2 pontos

Curitiba, 03 de setembro de 2010.

Prof. Dr. Ângelo Ricardo de Souza
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Educação

Dedicado

À minha alma gêmea

Édson Ávila Farias

À estrela da minha vida

Elaine Costa de Senna

À orientadora desde sempre

Vera Regina Beltrão Marques

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação tem uma história escrita e uma que nunca será registrada.

A escrita alimentou-se das convicções, de exaustivas buscas, dos questionamentos, das sugestões, dos *insights* e tomou forma; os descaminhos e as incertezas agora pincelam a memória que se esvaece.

A escrita agarrou-se às palavras, galopante em busca de seus objetivos.

As palavras, no entanto, mesmo que contassem com as entrelinhas e esmerada articulação, não contemplariam a amplitude da afetividade contida em uma entrega: o tempo de caras pessoas, momentos de suas vidas que voaram para nunca mais, a fim de compensarem a saúde que em mim faltava.

A história escrita que aqui apresento teria ficado incompleta se não fosse por aquela outra não contada... Preciosidade!

Aos descaminhos e às incertezas, devo um tributo pelo caminho novo.

À dedicação, confiança e aos esforços daqueles que estiveram ao meu lado serei eterna devedora, pois me imbuíram da “certeza de que era preciso continuar tentando”, do estímulo para “fazer da queda um passo de dança, do medo uma escada, do sonho uma ponte, da procura um encontro” (Fernando Sabino, *O encontro marcado*).

O meu reconhecimento e gratidão àqueles que foram imprescindíveis nesta trajetória:

Deus: pelo tudo.

Édson Ávila Farias, querido esposo: pelas leituras, discussões e revisões do trabalho.

Elaine Costa de Senna, mãe e melhor amiga: pelo cuidado constante e participação ativa no meu ir e vir aos diversos acervos.

Prof^a. Vera Regina Beltrão Marques, estimada orientadora desde sempre, da iniciação científica à dissertação: por não desistir de mim.

Prof^a. Liane Maria Bertucci e Prof. Marcus Levy Bencostta: pela atitude de confiança.

Prof^ª. Ana Paula Vosne Martins, Prof^ª. Maria Lúcia Mott e Prof^ª. Nádia Gaiofatto: pelos pareceres que oportunizaram imprescindíveis *insights* no exame de qualificação.

Prof^ª. Gizele de Souza: por sua erudição na disciplina Seminário de Pesquisa em História e Historiografia da Educação.

Médico entrevistado, professor do Curso de Enfermagem Obstétrica da Faculdade de Medicina do Paraná na década de 1940: pela recepção amabilíssima e a oferta generosa de quase duas horas de conversação animada e interessante.

Silvana Cristina H. Prestes da Silva, colega de Mestrado: pelo sorriso amigo, o acolhimento e a franquia do acesso ao acervo da Direção do Setor de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Paraná.

Francielly Giachini Barbosa, colega de Mestrado: pela indicação preciosa de um artigo no periódico *Diário da Tarde*, encontrado quando em busca de fontes para a sua dissertação.

Silvete A. C. de Araújo, Alexandra P. Bueno, Emanuelle G. R. Cordeiro e Keli Fernanda R. Turina, colegas de Mestrado: pela convivência e confraternizações.

Márcia L. Siqueira, da Divisão de Pesquisa e Documentação Científica da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná: pela permissão de acesso ao acervo.

Carlos Alfredo Gomes: pela paciente e gentil recepção durante todo o período de pesquisa nos Livros de Registro de Títulos Profissionais da Biblioteca da Escola de Saúde Pública do Paraná.

Roseli Pereira Lima, coordenadora do Setor de Acesso à Informação do Arquivo Público do Paraná e Horilde Limberger Galvan, estagiária do Setor de Pesquisa: pelo acolhimento e solicitude na busca pela legislação correlata à área da saúde.

Ernani Straube, Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná e Lívia Maria Nogas, bibliotecária da Instituição: pela varredura no acervo e indicação de fontes.

Lúcia Adélia Fernandes, do Círculo de Estudos Bandeirantes: pelo atendimento prestimoso.

Nazaré, da Fundação Santos Lima: pela disponibilização de um artigo especialíssimo.

Alana Castro de Azevedo, estagiária da Divisão de Periódicos da Biblioteca Pública do Paraná: pela gentileza em fotografar na minha ausência os documentos oficiais de que precisava.

Bibliotecários e estagiários da Divisão de Documentação Paranaense da Biblioteca Pública do Paraná: pelo atendimento atencioso durante os sete meses de pesquisa no acervo.

CAPES: pela bolsa.

A todos os que torceram e acreditaram em minha vitória,

MUITO OBRIGADA!

Vocês fizeram e sempre farão parte de minha história!

Oração para um Parto Feliz

Senhor

*Estou diante de Ti e peço em oração
que estejais comigo na hora do meu parto.*

*Tenho medo Senhor, esta é uma hora de alegria,
mas também de preocupação.*

*Que eu esteja calma,
que não haja imprevistos, que a minha satisfação da dar à luz
seja maior do que a dor que eu venha a sentir.*

Cubra-me com a Tua paz.

*Que meu bebê nasça perfeito,
que minha recuperação seja total e que eu não tenha seqüelas.*

*Que este momento seja sublime
que eu me realize ao receber o bebê em meus braços.*

*Sei que estarás comigo,
Sei que atenderás minha oração,*

Por isso te agradeço Senhor.

Amém.

Autor desconhecido

RESUMO

A institucionalização do ensino de parteiras em Curitiba com a criação dos Cursos de Enfermagem Obstétrica no período compreendido entre 1922 e 1951, objeto de estudo deste trabalho, apresenta-se sob os discursos médicos da modernidade que afloraram com a urbanização da cidade e envolve relações de gênero. O parto tinha no domicílio o seu local historicamente construído e as curitibanas confiavam principalmente às “curiosas” e parteiras práticas licenciadas a administração desse evento. Acreditando ter na higiene, educação e eugenia, os instrumentos que permitiriam ocupar o território paranaense com uma prole “melhorada na raça, robustez e saúde”, os médicos apregoavam o deslocamento da tríade parteira-parto-parturiente a um ambiente passível de supervisão médica: a Maternidade. Isto significa que não se tratou de excluir as parteiras, mas fazê-las auxiliares, num processo de perda de autonomia que, por sua vez, transferia a legitimidade do partejar aos médicos-parteiros. O ano de 1914 foi marcado pela inauguração da primeira Maternidade do Paraná, mantida pela Faculdade de Medicina e batizada em 1930 de Maternidade Victor do Amaral, local privilegiado para as aulas teóricas e práticas da Escola de parteiras práticas ou enfermeiras especializadas (1922-1931) e do Curso de Enfermagem Obstétrica (1931-1951). A fim de averiguarmos o perfil das formadas pelos dois cursos localizamos nos livros de títulos profissionais o registro de seus certificados nos órgãos de saúde. Outra fonte importante foi a entrevista obtida com um dos professores do Curso de Enfermagem Obstétrica, atuante na década de 1940. A fim de adentrarmos os discursos médicos nossa fonte privilegiada foi a *Revista Médica do Paraná* e para dar embasamento teórico à questão da legitimação desses discursos nos reportamos aos conceitos de “fichas simbólicas” e “sistema de peritos” do sociólogo Anthony Guiddens. As questões de gênero são analisadas à luz dos escritos da historiadora María Soledad Zárate. Verificamos neste estudo que o termo “enfermeira”, ao invés de “parteira”, é incorporado tanto ao nome do curso quanto à titulação. Analisamos que esse distanciamento do “médico-parteiro” para uma aproximação com a “enfermeira”, detentora de menor autonomia do que a parteira e compreendida como auxiliar do serviço realizado pelo médico dentro do hospital produziu uma categoria mista, a que denominamos de enfermeira-parteira.

Palavras-chave: Ensino de Parteiras. Discursos Médicos. Modernidade. Gênero. Eugenia.

ABSTRACT

The institutionalization of the midwives teaching in Curitiba with the establishment of the Obstetrical Nursing Courses within the period 1922 and 1951, which is the study object of this work, is presented under the doctors' discourses of modernity that emerged from the urbanization of the city and involves gender relations. Giving birth at home was a historically built site and the women from Curitiba primarily relied on "curious" and licensed midwives to carry on this event. Hygiene, teaching and eugenics were believed by the doctors to be the instruments that would allow an occupation in the *paranaense* territory with an improved offspring in terms of breed, robustness and health. For this reason, these doctors proclaimed the changing of the triad midwife- delivery- mother to an environment susceptible to medical supervision: the maternity hospital. It does not mean to dismiss the midwives, but make them assistants in a process of loss of autonomy that transferred to the doctors the legitimacy of the childbirth. The year 1914 saw the inauguration of the first Maternity Hospital of Paraná, maintained by the Medical School and named Maternity Hospital *Victor do Amaral* in 1930, a privileged place for theoretical and practical classes of the midwives or specialized nurses School (1922-1931) and the Obstetrical Nursing Course (1931-1951). In order to ascertain the profiles of both courses graduates, we found the register of their certificates on health agencies in books of professional qualifications. An interview with one of the professors of the Obstetrical and Nursing School, active in the 1940s, was also an important source. In order to access the doctors' discourses, our privileged source was the *Medical Journal of Paraná* and to provide theoretical foundation to these discourses legitimacy we referred to the concepts of "symbolic files" and "experts system" of the sociologist Anthony Guiddens. Gender issues are considered in light of the historian María Soledade Zárata's writings. We observed that the word "nurse", instead of "midwife", is incorporated both to the name of the course and the entitlement. We realized that this distance from "doctor" to an approach to the "nurse", who holds less autonomy than the midwife and is seen as a doctor's assistant inside the hospital, produced a mixed category, which we call nurse-midwife.

Keywords: Midwives teaching. Doctors' discourses. Modernity. Gender. Eugenics.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Vista panorâmica de Curitiba, ano de 1905.	26
Figura 2 – Refrigerador: um artefato da modernidade.	29
Figura 3 – Fachada de um Armazém de secos & molhados.....	30
Figura 4 – Bonde elétrico, inaugurado em 07 de janeiro de 1913.....	31
Figura 5 – Charge satirizando os perigos do automóvel.	32
Figura 6 – Charge sobre a Rua XV de Novembro, considerada a principal via urbana da cidade.....	33
Figura 7 – Vista de Curitiba, década de 1940.....	34
Figura 8 – Vista da Praça Tiradentes, Curitiba, ano de 1944. ...	35
Figura 9 – Rua Barão do Rio Branco, Curitiba, ano de 1947.....	36
Figura 10 – Charge “Na engommadeira”: alude à precária ou ausente instrução da mulher, a quem competiam as tarefas do lar ou as que fossem caracterizadas como uma extensão delas.....	41
Figura 11 – “O papel da mulher”: divulgação em Curitiba da conferência de Bertha Lutz realizada no Rio de Janeiro.	50
Figura 12 – Charge “precocidade moderna”: evidencia que os costumes e o comportamento feminino se alteraram, não consistindo mais o casamento na única opção da mulher para o seu futuro.	53
Figura 13 – Propaganda do Cine Avenida (1929) inaugurado no Palácio Avenida, Rua 15 de Novembro, no trecho da Avenida Luis Xavier – e Cine Vitória, antigo Imperial e depois Ritz (1948), ocupando a quadra da Rua 15 de Novembro, entre a Dr. Murici e a Marechal Floriano.	58
Figura 14 – Três senhorinhas com seus cabelos à <i>la garçonne</i> e suas saias <i>apenas</i> cobrindo os joelhos, caminham juntas pela Praça Osório, no centro de Curitiba; como pano de fundo, o bonde da Linha Siqueira Campos (antigo nome da Avenida Batel), ano de 1928.	59
Figura 15 – Thêmis Baptista, Rainha da Faculdade de Medicina do Paraná (1947-1948) coroada no “Baile das Três Pedras”, realizado na Sociedade Thalia.....	64
Figura 16 – Carnaval, ano de 1902, Rua 15 de Novembro, Curitiba.	66

Figura 17 – Linha Trajano Reis, Curitiba, 1932. Homens, mulheres e crianças aglomeram-se nos bondes.....	66
Figura 18 – Charge “O subterfugio do prompto”, sugestiva das alterações de comportamento da população: a proximidade entre os gêneros, favorecida pelo novo hábito do automóvel; o acesso a ambientes exclusivos para o lazer, no caso desta ilustração, ao Teatro Mignon (inaugurado em 1910 e localizado na Rua 15 de Novembro, n. 46); o status social conferido pelo automóvel, quando a moça sugere que o rapaz a leve até o bairro Portão.....	67
Figura 19 – Theatro Guayra, reinauguração do antigo São Theodoro (1884-1894), primeiro teatro oficial de Curitiba; localizava-se à Rua Nova (Dr. Muricy), onde atualmente se encontra a Biblioteca Pública do Paraná.....	68
Figura 20 – Cine Luz em 1950. Ao lado direito da entrada observam-se várias mulheres.....	69
Figura 21 – <i>Footing</i> na Rua 15 de Novembro, na primeira quadra, em 1944.	70
Figura 22 – As mocinhas da cidade “eram bonitas e vestiam pouca roupa quando iam ao piquenique na chácara de David Carneiro, em 1948”.....	71
Figura 23 – Anúncio do fármaco Into-Gynan, utilizando a gravura de um cisne, símbolo da fertilidade.....	76
Figura 24 – Um “monstro” filho da sífilis.....	83
Figura 25 – Médico Brasília Vicente de Castro, candidato à vereador de Curitiba pelo Partido Libertador.....	85
Figura 26 – Anúncio dos serviços de parteira diplomada de Maria Rosa Cordeiro.	91
Figura 27 – Anúncio dos serviços de parteira diplomada de <i>Mme. Ella</i>	93
Figura 28 – Divulgação dos cursos oferecidos pela Universidade do Paraná quando de sua fundação em 1912.	96
Figura 29 – Diploma de Parteiro.	97
Figura 30 – Maternidade do Paraná, à Rua Comendador Araújo, n. 42, instalada em antigo edifício da Universidade do Paraná (1912).	101
Figura 31 – Anúncio da Maternidade do Paraná.	104
Figura 32 – No Hospital Victor do Amaral posam os médicos e irmãos Milton do Amaral e Victor do Amaral Filho.....	107
Figura 33 – Na Maternidade do Paraná, o Dr. Victor do Amaral examina uma gestante; ao seu lado a parteira diplomada e governante da Instituição, Mathilde Ceschin.	108
Figura 34 – Hospital Victor do Amaral.....	109

Figura 35 – Maternidade do Paraná – Sala de partos..	111
Figura 36 – Maternidade do Paraná – Gabinete da Governante.....	111
Figura 37 – Maternidade do Paraná – Consultório.....	112
Figura 38 – Maternidade do Paraná– “Instalação de esterilização”.....	112
Figura 39 – Maternidade do Paraná – Enfermaria Geral.....	113
Figura 40 – Maternidade Victor do Amaral – Enfermaria n. 1.	113
Figura 41 – Maternidade Victor do Amaral – Sala de Operações.....	114
Figura 42 – Obstetra Victor Ferreira do Amaral e Silva, um dos fundadores da Universidade e da Maternidade do Paraná.	114
Figura 43 – Anúncio do Instituto de Medicina e Cirurgia do Paraná.....	115
Figura 44 – Instituto de Medicina e Cirurgia do Paraná, à Rua Ubaldino Amaral, 1189, Curitiba.	115
Figura 45 – Anúncio da Casa de Saúde São Francisco.	116
Figura 46 – Fachada da Casa de Saúde São Francisco.....	116
Figura 47 – Anúncio do Hospital São Lucas, dispendo de uma Maternidade.	117
Figura 48 – Clínica e Maternidade Romanó.....	117
Figura 49 – Anúncio da Dra. Janina Nowicki.	119
Figura 50 – Philagyna.....	146
Figura 51 – Anúncio dos serviços de “parteira diplomada” de Etelvina Espíndola Reis.....	157
Figura 52 – Anúncio de curso de Cortes e confecções, com direito à diploma.....	157
Figura 53 – Hospital Victor do Amaral. Posando em frente à Instituição encontramos o Dr. Victor do Amaral Filho, além de enfermeiras obstétricas, médicos internos, acadêmicos de medicina do sexto ano matriculados na disciplina de Clínica Obstétrica, professores e outros funcionários.	159
Figura 54 – Hospital Victor do Amaral. Ao centro da primeira fileira, posa o seu próprio fundador, quase nonagenário: Dr. Victor Ferreira do Amaral e Silva (1862-1953). Reunidos também estão médicos internos, professores da Faculdade de Medicina do Paraná, acadêmicos de Medicina do sexto ano matriculados na disciplina de Clínica Obstétrica e enfermeiras obstétricas.....	160

Figura 55 – 2ª Tenente Sylvia Pereira Marques.	167
Figura 56 – Turma de Enfermagem Obstétrica formada em 1949. Em frente ao Hospital Victor do Amaral reúnem-se também os obstetras Victor do Amaral Filho e seu irmão Milton do Amaral.	172

LISTA DE QUADROS

- Quadro 1 – Parteiras que registraram seus diplomas na Diretoria do Serviço Sanitário do Paraná, segundo a naturalidade, paternidade, Universidade de formação, data da expedição do diploma, data do registro do título no Paraná e legislação que o regulamenta (Livro Registros Médico-Cirúrgicos). 92
- Quadro 2 – Parteiras que registraram seus diplomas na Diretoria do Serviço Sanitário do Paraná, segundo data de nascimento, naturalidade, paternidade, Universidade de formação, datas da expedição do diploma, colação de grau, registro do título no Paraná e legislação que o regulamenta (Livro 2 – Registro de Títulos)..... 92
- Quadro 3 – Das 156 parteiras práticas apuradas nos registros, quanto à nacionalidade.. 94
- Quadro 4 – Das 104 parteiras práticas brasileiras apuradas nos registros, quanto à naturalidade. 94
- Quadro 5 – Das 16 parteiras práticas paranaenses apuradas nos registros, quanto à cidade de nascimento..... 94
- Quadro 6 – Das 156 parteiras práticas apuradas nos registros, quanto ao estado civil. 94
- Quadro 7 – Das 156 parteiras práticas apuradas nos registros, quanto à idade na data da formatura..... 95
- Quadro 8 – Das 156 parteiras práticas apuradas nos registros, quanto à idade quando do registro do certificado no estado do Paraná. 95
- Quadro 9 – Das 156 parteiras práticas apuradas nos registros, quanto ao intervalo de tempo entre a formatura e o registro do certificado no estado do Paraná. 95
- Quadro 10 – Maternidades e hospitais que ofereciam serviços obstétricos e anunciavam na Revista Médica do Paraná, instalados em Curitiba entre 1914 e 1918..... 106
- Quadro 11 – Das 105 parteiras práticas apuradas nos Livros de registros de títulos profissionais, cujas inscrições realizadas no Paraná foram regidas pelo Decreto Estadual n. 1179 de 26 de dezembro de 1922, quanto à nacionalidade 149
- Quadro 12 – Das 105 parteiras práticas apuradas nos Livros de registros de títulos profissionais, cujas inscrições realizadas foram regidas pelo Decreto Estadual n. 1179 de 26 de dezembro de 1922, quanto à idade quando do registro no estado do Paraná..... 150
- Quadro 13 – Do total de 75 enfermeiras obstétricas apuradas nos Livros de Registros de Títulos Profissionais, quanto ao país de nascimento. 164

Quadro 14 – Das 62 enfermeiras obstétricas brasileiras apuradas nos Livros de Registros de Títulos Profissionais, quanto à naturalidade.	164
Quadro 15 – Das 42 enfermeiras obstétricas paranaenses apuradas nos Livros de Registros de Títulos Profissionais, quanto à cidade de nascimento.	165
Quadro 16 – Das 75 enfermeiras obstétricas apuradas nos Livros de Registros de Títulos Profissionais, quanto ao estado civil.	165
Quadro 17 – Das 75 enfermeiras obstétricas apuradas nos Livros de Registros de Títulos Profissionais, quanto a idade na data da formatura.	165
Quadro 18 – Das 75 enfermeiras obstétricas apuradas nos Livros de Registros de Títulos Profissionais, quanto à idade quando do registro do certificado no estado do Paraná.	166
Quadro 19 – Das 75 enfermeiras obstétricas apuradas nos registros, quanto ao intervalo de tempo entre a formatura e o registro do certificado no estado do Paraná.	166
Quadro 20 – Comparativo das mudanças relacionadas ao ensino de parteiras.	171

LISTA DE SIGLAS

CEERE – Curso de Emergência de Enfermeiras da Reserva do Exército

DANC – Diretório Acadêmico Nilo Cairo

DNSP – Departamento Nacional de Saúde Pública

EFOOSP – Escola de Farmácia, Odontologia e Obstetrícia de São Paulo

ESEP – Escola Superior de Educação Physica do Estado de São Paulo

FBPF – Federação Brasileira para o Progresso feminino

FMB – Federação de Mulheres do Brasil

FMPR – Faculdade de Medicina do Paraná

LBHM – Liga Brasileira de Hygiene Mental

PRB – Paraná Rádio Clube

UP – Universidade do Paraná

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
1. DISCURSOS DA MODERNIDADE E RELAÇÕES DE GÊNERO NA “GALANTE METRÓPOLE, POR DEMAIS PROVINCIANA”	25
1.1 DE <i>MATUTINHA À CORTESÃ</i>	25
1.2 AS <i>MOCINHAS DA CIDADE</i>	39
1.2.1 Trabalhar e não vegetar como <i>planta de estufa</i>	39
1.2.2 Errol Flynn e Olivia de Havilland... da matinê ao <i>footing</i> , do teatro ao chá dançante, da Universidade ao trabalho	58
2. COMO NASCER NA CURITIBA MODERNA: EM CASA OU NA MATERNIDADE?	73
2.1 AS FILHAS DE EVA E OS FILHOS DE <i>ASCLÉPIOS</i> E <i>HIGIEIA</i>	73
2.2 MAS... O QUE É UMA MATERNIDADE?	89
3. A PARTEIRA MODERNA	118
3.1 A EDUCAÇÃO FORMAL DE MULHERES NA ÁREA DA SAÚDE	118
3.2 COMO “ENFERMEIRAS INSTRUÍDAS”: O SABER INSTITUCIONALIZADO DAS PARTEIRAS	138
3.2.1 A Escola de Parteiras práticas ou enfermeiras especializadas da Faculdade de Medicina do Paraná (1922-1931)	138
3.2.2 O curso de Enfermagem Obstétrica da Faculdade de Medicina do Paraná (1931-1951)	151
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	173
FONTES	176
REFERÊNCIAS	185
APÊNDICES	197
ANEXOS	258

INTRODUÇÃO

No desempenho do ofício de historiador é necessário que fuçamos da “tendência de projetar sobre o pano de fundo do passado os nossos próprios sentimentos, idéias e preconceitos”¹. Não nos esquivemos, porém, das inquietações do presente, as quais motivam a essas idas e vindas ao mundo dos vivos e dos mortos, como dizia Bloch.² Nesse trânsito do ir e vir nos tornamos mais críticos do contexto em que nos movemos: questionamos o que há no passado que já aponta para o presente, o que permanece do passado no presente e as rupturas entre ambos.

Quanto ao ensino de parteiras, a reabertura em 2005 do curso de graduação em Obstetrícia pela Universidade de São Paulo (USP), campus Leste, após 33 anos de extinção – o único no país – é algo que nos faz pensar. Quanto ao partejar, os discursos em torno das Casas de Parto, regulamentadas pelo Ministério da Saúde desde 1999; as equipes de enfermeiras obstétricas que realizam o parto domiciliar planejado e a notícia da instalação de uma banheira na Maternidade Victor do Amaral para relaxamento e parto dentro da água, renderam-nos várias inquietações instigantes e persuadiram-nos a percorrer algumas dessas jornadas recomendadas por Bloch.

Esses eventos remetem-nos às questões que desejamos discutir neste trabalho: como se deu a institucionalização do ensino de parteiras em Curitiba? Que vínculos podem ser apontados entre as iniciativas referentes ao ensino científico de parteiras e a medicalização e institucionalização do parto?

Para este estudo, dispomos de alguns atores – representantes de sua época – merecedores de inquirição: as parteiras (enfermeiras obstétricas), além da instituição formadora, a Faculdade de Medicina do Paraná/Maternidade Victor do Amaral.

O parto, um evento social, tinha no domicílio o seu local historicamente construído. As curitibanas, na dependência da inserção sócio-econômica da família, confiavam principalmente às “curiosas” e parteiras práticas licenciadas ou diplomadas o gerenciamento desse acontecimento. Entretanto, os discursos médicos da modernidade que emergiram com a urbanização da cidade e que julgavam ter na formação da consciência sanitária e eugênica os instrumentos para o aperfeiçoamento da sociedade curitibana, ocuparam-se do propósito de

¹ GURIEVITCH, Aaron. **A síntese histórica e a Escola dos Anais**. São Paulo: Perspectiva, 2003, p. 10.

² BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício do historiador**. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001, p. 67.

evitar o nascimento de crianças “débeis”, “taradas” e “doentes”. Com esse intento apregoavam a utilização dos conhecimentos científicos relacionados à puericultura intra-uterina.

“Cercar” a mãe antes, durante e após o parto passou a ser a cruzada de proteção médico-social empreendida com a finalidade de ocupar o solo paranaense com uma “raça forte”. Entretanto, a parteira não examinada representava um empecilho às consecuições médicas. O perfil construído a seu respeito era totalmente disgênico: enquanto os médicos e autoridades públicas desejavam que o índice de natalidade crescesse na cidade, elas realizavam abortos; ignorantes, não conseguiam incorporar à sua prática nem o ato de lavar as mãos para lidarem com as parturientes.

Esse discurso remete ao deslocamento da tríade parteira-parto-parturiente a um ambiente passível de supervisão médica: a Maternidade. Era necessário aproximar a mãe do médico e formar cientificamente a parteira, de modo a que esta incorporasse o discurso eugênico e colaborasse atraindo as mulheres para dentro da instituição. As grávidas quando adentrassem a Maternidade não se deparariam apenas com os médicos; aquelas com quem compartilhavam o gênero também ali estariam presentes, pois a instituição era o local privilegiado para as aulas teóricas e práticas.

A Maternidade não estaria voltada somente ao acolhimento das mães pobres com o fim de extinguir a clientela das “curiosas”. Mesmo às mulheres mais abastadas que tinham condições financeiras de realizar o seu pré-natal em consultório particular de médico e arcar com os custos do parto doméstico assistido por esse profissional, era divulgado um motivo para que buscassem a instituição: nesse ambiente asséptico e provido de diversos recursos técnicos o seu parto seria o mais isento possível de riscos.

A concepção do parto complexo, imprevisível e que pode demandar toda a espécie possível de intervenções, fez com que os obstetras tivessem por parto seguro aquele realizado na Maternidade sob a sua administração.

Em 1912, com a fundação da Universidade do Paraná é organizado o Curso de Obstetrícia e logo a seguir o de Medicina e Cirurgia, o que demandava um campo de estágio para os alunos da cadeira de Clínica Obstétrica. O ano de 1914, assim, foi marcado pela inauguração da primeira Maternidade do Paraná, batizada em 1930 de Maternidade Victor do Amaral. Incipiente o seu movimento a princípio, à medida que as barreiras culturais foram caindo diante da divulgação pela imprensa e rádio das vantagens que as mães obteriam com a assistência obstétrica medicalizada e institucionalizada e da publicação de vários casos de

mortes por abortos criminosos em que as parteiras eram acusadas, foi-se avolumando a clientela.

Com a finalidade de formar auxiliares de obstetrícia para os médicos-parteiros nos moldes que estes preconizavam foi criada a Escola de parteiras práticas ou enfermeiras especializadas (1922-1931) e o Curso de Enfermagem Obstétrica (1931-1951) na Faculdade de Medicina do Paraná/Maternidade Victor do Amaral. A mudança no nome do curso e na titulação, retirando o termo “parteira” e inovando na área obstétrica com o uso do termo “enfermeira” também merecerá análise neste trabalho, pois as transformações no ensino remetem a significativas alterações no exercício profissional. O distanciamento do “médico-parteiro” para uma aproximação com a “enfermeira”, detentora de menor autonomia do que a parteira e compreendida como auxiliar do serviço realizado pelo médico dentro do hospital produziu uma categoria mista, a que denominamos de enfermeira-parteira.

Alguns autores nos trouxeram subsídios teóricos a fim de compreendermos e discutirmos com propriedade as questões aqui propostas.

A historiadora María Soledad Zárata em sua obra “Dar a luz en Chile, siglo XIX: De la "ciencia de hembra" a la ciencia obstétrica” aponta para a importância de considerarmos as relações de gênero em estudos como este, pois a sobreposição do conhecimento científico sobre o popular e a substituição gradual, mas efetiva da parteira pelo médico na assistência obstétrica, está imersa nas imagens sexuais historicamente construídas sobre os papéis sociais por eles exercidos.

A fim de dar embasamento teórico à questão da legitimação do discurso médico referente à medicalização e institucionalização do parto e do ensino de parteiras em Curitiba, nos reportamos aos conceitos de “fichas simbólicas” e “sistemas peritos” do sociólogo Anthony Guiddens.

A *Revista Médica do Paraná* foi a fonte privilegiada, por permitir-nos reconstruir o contexto e o pensamento médico da época. Uma varredura foi realizada na Biblioteca Pública do Paraná, sendo revisados todos os volumes correspondentes ao período de 1931 a 1953. Os trabalhos selecionados foram fotografados, organizados em pastas no computador e posteriormente fichados a fim de facilitar a consulta por assunto. O critério utilizado para a escolha dos artigos foi o de alusão a algum dos seguintes temas: papel do médico e atividades desempenhadas por esse profissional na sociedade, especialmente na área de obstetrícia; conceitos relacionados à saúde da mulher e da criança; corpo feminino (doenças e suas abordagens farmacológicas); pensamentos higiênicos e eugênicos referentes à puericultura e à

formação de consciência sanitária na população; funções atribuídas à parteira dentro da organização social; instituições de saúde instaladas; Maternidade Victor do Amaral.

A fim de averiguarmos o perfil das enfermeiras obstétricas formadas pelos dois cursos localizamos nos livros de títulos profissionais, encontrados na Biblioteca de Saúde Pública da Secretaria de Estado e da Saúde do Paraná, abrangendo o período 1886-1960, o registro de seus certificados nos órgãos de saúde, os quais foram fotografados e as informações organizadas em quadros que facilitassem a análise posterior.

A entrevista com um dos professores de Anatomia e Fisiologia do Curso de Enfermagem Obstétrica, atuante na década de 1940, foi a fonte oral obtida. Um questionário que servisse como ponto de referência para o diálogo foi construído, entretanto não nos prendemos a ele, em virtude do depoente contribuir com informações que acabaram por suscitar o levantamento de questões não contempladas nas perguntas elaboradas pela autora. A entrevista foi gravada e transcrita, sendo assinado pelo médico um termo de consentimento para a utilização do depoimento no trabalho, de acordo com os princípios éticos que regem as pesquisas com seres humanos e garantem o sigilo pessoal. A fala do médico foi analisada tendo-se em vista o conceito de memória “como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes”.³ O discurso do depoente corrobora os achados localizados na Revista Médica do Paraná e em outras fontes sobre o ideário médico da época com respeito ao ensino de parteiras e a institucionalização do parto.

Investigamos sobre a possibilidade de outras fontes orais, especialmente de parteiras formadas pelos cursos contemplados neste trabalho. Priorizamos o exame das certificadas no curso de Enfermagem Obstétrica (1931-1951), devido ao fato da Escola de parteiras práticas e enfermeiras especializadas (1922-1931) encontrar-se muito recuada no tempo. Buscas com o nome completo das alunas (dispostos entre aspas) foram realizadas em ferramentas de pesquisa na internet, na maioria dos casos não tendo sido obtidos resultados, localizando-se apenas uma ou outra nota de falecimento. Retomamos a busca, desta vez apenas com os sobrenomes, o que possibilitou o mapeamento de indivíduos que se reconheciam parentes (alguns distantes), os quais nos inteiravam do óbito da parteira, mas desconheciam informações e contatos mais relevantes para os objetivos deste estudo. Também foram contatados alguns que, apesar de partilharem o mesmo nome referente à ascendência, desconheciam a parteira investigada e, portanto, detinham dúvidas quanto ao pertencimento à

³ POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 2, 1992.

mesma família. Nestas circunstâncias, infelizmente, não localizamos nenhuma enfermeira obstétrica para a realização da entrevista.

Não foram encontrados trabalhos historiográficos que contemplassem a Escola de Partejas (1922 -1931) e mesmo os que citam o Curso de Enfermagem Obstétrica (1931-1951) são poucos. O documentário de Alice Michaud, “Histórico da Enfermagem no Paraná”, dedica três parágrafos para a descrição do último curso, mas não referencia as fontes utilizadas. Dois outros trabalhos – a Dissertação de Mestrado em Educação da enfermeira Maria Angélica Pinto Nunes Pizani, intitulada “Os caminhos do ensino de graduação em enfermagem na cidade de Curitiba, de 1953 a 1994” (1999) e a apostila (1979) da também enfermeira Maria Turkiewicz sobre a enfermagem no Estado, escrita com fins didáticos para uso das alunas da ETECLA (Escola Técnica de Enfermagem Catarina Laborè) – citam Michaud. O artigo da enfermeira e advogada Teresinha Beatriz Gomes de Azeredo, denominado “a Enfermagem no Estado do Paraná” (1965), bem como o da enfermeira Gláucia Borges Seraphim, “Revisitando a Enfermagem na Universidade Federal do Paraná e a Revista Cogitare-Enfermagem” (1996), não acrescentam nenhuma informação (sobre o curso de Enfermagem Obstétrica) ao que já se encontrava descrito no documentário de Michaud.

A tese de Dilce Rizzo Jorge para livre docência na Escola de Enfermagem Anna Nery (1974), faz um tratamento mais completo do tema. A autora, além de expor, como já de antemão nos indica o título, sobre a “Evolução da Legislação Federal do Ensino e do exercício Profissional da Obstetrix (parteira) no Brasil”, faz uma descrição, considerada por ela como “sumária”, dos Cursos de Enfermagem Obstétrica anexos às Clínicas Obstétricas das Faculdades de Medicina no Brasil, inclusive o do Paraná. O conteúdo relativo ao curso em questão ocupa três páginas da Tese, sendo indicadas as datas de início e término, o número de diplomadas, o título conferido, os programas de 1º e 2º anos e o motivo do encerramento em 1951. Utiliza-se do Relatório de 1932, apresentado por Victor do Amaral à Congregação, dos Programas do Curso de Enfermagem Obstétrica e Livro de Atas do Conselho Técnico-Administrativo da Faculdade de Medicina do Paraná. Pelo caráter dos dados trazidos por Michaud em seu documentário, é provável que ela também tenha se servido dessas mesmas fontes utilizadas por Dilce Rizzo Jorge.

Daí a importância de um trabalho que focalize e aprofunde a discussão a respeito da formação de enfermeiras obstétricas pela Faculdade de Medicina do Paraná/Maternidade Victor do Amaral, buscando mais detalhamentos e esclarecimentos para as questões inicialmente levantadas.

Recorremos aos periódicos *Gazeta do Povo*, *Diário da Tarde* e *Commercio do Paraná*; regulamentos do Serviço Sanitário encontrados no Arquivo Público do Estado; relatórios, estatutos e regimentos da Faculdade de Medicina do Paraná, além dos regulamentos da Maternidade Victor do Amaral.

Não desprezamos o que também se desenrolava em outras regiões. Para esse fim panorâmico utilizamos os trabalhos historiográficos que tratam dos cursos de partos desenvolvidos em outros estados brasileiros no século XX, como a Dissertação de Mestrado de Nadja dos Santos Brandão, sobre o Curso de Enfermagem Obstétrica em Porto Alegre/RS (1998) e a Tese de Doutorado de Jane Márcia Progianti, trazendo depoimentos de enfermeiras obstétricas do Rio de Janeiro (2001).

O presente estudo insere-se na História da Educação para o trabalho de mulheres, sob uma perspectiva cultural. Não constitui nosso objetivo contar “a saga de heroínas ou de mártires”, antes “enfocar as mulheres através das tensões e das contradições” estabelecidas “entre elas e seu tempo”, entre elas e a sociedade na qual estavam inseridas.⁴

O período principal contemplado inicia em 1922 com a criação da Escola de parteiras práticas ou enfermeiras especializadas e termina em 1951 com o encerramento do Curso de Enfermagem Obstétrica, quando este é suspenso com a federalização da Universidade.

No primeiro capítulo optou-se por trabalhar o contexto em que os cursos se desenrolaram: a urbanização da cidade, os discursos médicos higiênicos e eugênicos que daí afloraram e as mudanças e permanências nas relações de gênero advindas desse cenário. O tema da formação e inserção profissional feminina na lógica dos movimentos de mulheres da primeira metade do século XX também foi abordado por ser percebido como veiculador de variadas – e muitas vezes divergentes – concepções a respeito do assunto. Procurou-se captar não apenas os discursos masculinos, mas especialmente os pensamentos das próprias mulheres a respeito do significado do envolver-se profissionalmente. Partindo do óbvio de que a enfermeira obstétrica ou parteira é uma mulher que trabalha, a compreensão dos prováveis discursos com que esta se defrontaria, colaboraria com o desvelamento das possíveis imagens construídas por ela a respeito de seu próprio ofício.

O segundo capítulo adentra as questões referentes ao processo de medicalização e institucionalização do parto em Curitiba, culminando com o erguimento da primeira

⁴ PRIORE, Mary Del. (Org.); BASSANEZI, Carla (Coord. de textos). **História das mulheres no Brasil**, 2ª ed. São Paulo: Contexto, 1997, p. 9.

Maternidade do Paraná, local privilegiado para a aprendizagem teórica e prática das enfermeiras obstétricas.

Aspectos especialmente ligados à educação formal de mulheres para os serviços de saúde, como a educação de farmacêuticas, odontólogas, médicas, professoras de educação física, enfermeiras e parteiras são discutidos no terceiro capítulo. Adentraremos também mais especificamente no tema central a que esse trabalho se propõe: a formação científica de parteiras práticas – também chamadas por Victor do Amaral de enfermeiras especializadas – no período de 1922 a 1931 e de enfermeiras obstétricas nos anos de 1931 a 1951 pela Faculdade de Medicina do Paraná/Maternidade Victor do Amaral.

1. DISCURSOS DA MODERNIDADE E RELAÇÕES DE GÊNERO NA “GALANTE METRÓPOLE, POR DEMAIS PROVINCIANA”⁵

1.1 DE MATUTINHA À CORTESÃ

CORITIBA

A grande reforma porque está passando Coritiba, a formosa terra do Sul, o berço dos meus dias, onde pela primeira vez eu contemplei o riso jaspeo da aurora a despontar n’um céu fresco e azulineo, onde pela primeira vez eu vi surgir a lua com seus fluidos magneticos de tristeza de tál forma impressionou-me, que resolvi poetisal-a assim:

Ella era uma caboclinha rustica, de tez morena e olhos azues. Andava a errar pelas selvas sem fim, pelas mattas seculares, o corpo apenas abrigado em pelles brutas de animaes ferozes, os pés descalços, acostumados a pisar espinhos.

Um dia encontraram-na assim homens da civilização, agarraram-na, cingiram-lhe o corpo d’uma belleza selvagem, e a arisca menina sentio a primeira revolta do seu pudor offendido, que em ondas rubras lhe tingiram o rosto.

Então esses homens deram-lhe grosseiras vestes, pentearam os seus formosos cabellos que eram negros como a noite, e ensinaram-lhe as primeiras letras.

Depois vieram os homens públicos; viram-na, acharam-na bella e um profundo amor pela menina lhes queimou as entranhas. Até que em uma noite em que a lua se occultára, o mais ousado d’elles, n’um impeto feroz de voluptuosidade, tirou-lhe a virgindade!

Desde esse dia Coritiba tornou-se outra: já não era a mesma matutinha submissa; seu rosto agora fino e aformoseado pelo uso constante de pomadas odorantes, tinha uns ares altivos e propios das damas da sociedade; seu corpo, agora delgado, vestia finissimos trajés de seda pura, e seus delicados pésinhos calçavam reluzentes botinhas de verniz.

Agora ella é a altiva cortezã, a seductora princeza do Sul, a mulher que fascina, que tem encantos mil, que tem mil adoradores.

Entretanto ella era a caboclinha rustica de tez morena e olhos azues...⁶

⁵ CURITYBA, Osíris Duarte de. Nossa querida Curityba [poesia dedicatória]. In: LEAHY, Anthony (Org.). **Curitiba 316 anos de história, tradição e identidade**. Curitiba: Instituto Memória, 2009, p. 117.

⁶ HIGINO. Coritiba. O Paraná, 15 jun. 1910 apud BERBERI, Elizabete. **Impressões: a modernidade através das crônicas no início do século em Curitiba**. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, 1996, p. 6-7.

Higino faz uso da crônica para expressar-se, “um gênero moderno, que fala do cotidiano, das novidades, dos choques”⁷ e que permite a captação do modo em que “um determinado presente é entendido e vivido”.⁸

O cronista impressiona-se diante da paisagem diferenciada conferida pela urbanização a Curitiba.



Figura 1 – Vista panorâmica de Curitiba, ano de 1905. Fonte: CURITIBA. Fundação Cultural. **Coleção Júlia Wanderley** [Galeria 1]. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/projetos/redememoria/galerias/Juliaw_1/pages/SN1771.htm>. Acesso em: 07 jun. 2010.

O seu imaginário, entretanto, trabalha em linhas (evolutivas) de progresso material, civilidade e urbanidade, não dando lugar às permanências de uma vida *provinciana* e nem às descontinuidades próprias aos esforços modernizadores.

Os arquétipos “cabocla” e “cortezã” produzidos por ele levam a cabo uma comparação: a “arisca menina” que andava errante por entre as matas, coberta com peles de

⁷ BERBERI, Elizabete. Op. cit., p. 58.

⁸ Ibid., p. 52.

animais ferozes, pés descalços a pisarem em espinhos e de temperamento submisso, transforma-se diante dos olhos do cronista em uma altiva “cortesã”, vestida com “trajes de seda pura” e calçada com “reluzentes botinhas de verniz”.

O fato de terminar sua crônica com a mesma frase utilizada para começá-la – “ella era a caboclinha rustica de tez morena e olhos azues” – reforça esses contrastes entre os arquétipos.

Sem ambigüidades, ironias, paradoxos ou contradições próprios da experiência da modernidade,⁹ Higino descreve uma “Coritiba que tornou-se outra”, pois “já não era a mesma”. Os “delicados pésinhos” calçados nas “reluzentes botinhas de verniz” não convivem em seu imaginário com a lama e o lixo nas ruas da cidade. Ele ufana-se da “seductora princesa do Sul, a mulher que fascina, que tem encantos mil, que tem mil adoradores”.

Nesse processo de *Coritiba-cabocla* à *Coritiba-cortesã*, Higino vem descrevendo as ações *civilizadoras* dos homens e emprega os verbos “agarraram-na” e “cingiram-lhe o corpo”, revelando uma atitude modernizadora efetuada de cima para baixo, não reprovada pelo cronista, antes talvez julgada necessária, tendo em vista as características que ele próprio confere à moça: “rústica”, “selvagem” e “arisca”. Submetida e submissa, a “matutinha” é vestida, seus cabelos são penteados e após essas primeiras ações civilizatórias passa a ser alfabetizada, até que o mais ousado dos “homens públicos” tira-lhe a virgindade. O pudor antes ofendido e a castidade tomada em um “impeto feroz de voluptuosidade” traduzem atitudes nas quais “tudo o que é sagrado é profanado”¹⁰, comuns ao ambiente em modernização. Domesticar, civilizar e modernizar: eis os objetivos em relação à cabocla, os quais justificariam o processo empregado para tal.

Em sua crônica, Higino expressa através de figuras como “rosto agora fino e aformoseado pelo uso constante de pomadas odorantes”, “ares altivos e propios das damas da sociedade”, “corpo, agora delgado” vestido com “finissimos trajes de seda pura”, “delicados pésinhos” calçados em “reluzentes botinhas de verniz”, as vantagens que para ele a *Coritiba-cabocla* obteve à custa de sua virgindade: o crescimento e a modernização de sua urbe. A cortesã acaba por visualizar as conveniências de ser outra, de alcançar novas alturas e é apresentada como sendo o oposto da “matutinha” de outrora, a menina ingênua, que não usava artifícios e era arredia às mudanças.

⁹ BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1986, p. 13.

¹⁰ THE MARX-ENGELS READER, 2^a ed. Norton, 1978, p. 475-6 apud BERMAN, Marshall. *Ibid.*, p. 20.

Gretchen, a primeira amante do personagem Fausto, de Goethe¹¹, uma jovem pobre, também divisa essa possibilidade de *tornar-se outra* ao adornar-se com as jóias valiosas presenteadas por seu amado:

Agora, enquanto se olha no espelho – talvez pela primeira vez na vida – uma revolução acontece em seu íntimo. De súbito ela se torna reflexiva; capta a possibilidade de se tornar diferente, de mudar – a possibilidade de *se desenvolver*. Se alguma vez ela se sentiu à vontade nesse mundo [o seu mundo provinciano], nunca mais voltará a adaptar-se a ele [...]. À medida que o caso evolui [com Fausto] [...] é forçada a desenvolver muito rápido um novo sentido de si mesma [...]. Goethe mostra que ela se torna cada vez mais esperta, pois só através da inteligência é possível enfrentar os abalos emocionais que está vivendo. Sua inocência precisa desaparecer – não apenas sua virgindade mas acima de tudo sua ingenuidade [...]. À medida que seus novos sentimentos se chocam com seu antigo papel social, ela chega a acreditar que suas necessidades próprias são legítimas e importantes, e a sentir uma nova espécie de auto-respeito. A criança angelical amada por Fausto desaparece diante de seus olhos; o amor faz com que ela cresça.¹²

Curitiba durante o transcorrer da primeira metade do século XX foi marcada por um considerável aumento populacional: em 1910 contava com 60.800 habitantes, em 1920 com 78.986,¹³ número que em 1932 passou a ser de 108.000¹⁴ e em 1944 de 155.711.¹⁵

As casas comerciais multiplicaram-se e passaram a ser abastecidas com os mais sortidos artigos: em 1947, a loja *Credilar Ltda*, por exemplo, localizada na Rua 15 de Novembro, oferecia “Rádios, Biciclétas, Refrigeradores, Canetas, Relógios de pulso e de bolso”, juntamente com “ Raios X para médicos e dentistas, Oculos, Brinquedos, Lotes de Linho, Fogareiros, Capas, Cofres e Arquivos, Máquinas de escrever e calcular, objetos de adorno e mais MIL outros artigos” e “tudo em dez pagamentos sem aumento de preços”.¹⁶

¹¹ O *Fausto* de Goethe, poema símbolo cultural da modernidade, trata da tragédia do Dr. Fausto, médico, advogado, teólogo, filósofo, cientista e professor com impulsos e desejos de desenvolvimento. Ele pactua com o demônio Mefistófeles, a fim de obter para sua vida “um processo dinâmico que incluiria toda sorte de experiências humanas, alegria e desgraça juntas, assimilando-as todas ao seu interminável crescimento interior; até mesmo a destruição do próprio eu seria parte integrante do seu desenvolvimento”. Ver “O Fausto de Goethe: a tragédia do desenvolvimento” In: BERMAN, Marshall. Op. cit., p. 37-84.

¹² BERMAN, Marshall. Op. cit., p. 54.

¹³ MARTINS, Romário. *Curitiba de outr’ora e de hoje*. Curitiba: Prefeitura Municipal, Edição Comemorativa da Independência do Brasil, 1922, p. 140.

¹⁴ COSTA, Carlos F. F. da. Aspectos da Epidemiologia da tuberculose em Curitiba e o Método de Manoel de Abreu. Quadro 1 – A mortalidade pela tuberculose no município de Curitiba, 1931-1940. [Coluna - População calculada para Curitiba, 1931-1940]. *Revista Médica do Paraná*, Curitiba, ano 10, n. 4/5, p. 120, abr./maio 1941.

¹⁵ IBGE. Situação demográfica. Estado da população. **População do Brasil, das Unidades da Federação e dos municípios das capitais (estimativa)** – 31-XII-1944. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/seculox/arquivos_pdf/populacao/1941_45/populacao_m_1941_45aeb_003.pdf>. Acesso em 07 jun. 2010.

¹⁶ CREDILAR LTDA. Tudo em dez pagamentos. **O Femur** – Jornal Independente dos Acadêmicos de Medicina, Farmácia e Odontologia, Curitiba, contracapa, nov. 1947.



Figura 2 – Refrigerador: um artefato da modernidade. Fonte: **Revista Médica do Paraná**, Curitiba, ano 2, n. 1, [n. p.], dez. 1932.

As atividades industriais também sofreram incremento: em 1918 estavam em funcionamento 112 fábricas empregando 2.440 operários, registrando-se em 1920 o número de 255 fábricas com 3.488 funcionários¹⁷.

O quadro urbano da cidade, composto em 1912 por cinco a seis mil prédios¹⁸, passou a conter 11.819 em 1920¹⁹.

De 1920 a 1940 imperaram em muitas esquinas os *Armazéns de secos & molhados*, com suas “fachadas recortadas em lambrequins”, tendo “inevitáveis cavalos magros amarrados ao alpendre”. Esses estabelecimentos comerciais tinham os seus “fregueses de caderno” e “viviam a vender fiado”. No transcorrer da década de 1950 aqueles de localização mais central foram fechando suas portas.²⁰

¹⁷ MARTINS, Romário. Op. cit., p. 140-141.

¹⁸ SANTOS, Nestor Victor dos. **A terra do futuro: impressões do Paraná**. Curitiba: Prefeitura Municipal, 1996, p. 83.

¹⁹ IBGE. Anuário estatístico do Brasil. **Arrolamento predial e domiciliário das capitais da União e das suas Unidades Políticas segundo o recenseamento geral de 1920**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/seculoxx/arquivos_pdf/populacao/1936/populacao1936aeb_08.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2010.

²⁰ MACEDO, Rafael Valdomiro Greca de. Freguês de caderno. **Boletim Informativo da Casa Romário Martins**, Fundação Cultural de Curitiba, ano 2, n. 8, p. 7, fev. 1975.

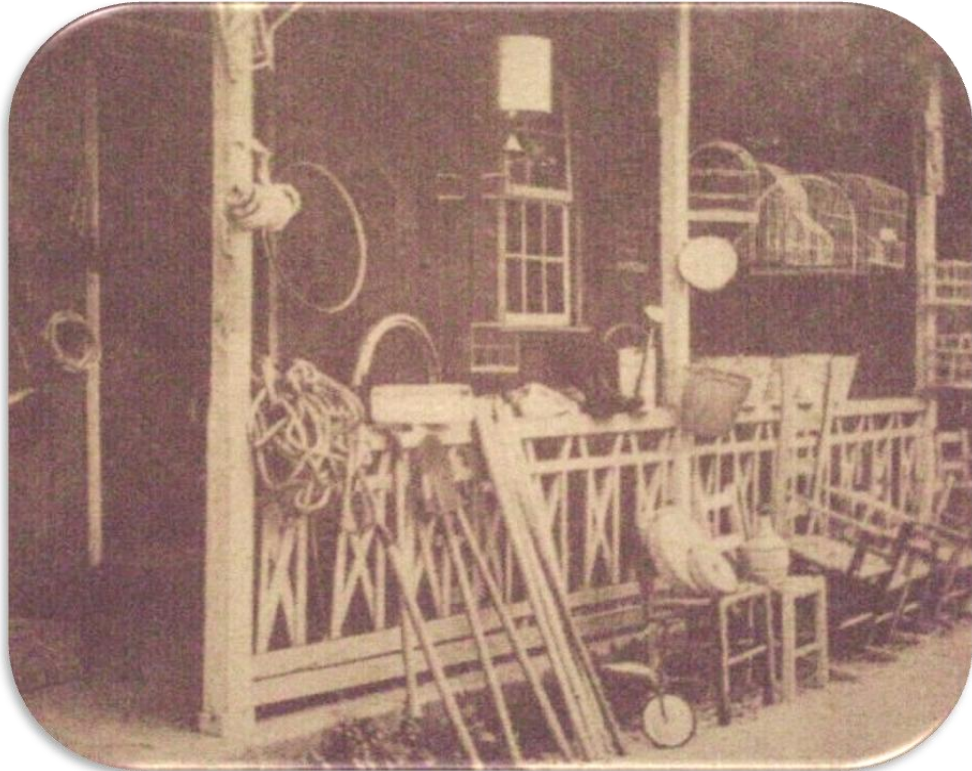


Figura 3 – Fachada de um Armazém de secos & molhados. Fonte: MACEDO, Rafael Valdomiro Greca de. Freguês de caderno. **Boletim Informativo da Casa Romário Martins**, Fundação Cultural de Curitiba, ano 2, n. 8, capa, fev. 1975.

Ampliou-se o serviço telefônico; surgiram os cinematógrafos, os bondes elétricos e a iluminação elétrica pública e particular; automóveis (1912) e ônibus (1928) circulavam pelas ruas; a fotografia tornou-se popular; cafés, teatros, clubes, hotéis, grêmios e casas comerciais multiplicaram-se; adotaram-se rebuscadas fachadas para as casas e introduziu-se o calçamento de ruas; a Universidade (1912) e a Maternidade do Paraná (1914), além de outras instituições de saúde e ensino foram fundadas; foi para o ar a primeira emissora de rádio no Paraná, a Rádio Clube Paranaense – PRB2 (1924); é inaugurada a primeira sede dos Correios e Telégrafos da cidade (1931).²¹

Uma “atmosfera ansiosa por cosmopolitismo, gerada no Rio de Janeiro, autêntica capital do Brasil na Belle Époque, percorre o país, num desejo sôfrego da europeização e da modernização”²² e Curitiba não fica indiferente às novidades.

²¹ Cf. MARTINS, Romário. Op. cit., p. 141-143; BAHLS, Aparecida Vaz da Silva.; BUSO, Mariane Cristina. Factos da atualidade: charges e caricaturas em Curitiba, 1900-1950. **Boletim Informativo da Casa Romário Martins**, Fundação Cultural de Curitiba, v. 33, n. 142, p. 63, maio 2009; BENVENUTTI, Alexandre Fabiano. *As reclamações do povo na Belle Époque*: a cidade em discussão na imprensa curitibana (1909-1916). Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, 2004, p. 1.

²² SALIBA, Elias Thomé. A dimensão cômica da vida privada na República. In: SEVCENKO, Nicolau (Org.). **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, v. 3, p. 292.



Figura 4 – Bonde elétrico, inaugurado em 07 de janeiro de 1913. Este meio de transporte circulou em Curitiba até o início da década de 1950. Fonte: **Coleção Allen Morrison**. Disponível em: <<http://www.tramz.com/br/ct/ctp.html>>. Acesso em: 16 jun. 2010.

Higino ufana-se de sua *moderna* cortesã. Rivalizando com a fala entusiasta do cronista, entretanto, existiam discursos que indicavam o quanto os curitibanos entretinham impressões mistas de admiração e apreensão diante dos novos elementos da urbe. A cidade se envolve com “as potencialidades do mundo moderno”, mas também denuncia “algumas das suas realidades mais palpáveis”.²³

Aglomerções nas calçadas, sons pouco conhecidos executados pelo gramofone, o costume de se falar ao telefone, aumento da circulação de veículos nas vias de trânsito certamente causavam estranheza aos curitibanos do início do século XX. Daí talvez decorrerem as críticas a essa modernização urbana, expressas em jornais e revistas. Concorrendo com os artigos efusivos exaltando a Curitiba progressista, as charges retratam o assombro e a tentativa de adaptação da população aos novos tempos.²⁴

²³ BERMAN, Marshall. Op. cit., p. 14.

²⁴ BAHLS, Aparecida Vaz da Silva.; BUSO, Mariane Cristina. Op. cit., p. 65.

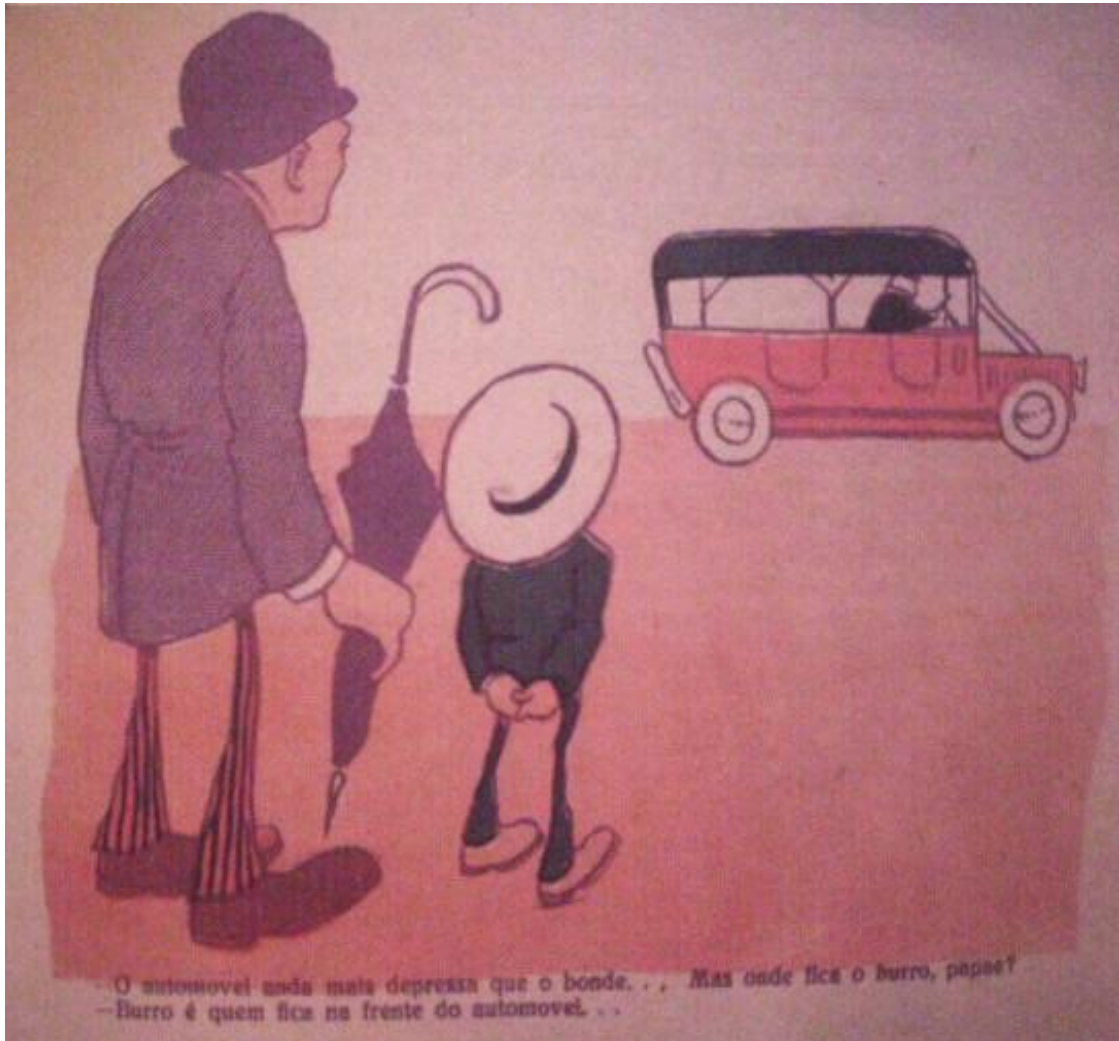


Figura 5 – Charge satirizando os perigos do automóvel.²⁵ Fonte: *A Bomba*, Curitiba, 10 de novembro de 1913 apud BAHLS, Aparecida Vaz da Silva.; BUSO, Mariane Cristina. Op. cit., p. 78.

Além disso, o espaço em modernização também estava “impregnado de seu contrário”:²⁶

Paralelamente aos indícios de *progresso*, convivia-se com: ruas esburacadas e cheias de lama, restrito sistema de abastecimento de água e de esgoto, falta de higiene; as doenças, o lixo que se acumulava pelas ruas e outras precariedades que se somavam ao elevado custo de vida.²⁷

A charge, enquanto gênero discursivo, de maneira cômica e satírica também lança sua crítica político-social sobre este espaço urbano contraditório. A ilustração seguinte, por exemplo, denuncia a precária conservação das ruas da cidade:

²⁵ “– O automovel anda mais depressa que o bonde... Mas onde fica o burro, papae?
– “Burro é quem fica na frente do automovel...”

²⁶ BERMAN, Marshall. Op. cit., p. 22.

²⁷ BENVENUTTI, Alexandre Fabiano. Op. cit., p.1-2.



Figura 6 – Charge sobre a Rua XV de Novembro, considerada a principal via urbana da cidade.²⁸ Fonte: *A Bomba*, Curitiba, 21 de junho de 1913 apud BAHLS, Aparecida Vaz da Silva.; BUSO, Mariane Cristina. Op. cit., p. 87.

A mulher elegante significa a Rua 15 de Novembro, então a principal via urbana. O rosto escondido sob o chapéu indica seu sentimento de vergonha diante do estado de seu calçado, não combinando com seu traje, que representa a paisagem sofisticada da rua. O calçado novo seria a nova pavimentação asfáltica que precisava, inaugurada em 19 de dezembro de 1926.²⁹

O jornal *Diário da Tarde*, por sua vez, entre 1909 e 1916 publica uma coluna denominada *Reclamações do Povo*, dedicada como o próprio nome já define, a veicular as queixas da população. As exigências, baseadas nas imagens de modernidade advindas das metrópoles como Rio de Janeiro, Nova Iorque e Paris, são remetidas ao próprio aparato modernizador, considerado incipiente e/ou impróprio: ruas, praças, construções, iluminação elétrica, serviço ferroviário, bondes e diligências, vida noturna, serviços de segurança e limpeza públicas, sistema de água e esgoto e estabelecimentos comerciais.³⁰

O interessante é que muitas das *reclamações* foram publicadas no contexto da primeira grande reforma urbana da cidade, sob a administração do engenheiro, então prefeito, Cândido Ferreira de Abreu, entre 1913 e 1916. Apesar de o desejo de modernização ser um “fetiche” acalentado tanto pelo governo, quanto por parte da população, a “*imagem de cidade*

²⁸ “Elle: Já sei...já sei... Veio escolher por conta do Prefeito um calçado novo e de asfalto, não é?”

Ella: – (envergonhada): Eu... bem o queria... estou tão necessitada!... Mas elle... manda por meias solas neste mesmo.

Elle: – (com espanto): Oh! Mas V. Excia, a rainha das nossas ruas... com remendo nas botinas!!!...”

²⁹ BAHLS, Aparecida Vaz da Silva.; BUSO, Mariane Cristina. Op. cit., p. 87.

³⁰ BENVENUTTI, Alexandre Fabiano. p. 33-89 passim.

moderna” planejada pelas reformas urbanas não coincidiu com a “*imagem do desejo*” da população que enviava suas queixas.³¹

A reorganização do espaço urbano foi um projeto imposto e construído à margem de grande parte da sociedade curitibana. Não foi por acaso que as obras de Abreu estavam mais centradas em questões pertinentes ao embelezamento de praças e ruas ou na construção de prédios monumentais. Buscava-se a criação de uma vitrine, a construção de uma nova imagem para a capital paranaense, para satisfazer os anseios de uma elite preocupada em se projetar no cenário nacional e internacional como portadora dos valores *civilizados*, em vez da implementação de melhorias que beneficiassem a população como um todo.³²



Figura 7 – Vista de Curitiba, década de 1940. Fonte: CURITIBA. IPPUC. [slide n. 42]. Disponível em: <<http://www.ippuc.org.br/Bancodedados/Curitibaemdados/anexos/Curitiba%20de%20antigamente.pps>>. Acesso em: 16 jun. 2010.

Em 1943, sob a administração do prefeito Alexandre Beltrão, foi entregue pela firma Coimbra Bueno & Cia Ltda, de São Paulo, o Plano Agache, o qual preconizava um sistema radial de avenidas ao redor do centro, a fim de evitar o congestionamento, impulsionar a vida comercial e social e tornar possível o saneamento.³³

³¹ BENVENUTTI, Alexandre Fabiano. Op. cit., p. 142-143.

³² Ibid., p. 144.

³³ MENDONÇA, Maí Nascimento. Os franceses em Curitiba. **Boletim Informativo da Casa Romário Martins**, Fundação Cultural de Curitiba, v. 16, n. 84, p. 20, jul. 1989.

O trabalho foi encomendado ao arquiteto francês Donat Alfred Agache, o qual tinha como referência de modernidade o plano de remodelação urbana para Paris, de Eugène Haussmann, em 1850.³⁴

O Plano Agache, apesar de não ser executado em sua integralidade, teve implantações parciais, como a adoção de um “Código de Edificações”, com a finalidade de legislar sobre questões sanitárias na construção de novos edifícios; a organização de Centros Funcionais na cidade, como, por exemplo, o Centro Cívico; além de modificações no sistema viário.³⁵

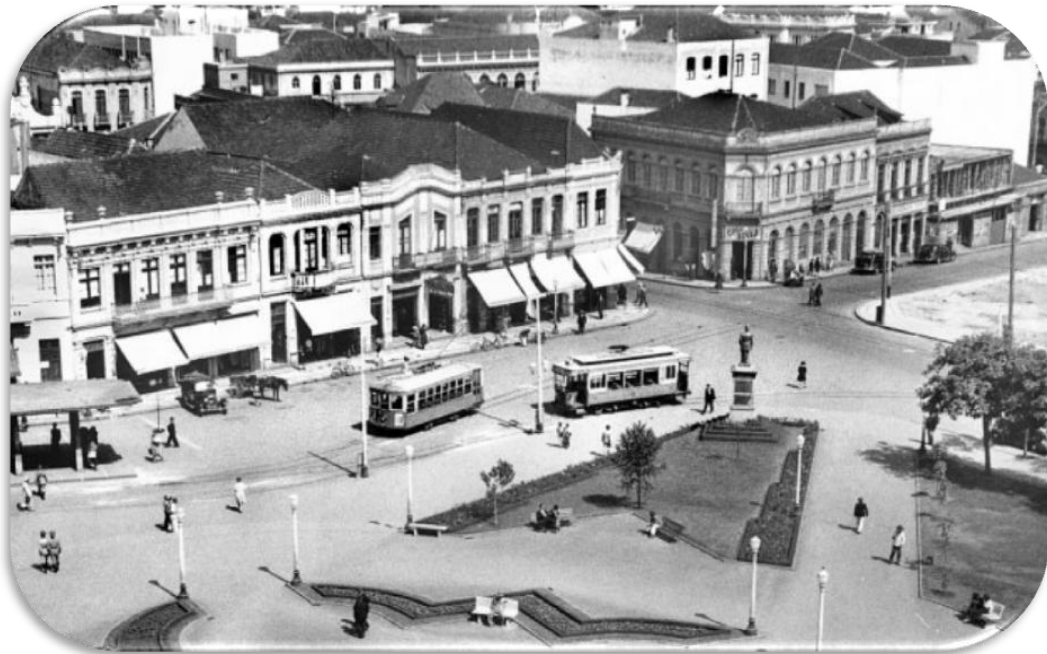


Figura 8 – Vista da Praça Tiradentes, Curitiba, ano de 1944. Fonte: CURITIBA. IPPUC. [slide n. 45]. Disponível em: <<http://www.ippuc.org.br/Bancodedados/Curitibaemdados/anexos/Curitiba%20de%20antigamente.ppt>>. Acesso em: 18 jun. 2010.

Fausto se assusta com o crescimento de sua Gretchen; Higinio impressiona-se com a sua urbana *Coritiba-cortesã*; ambos, porém, não percebem a precariedade de um desenvolvimento que “carece de suporte social”.³⁶

Gretchen, cujo crescimento tinha apenas a aprovação de seu amante, acaba, devido a sua *dessacralização*, sendo condenada à morte pela comunidade provinciana em que reside³⁷, e a *Coritiba-cortesã*, como já vimos, tinha muitas contas a acertar com alguns de seus súditos não muito satisfeitos.

³⁴ GNOATO, Luis Salvador. Curitiba, cidade do amanhã: 40 anos depois. **Revista Arquitextos**, ano 6, n. 72, [n. p.], maio 2006. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/06.072/351>>. Acesso em: 18 jun. 2010.

³⁵ Id.

³⁶ BERMAN, Marshall. Op. cit., p. 55.

³⁷ Ibid., p. 55 e 57.

A heroicidade do Fausto goethiano provém da liberação de tremendas energias humanas reprimidas, não só nele mesmo, mas em todos os que ele toca e, eventualmente, em toda a sociedade a sua volta. Porém, o grande desenvolvimento que ele inicia – intelectual, moral, econômico, social – representa um altíssimo custo para o ser humano³⁸.

A modernização não acarretou o domínio completo sobre a natureza, da forma como se pensara à época...



Figura 9 – Rua Barão do Rio Branco, Curitiba, ano de 1947. Fonte: CURITIBA. IPPUC. Disponível em: <<http://www.ippuc.org.br/Bancodedados/Curitibaemdados/anexos/Curitiba%20de%20antigamente.pps>>. Acesso em: 18 de junho de 2010.

As questões sanitárias da urbe saltavam aos olhos principalmente dos médicos. O Dr. Brasília Vicente de Castro, por exemplo, após tecer elogios ao *progresso* da cidade, traz à tona algumas de suas mazelas:

Curitiba já se apresenta entre as principais urbs do país, graças ao seu desenvolvimento progressivamente crescente. De clima ameno e aspecto festivo houve por bem ser qualificada pelo poeta de “Cidade Sorriso”. Seus magestosos aranha-céus surgem diariamente nas proximidades do centro comercial, enquanto que seus bairros residenciais são um mimo de doçura e paz. Os múltiplos meios de transporte de que é dotada, constituem, como em toda parte, perigo constante para o transeunte incauto. Por outro lado, o aumento do número de fábricas com seus acidentes de trabalho, os envenenamentos, certas moléstias de caráter agudo, conflitos e acidentes de outras naturezas determinam situações angustiosas que requerem cuidado pronto.³⁹

³⁸ BERMAN, Marshall. Op. cit., p. 42.

³⁹ CASTRO, Brasília Vicente de. Assistência pública. **Revista Médica do Paraná**, Curitiba, ano 10, n. 4/5, abr./maio 1941. Seção Nosso comentário, p. 113.

Os médicos visualizavam no crescimento rápido e desordenado da população, nas aglomerações dos bondes, cinemas, teatros, cassinos e fábricas e na vida noturna dos prostíbulos, verdadeiros incubadores de epidemias e outras mazelas sociais. Mas nem tudo estava perdido, pois a sociedade deveria ser aceita como “núcleo capaz de ser submetido a trabalhos de aperfeiçoamento, seja pela influência de orientação de grupos especializados para esse nobre fim, seja pelo proveitoso trabalho de homens que almejam melhorar o ambiente em que vivem”.⁴⁰

Dentre os especialistas comprometidos com uma intervenção social modernizadora destacamos os engenheiros, os próprios médicos e os educadores:

Legitimados pela racionalidade “positiva” do saber científico, os engenheiros reconstruíam e normatizavam o espaço social, enquadrando a topografia urbana nos trilhos deste projeto e fazendo-a a expressão física e simbólica daquilo que se configurava como os alicerces da modernidade. Os médicos, tendo em vista a questão da higiene pública, com o objetivo de extirpar da sociedade o estigma das constantes epidemias, proclamariam por sua vez a necessidade de se imprimir nos espaços privado e público a marca de uma civilização “sã”, um corpo social “saneado”, pleno, em suas potencialidades, para o crescimento e desenvolvimento. Paralelamente, os educadores levantariam a bandeira de um programa de ensino capaz de informar e formar pedagogicamente a população em novos conhecimentos e hábitos compatíveis com o que se concebia como projeto articulador de uma nova sociedade.⁴¹

Em muitas circunstâncias os médicos apropriaram-se dessas outras duas facetas: a de engenheiro sanitário, pois “ao dizerem o que a cidade deveria não ser, lançaram os germens de um urbanismo sistemático”⁴² e a de educadores “dos hábitos de higiene e das condutas sociais consideradas como moralmente adequadas.”⁴³ Apresentavam-se nesse ambiente enfermigo da urbe como os *homens da ocasião*: “o médico tem na sociedade e na direção dos povos um papel saliente e nobre [...] interessado em todos os problemas contemporâneos, levando a medicina a sua expressão social no atender os problemas das coletividades”.⁴⁴

Semelhante é a fala do Dr. Gláucio Bandeira:

⁴⁰ MELO, Orlando de Oliveira. O médico e a sociedade. **Jornal Acadêmico Nilo Cairo**, Curitiba, ano 3, n. 6, capa, maio 1949.

⁴¹ KROPF, Simone Petraglia. O saber para prever, a fim de prover – a engenharia de um Brasil moderno. In: HERSCHMANN, Micael M.; PEREIRA, Carlos Alberto Messeder (Orgs.). **A Invenção do Brasil Moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 222.

⁴² DUDEQUE, Irã. **Cidades sem véus: doenças, poder e desenhos urbanos**. Curitiba: Champagnat, 1995, p. 28.

⁴³ BONA JÚNIOR, Aurélio.; VIEIRA, Carlos Eduardo. O discurso da modernidade nas conferências educacionais na década de 1920 no Paraná. In: VIEIRA, Carlos Eduardo (Org.). **Intelectuais, educação e modernidade no Paraná (1886-1964)**. Curitiba: Ed. UFPR, 2007, p. 30.

⁴⁴ MELO, Orlando de Oliveira. Op. cit., capa.

Com a medicina regendo os conglomerados sociais não apenas, como dantes, pelos preceitos higiênicos e regras profiláticas, mas preceituando, como hodiernamente, cuidados peculiares da unidade para relevo da estrutura geral, muitas campanhas e conchaves tem se originado firmando, cada vez mais, o prestígio da ciência aplicada à coletividade.⁴⁵

Uma *unidade* que se tornou alvo para os médicos de “cuidados peculiares” para “relevo da estrutura geral” ou da coletividade foi a mulher em seus diversos períodos de vida, especialmente enquanto gestante, parturiente e mãe. Uma “obra de humanidade” era “cercar a mãe, não somente no momento do parto, mas durante a gravidez, e mesmo antes desta [...] praticando assim a melhoria da geração futura”.⁴⁶ As “gerações vindouras” iriam “se orgulhar de tais mãis”, que “pelo conhecimento das regras essenciais da Puericultura – a arte que ensina os meios de favorecer o desenvolvimento normal da criança, quer antes de nascer, quer depois [...] souberam gerar, criar e educar filhos fortes e sãos, os brasileiros de amanhã, o tipo nacional do futuro”.⁴⁷

Além dos discursos médicos, outras inúmeras falas, provenientes de intelectuais de ambos os gêneros, foram incitadas pela modernização da cidade e pelas conseqüentes mudanças de costumes da sociedade e indicam “o embaralhamento de valores e sentidos que se desenrolava no espaço urbano, em especial com as mulheres”⁴⁸ e a caracterização de seu papel social, como será visto a seguir.

⁴⁵ BANDEIRA, Gláucio. Recenseamento roentgenfotografico dos bancarios de Curitiba – aortites. **Revista Médica do Paraná**, Curitiba, ano 10, n. 4/5, p. 123, abr./maio 1941.

⁴⁶ AMARAL FILHO, Victor do. Malformação fetal. **Revista Médica do Paraná**, Curitiba, ano 2, n. 1, p. 15, dez. 1932.

⁴⁷ GOMES, Mario. Ensaio de puericultura (preambulo). **Revista Médica do Paraná**, Curitiba, ano 2, n. 1, p. 18, dez. 1932.

⁴⁸ BAHLS, Aparecida Vaz da Silva.; BUSO, Mariane Cristina. Op. cit., p. 112.

1.2 AS MOCINHAS DA CIDADE

As mocinhas da cidade

*As mocinhas da cidade são bonita e dançam bem
Eu dancei uma vez com uma moreninha já fiquei querendo bem
Fui na casa da morena pedir água pra beber
Não é sede, não é nada moreninha vim aqui só pra te ver
Embora seu pais não queiram que eu me case com você
Mas depois de nós casados moreninha eles vão nos compreender
E o sol já vai entrando e a saudade vem atrás
Vou buscar aquela linda moreninha para mim viver em paz⁴⁹*

1.2.1 Trabalhar e não vegetar como *planta de estufa*⁵⁰

O século XX já inicia com uma movimentação inédita de mulheres mais ou menos organizadas, que clamam alto pelo direito ao voto, ao curso superior e à ampliação do campo de trabalho, pois queriam não apenas ser professoras, mas também trabalhar no comércio, nas repartições, nos hospitais e indústrias.⁵¹

Mas elas eram unânimes no que queriam? E o que, segundo o discurso social, esperava-se delas?

Alguns indivíduos, munidos de seus pseudônimos, opinavam nos jornais de Curitiba em relação ao trabalho feminino como, por exemplo, *João da Praia*, para quem a lide extradoméstica da curitibana representava uma evolução dos costumes:

[...] Felizmente, em nossa terra, as mulheres, bem compreendendo que se devem quanto antes emancipar da férrea tutela masculina, procuraram se tornar independentes, adotando profissões várias e mais ou menos adequadas e que lhes garantam subsistência honesta. É procedimento louvável, esse das formosas curitibanas [...]. Não havia para elas senão uma tábua de salvação – o casamento, ao mais das vezes precipitado, para sanar situações intoleráveis. Mas os tempos passam e os costumes seguem a sua evolução; já não é só o lar que alcança o trabalho da mulher. Já não é o difícil e mal retribuído ensino primário que oferece novos horizontes ao sexo fraco. Pouco a pouco vai avançando em todas as esferas da atividade humana.⁵²

⁴⁹ Canção popular gravada em 1959 pela dupla paranaense Nhô Belarmino e Nhá Gabriela.

⁵⁰ A fala de que “hoje a mulher brasileira não quer ter mais a vida vegetativa de planta de estufa. Ela quer aprender a trabalhar, sobretudo trabalhar” foi proferida em 1933 pela acadêmica em Direito Ilnah Pacheco Secundino, durante sua conferência apresentada na sessão de fundação do Centro Paranaense de Cultura Feminina em Curitiba. **Fonte:** GANZ, Ana Maria. **Vivências e falas trabalho feminino em Curitiba, 1925-1945.** Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, 1994, p. 123.

⁵¹ DUARTE, Constância Lima. Feminismo e literatura no Brasil. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 160, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v17n49/18402.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2010.

⁵² JOÃO DA PRAIA. Mariscando – o trabalho e a mulher. *Diário da Tarde*, Curitiba, 08 jul. 1913, p. 3 apud TRINDADE, Etelvina Maria de Castro. **Clotildes ou Marias mulheres de Curitiba na Primeira República.** Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1992, p. 71.

Mephistofeles, por sua vez, denomina as trabalhadoras de “Evas modernas cheias de idéias avançadas para... trás”. Queixa-se de que “em toda parte, no comércio, na indústria, no funcionalismo público ou não, por todos os cantos se mete a mulher evoluída.”⁵³ O termo “evoluída” é, obviamente, usado por ele em tom depreciativo, a fim de designar uma modernização com a qual não consente.

Período em que os movimentos de mulheres adquiriram propulsão e visibilidade social, as primeiras décadas do século XX caracterizaram-se também por idéias conflitantes entre as próprias mulheres a respeito do trabalho feminino. As posições assumidas por Bertha Lutz, Maria Lacerda de Moura, Carlota Pereira de Queiroz, Mariana Coelho e Magda Costa, entre outras, das quais trataremos na sequência, exemplificam bem esse ponto.

Bertha Lutz⁵⁴ funda, em 1922, no Rio de Janeiro, juntamente com um grupo de mulheres de classe média e alta escolaridade, a Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF), cujos estatutos tinham por objetivos, entre outros, promover a educação da mulher e elevar o seu nível de instrução, “obter garantias legislativas e práticas para o trabalho feminino”, além da conquista do sufrágio para a mulher.⁵⁵ Na I Conferência pelo Progresso Feminino, organizada pela FBPF e realizada no Distrito Federal, também em 1922, a delegação era composta por “senhoras da sociedade, profissionais engenheiras civis e agrônomas, funcionárias públicas, professoras, entre outras”. Algumas comissões foram instituídas, como as denominadas “Educação e instrução”, “Carreiras e profissões apropriadas a serem franqueadas ao sexo feminino”, “Assistência às mães e a infância” e “Relações Pan-Americanas”.⁵⁶

⁵³ MEPHISTOFELES. Diabolândia. *Diário da Tarde*, Curitiba, 01 mar. 1929, p. 2 apud TRINDADE, Etelvina Maria de Castro. Op. cit., p. 81.

⁵⁴ Bertha Lutz (1894-1976) nasceu em São Paulo, SP, filha da enfermeira inglesa Amy Fowler e do médico-cientista Adolpho Lutz. Bióloga formada pela Sorbonne, em 1919 é aprovada no concurso público para o Museu Nacional do Rio de Janeiro. Em 1933 bacharelou-se pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, publicando “A nacionalidade da mulher casada”, no qual defende os direitos jurídicos da mulher. Após a conquista do sufrágio feminino no Brasil (1932), exerceu o direito de ser votada, atuando na política como Deputada Federal de 1933 até 1937, quando da decretação do Estado Novo. **Fonte:** LOPES, Maria Margaret; SOUSA, Lia Gomes Pinto de. **A trajetória político-científica de Bertha Julia Maria Lutz (1894-1976)**. Contribuições para os estudos de Gênero e Ciências e à crítica da construção da invisibilidade das mulheres. Núcleo de Estudos de Gênero Pagu/UNICAMP, [s.d.]. Disponível em: <http://www.uibcongres.org/imgdb/archivo_dpo1303.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2009.

⁵⁵ SOIHET, Rachel. A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres e a militância feminista de Bertha Lutz. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 15, p. 101, nov./dez. 2000. Disponível em: <http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE15/RBDE15_08_RACHEL_SOIHET.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2009.

⁵⁶ BONATO, Nailda Marinho da Costa. A educação das mulheres no pensamento da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (1922-1931). In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 6., 2006, Uberlândia. **Anais...** p. 1373. Disponível em: <<http://www.faced.ufu.br/columbe06/anais/arquivos/123NaildaMarinhoCostaBonato.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2010.



Figura 10 – Charge “Na engommadeira”⁵⁷ : alude à precária ou ausente instrução da mulher, a quem competiam as tarefas do lar ou as que fossem caracterizadas como uma extensão delas. A ocupação de engomadeira, além de prover ou colaborar com o sustento da família, permitia a manutenção da mulher no espaço recluso do lar. O movimento feminista promovia a instrução, como caminho para a emancipação. Fonte: *A Bomba*, Curitiba, 30 out. 1913 apud BAHLS, Aparecida Vaz da Silva.; BUSO, Mariane Cristina. Op. cit., p. 118.

Na Conferência foram discutidos, entre outros assuntos:

O trabalho feminino nas fábricas: habitação, condução, horas de trabalho, salários, higiene; *Sobre a educação e instrução da mulher*: nacionalização do ensino público, das escolas profissionais, da educação doméstica; ensino primário, secundário e superior; *Proteção da mulher grávida*; *Programa de proteção à infância*; além da palestra proferida pelo médico eugenista Renato Kehl, intitulada *Como escolher um bom marido...*⁵⁸

O evento teve como delegada de honra Mrs. Carrie Chapman Catt, Presidente da Aliança Internacional pelo Sufrágio Feminino e da Associação Pan-Americana de Mulheres e contou com a participação de Associações brasileiras, como a Liga de Professores, a Cruzada

⁵⁷ “Na engommadeira

– Ah! a sra. tem o Jornal do Commercio ahi. Não sabia que o assignava.

– Assigno... É para embrulhar as camisas.”

⁵⁸ BONATO, Náilda Marinho da Costa. Op.cit., p.1373.

Nacional Contra a Tuberculose, o Centro Social Feminino, a Cruz Vermelha, etc., além de representantes de vários estados, senadores, deputados, médicos e advogados.⁵⁹

A pauta da comissão de “Educação e instrução” versou sobre o incentivo que deveria se dado ao ensino doméstico nas escolas femininas, segundo ‘os mais modernos modelos americanos e europeus’; a organização de escolas para as mães, onde fossem instruídas sobre higiene e medicina infantil, além de economia e prendas domésticas; a garantia de acesso das mulheres às escolas de nível secundário – Colégio Pedro II, por exemplo – e superior. Outras deliberações giraram em torno da co-educação dos sexos, quanto à outorga das funções do magistério público primário unicamente às mulheres e se o casamento era incompatível com o exercício dessa profissão. Outras preocupações referiram-se a obrigatoriedade ou não do ensino profissional feminino e se deveriam ser ministradas às mulheres nas escolas domésticas e nos locais de trabalho lições de educação cívica, tais como Constituição e Direito usual, a fim de inspirar nas alunas um fiel desempenho de sua missão social.

Quanto ao ensino secundário e superior, a discussão se mantinha em torno do preparo formal e da inserção das mulheres no mercado de trabalho: se lhes deveria ser franqueado o ingresso em todos os cargos civis de ensino superior e secundário e se nestes cursos freqüentariam as aulas juntamente com os rapazes. E, caso a co-educação lhes fosse facultada, se deveriam ser tomadas – e quais – as “providências administrativas para resguardar a boa ordem e a disciplina”.⁶⁰

Ainda sobre a educação profissional feminina, foi aproveitado no evento o discurso do professor Aprígio Gonzaga⁶¹ no Conselho de Educação de São Paulo, o qual concebia a idéia de que “a escola tem de encarar a mulher sob duas faces: a mulher casada e a mulher solteira”, tomando como missão principal da mulher o ser: “mãe de família, esposa, quando necessário for, trabalhadora ao lado do homem, para se manter, sem dependências ou humilhações.”⁶²

⁵⁹ BONATO, Nilda Marinho da Costa. Op.cit., p.1373.

⁶⁰ Ibid., p. 1374-5.

⁶¹ O Prof. Aprígio Gonzaga foi professor da educação profissional em São Paulo. Em 1911 fundou a Escola Profissional masculina Etec Getúlio Vargas e a feminina Etec Carlos de Campos. Esta última ofereceu, em diferentes momentos, os seguintes cursos: Vocacional, Educação Doméstica, Aperfeiçoamento para Mestras, Formação de Mestras em Educação Doméstica, Dietética para Donas de Casa e Auxiliares em Alimentação, Dietética, Dietética Profissional, Confeções, Bordados, Roupas Brancas, Desenho e Pinturas, Economia Doméstica e Prendas Manuais. **Fonte:** CENTRO PAULA SOUZA. **Etec Prof. Aprígio Gonzaga.** Disponível em: <http://www.centropaulasouza.sp.gov.br/Ete/Escolas/Metrop_Sao_Paulo/SP_ETE_Prof_Aprigio.html>. Acesso em: 13 fev. 2009. CENTRO PAULA SOUZA. **Etec Carlos de Campos.** Disponível em: <<http://www.etcarlosdecampos.com.br/home.htm>>. Acesso em: 13 fev. 2009.

⁶² GONZAGA, Aprígio. Educação profissional feminina. In: CONSELHO DE EDUCAÇÃO DE SÃO PAULO apud BONATO, Nilda Marinho da Costa. Op. cit., p. 1374.

O II Congresso Internacional Feminista acontece em 1931, também no Rio de Janeiro, com intensa cobertura da imprensa escrita. Em pauta, as mulheres trabalhadoras e aspirações pertinentes à classe operária:

licença remunerada à mãe operária ou empregada no comércio por ocasião do parto; salário mínimo; férias; pagamento igual para trabalho igual; rigorosa execução das exigências das autoridades de Saúde Pública e do Trabalho quanto à higiene e à adequação das instalações dos estabelecimentos fabris e comerciais; e a criação do 'Bureau' da mulher e da criança, que centralizaria os problemas relativos ao trabalho do menor e da mulher.⁶³

Entre as interlocutoras da conferência, temos a médica feminista Francisca Prager Fróes⁶⁴ que defende a tese “Higiene e maternidade”, sobre a qual os conferencistas chegam à seguinte conclusão: “Que se oriente todos os processos educativos de modo que, cada indivíduo, possa corrigir ou remediar suas taras ou deformidades.”⁶⁵ Inserida no ideário médico de regeneração do país, Fróes esteve empenhada na valorização da maternidade como um trabalho social feminino, vinculando-a à cidadania. Assim, ao encargo de gerar e educar os futuros cidadãos da Pátria deveria haver uma compensação para a mulher: a de ser reconhecida como cidadã e gozar de direitos sociais e políticos.⁶⁶

Esse argumento da valorização da maternidade pregado pelo Iluminismo, adotado pelo ideário médico desde meados do século XIX e do qual se apropria, é utilizado por ela “para defender o direito à igualdade em campanhas reformadoras”.⁶⁷

⁶³ SOIHET, Rachel. Op. cit., p. 104.

⁶⁴ Francisca Prager Fróes nasceu em 1872 no Recôncavo baiano, filha do Engenheiro de Minas Henrique Prager e de Francisca Rosa Barreto Prager. Médica, especializada em ginecologia e obstetrícia, formada pela Faculdade de Medicina da Bahia em 1893, foi a primeira mulher a ter um artigo publicado na revista *Gazeta Médica da Bahia*. Seu trabalho, aceito em 1895 e intitulado “Observação de um caso de gravidez extra-uterina abdominal”, abriu-lhe as portas para tornar-se redatora nesse importante periódico. Feminista, sufragista e defensora do divórcio, criticou a “péssima organização do nosso sistema social e a defeituosíssima disposição do nosso Código Civil, intencionalmente elaborado em proveito de um só sexo.” **Fonte:** FRÓES, Francisca Prager. A palavra ‘feminismo’ em sua acepção verdadeira e insophismavel. *Revista Feminina*, ano 10, nº 108, maio 1923, p. 8-9 apud RAGO, Elizabeth Juliska. Francisca Prager Fróes e a igualdade dos sexos. **Labrys Estudos feministas**, [n. p.], ago./dez. 2005. Disponível em: <http://www.unb.br/ih/his/gefem/labrys8/histoire/elizabeth.htm#_edn3>. Acesso em: 16 fev. 2009. Em 1899 casou-se com João Américo Garcez Fróes, ex-colega de faculdade, médico e depois professor catedrático na Faculdade de Medicina da Bahia, com quem teve dois filhos. O casamento não a excluiu de seguir carreira, muito pelo contrário, ela desenvolveu estreita parceria com o marido, tornando-se a primeira mulher na Bahia a administrar uma clínica obstétrica. Seu pensamento era de que a educação feminina e o trabalho remunerado constituíam-se em passos fundamentais para o alcance de mudanças na condição das brasileiras perante a família e a sociedade. “A inferioridade da mulher não é fisiológica, nem psicológica; ela é social. Sua escravidão sexual determina sua dependência econômica.” **Fonte:** FRÓES, Francisca Prager. *A Tarde*, Bahia, 4 jan.1917 apud RAGO, Elizabeth Juliska. Op. cit., [n. p.].

⁶⁵ BONATO, Nailda Marinho da Costa. Op. cit., p. 1378.

⁶⁶ RAGO, Elizabeth Juliska. Francisca Prager Fróes: medicina, gênero e poder nas trajetórias de uma médica baiana (1872-1931). **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 13, n. 3, p. 991, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v13n3/20.pdf>>. Acesso em: 16 fev. 2009.

⁶⁷ RAGO, Elizabeth Juliska. Francisca Prager Fróes e a igualdade dos sexos. Op. cit., [n. p.].

Semelhante é o discurso de Bertha Lutz, exaltando a competência feminina nos encargos domésticos como garantia de desenvoltura da mulher na vida pública e base motivadora para que lhe seja garantido o direito de votar e ser votada. Para ela, muitos temas abordados pelo poder legislativo estavam ligados ao lar, sendo que a opinião da dona-de-casa e mãe-de-família deveria ser aproveitada nesse sentido. Apelando para o papel da mulher como educadora, “acentua que as mães conscientes dos destinos da Pátria podem inculcar em seus filhos a noção de dever para com ela, evidenciado no voto consciente nas eleições”.⁶⁸

Lutz foi uma militante pela emancipação feminina, pela reivindicação para a mulher de direitos à escolaridade idênticos aos do homem e acesso às mesmas condições de exercício do trabalho e remuneração, sendo contrária “à intocável divisão de esferas entre mulheres e homens”. Realçou, assim, a importância do “exercício do trabalho extradoméstico, mesmo para as mulheres casadas, independentemente da condição do marido”. Mas, apesar desse posicionamento, “revela a manutenção das concepções acerca da divisão sexual de trabalho”, demonstrando “não ter conseguido libertar-se das representações e práticas que impõem a divisão das atribuições entre os gêneros”. Exemplo disso é que durante seu mandato como Deputada Federal, cria no Ministério da Educação e Saúde a Divisão de Ensino Doméstico e Vocacional, sugerindo inclusive, a organização de uma Faculdade de Ciências Domésticas e Sociais, para a formação de especialistas em problemas da área e treinamento de professoras de escolas secundárias.⁶⁹

A fala dessas feministas, ao mesmo tempo em que apelava “para o aperfeiçoamento da condição humana” das mulheres, insistindo em seu preparo intelectual e profissionalização, também as incita “a se acomodarem às atividades prescritas de mãe e esposa”. Esse “discurso feminino, ora de ‘acomodação’ ora de ‘resistência’”, demonstra que “as mulheres adotam condutas distintas de acordo com a peculiaridade da situação que vivenciam”.⁷⁰

Perpetuou-se, assim, pelo movimento feminista, a aceitação social para a mulher das atividades entendidas como uma extensão de seu papel tradicional, além da posição de que o espaço do lar lhe é inato, o que resultou em “mulheres divididas, culpadas, quando obrigadas a trabalhar fora do lar; considerando sua atividade profissional como algo secundário em relação à atividade principal de esposa e mãe, dando lugar à discriminação salarial, profissional e sindical”.⁷¹

⁶⁸ SOIHET, Rachel. Op. cit., p. 108.

⁶⁹ Ibid., p. 100 e 115.

⁷⁰ RAGO, Elizabeth Juliska. Francisca Prager Fróes e a igualdade dos sexos. Op. cit., [n. p.].

⁷¹ SOIHET, Rachel. Op. cit., p. 115-6.

Com relação à esfera dos deveres familiares, Maria Lacerda de Moura,⁷² libertária e crítica ativa dos discursos sexistas de sua época, já em 1924 acreditava que o homem necessitava ser educado não somente para o trabalho, mas também para cumprir o seu papel de pai, enquanto a mulher deveria ser educada para o lar e também para a vida profissional. Eis sua argumentação:

O homem é homem antes de ser pai.
 É sábio ou generoso, philosopho ou operario, politico ou guerreiro, inventor ou andarilho...
 E por que razão nos dizem com arrogancia axiomática: a mulher nasceu para esposa e mãe, para o lar?
 Se o homem, socialmente falando, tem fins a preencher independentemente do sexo, a mulher não menos, é claro.
 A enfermeira, a operaria, a cientista, a escriptora, a professora, a medica, a pharmaceutica, a diplomata, a philantropa, a directora de hospitaes e creches, etc., etc., entregar-se-á mais bem aos deveres sociaes se não tiver filhos.
 Assim, também a mulher, socialmente falando, nasceu mulher antes de ser esposa ou mãe.
 Não há duvida: o homem não foi à plenitude do seu desenvolvimento quando não agiu sinão em beneficio social – esquecendo-se da missão de pai de família.
 A mulher falhou na vida se não teve occasião de derramar em volta do lar os thesouros de amor e carinhos reservados para um homem e para os filhos.
 Os dous se completam. São differentes e indispensáveis um ao outro. A educação tem portanto dous ramos:
 - Educar o pai de família para os deveres do lar.
 - Educar o cidadão para ser util á collectividade.
 - Educar a mulher para esposa e mãe.
 - Educar a mulher para collaborar na vida social.⁷³

Outras mulheres tinham posições bem mais conservadoras quanto à possibilidade de uma profissionalização, não vendo com bons olhos, não assumindo ou chegando mesmo a

⁷² Maria Lacerda de Moura (1887-1945) nasceu em Manhuaçu / MG, filha de Modesto de Araújo Lacerda e Amélia de Araújo Lacerda, ambos partidários do anticlericalismo. Formou-se na Escola Normal de Barbacena, casando aos 17 anos com Carlos Ferreira de Moura; como não podia ter filhos, recorreu à adoção. Adotou a pedagogia libertária de Francisco Ferrer y Guardía e lecionou em Escolas Modernas. Em 1921, já em São Paulo, funda a Federação Internacional Feminina e notabiliza-se por seus escritos em livros e também em jornais, como por exemplo, “A Plebe” e “O Combate”, abordando temas como pedagogia, educação, educação sexual dos jovens, virgindade, amor livre, direito ao prazer sexual, divórcio, maternidade consciente e prostituição. Participante da maçonaria e da Fraternidade Rosa Cruz em determinado período de sua vida, envolvida diretamente com o movimento operário e sindical, essa anarco-feminista declarou-se individualista, anti-social, anti-clerical, anti-fascista, adepta do amor livre, da maternidade consciente e da emancipação da mulher em relação ao homem e ao capital. Suas idéias conflitavam com as do movimento feminista sufragista, pois em sua avaliação este não intentava romper com o sistema, antes se ancorava numa dualidade: “de um lado a ‘caridade’ das ‘madames’ vaidosas e exploradoras, de outro, a humilhação de quem recebia esmola”. Entendia que o granjeamento dos direitos políticos promoveria uma elite feminina. “O caminho da liberdade não passava pelo voto ou inserção da mulher nos cargos políticos, mas pelo auto-conhecimento, domínio do próprio corpo, distanciamento dos dogmas religiosos”. **Fonte:** MIRANDA, Jussara Valéria de. **“Recuso-me”!** Ditos e escritos de Maria Lacerda de Moura. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, 2006. Disponível em: <http://www.bdtd.ufu.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=719>. Acesso em: 20 jun. 2010.

⁷³ MOURA, Maria Lacerda de. Das vantagens da educação intellectual e profissional da mulher na vida pratica das sociedades. O Internacional, São Paulo, n. 74, p. 1, 15 maio 1924 apud MIRANDA, Jussara Valéria de. Op. cit., p. 69.

rejeitar, em sua totalidade ou em partes, o movimento de mulheres. As imagens clichês definidoras do “ser ou não ser” mulher veiculadas pelos meios de comunicação contribuíram para isso, sendo o referido movimento alvo de “grosseiras caricaturas em crônicas e charges”, as quais vendiam a imagem de uma verdadeira catástrofe familiar: as mulheres trabalhando fora de casa o dia todo, enquanto seus maridos por falta de habilidade no cuidado com os filhos e o lar, instauravam o “caos doméstico”. Estereótipos de que as feministas eram mulheres frustradas por serem feias e não arrumarem casamento, “amorais, desprovidas do sentimento de mãe e descumpridoras das obrigações de esposa” eram incorporadas mesmo pelas próprias mulheres.⁷⁴

O discurso militante operário da década de 1920 também valorizava a maternidade como a maior virtude feminina, sendo a inserção da mulher no mercado de trabalho – com especialidade a presença na fábrica – encarada como a causa de sua derrocada física e moral. Ambiente não recomendado aos elementos do sexo feminino – “ante-sala do prostíbulo” – a fábrica era considerada também propícia à difusão do alcoolismo, da sífilis e da tuberculose. Trabalhando, a mulher abriria mão de seu lar e da instrução necessária ao cuidado com seus familiares, renegando-lhes assistência e educação física, moral e intelectual.

De acordo com este pensamento,

os jornais operários construirão uma figura de mulher muito semelhante a do ideal burguês transcrito especialmente no discurso médico, que valorizava como próprias do elemento feminino as funções ligadas aos cuidados com a casa e a família, especialmente os filhos.⁷⁵

O trabalho manual no Brasil, desde os tempos da escravidão, era reputado pelas elites como sinal de inaptidão intelectual ou artística e associado à corrupção moral. As trabalhadoras pobres, assim, eram julgadas “como mais irracionais que as mulheres das camadas médias e altas, as quais, por sua vez, eram consideradas menos racionais que os homens”.⁷⁶ Diversas ocupações femininas, como costureira, operária, lavadeira, doceira, empregada doméstica, florista, figurante de teatro, modista, vendedora de charuto, eram infamadas e vinculadas “a imagens de perdição moral, de degradação e de prostituição”.⁷⁷ Porém, é necessário observar que o pensamento higienista – o qual vislumbra no trabalho extradoméstico da mulher o esfacelamento da família – entre outros discursos, construiu

⁷⁴ SOIHET, Rachel. Op. cit., p. 109-11.

⁷⁵ BERTUCCI, Liane Maria. **Saúde**: arma revolucionária. São Paulo – 1891/1925. Campinas: CMU/Unicamp, 1997, p. 162-3.

⁷⁶ RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: PRIORE, Mary Del. (Org.); BASSANEZI, Carla (Coord. de textos). **História das mulheres no Brasil**, 2ª ed. São Paulo: Contexto, 1997, p. 589.

⁷⁷ Id.

rigorosos “códigos de moralidade” voltados não somente às mulheres pobres, mas também às pertencentes à elite e às camadas médias da sociedade, com especialidade às que ousavam seguir suas carreiras como médicas, advogadas, biólogas, pintoras, pianistas, etc.⁷⁸

Em 1942, a reforma Capanema do ensino secundário e do técnico-industrial determinava:

1. É preferível que a educação secundária das mulheres se faça em estabelecimentos de exclusiva frequência feminina;
2. Nos estabelecimentos de ensino secundário frequentados por homens e mulheres, será a educação destas, sempre que possível, em classes exclusivamente femininas;
3. Incluir-se-á nas terceiras e quartas séries do curso ginásial a disciplina economia doméstica;
4. A orientação metodológica dos programas terá em mira a natureza da personalidade feminina e bem assim a missão da mulher no lar.⁷⁹

A Igreja também era conservadora quanto à questão da profissionalização feminina. Em 1931, o Papa Pio XI argumentava:

As mães de família devem trabalhar em casa ou na vizinhança, dando-se aos cuidados domésticos. É um terrível abuso, que deve a todo o custo cessar, o de as obrigar, por causa da mesquinhez do salário paterno, a ganhar a vida fora das paredes domésticas, descuidando os zelos e deveres próprios e, sobretudo, a educação dos filhos.⁸⁰

Em 1943, o Papa Pio XII demonstra a manutenção dessa linha de pensamento por parte da Igreja:

Em um como em outro estado civil, o dever da mulher aparece nitidamente traçado pelos lineamentos, pelas atitudes, pelas faculdades peculiares do seu sexo. Colabora com o homem, mas no modo que lhe é próprio, segundo sua natural tendência. Ora, o ofício da mulher, sua maneira, sua inclinação inata, é a maternidade. Toda a mulher é destinada para ser mãe: mãe no sentido físico da palavra ou num significado mais espiritual e elevado, mas não menos real. A este fim o Criador ordenou todo o ser próprio da mulher, seu organismo, mas também seu espírito e, sobretudo, sua especial sensibilidade, de modo que a mulher, verdadeiramente tal, não pode de outro modo ver nem compreender a fundo todos os problemas da vida humana, senão com relação à família.⁸¹

Enfim, em meio a estas e outras influências, havia mulheres que não concordavam com a obtenção do direito de voto, como Carmem Dolores, por exemplo. Para esta literata do

⁷⁸ RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: PRIORE, Mary Del. (Org.); BASSANEZI, Carla (Coord. de textos). Op. Cit., p. 588-9.

⁷⁹ BRASIL. **Decreto Lei n. 4244 de 09 de abril de 1942.** Lei Orgânica do ensino secundário. Título III, Art. 25. Do ensino secundário feminino. Disponível em: <<http://www.scribd.com/doc/34646486/Decreto-4244-1942-capanema-secundario>>. Acesso em: 03 ago. 2010.

⁸⁰ PIO XI, PAPA. Documento Quadragésimo Anno, 1931 apud CANEZIN, Claudete Carvalho. A mulher e o casamento: da submissão à emancipação. **Revista Jurídica Cesumar**, v. 4, n. 1, p. 144, 2004. Disponível em: <<http://www.cesumar.br/pesquisa/periodicos/index.php/revjuridica/article/viewFile/368/431>>. Acesso em 19 fev. 2009.

⁸¹ PIO XII, PAPA. Documento de 1943 apud CANEZIN, Claudete Carvalho. Op. cit., p. 144.

início do século, este se constituía em uma “forma grotesca de um exibicionismo sem necessidade, que fere preconceitos sem vantagem senão para a vaidade feminina”.⁸²

Outras, como a escritora Francisca de Bastos Cordeiro, harmonizavam-se com a idéia do sufrágio feminino, mas opinavam que as mulheres não deveriam ser votadas, divergindo do projeto de uma atuação plena na vida pública. Para esta escritora, a incumbência maior da mulher consistia na “educação dos homens do futuro: – os seus filhos!”, sendo esta a sua mais nobre missão, através da qual “pode e deve contribuir para a grandeza da nação”. Acreditava que a política deveria ser exercida apenas por aquelas que já tivessem “certa idade, a que não constituiu lar, ou a viúva, sem preocupações de filhos a criar quando já passou a idade trágica dos 35 anos”.⁸³

Carlota Pereira de Queiroz⁸⁴, a primeira deputada federal brasileira, por sua vez, não julgava a regulamentação do trabalho feminino como o problema prioritário para a mulher brasileira. Apesar de que no Brasil, nas primeiras décadas do século XX, uma parte considerável do proletariado era formada por mulheres e crianças, sujeitas a longas jornadas de trabalho, assédio sexual e baixa remuneração,⁸⁵ a deputada acabou dando preferência às questões sanitárias. Sugere a criação do Departamento de Amparo à Mulher e à Criança, subordinado ao Ministério da Educação e Saúde. Carlota divergia, assim, da outra parlamentar, Bertha Lutz, que queria a instituição do Departamento da Mulher, o qual trataria de temas relacionados ao Trabalho Feminino, ao Lar, a Assistência à Mulher, à Infância e Maternidade e à Previdência Social, sendo inclusive concebido um “seguro maternal” a toda mulher trabalhadora entre 18 e 45 anos.

Julgando o trabalho um problema de segunda ordem para o contingente feminino, buscou conferir caráter assistencial ao Departamento organizado por Bertha Lutz, o que dava

⁸² DOLORES, Carmem. O Paiz, 1910 apud SOIHET, Rachel. Op. cit., p. 111.

⁸³ CORDEIRO, Francisca de Bastos. Correio da Manhã, 1927 apud SOIHET, Rachel. Op. cit., p. 111.

⁸⁴ Carlota Pereira de Queiroz (1892-1982) nasceu em São Paulo, filha do Dr. José Pereira de Queiroz e de Maria V. de Azevedo Pereira. Formou-se em Medicina pela Faculdade de Medicina de São Paulo em 1926, sendo que sua tese sobre câncer feminino granjeou-lhe o prêmio Miguel Couto. Torna-se, em 1928, chefe do laboratório de clínica pediátrica desta mesma instituição e em 1929, comissionada pelo Governo, viaja para a Suíça a fim de estudar dietética infantil. Foi eleita Deputada Federal (1933-1937) e na Constituinte integrou a Comissão de Saúde e Educação, sendo de sua autoria o primeiro projeto para a criação de serviços sociais. Em 1942 foi eleita membro da Academia Nacional de Medicina. **Fonte:** FGV/CPDOC. Biografias. **Carlota Pereira de Queiroz.** Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/biografias/ev_bio_carlotapereiradequeiros.htm>. Acesso em: 18 fev. 2009.

⁸⁵ RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: PRIORE, Mary Del. (Org.); BASSANEZI, Carla. (Coord. de textos). Op. cit., p. 578.

mostras de uma visão conservadora e tradicional, optando por “amparar’ a mulher carente de recursos a proporcionar-lhe os meios de alcançar a independência através do trabalho”.⁸⁶

Na década de 1950 fez-se maior a presença feminina no mercado de trabalho, especialmente em profissões como as de enfermeira, professora, funcionária burocrática, médica, assistente social, vendedora, etc. A essa demanda por qualificação profissional ocorreu um correspondente aumento na escolaridade feminina, o que levou a transformações no *status* das mulheres.⁸⁷

No entanto, certos tabus com respeito à profissionalização feminina persistiram, como, por exemplo, a opinião de que o casamento e o trabalho extra-doméstico são incompatíveis.⁸⁸

Lugar de mulher é o lar [...] a tentativa da mulher moderna de viver como um homem durante o dia, e como uma mulher durante a noite, é a causa de muitos lares infelizes e destruídos. [...] Felizmente, porém, a ambição da maioria das mulheres ainda continua a ser o casamento e a família.⁸⁹

Revistas femininas da época recomendavam as mulheres que trabalhavam fora de casa a que não perdessem sua feminilidade:

Preocupação nenhuma, nem trabalho de qualquer espécie devem obscurecer o que o namorado, o noivo e o marido procuram fundamentalmente na eleita do seu coração [...] a mulher, a companheira amorosa que governe sua casa, a mãe de seus filhos e depois, então podem vir as demais qualidades.⁹⁰

Não era comum que as esposas de classe média trabalhassem fora do círculo doméstico, a não ser para completar o orçamento familiar, o que poderia resultar em opróbrio ao marido. Muitas mulheres, assim, desistiam de seus empregos quando casavam ou tinham o primeiro filho. Outras se contentavam apenas com o “prestígio do diploma” e não exerciam a profissão, como algumas das que faziam o magistério, o curso mais procurado pelas moças, dada a sua proximidade às funções de “mãe”.⁹¹

Conviviam, então, muitas vezes em conflito, as visões tradicionais sobre os papéis femininos com a nova realidade que atraía as mulheres para o mercado de trabalho, a obtenção de uma maior independência e a possibilidade de satisfazer crescentes necessidades de consumo pessoal e familiar.⁹²

⁸⁶ SOIHET, Rachel. Op. cit., p. 114.

⁸⁷ BASSANEZI, Carla. Mulheres dos anos dourados. In: PRIORE, Mary Del. (Org.); BASSANEZI, Carla. (Coord. de textos). Op. cit., p. 624.

⁸⁸ Id.

⁸⁹ Querida, nov. 1954 apud BASSANEZI, Carla. Op. cit., p. 624.

⁹⁰ Jornal das Moças, 05 ago. 1954 apud BASSANEZI, Carla. Op. cit., p. 625.

⁹¹ BASSANEZI, Carla. Op. cit., p. 625.

⁹² Id.

Em Curitiba as discussões sobre o trabalho feminino refletem os pensamentos diversos até aqui abordados, especialmente porque os escritos e anúncios de conferências daqueles que apoiavam (ou não) os movimentos de mulheres circulavam nos jornais e revistas das principais capitais do país:

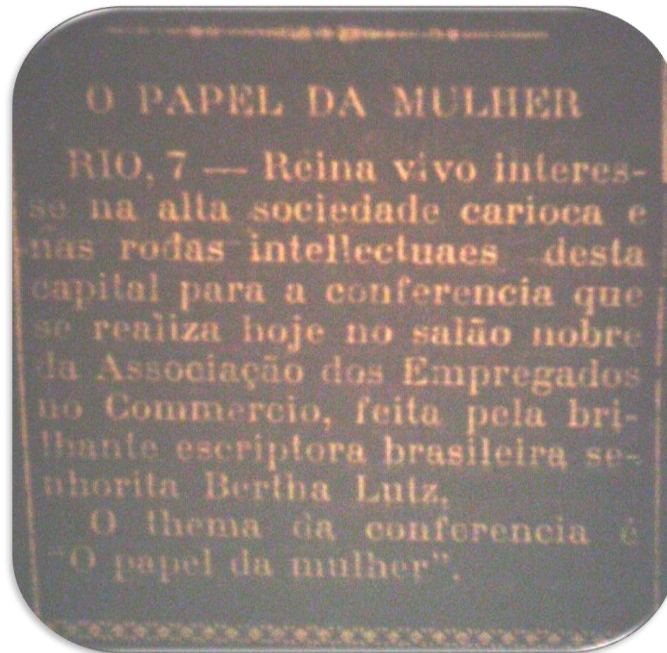


Figura 11 – “O papel da mulher”: divulgação em Curitiba da conferência de Bertha Lutz realizada no Rio de Janeiro.⁹³ Fonte: **Gazeta do Povo**, Curitiba, p. 1, 07 out. 1922.

Para a professora Mariana Coelho⁹⁴, o trabalho representava a “principal emancipação” da mulher, o que a fazia ressentir-se com a postura de homens cultos ou não, a quem denominava de “tradicionalistas”, contrários à instrução feminina e cuja opinião era de que “a mulher deve ser apenas dona-de-casa”. Evoca duas razões para a manutenção desse pensamento por parte dos homens: o medo da concorrência no mercado de trabalho e da perda da autoridade sobre a esposa. “Convém ao homem a tradicional ignorância da mulher – porque é este o único alicerce em que ele pode firmar, tranqüilo e confiante, o cetro do seu

⁹³ “O PAPEL DA MULHER. RIO, 7 – Reina vivo interesse na alta sociedade carioca e nas rodas intellectuaes desta capital para a conferencia que se realiza hoje no salão nobre da Associação dos Empregados no Commercio, feita pela brilhante escriptora brasileira senhorita Bertha Lutz. O thema da conferencia é ‘O papel da mulher’.”

⁹⁴ A escritora e educadora Mariana Coelho nasceu em Portugal, existindo controvérsias quanto à data (1857, 1858 ou 1872) e veio para o Brasil em 1892, radicando-se em Curitiba, PR, onde fundou o Colégio Santos Dumont para meninas e dirigiu a Escola Profissional República Argentina até aposentar-se. Faleceu em Curitiba, no ano de 1954. Fonte: MACHADO, Rita Maria Xavier. A evolução do feminismo: subsídios para sua história [resenha]. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.11, n.1, p. 319-320, jan./jun. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0104-026x2003000100029&script=sci_arttext>. Acesso em: 20 jun. 2010.

revoltante predomínio sobre ela.” Segundo a feminista, esse fato explicaria a preferência masculina em comprometer-se para casamento com as *donas-de-casa*.⁹⁵

Sua fala sugere que a mulher concilie o trabalho e o lar:

Ora, a mulher que apenas sabe ser dona-de-casa, é incapaz de viver do seu trabalho, não se pode tornar independente – está fatalmente condenada a ser escrava – ou dos parentes ou dos estranhos, quando não consiga uma miserável pensão para não morrer de fome! De mais a mais que a sua profissão a não inibe absolutamente de ser, em todo o terreno, muito boa dona-de-casa.⁹⁶

A maternidade como papel social da mulher não deveria ser negligenciada, o que faz com que ela conclame as mães para que se apropriem “de uma sã instrução”, a fim de terem condições de delinear o “espírito, coração e caráter da humanidade futura”.⁹⁷

A médica Nádima Nehemy⁹⁸, em 1948, quando ainda acadêmica da Faculdade de Medicina do Paraná (FMPR) e também redatora do Suplemento Feminino do Jornal Acadêmico Nilo Cairo, órgão da mesma faculdade, escandaliza-se quando lê em um jornal matéria sobre a aprovação de um projeto referente ao serviço militar feminino:

É estranho, absurdo mesmo, que existam mulheres entusiasmadas com tal idéia e algumas até estão a defendê-la corajosamente. Não sei e nem quero saber a que classe pertencem tais representantes, qual o seu nível de cultura, inteligência, etc. Ignoro seus ideais e teimarei em ignorá-los porque não devem ser ideais compatíveis com sua verdadeira condição de mulher. Através de tôdas as épocas, em todos os países, sob tôdas as circunstâncias, muito tem feito a mulher, muito tem realizado e ajudado a construir mundos novos, sem que fosse soldado, sem desvirtuar sua verdadeira missão. Não sou e nem poderia ser contra o admirável trabalho do sexo feminino nos escritórios, laboratórios, fábricas, lojas, etc. Mas para que um quartel quando ela tem o lar? [...] Sou dos que ainda acreditam – “a mão que embala o berço é a mão que governa o mundo”. Governa-o indiretamente, educando os seus filhos para a paz, ensinando-lhes a descobrir a bondade no coração dos homens, ensaiando-os para os verdadeiros vôos do espírito.⁹⁹

Nehemy, assim como Mariana Coelho, considera conciliáveis o trabalho feminino e o cuidado com o lar e os filhos, porém, avalia como dignas de execração as suas companheiras

⁹⁵ COELHO, Mariana. **A evolução do feminismo: subsídios para a sua história**. 2ª edição [a 1ª edição é de 1933]. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2002, p. 45 e 46.

⁹⁶ Ibid., p. 47.

⁹⁷ Ibid., p. 389.

⁹⁸ Nádima Nehemy Kassab (1923-2003), filha de imigrantes sírios, nasceu no interior do Estado de São Paulo e atuou primeiramente como professora normalista. Ingressou na Faculdade de Medicina do Paraná com 23 anos, onde conheceu o Dr. Fuad Kassab, com quem casou em 1953. Concluiu seu curso na Escola Paulista de Medicina em 1952, especializando-se em Cardiologia, vindo a exercer a profissão no INSS (antigo IAPI) e em consultório particular, juntamente com o esposo. **Fonte:** ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Projeto de lei nº 152, de 2005, de autoria do Deputado Pedro Tobias**. Dá denominação de "Doutora Nadima Nehemy Kassab" ao Hospital Geral do Grajaú, na Capital. São Paulo, 18 abr. 2005, [n. p.]. Disponível em: <<http://webspl1.al.sp.gov.br/internet/download?poFileIfs=5211396>>. Acesso em: 23 jun. 2010.

⁹⁹ NEHEMY, Nádima. Três notas sem importância [nota 2]. **Jornal Acadêmico Nilo Cairo**, Curitiba, ano 2, n. 5, p. 7, out. 1948. Suplemento Feminino, ano 1, n. 1, capa.

de gênero que reivindicam também o quartel como uma possibilidade de carreira para as mulheres. Na opinião da médica, uma *mulher-soldado* estaria desvirtuando o seu verdadeiro papel social ao trocar o lar pelo quartel.

A professora Georgina Mongruel¹⁰⁰ era anti-sufragista e Mariana Coelho a censurava por sua atitude de conferir ao gênero feminino o papel de “conspiradora de alcova”. Ao que Georgina argumentava:

Meu Deus! Nós votaremos assim mesmo! Instruídas e inteligentes, nas noites adoráveis passadas em família, no lugar de fazer intrigas discutiremos política com nossos maridos, nossos irmãos, nossos amigos; escolheremos os candidatos e esses senhores agradavelmente influenciados votarão como quisermos.¹⁰¹

A poetisa Magda Costa, por sua vez, no ano de 1940, decreta: “as filhas de Eva devem voltar para o lar”. Condenando as mudanças de comportamento em suas companheiras de gênero reitera: “tudo isto que anda por aí, com rótulo de modernismo, no que se refere à conduta da mulher, não passa, para mim, de corrupção dos costumes.” Sua opinião é de que a missão da mulher consistiria em ser mãe e conselheira do marido e não em ter uma atuação profissional.¹⁰²

Entretanto, a lista das ocupações e profissões a que as curitibanas dedicavam-se era grande. Trabalhavam como médicas, parteiras, enfermeiras, odontólogas, farmacêuticas, professoras, jornalistas, pedagogas, advogadas, datilógrafas, contadoras, costureiras, domésticas, cartomantes, benzedeadas, massagistas, amas de leite, lavadeiras, vendedoras ambulantes, leiteiras, donas de bares e pensões, chapeleiras, bordadeiras, cabeleireiras, garçonetes, manicures, balconistas, comerciantes, auxiliares nos consultórios médicos e dentários e telefonistas, entre outras¹⁰³.

¹⁰⁰ Georgina Mongruel (1861-1953) nasceu na Bélgica, vindo juntamente com o marido para o Brasil em 1891 (São Paulo) e fixando-se em Curitiba no ano de 1894. Compositora, musicista e poetisa, lecionou na Escola de Belas Artes do Paraná. Correspondente assídua dos periódicos de Paris, Bélgica, Argentina, Uruguai, Rio de Janeiro e Curitiba, colaborava com poesias, crônicas, crítica de arte e prosa memorialista. **Fonte:** SANTOS, Luísa Cristina dos. **Georgina Mongruel** – Vida. GT A mulher na literatura/ANPOLL, UFSC, [n. p.], biênio 2002/2004. Disponível em: <http://www.amulhernaliteratura.ufsc.br/catalogo/georgina_vida.html>. Acesso em: 21 jun. 2010.

¹⁰¹ MONGRUEL, Georgina. La femme electeur. *Diário da Tarde*, Curitiba, 02 mar. 1901, p. 1 apud TRINDADE, Etelvina Maria de Castro. Ana Coelho uma voz portuguesa no sul do Brasil. In: CONGRESSO INTERNACIONAL, 1., 2003, Toronto. **Actas...** p. 24. Disponível em: <<http://ceris.metropolis.net/virtual%20library/community/Voice%20and%20Choice%20of%20Portuguese%20Immigrant%20Women.pdf>>. Acesso em: 21 jun. 2010.

¹⁰² GANZ, Ana Maria. Op. cit., p. 133-134.

¹⁰³ Cf. GANZ, Ana Maria, passim.

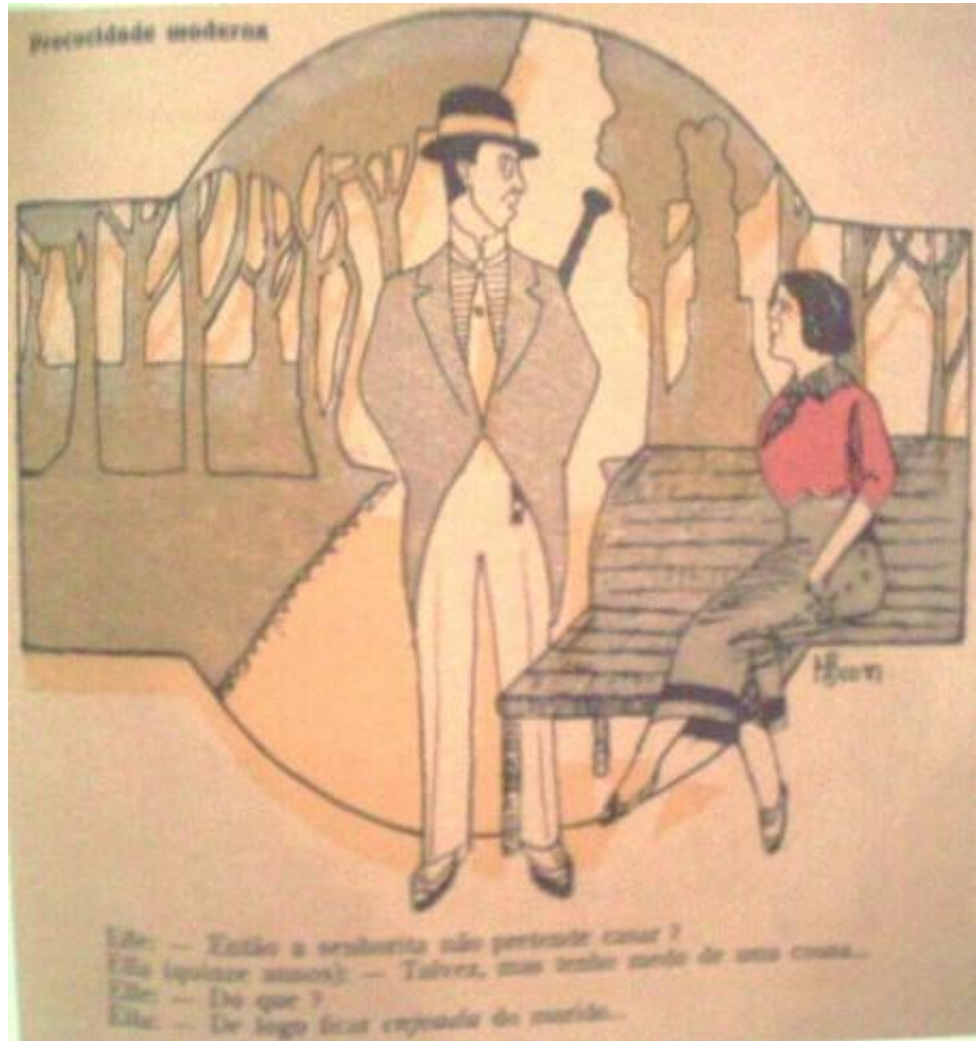


Figura 12 – Charge “precocidade moderna”:¹⁰⁴ evidencia que os costumes e o comportamento feminino se alteraram, não consistindo mais o casamento na única opção da mulher para o seu futuro. Fonte: *A Bomba*, Curitiba, 10 jul. 1913 apud BAHLS, Aparecida Vaz da Silva.; BUSO, Mariane Cristina. Op. cit., p.111.

A Dra. Maria Falce de Macedo¹⁰⁵ além de lecionar na Faculdade de Medicina do Paraná, “por longos anos manteve bem montado laboratório de análises, tornando-se conhecida por toda a população curitibana”.¹⁰⁶

¹⁰⁴ “Ele: – Então a senhorita não pretende casar?
Ela (quinze anos): – Talvez, mas tenho medo de uma coisa...
Ele: – De que?
Ela: – De logo ficar enjoada do marido...”

¹⁰⁵ Maria Falce de Macedo, natural de Curitiba, diplomou-se na primeira turma da Faculdade de Medicina do Paraná, em 1919, aos 22 anos. Apresentou Tese de Doutorado com o tema “Ascaridose hepática – em torno de um caso”. Em 1929 foi empossada como a primeira Catedrática do Paraná, para reger as cadeiras de Química Orgânica e Biologia dos cursos de Medicina e Farmácia. Casou com o Dr. José Pereira de Macedo, seu companheiro de turma, mais tarde Catedrático de Anatomia Humana. **Fonte:** NEHEMY, Nádima. A primeira médica paranaense. *Jornal Acadêmico Nilo Cairo*, Curitiba, ano 3, n. 6, p. 5, maio 1949.

¹⁰⁶ Id. Suplemento Feminino, ano 2, n. 2, capa.

Ao lado do nome de Mariana Coelho, temos outros que advogaram pela causa das mulheres em Curitiba¹⁰⁷: a advogada Ilnah Pacheco Secundino¹⁰⁸; a escritora e jornalista Virgília Stella da Silva, de pseudônimo Rachel Prado¹⁰⁹; além das professoras Elvira Paraná¹¹⁰ e Leonor Castellano¹¹¹ e o advogado Pamphylo d’Assumpção¹¹².

A profissão de professora geralmente era mais aceita socialmente, considerada como uma extensão do papel que normalmente já era imputado à mulher como educadora de crianças e jovens. A Dra. Maria Falce, por exemplo, era conhecida como a “Mãe dos acadêmicos” que “via em cada aluno um próprio filho”.¹¹³

Contudo, nem todos viam as professoras com bons olhos:

Ouvíamos no cinema a valsa precursora da primeira fita quando penetrou na sala um casal estranho. Ela, “feiarrona”, na idade em que a natureza começa a recolher uma a uma todas as graças da mocidade [...]

Em matéria de vestuário, suas roupas escuriças, mais atentas à comodidade que à elegância, denunciavam a transição da moda para o “fora de moda”. Ele, bem mais novo, tinha um ar vexado e submisso de “coisa humana” em singular contraste com o ar de dona da companheira [...]

¹⁰⁷ Os nomes seguintes foram citados como simpatizantes dos movimentos de mulheres nos trabalhos de: GANZ, Ana Maria. Op. cit., p. 123 e 131 [Ilnah Pacheco Secundino e Rachel Prado] e TRINDADE, Etelevina Maria de Castro. Op. cit., p. 113 [Elvira Paraná, Leonor Castellano e Pamphylo d’Assumpção].

¹⁰⁸ Ilnah Pacheco Secundino, tetra neta de José Bonifácio de Andrada e Silva, foi presidente do Centro Paranaense de Cultura Feminina, além de membro da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF) fundada por Bertha Lutz em 1922. Contrária à indissolubilidade do casamento, a publicação de seu livro “A mulher e o divórcio” produzia expectativas na década de 1940. **Fontes:** GANZ, Ana Maria. Op. cit., p. 125; DEROSSO, João Cláudio [Vereador em 2002]. **Justificativa de Projeto de Lei Ordinária:** denomina de Ilnah Pacheco Secundino de Oliveira, um dos logradouros públicos da Capital ainda não nominado. Disponível em: <<http://domino.cmc.pr.gov.br/prop2000.nsf/10051d96c5435d8e03256e8e006f1f99/e1d8678985835b1003256bb8005f3e07?OpenDocument>>. Acesso em: 21 jun. 2010.

¹⁰⁹ Rachel Prado nasceu em Curitiba na data de 20 de março de 1891, filha de Joaquim Antônio da Silva, fundador do periódico *A República* e de Maria Eufrásia da Silva. Aos 18 anos juntamente com sua família mudou-se para o Rio de Janeiro, mas sua colaboração aos jornais de Curitiba e Paranaguá era freqüente. Promoveu, entre outras campanhas, a divulgação dos Cursos de Enfermagem da Cruz Vermelha e da Escola Anna Nery. **Fonte:** BRANTES, Carlos Alberto. Quem foi Rachel Prado? **Paraná Online**, [n. p.], 19 jul. 2008. Disponível em: <<http://www.parana-online.com.br/editoria/almanaque/news/146737/?noticia=QUEM+FOI+RACHEL+PRADO>>. Acesso em: 21 jun. 2010.

¹¹⁰ Elvira da Costa Faria Paraná era esposa do advogado, professor, jornalista, político e escritor curitibano Sebastião Paraná de Sottomaior (1864-1938). **Fonte:** FEDERAÇÃO ESPÍRITA DO PARANÁ. **Sebastião Paraná de Sottomaior**. Curitiba, [s.d.], [n.p.]. Disponível em: <http://www.feparana.com.br/biografia.php?cod_biog=258>. Acesso em: 21 jun. 2010.

¹¹¹ Leonor Castellano foi presidente do Centro de Letras do Paraná de 1949 à 1952. **Fonte:** CENTRO DE LETRAS DO PARANÁ. **Leonor Castellano**. Curitiba, 25 maio 2009, [n. p.]. Disponível em: <http://centrodeletrasdoparana.blogspot.com/2009_05_01_archive.html>. Acesso em: 21 jun. 2010.

¹¹² Pamphylo d’Assumpção (1868-1945), natural de Curitiba, em 1897 conquistou o grau de Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais, pela Faculdade de Direito de São Paulo. Retornando à sua terra natal, além de exercer a advocacia, escrevia para a imprensa e lecionava na recém-fundada Faculdade de Direito da Universidade do Paraná. Casou em 1920 com a pintora Maria Amélia de Barros e foi o primeiro presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Paraná (1932-37). **Fonte:** GOMES, Oscar Martins. **O professor Pamphylo d’Assumpção** – perfil póstumo. Curitiba, mar. 1959, p. 379-383. <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/direito/article/viewFile/6615/4733>>. Acesso em: 21 jun. 2010.

¹¹³ NEHEMY, Nádima. A primeira médica paranaense. Op. cit., p.5.

Ela falava do alto sem volver o rosto. Ele ouvia de baixo, humilde, atento. Visivelmente um caso conjugal! onde cantava a galinha e o galo chocava os pintos. Meu amigo apontou o homem com o beijo e murmurou:
 - Um chupim.
 - Chupim? Repeti interrogativamente diante da palavra que ouvia pela primeira vez.
 - Quer dizer “marido de professora”. O povo alcunha-os assim tirando analogias do passarinho preto que vive à custa do tico-tico [...].¹¹⁴

Tendo em vista os discursos abordados, é necessário considerarmos que, de acordo com o Código civil brasileiro de 1916, a mulher ligada pelo casamento, assim como menores, pródigos e silvícolas, era considerada civilmente incapaz, não possuindo autonomia para exercer uma profissão, a não ser com a autorização do marido.¹¹⁵

Em 1949, mesmo ano de criação da Federação de Mulheres do Brasil (FMB), a advogada Romy Medeiros funda o Conselho Nacional de Mulheres. Entretendo bom relacionamento com o Governo, conquista a aprovação do “Estatuto da mulher casada” (Lei 4.121, de 27/08/1962), o qual abole do rol dos relativamente incapazes as mulheres ligadas pelo casamento, permitindo o seu livre ingresso no mercado de trabalho.¹¹⁶

Mas é claro que a novidade de aprovação de uma lei não significa a mudança instantânea de mentalidades, o que continua admitindo a coexistência de pensamentos tradicionais e conservadores com os de vanguarda.

Assim, idéias retiradas dos discursos contemplados, como estas a seguir:

- nem todas as profissões devem ser franqueadas às mulheres; a não ser aquelas que se constituam em uma extensão de sua “natureza feminina”;
- a principal missão da mulher é ser esposa e mãe. Trabalhar fora de casa é algo secundário e deve ter lugar apenas quando existirem necessidades financeiras;
- as mulheres que defendem idéias de profissionalização feminina com certeza são solteironas, feias e frustradas, desprovidas de qualquer instinto materno;
- a ambição da mulher deve ser o casamento e a família e não ser homem o dia inteiro e mulher apenas à noite;
- a mulher ao casar ou ter seu primeiro filho deve desistir do emprego;

¹¹⁴ LOBATO, M. O romance do chupim. *Diário da Tarde*, Curitiba, 13 jan. 1922, p. 1 apud TRINDADE, Etelvina Maria de Castro. **Clotildes ou Marias mulheres de Curitiba na Primeira República**. Op. cit., p.170.

¹¹⁵ LÔBO, Paulo Luiz Netto. As vicissitudes da igualdade e dos deveres conjugais no direito brasileiro. **Revista Brasileira de Direito de Família Jus Navigandi**, Teresina, ano 9, n. 722, [n. p.], 27 jun. 2005. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=6929>>. Acesso em: 20 jun. 2010.

¹¹⁶ SANTOS, Yumi Garcia dos. A implementação dos órgãos governamentais de gênero no Brasil e o papel do movimento feminista: o caso do Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo. **Cadernos Pagu**, São Paulo, n. 27, p. 409, jul./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n27/32149.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2010.

- a mulher pode estudar apenas para obter *status*, e não necessariamente para exercer uma profissão;
- a co-educação não deve ser permitida;
- caso a co-educação seja liberada, devem ser tomadas medidas que resguardem a boa ordem e a disciplina;
- a mulher não deve ter o direito de voto;
- a mulher deve votar, mas não ser votada;
- ocupações como de costureira, operária, lavadeira, doceira, empregada doméstica, florista, figurante de teatro, modista, vendedora de charutos e garçonne são para moças “perdidas”;

Conviveram nas mais diversas e possíveis combinações com estes outros pensamentos:

- as mulheres casadas devem ter direito ao exercício do trabalho, independente da condição do marido;
- a mulher deve conquistar os direitos de votar e ser votada;
- a mulher e o homem devem ser educados igualmente tanto para o lar quanto para a vida profissional.

Certo é que, fossem os argumentos contrários ou a favor,

as mulheres pobres não estavam apenas nas indústrias do Sudeste. Muitas estavam no campo, trabalhando nas plantações e colheitas, em fazendas e em outros tipos de propriedade rural. Nas cidades, elas trabalhavam também no interior de casas – como empregadas domésticas, lavadeiras, cozinheiras, governantas –, em escolas, escritórios, lojas, hospitais, asilos ou, ainda, circulavam pelas ruas como doceiras, vendedoras de cigarros e charutos, floristas e prostitutas. Entre as jovens que provinham das camadas médias e altas, muitas se tornavam professoras, engenheiras, médicas, advogadas, pianistas, jornalistas, escritoras e diretoras de instituições culturais... Aos poucos, as mulheres iam ocupando os espaços de trabalho possíveis.¹¹⁷

O discurso de valorização da maternidade e a resignificação desta como maternidade higiênica, defendidos por muitos médicos e educadores, entre outros, ao responsabilizar a mãe pela formação do tipo nacional do futuro, agregaram ao exercício da maternidade o “status de função social”, um meio da mulher “extrapolando o espaço doméstico e melhorar sua posição

¹¹⁷ RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: PRIORE, Mary Del.; BASSANEZI, Carla. Op. cit., p. 603.

social”,¹¹⁸ perspectiva presente na fala das feministas Francisca Prager Fróes, Bertha Lutz e Mariana Coelho, citadas neste subcapítulo.

Ao reafirmarem a vinculação da função maternal à natureza das mulheres, e a compatibilidade de tal atribuição com outros papéis femininos, as feministas das correntes maternalistas aproveitaram a concepção de maternidade como dimensão exclusiva do gênero para aumentar seu poder e facilitar a reivindicação de outros direitos. Endossaram, portanto, a ideologia da maternidade científica, enxergando, na aliança com os médicos – e adesão aos princípios científicos da puericultura –, meios para transformar a maternidade no papel social feminino. Para as mulheres das classes média e alta urbanas, o exercício da maternidade científica, ao representar acesso ao espaço socialmente reconhecido da ciência – até então de domínio quase exclusivamente masculino –, constituiu caminho potencial de inserção no espaço público – via filantropia ou trabalho profissional, ou mesmo através de práticas de consumo¹¹⁹.

¹¹⁸ FREIRE, Maria Martha de Luna. **Mulheres, mães e médicos**: discurso maternalista no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2009, p. 245.

¹¹⁹ *Ibid.*, p. 245-246.

1.2.2 Errol Flynn e Olivia de Havilland... da matinê ao *footing*, do teatro ao chá dançante, da Universidade ao trabalho

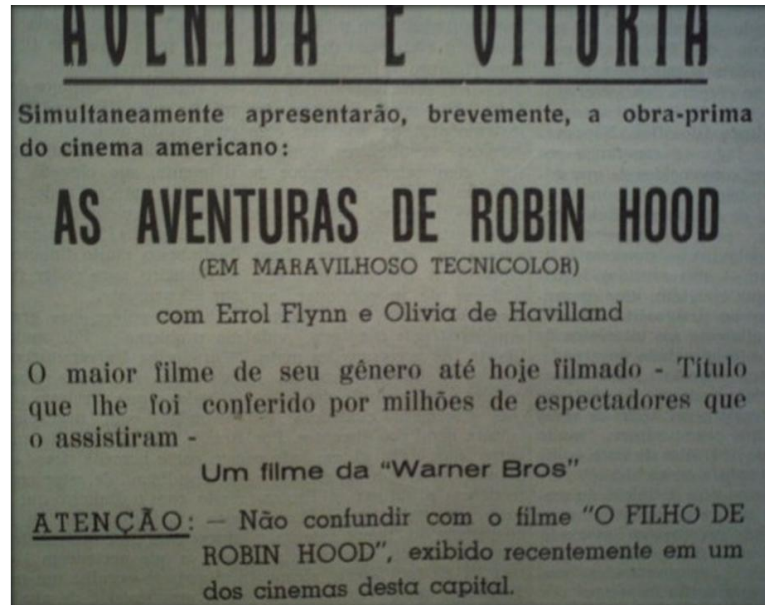


Figura 13 – Propaganda do Cine Avenida (1929) inaugurado no Palácio Avenida, Rua 15 de Novembro, no trecho da Avenida Luis Xavier – e Cine Vitória, antigo Imperial e depois Ritz (1948), ocupando a quadra da Rua 15 de Novembro, entre a Dr. Murici e a Marechal Floriano. Fonte: **Jornal Acadêmico Nilo Cairo**, Curitiba, ano 2, n. 4 , p. 5, jun. 1948.

Os discursos da modernidade que difundiam novas idéias sobre a sociedade curitibana, além das novidades incorporadas e dos artefatos modernizadores da urbe (ver subcapítulo 1.1), somados aos discursos promovedores da instrução e do trabalho feminino saídos da pena de inúmeras mulheres que já se desempenhavam em suas profissões na cidade (ver subcapítulo 1.2.1), provocaram a introdução de novos hábitos nas mulheres e alterações nas relações de gênero.

[...] as oportunidades educacionais e profissionais, quaisquer que fossem, representaram naquele período uma brecha para a emergência de um papel público para as mulheres, sinalizando não para uma “ilusão” ou farsa, mas para a mudança efetiva de seus papéis sociais. [...] A nova paisagem social forjou um novo estilo de vida urbano e favoreceu o aparecimento de novas sociabilidades, ensejadas pelos valores burgueses em construção. Novas identidades e diferenças sexuais emergiram. A iaíá do sobrado – que nas palavras de Gilberto Freire era “um ser artificial, mórbido, uma doente, deformada no corpo para ser a serva do homem e a boneca de carne do marido” [FREYRE, Gilberto. Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano. 14^o ed. Revista, São Paulo, Global, 2003] – se transmutou na mulher moderna, que surgiu após a I Guerra Mundial em busca de estudo e trabalho, freqüentando cinemas, teatros, parques e praticando esportes. Conduzidas à esfera pública, as mulheres se tornaram

consumidoras, assumiram profissões antes vedadas para elas, e passaram a lutar pelos direitos jurídicos e civis.¹²⁰



Figura 14 – Três senhorinhas com seus cabelos *à la garçonnette*¹²¹ e suas saias *apenas* cobrindo os joelhos, caminham juntas pela Praça Osório, no centro de Curitiba; como pano de fundo, o bonde da Linha Siqueira Campos (antigo nome da Avenida Batel), ano de 1928. Fonte: **Coleção Allen Morrison**. Disponível em: < <http://www.tramz.com/br/ct/ctp.html> >. Acesso em: 26 jun. 2010.

Em 1949, o número total de alunos da Faculdade de Medicina do Paraná (cursos de medicina, farmácia e odontologia) era de 1080, aproximadamente. Dentre esses, 125 eram mulheres: 56 matriculadas no curso de medicina (distribuídas nos seis anos), 24 alunas no de

¹²⁰ AZEVEDO, Nara; FERREIRA, Luiz Otávio. Modernização, políticas públicas e sistema de gênero no Brasil: educação e profissionalização feminina entre as décadas de 1920 e 1940. **Cadernos Pagu**, v. 27, p. 217-218, jul./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/cpa/n27/32143.pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2010.

¹²¹ O corte *à la garçonnette* inspirou Pedro de Sá Pereira e Américo F. Guimarães a comporem em 1925 uma marchinha de carnaval. A segunda estrofe assim versava: “*Cabelos curtos, bem aparados / Lindos cangotes nos deixam ver / Tão sedutores e tão perfumados / Que os gabirus fazem padecer*”. Disponível em: <<http://www.lettras.com.br/marchinhas-de-carnaval/tudo-a-la-garconne>>. Acesso em 26 jun. 2010.

farmácia (três anos de curso) e 45 em odontologia (também com a duração de três anos).¹²²,
123

No Diretório Acadêmico Nilo Cairo (D. A. N. C.) da Faculdade de Medicina do Paraná foi organizado o Departamento feminino “Dra. Maria Falce de Macedo”, que congregava acadêmicas dos três cursos citados acima. Esse Departamento começou a publicar na edição de outubro de 1948 do *Jornal Acadêmico Nilo Cairo o Suplemento Feminino* (um encarte) redigido pelas alunas.

Além das poesias, eram freqüentes os artigos que desejavam pôr em evidência a participação e as conquistas femininas na própria faculdade e até mesmo em outros países, como pode ser visto a seguir.

O primeiro número do *Suplemento Feminino* traz como uma de suas reportagens de capa a vitória da acadêmica do 6º ano Médico Tazir Leprevost em um concurso promovido pelo Departamento Científico Cultural do D. A. N. C. sobre o tema “Fundamentos Físicos do Roentgendiagnóstico”,¹²⁴ no qual concorreram oito trabalhos. A “doutoranda” foi premiada com um livro sobre interpretação radiológica e um esfigmotensiômetro (aparelho para verificar a pressão), ofertas da Livraria Universitária e da Casa Lohner (uma fábrica de equipamentos médicos), respectivamente e, além disso, teria seu trabalho publicado nos Anais da Faculdade de Medicina. Avaliada pela redatora como “um dos mais valorosos elementos de nossa mocidade estudantil”, sua conquista foi considerada “uma oportunidade para demonstrar o quanto pode uma inteligência quando acompanhada de dedicação e interesse”.¹²⁵ Nas entrelinhas poderíamos ler uma inteligência *feminina*.

“A mulher de hoje acostumada a participar de todas as atividades do mundo moderno, não pode calcular o que teria sido a luta das pioneiras, a-fim conseguíssemos fazer parte de ‘um mundo só’”. Assim começa a homenagem da redatora do suplemento à primeira cirurgiã do mundo, Elizabeth Blackwell (1821-1910). O livro de Sarah K. Bolton, “Mulheres famosas

¹²² NEHEMY, Nádima. Curiosidades e sugestões. As mulheres na Faculdade de Medicina do Paraná. **Jornal Acadêmico Nilo Cairo**, Curitiba, ano 3, n. 6, p. 5, maio 1949. Suplemento Feminino, ano 2, n. 2, capa.

¹²³ A redatora do suplemento feminino não inclui o número de aproximadamente 18 mulheres matriculadas no curso de Enfermagem Obstétrica (duração de dois anos) em 1949. **Fonte:** FACULDADE DE MEDICINA DO PARANÁ. **Relatório do ano de 1949, apresentado à Congregação pelo Dr. Eurípedes Garcez do Nascimento, Diretor, em sessão de 17 de janeiro de 1950.** Curitiba: Tip. João Haupt, 1950, mapa n. 4 – movimento escolar de 1949.

¹²⁴ *Roentgendiagnóstico* significa investigar por meio dos Raios X. O termo possui como prefixo o nome do descobridor do método em 1895, o físico alemão Wilhelm Conrad Roentgen. **Fonte:** BARP, Ediana. **A introdução da Radiologia na Bahia:** das primeiras lições na Faculdade de Medicina à criação de uma disciplina (1897-1974). Dissertação (Mestrado em História da Ciência) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006, p. 33 e 40.

¹²⁵ NEHEMY, Nádima. Tazir Leprevost. **Jornal Acadêmico Nilo Cairo**, Curitiba, ano 2, n. 5, p. 7, out. 1948. Suplemento Feminino, ano 1, n. 1, capa.

de todos os tempos”, é dado como a referência bibliográfica para o artigo, que exalta a coragem da médica em vencer os preconceitos e obstáculos que se lhe impuseram na construção de sua carreira e descreve suas realizações profissionais.¹²⁶

Já no segundo número do encarte feminino, as homenagens vão para a primeira médica paranaense, a Dra. Maria Falce de Macedo; para a pioneira da penicilina, a Dra. Ethel Florey e para as cientistas e literatas que receberam o Prêmio Nobel.¹²⁷

As organizadoras do suplemento mantêm discursos de engrandecimento e querem dar visibilidade às mulheres que circularam e se destacaram no meio científico, justamente porque, enquanto acadêmicas, se encontram em um espaço, que é a Faculdade de Medicina, no qual a ciência é o fundamento. A difusão dos feitos das cientistas através do *Jornal Acadêmico* é um meio de demonstrar à comunidade universitária o quanto pode realizar uma mulher instruída nos moldes científicos. A visibilidade aí se torna essencial na conquista por influência, aceitação e reconhecimento em um terreno dantes marcadamente masculino. A idéia é confirmar e ampliar o espaço já adquirido, continuar tornando viável o fazer parte de “um mundo só”, um mundo público e científico partilhado por ambos os gêneros.

O Departamento Feminino, em uma nota de seu suplemento, informa que “o elemento feminino” da Faculdade de Medicina “esteve presente em todas as atividades do D. A. N. C., frequentando assiduamente sua Séde, prestigiando assim, cada vez mais, o ambiente social do Diretório, conferindo-lhe uma nota de alegria e distinção.” Realçando a significação da presença feminina no universo acadêmico, o Departamento, na seqüência, propõe uma contrapartida: “desejamos que ele [o D. A. N. C.] continue a dispensar ao nosso órgão de classe, a mesma atenção e cooperação, pois só assim continuaremos a ter o D. A. N. C. que sempre almejamos”. Estando aparelhado com “uma bem instalada sala de estar, privativa das acadêmicas”, na Sede do D. A. N. C. e tendo a oportunidade de publicar um suplemento no *Jornal Acadêmico*, o Departamento Feminino dava mostras do reconhecimento do D. A. N. C. em relação a sua atuação na faculdade.¹²⁸

As *senhorinhas* eram realmente bastante participativas na organização de festas, bailes com traje à passeio ou à rigor, como o “Baile do Calouro”, o “Baile do Acadêmico” e o “Baile das 3 pedras”; além de “chás dansantes”, “vesperais” e a “Coca-Cola Dansante”.

¹²⁶ NEHEMY, Nádima. A primeira cirurgiã do mundo – Elizabeth Blackwell. *Jornal Acadêmico Nilo Cairo*, Curitiba, ano 2, n. 5, p. 8, out. 1948. Suplemento Feminino, ano 1, n. 1, p. 2.

¹²⁷ _____, passim. *Jornal Acadêmico Nilo Cairo*, Curitiba, ano 3, n. 6, maio 1949. Suplemento Feminino, ano 2, n. 2.

¹²⁸ _____. Departamento Feminino. *Jornal Acadêmico Nilo Cairo*, Curitiba, ano 2, n. 5, p. 7, out. 1948. Suplemento Feminino, ano 1, n. 1, capa.

Nos salões do Círculo Militar, do Paraná, aos 19 de abril, constituiu acontecimento relevante o tradicional “Baile do Calouro” [...] O baile seguiu o seguinte programa: às 22 horas, abertura com o Hino da Medicina; às 24 foi anunciada a Valsa do Calouro. Logo após, a senhorita Abigail de Alencar, Presidente do Dep. Feminino, em brilhante oração, saudou as novas acadêmicas, terminando com a entrega a cada Caloura duma faixa simbólica.¹²⁹

Em Novembro, quando de sua posse, o Departamento [feminino] ofereceu aos associados em farto lanche e animada Tarde Dansante. [...] Em Março 19, recepcionou as calouras de 1949 na Séde do Diretório; o programa constou de pequena sessão que foi aberta pelo colega Presidente do D. A. N. C., Oséas de Castro Neves que cumprimentando as novas estudantes, teve para elas palavras de estímulo [...]. Falou ainda a Diretora do Departamento Maria de Lourdes Santos e a oradora oficial do Dep. Feminino a academica Nadima Nehemy. Em nome das calouras agradeceu a academica de Medicina srta. May Silveira. Logo após a sessão foi oferecido um lanche Coca-Cola que decorreu em ambiente alegre e amiguo. No dia seguinte, Domingo, o Departamento promoveu uma Tarde Dansante em homenagem às novas acadêmicas e aos associados do D. A. N. C..¹³⁰

O envolvimento das acadêmicas com a preparação das festividades era solicitado pelos colegas do gênero masculino:

Os nossos colegas do 6º ano médico [...] já se movimentaram, no sentido dos festejos de formatura. Em assembléia, foi eleita uma Comissão de Festas, a qual está integrada pelos seguintes colegas: – Presidente: – Hélio Helbert dos Santos; Tesoureiros: – Flávio Pinho Camargo e Cláudio da Silva Braga; Sub-comissão de Festas: – Enrico Ricco, Edgar Fontoura, Décio Tavares. Esta comissão é ainda, por decisão da assembléia, coadjuvada pelas colegas: – Sara Olímpia do Val, Tazir Leprevost, Célia Paciornik e Iorfinda Moura.¹³¹

Os organizadores do *Jornal Acadêmico Nilo Cairo* davam visibilidade às atividades do Departamento Feminino através da publicação dos eventos promovidos pelas colegas:

Desenvolveu [o Departamento feminino] várias atividades entre as quais pode-se destacar: Criação de uma Secção de Esportes, proporcionando às associadas facilidades para a prática desportiva. Confecção e entrega das faixas de veteranas às colegas primeiroanistas, quando da realização do Baile do Calouro. Recepção, na séde do Diretório, às calouras de 1949, festa bastante animada que transcorreu num ambiente de grande camaradagem. Além do que foi citado o Dep. Feminino cooperou ativamente na realização do trote ao calouro, na Festa da Confraternização e no Bazar do Natal.¹³²

A organização de uma seção de esporte feminino no D. A. N. C. era “uma velha aspiração das acadêmicas de Medicina, Farmácia e Odontologia”. Para tal, foi nomeada “Diretora Esportiva” a acadêmica Maria Gabriela Kruger Pereira, “conhecedora que é da

¹²⁹ U. S. G. Realizações. **Jornal Acadêmico Nilo Cairo**, Curitiba, ano 1, n. 3, p. 3, set. 1947.

¹³⁰ NEHEMY, Nádima. A nova diretoria do Departamento feminino do “Nilo Cairo”. **Jornal Acadêmico Nilo Cairo**, Curitiba, ano 3, n. 6, p. 5, maio 1949. Suplemento Feminino, ano 2, n. 2, capa.

¹³¹ PORTELLA, Benedicto. Os doutorandos em atividade. **Jornal Acadêmico Nilo Cairo**, Curitiba, ano 2, n. 4, p. 2, jun. 1948.

¹³² _____. Departamento feminino. **Jornal Acadêmico Nilo Cairo**, Curitiba, ano 3, n. 6, p. 11, maio 1949.

importância do esporte na vida moderna, desenvolvendo o espírito esportivo e de cooperação, tão úteis nos dias atuais.” Os treinos eram realizados no Círculo Militar e no Curitiba Futebol Club, “por gentileza do Coronel Agostinho Alves Pereira”.¹³³

O trote era um costume no meio acadêmico que fazia “a Sociedade Curitibana rir gostosamente, espreitando por trás das cortinas, ao observar a apresentação dos Calouros”.¹³⁴ Estes saíam desfilando fantasiados pela Rua 15 de Novembro e Avenida João Pessoa com seus carros alegóricos, aproveitando para fazer crítica política e social através das charges que interpretavam como “um verdadeiro carnaval”.¹³⁵

As *senhoritas* do Departamento feminino também tinham parte ativa nos preparativos para essa comemoração, confeccionando as fantasias necessárias, sendo seu trabalho “apreciado pela rapidez e perfeição com que se desincumbem da missão que recebem”.¹³⁶ Aqui é evidente que a mulher circula no ambiente acadêmico, mas as *prendas femininas*, neste caso, a habilidade em corte e costura, não são olvidadas, antes sim, requeridas como coadjuvantes nas programações realizadas.

A colaboração feminina para o trote não parava por aí. A fim de angariar fundos das casas comerciais da cidade para a realização do evento, “várias senhoritas fazem parte dos grupos encarregados de ‘percorrerem a praça’ com o Livro de Ouro”.¹³⁷ Mas sua atuação não ficava restrita aos bastidores: também desfilavam, como por exemplo, no trote de 1948, em que saíram fantasiadas de “Galera” e “Carro florido com calouras”.¹³⁸

O Departamento feminino, entretanto, não apenas promovia festas e costurava: “um dos pontos constantes da Diretoria é a realização de palestras mensais proferidas pelas alunas e versando sobre assuntos culturais e científicos”, como o tema “Neoplasias mais freqüentes na mulher”, escolhido para uma dessas reuniões, demonstrando o desejo por fruição científica.¹³⁹

A escolha da Rainha da Faculdade de Medicina pelos alunos de farmácia, odontologia e medicina era outro evento acadêmico considerado de grande vulto, “por certo fadado ao sucesso dado o grande número de fãs que as nossas colegas desfrutavam entre os noventa e

¹³³ NEHEMY, Nádima. O esporte feminino no Diretório Acadêmico “Nilo Cairo”. **Jornal Acadêmico Nilo Cairo**, Curitiba, ano 3, n. 6, p. 5, maio 1949. Suplemento Feminino, ano 2, n. 2, capa.

¹³⁴ PORTELLA, Benedicto. O trote deste ano. **Jornal Acadêmico Nilo Cairo**, Curitiba, ano 2, n. 4, p. 5, jun. 1948.

¹³⁵ FORNARI, H. N. O que é o trote aos calouros. **Jornal Acadêmico Nilo Cairo**, Curitiba, ano 3, n. 6, contracapa, maio 1949.

¹³⁶ Id.

¹³⁷ Id.

¹³⁸ PORTELLA, Benedicto. O trote deste ano. Op. cit., p. 5.

¹³⁹ NEHEMY, Nádima. A nova diretoria do Departamento feminino do “Nilo Cairo”. Op. cit., p. 5.

alunos que compõem o corpo discente da Faculdade.”¹⁴⁰ O acontecimento era patrocinado pelo Departamento Social do D. A. N. C. e tinha o apoio do *Jornal Acadêmico Nilo Cairo*, que já na primeira versão do concurso anunciava:

[...] para os apreciadores das “Venus Estudantis” só existe uma base: ser bela, irradiar simpatia, embebedar nós outros com sorrisos e olhares de serpente... Às magras recomendamos vitaminas, muitas vitaminas. Às gordas, bastante exercício no lombo de um cavalo. E às belas, ora às belas, para elas o nosso olhar terno, o palpitar do nosso coração e muitos votos, milhares deles... desde que seja possível votar pelos seus lábios, pelo seu rosto bonito, por todos os fios de seus cabelos, pelos seus dentes de pérolas, enfim, por uma votação em “massa”, total, global... E salve “elas”...¹⁴¹



Figura 15 – Thêmis Baptista, Rainha da Faculdade de Medicina do Paraná (1947-1948) coroada no “Baile das Três Pedras”, realizado na Sociedade Thalia. Fonte: **Jornal Acadêmico Nilo Cairo**, Curitiba, ano 3, n. 6, p. 6, maio 1949. Suplemento Feminino, ano 2, n. 2, p. 2.

Mas, além de beleza física, outro critério de seleção era que a candidata expressisse “o anseio de beleza social da classe”. A aluna Thêmis Baptista, acadêmica de medicina, eleita para dois “reinados” consecutivos (1947-1948), era descrita como uma “legítima paranaense e pertencente aos altos meios sociais da Terra das Araucárias”,¹⁴² tendo se sobressaído “pelo espírito de companheirismo e delicadeza para com todos [...] toda sua família tem sido amiga

¹⁴⁰ LIAN, Jorge. Rainha dos Estudantes da Faculdade de Medicina. **Jornal Acadêmico Nilo Cairo**, Curitiba, ano 1, n. 3, p. 3, set. 1947.

¹⁴¹ Id.

¹⁴² NEHEMY, Nádima. Rainha da Faculdade de Medicina. **Jornal Acadêmico Nilo Cairo**, Curitiba, ano 2, n. 5, p. 7, out. 1948. Suplemento Feminino, ano 1, n. 1, capa.

dos acadêmicos do D. A. N. C., interessando-se bem de perto por todas suas atividades”. Thêmis era filha de Aparício Baptista e Anália Figueiredo Baptista, “pertencentes a tradicionais e benquistas famílias do norte do Paraná, Jacarezinho.”¹⁴³ A “beleza social” requerida para a Rainha da Faculdade de Medicina do Paraná parece estar atrelada à emanação das *graças femininas*, ao tradicionalismo e alto nível sócio-econômico da família, além do envolvimento desta no meio acadêmico e talvez científico da Universidade.

No primeiro número do *Suplemento Feminino* do *Jornal Acadêmico Nilo Cairo*, a Dra. Maria Falce de Macedo, de quem o departamento toma o nome, é convidada a registrar algumas palavras, as quais são “de entusiasmo por ver como nossas acadêmicas compreendem o seu relevante papel na formação do espírito universitário que muito depende do seu tino, da sua habilidade, do seu encanto no trato estudantil”.¹⁴⁴

O discurso de que as virtudes essencialmente femininas, como a doçura, a delicadeza, poderiam e deveriam ser utilizadas para aperfeiçoar o caráter do marido e dos filhos, é aqui transportada para o espaço acadêmico, onde a mulher penetra em terreno considerado do gênero masculino, participa de suas atividades, programações e obtém conhecimento científico, mas deve aplicar-se a trazer distinção e aperfeiçoar esse ambiente através do seu “tino”, “habilidade” e “encanto” inatos.

É inegável a ocorrência de uma aproximação espacial entre os gêneros nesse espaço compartilhado; acontecimento, porém, que não ficou restrito à Universidade ou aos acadêmicos. Além do automóvel, do teatro e demais espaços de lazer, a rua também era o meio no qual homens e mulheres conviviam rotineiramente e em dias de festa, como no carnaval.

No espaço da rua há socialização: ouvem-se as últimas notícias, além das conversas sobre política, saúde e educação; encontros são marcados, outros acontecem no acaso do momento. Logo ao anoitecer, sai o cronista a descrever sua cidade: “as ruas estão movimentadas e por ellas há um vae-vem de todas as espécies humanas, dêdo mais ridiculo burguês ao bohemio mais espirituoso e mordaz, dêz da moça mais afectada e requintada à mais pura e simples filha de Eva...”.¹⁴⁵

¹⁴³ NEHEMY, Nádima. Rainha da Faculdade de Medicina Srta. Thêmis Baptista. **Jornal Acadêmico Nilo Cairo**, Curitiba, ano 3, n. 6, p. 6, maio 1949. Suplemento Feminino, ano 2, n. 2, p. 2.

¹⁴⁴ MACEDO, Maria Falce de. Palavras. **Jornal Acadêmico Nilo Cairo**, Curitiba, ano 2, n. 5, p.7, out. 1948. Suplemento Feminino, ano 1, n. 1, capa.

¹⁴⁵ LÉPIN, Celso. Coisas da época apud BERBERI, Elizabete. Op. cit., p. 183-184.



Figura 16 – Carnaval, ano de 1902, Rua 15 de Novembro, Curitiba. Fonte: CURITIBA. IPPUC. Disponível em: <<http://www.ippuc.org.br/Bancodedados/Curitibaemdados/anexos/Curitiba%20de%20antigamente.pps>>. Acesso em: 18 jun. 2010.



Figura 17 – Linha Trajano Reis, Curitiba, 1932. Homens, mulheres e crianças aglomeram-se nos bondes. Fonte: **Coleção Allen Morrison**. Disponível em: <<http://www.tramz.com/br/ct/ctp.html>>. Acesso em: 28 jun. 2010.

Nestor Victor, diante de um comércio de fazenda e armarinho, impressiona-se com a “liberdade de movimento” das mulheres na cidade: “no meu tempo não havia senhora coritibana que viesse às lojas sosinha fazer compras a esta hora”.¹⁴⁶

As mudanças no comportamento feminino ocorridas nas primeiras décadas do século XX anunciavam o início de novos tempos no âmbito familiar. A introdução e disseminação da tecnologia, de novos meios de transporte, de novos espaços de lazer e de trabalho causaram profundas alterações no modo de agir e de pensar dos brasileiros. [...] Na cidade moderna, a divisão espacial entre o público e o privado, separando homens e mulheres, tornou-se tênue. Enquanto os primeiros se reuniam em bares e cafés, as mulheres se compraziam em apreciar as vitrines das lojas, seduzidas pelos ditames da moda, e a freqüentar os teatros para assistir à ópera e ao moderno cinematógrafo. A evolução dos meios de transporte, com o uso do bonde e do automóvel, encurtando as distâncias e aproximando as pessoas, também favoreceu essa modernidade.¹⁴⁷



Figura 18 – Charge “O subterfugio do prompto”, sugestiva das alterações de comportamento da população: a proximidade entre os gêneros, favorecida pelo novo hábito do automóvel; o acesso a ambientes exclusivos para o lazer, no caso desta ilustração, ao Teatro Mignon (inaugurado em 1910 e localizado na Rua 15 de Novembro, n. 46); o status social conferido pelo automóvel, quando a moça sugere que o rapaz a leve até o bairro Portão.¹⁴⁸ Fonte: *A Bomba*, Curitiba, 20 de agosto de 1913 apud BAHLS, Aparecida Vaz da Silva.; BUSO, Mariane Cristina. Op. cit., p.82.

¹⁴⁶ SANTOS, Nestor Victor dos. Op. cit., p. 87.

¹⁴⁷ BAHLS, Aparecida Vaz da Silva.; BUSO, Mariane Cristina. Op. cit., p. 108.

¹⁴⁸ “O subterfúgio do prompto.

- Então estás disposto a me levar ao Portão de automovel?

- Estou prompto mas aquele chauffeur já matou cinco pessoas e esborrachou tres automoveis...”

A sociedade curitibana diverte-se publicamente: privilegia ambientes como o Theatro Guayra (1900-1937) e o Theatro Hauer (1891- década de 1930), que nas noites curitibanas “apresentam companhias dramáticas, operetas e até concertos ‘ditos sinfônicos’”.¹⁴⁹



Figura 19 – Theatro Guayra, reinauguração do antigo São Theodoro (1884-1894), primeiro teatro oficial de Curitiba; localizava-se à Rua Nova (Dr. Muricy), onde atualmente se encontra a Biblioteca Pública do Paraná. Fonte: CURITIBA. IPPUC. [slide n. 66]. Disponível em: <<http://www.ippuc.org.br/Bancodedados/Curitibaemdados/anexos/Curitiba%20de%20antigament e.pps>>. Acesso em: 26 jun. 2010.

Com a proliferação do cinema, os curitibanos freqüentam assiduamente o Cine Luz (1939-1961) na Praça Zacarias e a *cinelândia* da Avenida Luiz Xavier, composta pelos Cines Odeon (década de 1920), Avenida (1929-1965), Palácio (década de 1930) e Ópera (1941).¹⁵⁰

“O fascínio pela projeção dos filmes de romance e de aventuras parecia generalizar-se na população curitibana.”¹⁵¹ Mas o cinema era mais que um espaço para o lazer, era um ambiente que propiciava a socialização: a juventude se reunia em turmas, encontravam amigos na fila ou na sala do cine e conversavam...¹⁵²

¹⁴⁹TRINDADE, Etelvina Maria de Castro. **Clotildes ou Marias mulheres de Curitiba na Primeira República**. Op. cit., p. 209-210.

¹⁵⁰PARANÁ. SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA. COORDENADORIA DO PATRIMÔNIO CULTURAL. **Paisagem urbana da Rua XV de Novembro**. Histórico. Disponível em: <<http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=62>>. Acesso em: 26 jun. 2010.

¹⁵¹SANTOS, Antonio Cesar de Almeida. **Memórias e cidade**: depoimentos e transformação urbana de Curitiba (1930-1990). Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999, 2ª ed., p. 100.

¹⁵²Depoimentos 6 e 9 apud SANTOS, Antonio Cesar de Almeida. Op. cit., p. 101.



Figura 20 – Cine Luz em 1950. Ao lado direito da entrada observam-se várias mulheres. Fonte: CURITIBA. IPPUC. [slide n. 58]. Disponível em: <<http://www.ippuc.org.br/Bancodedados/Curitibaemdados/anexos/Curitiba%20de%20antigamente.pps>>. Acesso em: 26 jun. 2010.

As tardes de domingo eram passadas em matinês duplas, sendo longa a lista dos ídolos das “mocinhas da cidade”: Clark Gable, Errol Flynn, Gregory Peck, Gary Grant e outros. Além disso, imitavam as roupas e penteados das atrizes famosas: Veronica Lake (“quanto cabelo liso caído no olho”), Ingrid Bergmann, Doris Day, Elizabeth Taylor, Olivia de Havilland, Rita Hayworth, Ava Gardner, Bette Davis, etc. Algumas senhoritas “exibiam-se num estranho costume [...] colocavam suas bolsas sobre as cadeiras e ficavam em pé, dando as costas para a tela e encarando a platéia. Sorriam, acenavam para os conhecidos, flertavam até que as luzes se apagassem”.¹⁵³

Homens e mulheres *smarts* (elegantes) passaram a vivenciar e compartilhar “um novo espaço de intimidade, o das salas escuras de cinema”, onde “beijos e beliscões, trocados na platéia, significavam um desafio à moral e aos bons costumes”. O hábito de ir ao cinema, assim, ensejava “novas possibilidades de aproximação entre o espaço público e o privado” e entre os gêneros.¹⁵⁴

Após a matinê ou a missa aos domingos pela manhã, a população saía para o *footing* na Rua 15 de Novembro, “onde se concretizavam os encontros, onde conviviam as ‘patotas’”.

¹⁵³ LACERDA, Maria Thereza Brito de. As mocinhas da cidade. **Edições Leite Quente**, Curitiba, ano 3, n. 7, p. 22-23, ago. 1991.

¹⁵⁴ BAHLS, Aparecida Vaz da Silva.; BUSO, Mariane Cristina. Op. cit., p.65.

Durante a semana, nessa mesma via,

os cafés e confeitarias eram invadidos pelos estudantes, em sua maioria vindos da Universidade Federal do Paraná, na praça Santos Andrade. Os rapazes, encostados nas fachadas dos prédios, ainda tinham tempo para observar o andar das moças que se dirigiam de volta às suas casas.¹⁵⁵



Figura 21 – *Footing* na Rua 15 de Novembro, na primeira quadra, em 1944. Fonte: DESTEFANI, Cid. Domingos de antigamente. **Gazeta do Povo**, 21 mar. 2010. Coluna Nostalgia. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/colunistas/conteudo.phtml?tl=1&id=984788&tit=Domingos-de-antigamente>>. Acesso em 26 jun. 2010.

Nas terças-feiras à noite, o *footing* transferia-se para a Praça Osório “em torno da retreta, onde a Banda da Polícia Militar, regida pelo major Antonello, tocava a Cavalaria Ligeira, de von Suppé, a profonia do Guarani e a valsa da Viúva Alegre, além das habituais marchas e dobrados...”¹⁵⁶

“Era bem assim, cidade gostosa, bem provinciana. A gente conhecia todo mundo, todo mundo se conhecia”.¹⁵⁷

Outra opção de lazer para os finais de semana eram os piqueniques familiares e entre amigos:

¹⁵⁵ SANTOS, Antonio Cesar de Almeida. Op. cit., p. 104-105.

¹⁵⁶ LACERDA, Maria Thereza Brito de. Op. cit., p. 24.

¹⁵⁷ Depoimento 3 [referente ao início da década de 1950] apud SANTOS, Antonio Cesar de Almeida. Op. cit., p. 93.



Figura 22 – As mocinhas da cidade “eram bonitas e vestiam pouca roupa quando iam ao piquenique na chácara de David Carneiro, em 1948”. Fonte: LACERDA, MariaThereza Brito de. *As mocinhas da cidade. Edições Leite Quente*, Curitiba, ano 3, n. 7, p. 25, ago. 1991.

Os curitibanos tinham uma vida social bastante ligada aos clubes, fossem eles: “recreativos, beneficentes, esportivos, ginásticos ou musicais”. Do privilegiado “Club Curitybano” e da Sociedade Thalia, “percorrendo toda a escala social, multiplicam-se os clubes no centro urbano e periferia”.¹⁵⁸

As *senhorinhas* dançavam, e muito! Os diretórios acadêmicos das Faculdades de Curitiba organizavam chás dançantes semanais para os quais convidavam os sócios de todos os clubes da cidade, sendo os mais concorridos os bailes de Medicina e Engenharia, realizados na Sociedade Duque de Caxias. Os convites e as mesas eram procurados na *Bombonnière* Guimarães, comércio que também oferecia os famosos bastõezinhos Sen Sen, colocados embaixo da língua para proteger o hálito durante “o cara-a-cara palestrante-dançante, porque Mocinhas da Cidade sabiam desenvolver um bom papo, sem prejuízo dos gingados e volteios”.¹⁵⁹

Nesses bailes as mocinhas, por vezes, acabavam encontrando seus futuros maridos. Quanto à seleção do candidato, as “profissões consideradas nobres” eram: “médicos,

¹⁵⁸ TRINDADE, Etelvina Maria de Castro. *Clotildes ou Marias mulheres de Curitiba na Primeira República*. Op. cit., p. 213.

¹⁵⁹ LACERDA, Maria Thereza Brito de. Op. cit., p. 14.

advogados, engenheiros, dentistas, industriais, militares”; as “menos cotadas, mas aceitáveis: agrônomos, químicos, veterinários, farmacêuticos, professores, pequenos funcionários públicos, jornalistas, comerciantes e contadores.”¹⁶⁰

“A gente não perdia Chá de Medicina, para poder dançar. Tinha os pares certos para dançar. Conhecia a maior parte dos estudantes.”¹⁶¹ Eles, por sua vez, publicavam o seu agradecimento: “às senhorinhas, que em nossas festas nos honram com sua presença, dedicamos as realizações passadas, presentes e futuras do Departamento Social do Diretório Nilo Cairo”.¹⁶²

O desenvolvimento deste capítulo permitiu estabelecermos contato com os discursos da modernidade que envolviam a urbe – especialmente os que tinham na eugenia e higiene instrumentos para o aperfeiçoamento da sociedade curitibana – e com as idéias promovedoras da educação feminina que intencionavam o trabalho extra-doméstico e/ou o exercício da maternidade.

A divulgação dessas concepções foi favorecida pelos meios de comunicação, como jornais, revistas, telefone e rádio e também pela aproximação espacial e convívio social entre os gêneros nas ruas da cidade, nos bondes, automóveis, nos carnavais, clubes, faculdades, cinemas, teatros, etc. A socialização entre mulheres e futuros médicos nos bailes e diretórios acadêmicos; a convivência entre famílias tradicionais, exercendo algum(ns) de seu(s) membro(s) a medicina ou sendo acadêmico(s) na área; o acesso da mulher à formação em faculdades, especialmente em cursos na área de saúde e o exercício dessas profissões na cidade, além do fato de a medicina ser considerada uma profissão nobre, são fatores que, juntamente com outros que serão analisados no decorrer deste trabalho, contribuíram, em maior ou menor grau, para a transformação gradual, mas real, da mentalidade das mulheres, referente à concepção do parto como um ato fisiológico, para um processo complexo e consumidor de intervenções científicas e tecnológicas.

As associações dispostas anteriormente concorreram, assim, para a medicalização e institucionalização do ato de partear e também para as iniciativas de modernização da parteira, promovendo uma educação formal para esse ofício em Curitiba, assuntos que serão desenvolvidos nos dois capítulos a seguir.

¹⁶⁰ LACERDA, Maria Thereza Brito de. Op. cit., p. 28.

¹⁶¹ Depoimento 5 apud SANTOS, Antonio Cesar de Almeida. Op. cit., p. 98.

¹⁶² U. S. G. Op. cit., p. 4.

2. COMO NASCER NA CURITIBA MODERNA: EM CASA OU NA MATERNIDADE?

2.1 AS FILHAS DE EVA E OS FILHOS DE ASCLÉPIOS E HIGIEIA

*Nos grupos sociaes, o médico é o orago da saúde, aconselhando os meios de a manter integra, ensinando as medidas de prevenção [...] O médico é bem o representante terreno das duas divindades da mitologia grega. Como Asclépios, astuciosa, vigilante e prudentemente cura, quando póde, os organismos doentes e como Higieia, de posse da sabedoria dos fenomenos normais e patologicos, transmite aos que estão sob a sua imediata guarda a verdade científica do seu tempo para o bem de seus semelhantes.*¹⁶³

Na crônica de Higino (subcapítulo 1.1) vemos que a caboclinha foi vestida, penteada e educada nas primeiras letras pelos homens da civilização. No Paraná nas primeiras décadas do século XX, a higiene e a educação andaram de mãos dadas a fim de “formar a consciência sanitária do povo”.¹⁶⁴ O estado de “disgenesia” ou diminuição da potência e qualidade da reprodução remetia à necessidade de “melhoramento da raça”: “Cumpre ao médico laborar no sentido de ser criada uma consciência eugênica nacional”.¹⁶⁵

Utilizando-se da eugenia como técnica de poder, como instrumento científico por excelência, os eugenistas incorporavam “ao conceber a vida” controles reguladores que se constituíram como verdadeiros agenciadores do sexo, a definir a constituição das famílias; os modos de viver e trabalhar; as formas de educar os filhos; a sexualidade normal e as condutas desviantes; os imigrantes que o país suportaria; enfim, os meios de existir, para atingir o progresso biológico e então desfrutar do progresso social.¹⁶⁶

A eugenia é conceituada pelo médico sanitarista J. P. Fontenelle como sendo “a parte da higiene que utiliza todos os conhecimentos científicos que concorrem para melhoramento físico e mental das gerações futuras”.¹⁶⁷ O termo tem sua origem do grego *eugenés*, que significa bem-nascido¹⁶⁸.

¹⁶³ MUNHOZ, Milton. A saúde pela educação. **Revista Médica do Paraná**, Curitiba, ano 3, n. 1, p. 11, dez. 1933.

¹⁶⁴ TABORDA, Ary. Formemos a conciencia sanitaria do povo. **Revista Médica do Paraná**, Curitiba, ano 6, n. 5, p. 191, maio 1937.

¹⁶⁵ LACERDA, Jorge. Discurso [proferido na solenidade de colação de grau da turma dos médicos de 1937 da Faculdade de Medicina do Paraná]. **Revista Médica do Paraná**, Curitiba, ano 7, n. 6, p. 311, jun. 1938.

¹⁶⁶ MARQUES, Vera Regina Beltrão. **A medicalização da raça: médicos, educadores e discurso eugênico**. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 1994, p. 20.

¹⁶⁷ FONTENELLE, J. P. **Compendio de Higiene**. 5. ed. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1940, p. 676.

¹⁶⁸ KOBAYASHI, Elisabete; FARIA, Lina; COSTA, Maria Conceição da. Eugenia e Fundação Rockefeller no Brasil: a saúde como proposta de regeneração nacional. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 11, n. 22, p. 317, jul./dez. 2009.

Tal era o interesse na área, manifestado pela elite política e científica do país, que em 1918 foi organizada, especialmente sob a influência do médico Renato Kehl, a Sociedade Eugênica de São Paulo, marcando a institucionalização da eugenia no Brasil. O tema “conferia modernidade ao meio científico e intelectual das primeiras décadas do século XX”, sendo que “médicos, higienistas, juristas e educadores podem ser considerados os principais interessados nessa discussão”.¹⁶⁹

Os primeiros especialistas da Fundação Rockefeller chegam ao Brasil já em 1915, com o intuito de avaliar as condições de saúde pública e ensino médico, participando do movimento eugênico nacional e manifestando nítida preocupação com o saneamento dos corpos e do meio em que estes viviam. Na consolidação dos acordos com a Fundação, o presidente do Brasil entre 1919 e 1922, Epitácio Pessoa (1865-1942), cria o Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), a fim de levar a efeito uma campanha de higienização nacional. No governo de seu sucessor Artur Bernardes (1875-1955) foi organizada a Sociedade Brasileira de Higiene, que realizou em 1923 o seu primeiro Congresso, tendo sido levados a efeito outros quatro desses eventos até 1930. Percebe-se, assim, que o contexto político da década de 1920 foi fértil na promoção de iniciativas na área de saúde pública.¹⁷⁰

Com o intuito de livrar os indivíduos de suas *taras e degenerações*, em 1922 é criada a Liga Brasileira de Hygiene Mental (LBHM), sob a direção do psiquiatra Gustavo Riedel. Entre os nomes de destaque que figuravam como membros da LBHM e eram ativistas do movimento eugênico e do movimento sanitarista brasileiro salientamos, devido à importância para o tema deste trabalho, o do professor de ginecologia e obstetrícia da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Fernando Magalhães.¹⁷¹

A puericultura e a orientação pré-natal eram preocupações da ciência eugênica brasileira, tanto é que em 1929, no primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, realizado no Rio de Janeiro, a “proteção à maternidade” era uma das idéias defendidas pelos congressistas.¹⁷² Desta forma, “puericultura e eugenia se ligavam intimamente, ao defender os cuidados com a saúde da mãe e da criança, como formas de preservação dos bem-nascidos”.¹⁷³

Getúlio Vargas (1882-1954) durante seu governo defendia o ideal de que a saúde e a educação promoveriam o progresso econômico e social do país. “Para crescer e desenvolver-

¹⁶⁹ KOBAYASHI, Elisabete; FARIA, Lina; COSTA, Maria Conceição da. Op. cit., p. 319-320.

¹⁷⁰ Ibid., p. 332, 334, 335, 346, 347.

¹⁷¹ Ibid., p. 322-323.

¹⁷² Ibid., p. 317, 324, 327.

¹⁷³ Ibid., p. 336-337.

se, o Estado precisava compor-se de cidadãos selecionados por meio de processos eugênicos, saudáveis física e mentalmente, e para tanto impunha-se a tarefa de proteger e assistir a maternidade, a infância e a juventude”.¹⁷⁴ Desta forma, os eugenistas divisavam no governo Vargas uma ocasião favorável para efetivarem algumas de suas aspirações a nível nacional.¹⁷⁵ Uma dessas iniciativas foi a do médico Renato Kehl, que em 1931 funda no Rio de Janeiro a Comissão Central Brasileira de Eugenia, consistindo em um de seus objetivos: “prestigiar ou mesmo auxiliar os empreendimentos científicos ou humanitários de caráter eugênico e dignos de apreço.”¹⁷⁶ Em 1933 é organizada a Conferência Nacional de Proteção à Infância, a fim de deliberar, entre outras questões, sobre medidas de assistência à maternidade. As discussões culminaram na criação da Diretoria de Proteção à Maternidade e à Infância, subordinada ao Ministério da Educação e Saúde Pública.¹⁷⁷

De acordo com a concepção eugênica, o ventre materno era visto sob a expectativa de tornar-se a fonte de uma linhagem aperfeiçoada, do “futuro tipo nacional”. Assim, o corpo feminino, especialmente grávido, fez-se objeto do discurso médico-social, o qual buscava definir pela ciência como a mulher deveria cuidar-se durante a gestação, qual agente se incumbiria do ofício de partejá-la e em que ambiente o seu parto seria levado a efeito. A prole deveria “ser melhorada em todos os sentidos – raça, robustez e saúde”,¹⁷⁸ e como o pensamento em voga era de que “quem na realidade faz uma raça forte é a mãe, a mãe sadia” (informação verbal),¹⁷⁹ tem-se aí alguns dos motivos pelos quais o olhar médico sobre a mulher torna-se minucioso.

Analisando-se um catálogo de teses de Medicina do Brasil, cujo período de abrangência vai de 1841 a 1948, percebe-se que o universo feminino é o foco de muitos dos trabalhos, desenvolvidos não somente em áreas consagradas à mulher, como a obstetrícia e a

¹⁷⁴ SOUSA, Cynthia Pereira de. Saúde, educação e trabalho de crianças e jovens: a política social de Getúlio Vargas. In: GOMES, Angêla de Castro (Org.). Capanema: o ministro e seu ministério. Rio de Janeiro: Editora FGV; Bragança Paulista: Universidade São Francisco, 2000, p. 247 apud KOBAYASHI, Elisabete; FARIA, Lina; COSTA, Maria Conceição da. Op. cit., p. 342.

¹⁷⁵ KOBAYASHI, Elisabete; FARIA, Lina; COSTA, Maria Conceição da. Op. cit., p. 342.

¹⁷⁶ KEHL, Renato. Uma nova entidade científica que aparece: a Comissão Central Brasileira de Eugenia. Boletim de Eugenia, Rio de Janeiro, ano 3, n. 27, 1931, p. 1-2 apud KOBAYASHI, Elisabete; FARIA, Lina; COSTA, Maria Conceição da. Op. cit., p. 343.

¹⁷⁷ SOUSA, Cynthia Pereira de. Saúde, educação e trabalho de crianças e jovens: a política social de Getúlio Vargas. In: GOMES, Angêla de Castro (Org.). Capanema: o ministro e seu ministério. Rio de Janeiro: Editora FGV; Bragança Paulista: Universidade São Francisco, 2000, p. 223 apud KOBAYASHI, Elisabete; FARIA, Lina; COSTA, Maria Conceição da. Op. cit., p. 345.

¹⁷⁸ GOMES, Mario. Ensaio de Puericultura: casamento – gestação – recém-nascido. **Revista Médica do Paraná**, Curitiba, ano 2, n. 2, p. 41, jan. 1933.

¹⁷⁹ Entrevista fornecida por médico obstetra, professor do Curso de Enfermagem Obstétrica da Faculdade de Medicina do Paraná na década de 1940. Para entrevista completa ver Apêndice XI.

ginecologia, mas também em diversas outras, como medicina legal, anatomia patológica, urologia, higiene, clínica médica, cirurgia, neurologia, psiquiatria e fisiologia (Apêndice I).

Na especialidade de obstetrícia, observa-se que o foco das teses está no parto complexo e não natural (distócias, analgesia do parto, cesarianas, dilatação artificial do colo uterino, parto induzido e o uso do fórceps) e em patologias no pré e intra-partos (rupturas uterinas, descolamento de placenta, tensão arterial, gravidez extra-uterina e placenta prévia).

Os estudos realizados acompanham a mulher em todas as suas fases: da infância e puberdade até o climatério. Aconselham-na sobre o exame pré-nupcial e esmiúçam-na antes, durante e após o parto, instruindo-a a respeito da puericultura pré-concepcional, higiene durante a gestação e sobre o aleitamento; versando sobre seus incômodos gestacionais (estudo sobre vômitos gravídicos), suas mazelas físicas (infecção puerperal, histeria, miomas, fibromas, endometriose, esterilidade, insuficiência ovariana e amenorréia) e as consideradas morais (criminalidade e prostituição). A anatomia da mulher é pesquisada, bem como as possíveis correções cirúrgicas aos achaques femininos (histerectomias), enquanto que a medicina legal ocupa-se dos hímens, dos estupros, abortos e infanticídios (Apêndice I).



Figura 23 – Anúncio do fármaco Into-Gynan, utilizando a gravura de um cisne, símbolo da fertilidade. Fonte: **Revista Médica do Paraná**, Curitiba, ano 8, n. 11 e 12, [n. p.], nov./dez. 1939.

Examinando os trabalhos que abordam o corpo da mulher, publicados entre 1932 e 1948 na *Revista Médica do Paraná*, Curitiba, chegamos a achados semelhantes (Apêndice II). Os inúmeros fármacos elaborados para o organismo feminino e anunciados no mesmo periódico também chamam a atenção, pois demonstram a produção farmacêutica na área, vinculada a um crescente mercado: as prescrições médicas, a fim de tratar a mulher de suas mazelas físicas (Apêndice III).

Além disso, a *Revista Médica do Paraná* dava visibilidade a vários eventos relacionados às especialidades de obstetrícia e ginecologia. Para setembro de 1940 anunciava-se a realização no Rio de Janeiro do I Congresso Brasileiro de Ginecologia e Obstetrícia. A fim de tomar parte na comissão organizadora representando o Estado do Paraná foram convidados o obstetra Victor Ferreira do Amaral e Silva, um dos principais fundadores tanto da Universidade quanto da Maternidade do Paraná e o ginecologista Miguel Isaacson, ambos docentes nessas instituições.¹⁸⁰ O II Congresso Brasileiro de Ginecologia e Obstetrícia foi marcado em São Paulo no mês de setembro de 1948, tendo o Paraná representação do Professor Victor do Amaral Filho, catedrático de Obstetrícia da Faculdade de Medicina do Paraná, apresentando o trabalho “Aspectos da mortalidade materna no Paraná” e dos médicos Dante Luiz e Milton do Amaral, “Sobre um caso de monstro torocófago”.¹⁸¹ As “Terceiras Jornadas Brasileiras de Ginecologia e Obstetrícia”, organizadas em Belo Horizonte no mês de setembro de 1947, também aparecem divulgadas no periódico. Para esse evento seguiram do Paraná os médicos Victor do Amaral Filho e Celso Valério. Os temas oficiais versaram sobre “Esterilidade feminina”, “Abdomem agudo em ginecologia”, “Choque obstétrico” e “Distocia funcional por espasmos anulares do útero”.¹⁸²

Rudolf Doss, importador e distribuidor de livros científicos e outros artigos, faz propaganda de seus serviços na *Revista Médica do Paraná*, comunicando “à sua distinta clientela ter recebido muita novidade em livros médicos principalmente: CIRURGIA – GINECOLOGIA – OBSTETRÍCIA – ORTOPEDIA – PEDIATRIA [...]”.¹⁸³ Além dos anúncios particulares, o próprio periódico divulgava o lançamento de livros nacionais e estrangeiros, imprescindíveis à biblioteca dos ilustrados médicos, como por exemplo, o de

¹⁸⁰ NOTICIÁRIO. I Congresso Brasileiro de Ginecologia e Obstetrícia. **Revista Médica do Paraná**, Curitiba, ano 9, n. 7 e 8, p. 166, jul./ago. 1940.

¹⁸¹ NOTÍCIAS médicas. II Congresso Brasileiro de Ginecologia e Obstetrícia. **Revista Médica do Paraná**, Curitiba, ano 17, n. 3, p. 134, maio/jun. 1948.

¹⁸² JORNADAS e Congressos. Terceiras Jornadas Brasileiras de Ginecologia e Obstetrícia. **Revista Médica do Paraná**, Curitiba, ano 16, n. 5, p. 196-197, set./out. 1947.

¹⁸³ RUDOLF DOSS. [Anúncio]. **Revista Médica do Paraná**, Curitiba, ano 15, n. 2, [n. p.], maio 1946.

“Semiologia Obstétrica”, escrito por Juan Leon, professor adjunto de Clínica Obstétrica da Faculdade de Ciências Médicas de Buenos Aires e “A penicilina no tratamento na mulher grávida”, de Norman Ingraham Jr. e colaboradores.¹⁸⁴

Os professores Victor do Amaral e Miguel Isaacson compunham o corpo redatorial da “Revista de Obstetricia y Ginecologia Latino-Americanas”, publicada em Buenos Aires sob a orientação científica dos especialistas Alberto Peralta Ramos, Juan Carlos Ahumada e Manuel Luiz Perez. O principal escopo do periódico era “difundir e tratar as questões da especialidade em todos os países da América do Sul, servindo também para a maior aproximação cultural dos médicos deste continente.”¹⁸⁵

Essa produtora tecnologia do conhecimento em Obstetrícia colocava a ciência médica como *tope de linha* e permitia aos seus especialistas que desfrutassem de grande prestígio também no exercício da medicina-social, que buscava educar para aperfeiçoar a sociedade. O universo materno foi se medicalizando: do pré-natal aos cuidados com os filhos foi gradualmente sendo permeado pela ciência na figura do médico, o qual buscava exercer o papel de mediador entre a mulher e os conhecimentos empíricos sobre a saúde adquiridos por esta.

Donas de muitos conhecimentos, as curitibanas da década de 30 se depararam com a figura de um médico que se utilizava da ciência e da imprensa para solucionar os problemas da saúde e pretendia transformá-las em suas aliadas. Mas, ao mesmo tempo o médico procurava deslegitimar seus conhecimentos adquiridos entre as mulheres.¹⁸⁶

Exemplo desse diálogo entre mães e médicos é a coluna “Consultório de Ensinamentos as Mães: Higiene, Alimentação e Doenças de Crianças”, mantida pelo médico Aluizio França no jornal *Gazeta do Povo* entre 1930 e 1935, na qual veiculava as teorias da Faculdade de Medicina do Paraná, das teses e revistas médicas. “Nessa coluna, quase diária, o médico apresentava a carta da mãe e tecia seus comentários, normalmente irônicos, buscando modificar as práticas maternas [...]”¹⁸⁷

Com base na supremacia da razão sobre a emoção – e nesse plano ganhando sua legitimidade –, a puericultura oferecia amplo e diversificado estoque de ensinamentos técnicos para guiar a conduta das mulheres na criação de seus filhos, em substituição aos “antigos” dogmas religiosos ou palpites de curiosas, vizinhas ou avós, considerados perniciosos e “arcaicos”. Munidas de tal arsenal científico, as

¹⁸⁴ AMARAL FILHO, Victor do. Semiologia Obstétrica. VEIGA, P. T. A penicilina no tratamento na mulher grávida. **Revista Médica do Paraná**, Curitiba, ano 15, n. 3, p. 141-142, jun. 1946.

¹⁸⁵ _____. Revista de Obstetricia y Ginecologia Latino-Americanas. **Revista Médica do Paraná**, Curitiba, ano 11, n. 5, p. 330, maio 1943.

¹⁸⁶ GANZ, Ângela Lúcia. Mães dialogam com médicos. In: TRINDADE, Etelvina Maria de Castro; MARTINS, Ana Paula Vosne (Orgs.). **Mulheres na História** – Paraná séculos 19 e 20. Curitiba: UFPR, 1997, p. 77.

¹⁸⁷ Ibid., p. 77 e 78.

mulheres estariam supostamente aptas a desenvolver sua “nobre missão” sem os riscos oferecidos pelas paixões ou impulsos e sem precisar recorrer a expedientes do domínio das crenças. Usar e fazer ciência: este seria o novo papel social da mãe moderna. O argumento da modernidade era sistematicamente invocado pelos articulistas para justificar as novas práticas – científicas e racionais –, opondo-as às aquelas tradicionais, baseadas em costumes, crendices e superstições [...]¹⁸⁸

Essa análise permite que compreendamos alguns fatores causais importantes na crescente busca pelo parto realizado na Maternidade, entendida como local de aprimoramento científico do ato de dar à luz. Por essa lógica verifica-se também a substituição lenta, mas efetiva, da figura da parteira pela do médico na Obstetrícia.

Visava-se, também, ao combate a diversos costumes tradicionais que desfrutavam de enorme prestígio e popularidade junto à ‘barbárie’. A percepção de que certas crendices rivalizavam com a autoridade do médico, fez com que se passasse a acreditar que esta estaria assegurada com o combate aos preconceitos e com a gradual substituição da orientação tradicional, dispensada por curandeiros e parteiras, pelo ensino racional fundamentado no saber positivo.¹⁸⁹

O foco da ciência médica especializada foi sendo colocado tanto para o lado do complexo, do parto com distócia, que o ato de partejar sem a utilização das descobertas tecnológicas e de um cabedal teórico científico atualizado foi sendo entendido pelas mulheres como uma exceção e algo que acontecia com bem poucas. Essas mudanças de percepção sobre o parto permitiram uma crescente busca pela Maternidade – antes vista como local de recolhimento especialmente para as grávidas pobres e indigentes – além da eleição do médico especializado como o profissional mais preparado tecnicamente para o ato de partejar.

O próprio parto sofreu uma redefinição: todo parto passou a ser visto como um risco potencial, dado que qualquer mãe ou bebê pode, durante o processo, desenvolver sinais inesperados de doença. Esta redefinição talvez tenha suas origens na tradição dos parteiros homens de lidar com os partos mais difíceis que requeriam intervenções instrumentais.¹⁹⁰

Essas concepções foram sendo divulgadas pelos meios de comunicação e sua incorporação foi propiciada também pelo aumento do convívio social entre os gêneros, bem como entre as mulheres e os médicos, em vários espaços que oportunizavam essa aproximação, como foi visto no subcapítulo 1.2.2.

¹⁸⁸ FREIRE, Maria Martha de Luna. **Mulheres, mães e médicos**: discurso maternalista no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p. 127.

¹⁸⁹ MARQUES, Marília B. **Discursos médicos sobre seres frágeis**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000, p. 41.

¹⁹⁰ SPINK, Mary Jane P. **Psicologia Social e Saúde**: práticas, saberes e sentidos. 2. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2004, p. 189.

A transformação do médico em conselheiro familiar com autoridade para expressar suas idéias e prescrever condutas só se deu através da aliança estabelecida com a mulher, personagem central tanto para a entrada das idéias médicas e científicas no meio familiar quanto para a construção da reputação e da fama dos médicos. Dessa forma, a imagem do médico protetor da mulher também expressa o crescente interesse médico- científico pela natureza feminina e as doenças de mulheres, interesse este que resultou na constituição de especialidades médicas voltadas para a especificidade do sexo feminino: a obstetrícia e a ginecologia.¹⁹¹

A educação e a profissionalização femininas e o acesso da mulher aos cursos na área da saúde, especialmente ao de Medicina, em determinadas circunstâncias permitiram a apropriação por elas de um discurso médico vigente, como no caso da Dra. Clara Glasser Villa, assistente da Cadeira de Clínica Pediátrica Médica e Higiene Infantil da Faculdade de Medicina do Paraná:

Para o pediatra do século XX que cultua por excelência a finalidade da higienização racial, empregando como armas terapêuticas a higiene e a Medicina preventiva, o ideal mais alto é a cruzada em benefício da saúde. [...] E o que é que se dá aqui no nosso Estado? [...] O governo dispense uma quota exagerada com esses estabelecimentos [hospitais, asilos, departamentos de assistência social], favorecendo a doentes e degenerados, quando com muito menos poderia instituir serviços para auxiliar o desenvolvimento dos normais, procurando perpetuar suas boas qualidades e educando convenientemente os geradores.¹⁹²

Outro exemplo é a acadêmica de Medicina Nádima Nehemy, redatora do Suplemento Feminino do *Jornal Acadêmico Nilo Cairo* da Faculdade de Medicina do Paraná e sua sugestão quanto à organização de um curso para noivas em Curitiba:

Tal curso teria como objetivo principal, esclarecer as moças brasileiras no que diz respeito à EUGENIA, HIGIENE, PUERICULTURA. Além dessas cadeiras acrescentar-se-iam outras também de grande importância e significação à formação moral e intelectual, como Psicologia, Economia Doméstica, etc. [...] A EUGENIA, a HIGIENE permitir-lhe-iam pensar mais no futuro da Raça Brasileira que se esboça.¹⁹³[destaque do autor]

A ignorância, a imoralidade e a doença: “essa tríade compôs a retórica do atraso nacional”.¹⁹⁴ Na área obstétrica, esse atraso ficava por conta da ignorância das parteiras relativa ao asseio, à higiene principalmente das mãos; os abortos criminosos que traíam sua

¹⁹¹ MARTINS, Ana Paula Vosne. **Visões do feminino**: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004, p. 140. (Coleção História e Saúde).

¹⁹² VILLA, Clara Glasser. O exame pré-natal e a nossa contribuição. **Revista Médica do Paraná**, Curitiba, ano 5, n. 9, p. 349-350, set. 1936.

¹⁹³ NEHEMY, Nádima. Curso para noivas. **Jornal Acadêmico Nilo Cairo**, Curitiba, ano 2, n. 5, p. 8, out. 1948. Suplemento Feminino, ano 1, n. 1, p. 2.

¹⁹⁴ BONA JÚNIOR, Aurélio.; VIEIRA, Carlos Eduardo. O discurso da modernidade nas conferências educacionais na década de 1920 no Paraná. In: VIEIRA, Carlos Eduardo (Org.). **Intelectuais, educação e modernidade no Paraná (1886-1964)**. Curitiba: Editora da UFPR, 2007, p. 22.

falta de moral e as mazelas físicas que poderiam provocar com sua imperícia tanto na mãe quanto no recém-nato.

O uso do contraste de sentidos é percebido a partir da combinação de termos antinômicos na estruturação do discurso da modernidade, tais como vida e morte, saúde e doença, civilização e barbárie, saber e ignorância, moralidade e indecência, laboriosidade e indolência, aptidão e inaptidão, patriotismo e indiferença cívica. Os primeiros termos dos pares indicavam as possibilidades abertas pela modernidade, enquanto os segundos representavam a realidade brasileira.¹⁹⁵

Transpondo o pensamento para a área obstétrica, temos que as primeiras expressões dos pares representariam os médicos-parteiros e logo a seguir as parteiras que obtinham sua formação teórica e prática com estes; nos segundos elementos dos pares figurariam as curiosas, leigas, de saber popular e aprendido com a prática. Educar as parteiras pelos médicos seria o equivalente a modernizá-las e moralizá-las. Tal qual a “caboclinha rústica” de Higino deveriam ser educadas nas primeiras letras, mas da obstetrícia moderna:

Informaram-nos [os pais da criança ao pediatra] que uma parteira do Bigorriho (Bairro desta Capital) cortára o cordão umbelical e colocára “piri” (pó de esteira carbonizada). [...] Os casos que observamos [de tétano do recém-nascido] ocorrem em famílias humildes, de mentalidade deficiente e assistidos por pessoas incultas...¹⁹⁶

Segundo os médicos, não eram apenas as parteiras que necessitavam de instrução, mas também as mães, que confiavam às “curiosas” a administração de seus partos e os primeiros cuidados com os recém-nascidos.

Durante a gestação há deveres e cuidados especiais a observar com o máximo desvelo. Nosso primeiro conselho será: a consulta ao vosso medico-parteiro, não só para a examinar e orientar, como por ser indispensável sua assistência durante todo esse período, maximé nos últimos meses. Em segundo lugar vem uma série de preceitos que constituem a higiene pre-natal. Tudo deve ser atendido, todas as necessidades regradadas.¹⁹⁷

Com o propósito de evitar o nascimento dos “prematurados e os debeis, os tarados e doentes”,¹⁹⁸ os quais “vêm aumentar o patrimonio degenerativo da especie”¹⁹⁹, os médicos

¹⁹⁵ BONA JÚNIOR, Aurélio.; VIEIRA, Carlos Eduardo. O discurso da modernidade nas conferências educacionais na década de 1920 no Paraná. In: VIEIRA, Carlos Eduardo (Org.). Op. cit., p. 23.

¹⁹⁶ OLIVEIRA, Ito Carias de. Tétano do recém-nascido. **Revista Médica do Paraná**, Curitiba, ano 11, n. 7, p. 439, jul. 1943.

¹⁹⁷ GOMES, Mario. Ensaio de Puericultura: casamento – gestação – recém-nascido. **Revista Médica do Paraná**, Curitiba, ano 2, n. 2, p. 42, jan. 1933.

¹⁹⁸ GOMES, Mario. Ensaio de puericultura: cuidados especiais com prematurados, debeis, tarados e doentes. **Revista Médica do Paraná**, Curitiba, ano 2, n. 4, p. 94, mar. 1933.

¹⁹⁹ VILLA, Clara Glasser. Op. cit., p. 352.

apregoavam a utilização dos conhecimentos científicos relacionados à puericultura intra-uterina.

No Serviço pre-natal, as mulheres grávidas, encaminhadas ao dispensário especializado, são submetidas a cuidadoso exame obstétrico, que se repete nas consultas subsequentes e com intervalos progressivamente menores, até as proximidades do parto. Exames de urina, verificação da tensão arterial e reação de Wassermann são práticas systemáticas e regulares desse trabalho. Faz parte do serviço a instrução, auxílio e fiscalização das parteiras. Serão ellas inscriptas no Centro de Saúde, onde receberão instrução e para onde devem encaminhar as gestantes. Cantinas maternas annexar-se-ão aos serviços pre-nataes.²⁰⁰

Dois estratégias são perceptíveis com a finalidade de atrair as futuras mães: aproveitar a parteira com sua rede de sociabilidades e clientela e fornecer assistência social através de cantinas que oferecessem refeições.

Não seria um método inteligente perseguir as parteiras, mas, inscrevê-las no Centro de Saúde de forma a facilitar o controle sobre suas atividades e instruí-las nos moldes da ciência, a fim de que conduzissem as gestantes à assistência médica institucional, isso sim era algo conveniente aos higienistas.

Vários foram os anúncios de médicos obstetras e/ou ginecologistas localizados nos jornais *Commercio do Paraná* e *Gazeta do Povo*, entre os anos de 1915 e 1934 (Apêndice V). Se sua atividade proliferou em Curitiba é porque havia clientela. O médico entrevistado, questionado se seus colegas possuíam enfermeira obstétrica auxiliar, responde que “alguns tinham enfermeira própria” (Apêndice XI). Analisando esse fato é perceptível que a parteira, por compartilhar o gênero de sua clientela e ser conhecida na comunidade, facilitava também o acesso dos médicos com quem trabalhavam aos lares das parturientes, caso certas intervenções fossem necessárias. Além disso, nos partos que os obstetras realizavam, a presença da parteira era considerada importante para o auxílio técnico, e ainda além, por amenizar o “acanhamento” daquela que estava por dar à luz. Assim, tanto nos partos realizados em domicílio, quanto naqueles efetuados nas Maternidades, mesmo quando a atuação do obstetra começou a expandir-se, a presença da parteira ainda era oportuna. Chamaríamos de uma dependência mútua: a parteira, caso o parto em domicílio se apresentasse distócico, já teria um médico previamente comprometido com a causa, o que por sua vez, para os obstetras era mercado de trabalho garantido e uma maneira de se fazer conhecido na cidade. Essa inserção do médico no quarto das parturientes por intermédio da parteira também facilitou a institucionalização do parto, pois ao adentrar o ambiente da Maternidade a mulher era acompanhada pelas mesmas figuras.

²⁰⁰ BARRETO, J. de Barros. Normas para uma Organização Estadual de Saude Publica. **Revista Médica do Paraná**, Curitiba, ano 6, n. 10, p. 377, out. 1937.

Voltando à questão da importância atribuída pelos higienistas à puericultura intra-uterina, um caso que estimulou a escrita do artigo intitulado “Malformação fetal” foi o parto de um “monstro”, como se refere a ele o obstetra Victor do Amaral Filho. As deformidades, oriundas da sífilis materna, fizeram com que já nascesse morto:



Figura 24 – Um “monstro” filho da sífilis. Fonte: **Revista Médica do Paraná**, Curitiba, ano 2, n. 1, p. 13, dez. 1932.

Diante da terminação deste parto, e de outros desastres que constantemente temos diante dos nossos olhos, não nos foi possível ficar indiferente, sendo necessário difundir em todas as classes sociais, os conhecimentos de higiene e profilaxia obstétricas, fazendo o que ADOLPHO PINARD, chamou de – ‘puericultura intra-uterina’. Cercar a mãe, não somente no momento do parto, mas durante a gravidez, e mesmo antes desta, é uma obra de humanidade, praticando assim a melhoria da geração futura. [...] lançando um apelo aos colegas, principalmente aos que se dedicam à especialidade, para que não tratem só de aliviar e curar, mas façam algo com o fim de melhorar a raça, façam um pouco de eugenia...²⁰¹

Se para cumprir os propósitos da eugenia as parteiras necessitavam de instrução, o caso não era muito diferente quando se tratava dos médicos, conforme reconhece o Dr. J. P. Fontenelle, o qual exerceu o cargo de Diretor de Saúde Pública do Distrito Federal: “muito importante, também, é elevar progressivamente a técnica dos médicos, pois que está bem

²⁰¹ AMARAL FILHO, Victor do. Malformação fetal. **Revista Médica do Paraná**, Curitiba, ano 2, n. 1, p. 15, dez. 1932.

verificada a alta contribuição da defeituosa atuação desses profissionais, na mortalidade materna e na mortalidade fetal”.²⁰²

A fim de compreendermos como os médicos tiveram seus discursos legitimados pela sociedade, apesar de não estarem isentos de culpa em relação a certos desastres em obstetrícia, nos reportamos aos mecanismos de “fichas simbólicas” e “sistemas peritos”, também relacionados ao desenvolvimento das instituições modernas, do sociólogo Anthony Giddens.

As “fichas simbólicas” são os “meios de intercâmbio que podem ser ‘circulados’ [...] tais como os meios de legitimação política”.²⁰³

A profissão médica tem sido, através dos tempos, denominada sacerdócio e a justeza dessa denominação se evidencia desde o início da carreira. Analogamente ao sacerdócio religioso, ela imprime caráter aos que escolhe, dando-lhes poderes que nega a qualquer outra profissão. [...] A classe médica é a depositária dos conhecimentos essenciais e dos homens necessários para a solução de um dos mais graves problemas nacionais e acha-se em condições de dar uma contribuição vital ao bem-estar coletivo.²⁰⁴

Diante dessa concepção a respeito da própria profissão, os médicos aplicaram-se no exercício de diversas funções: atuaram como educadores (na Escola Normal, por exemplo), como jornalistas (quando não fundadores, eram colaboradores de diversos periódicos), além de projetarem-se na política.

O obstetra Victor Ferreira do Amaral e Silva exerceu os cargos de Deputado Estadual (1892), Superintendente do Ensino Público (1893), Vice-Presidente do Estado do Paraná (1900), Diretor Geral da Instrução Pública (1900), Deputado Federal (1906), entre outros.²⁰⁵ O médico Alô Ticoulat Guimarães desenvolveu uma carreira na política: foi eleito Deputado Estadual (1935), Prefeito de Curitiba (1945), Deputado Federal (1946 e 1954), chegando a Senador (1955).²⁰⁶ Outro exemplo, entre tantos, é o do médico Brasília Vicente de Castro, Docente Livre de Técnica Operatória da Faculdade de Medicina do Paraná, também desejava de adentrar o meio político.

²⁰² FONTENELLE, J. P. Op. cit., p. 682.

²⁰³ GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991, p. 30.

²⁰⁴ SOCIEDADE PAULISTA DE MEDICINA SOCIAL. Socialização em baixo padrão. **Revista Médica do Paraná**, Curitiba, ano 17, n. 3, p. 135 e 137, maio/jun. 1948.

²⁰⁵ LIMA, Eduardo Corrêa. **Victor Ferreira do Amaral e Silva** – o reitor de sempre. Coleção Mestres da Universidade Federal do Paraná. Curitiba: Imprensa da UFPR, 1982, p. 14 e 15.

²⁰⁶ SENADO FEDERAL. Portal Senadores. **Alô Ticoulat Guimarães**. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/senadores/senadores_biografia.asp?codparl=1389&li=41&lcab=1959-1963&lf=41>. Acesso em: 15 ago. 2010.



Figura 25 – Médico Brasília Vicente de Castro, candidato à vereador de Curitiba pelo Partido Libertador. Fonte: **O Fêmur** – Jornal independente dos acadêmicos de medicina, farmácia e odontologia, Curitiba, capa, nov. 1947.

Outra forma de legitimação política dos médicos em Curitiba foram as agremiações de classe que constituíram: a “Sociedade de Medicina”, a “Sociedade Médica dos Hospitais” e o “Sindicato Médico do Paraná”, agrupados depois na Associação Médica do Paraná.²⁰⁷

Alguns também estavam integrados na maçonaria, “um espaço privilegiado de discussão e de articulação política”,²⁰⁸ como o obstetra Victor Ferreira do Amaral, os médicos Abdon Petit Guimarães Carneiro (que chegou a Grão Mestre), Simão Kossobudzki, Alceu do Amaral Ferreira, Alô Ticoulat Guimarães, todos eles professores Catedráticos da Faculdade de Medicina do Paraná, além dos obstetras Felisberto Augusto Farracha e Carlos Ickler.²⁰⁹

A “ficha” da legitimidade política circula e projeta socialmente, o que por sua vez contribui na legitimação de discursos e aqui adentramos o terreno da confiança nos “sistemas peritos” e a noção de risco de Guiddens.

Por “sistemas peritos” o sociólogo compreende os “sistemas de excelência técnica ou competência profissional que organizam grandes áreas dos ambientes material e social”.²¹⁰ A

²⁰⁷ VISITA da S. M. H. P. [“Sociedade Médica dos Hospitais do Paraná”] à Ponta Grossa. **Revista Médica do Paraná**, Curitiba, ano 1, n. 2, p. 118, jan. 1932.

²⁰⁸ BARATA, Alexandre Mansur. **Maçonaria**, sociabilidade ilustrada e Independência do Brasil (1790-1822). São Paulo – Juiz de Fora: Annablume – EDUFJF – FAPESP, 2006, p. 213.

²⁰⁹ MUSEU MAÇÔNICO PARANAENSE. [Autoridades e obreiros das lojas paranaenses]. Disponível em <<http://www.museumaconicoparanaense.com/>>. Acesso em 15 ago. 2010.

confiança na “competência como na autenticidade do conhecimento perito” envolve a aceitação do risco, que nesse caso é julgado minimizado por aquele que confia.²¹¹

Para que as institucionalizações do parto e do ensino de parteiras tivessem lugar em Curitiba, além da articulação política e projeção social desfrutada pelos médicos – provenientes de sua participação em cargos públicos, sua atuação como docentes na Faculdade de Medicina do Paraná e as diversas contribuições em rádios e periódicos (eram vistos como homens ilustrados) – houve necessidade de que a clientela exercitasse a confiança nessa assistência obstétrica medicalizada e mais ainda no espaço criado para que tivesse lugar a parturição.

Apesar do conceito elevado em que era tido pela sociedade curitibana o obstetra Victor do Amaral, principal responsável pela fundação da primeira Maternidade paranaense, resistências apresentaram-se e o que não pode ser descartado é que a oposição pode ter vindo dos seus próprios colegas de profissão ou mesmo de outras pessoas da sociedade que consideravam a Maternidade um incentivo à imoralidade das moças, devido ao “parto secreto” realizado na instituição.²¹²

O prestígio social e a articulação política de Victor do Amaral, Reinaldo Machado, João Evangelista Espíndola, Assis Gonçalves, Nilo Cairo e outros médicos que albergavam a idéia da construção de uma Maternidade em Curitiba foram imprescindíveis para a instalação da instituição. Recorrendo às senhoras da elite social da cidade, muitas delas mães, esposas ou filhas de maçons, foi fundada a “Associação das Damas de Assistência à Maternidade e à Infância” que contribuiu largamente para a manutenção da Maternidade por décadas.²¹³

As “fichas simbólicas” concorreram para o erguimento do prédio próprio da Maternidade, vencidos os obstáculos e as burocracias; no entanto, a princípio não obtiveram resultados em submeter as barreiras culturais que se impunham ao parto hospitalizado. Urgia gerar confiança no estabelecimento e nas práticas de seus funcionários, a fim de que o movimento clínico se avolumasse.

²¹⁰ GIDDENS, Anthony. Op. cit., p. 35.

²¹¹ Id.

²¹² FACULDADE DE MEDICINA DO PARANÁ. **Relatório ano de 1928**, apresentado pelo Diretor Dr. Victor Ferreira do Amaral e Silva à Congregação em sessão de 03 jan.1929. Curitiba: João Haupt & Cia., p. 64. O “parto secreto” constituía-se em recurso contra o aborto e o infanticídio. Detectada uma gravidez indesejada em mulher solteira, esta se recolhia à Maternidade antes do abdômen proeminente tornar-se notório para a família. Internada em quarto isolado, isenta de indagações indiscretas, ao dar a luz, o recém-nascido era entregue a casais estéreis, por exemplo, e a moça retornava a sua família e às suas atividades sem que fosse divulgado o caso.

²¹³ HOSPITAL Victor do Amaral. **Revista Médica do Paraná**, Curitiba, ano 11, n. 5, p. 326, maio 1943.

A seguinte abordagem foi adotada:

Divulgação sistemática na imprensa dos trabalhos desenvolvidos na maternidade e ataque constante ao trabalho das “parteiras sem responsabilidade”, associando as taxas de mortalidade materna e peri-natal a uma e a outra “forma” de dar à luz as crianças.²¹⁴

A idéia do risco minimizado através das intervenções médicas, das inovações na área da saúde e da assistência de um especialista com “conhecimento perito” foi aumentando a clientela da Maternidade (ver Apêndices VI, VII, VIII e IX). Também não deve ser olvidado que a prática do parto secreto pela instituição atraía as mulheres que tivessem engravidado de forma ilegítima e que a assistência social prestada às mães indigentes, como a distribuição de um enxoval de bebê e o custeamento mesmo de estadias prolongadas, podem ter contribuído para o crescimento do movimento clínico da Maternidade.

O inconveniente foi que se passou de um “risco externo” para um “risco fabricado”, conceituado por Guiddens como “o risco criado pelo próprio progresso do desenvolvimento humano, especialmente pelo progresso da ciência e da tecnologia [...] refere-se a novos ambientes de risco,”²¹⁵ como as instituições hospitalares e suas rotinas rígidas.

Apesar de várias décadas de medicalização e institucionalização do parto, ainda em 1990 a infecção puerperal encabeçava a lista das principais causas de óbito materno no Brasil e no Paraná.²¹⁶ Aproximadamente 90% das mortes maternas no Estado são evitáveis, pois “estão vinculadas à má qualidade dos serviços de saúde, incluindo o médico como um de seus responsáveis por falta de qualificação técnico-científica e ética”.²¹⁷

Os instrumentais utilizados nos procedimentos e as inúmeras intervenções médicas durante o processo natural da parturição são responsáveis pela veiculação de microorganismos, sendo que “incidências crescentes de cesarianas têm contribuído para o aumento das taxas de infecção puerperal.”²¹⁸

²¹⁴ FERNANDES, Lindolfo. **A maternidade Victor Ferreira do Amaral e Silva**. Curitiba: Casa da Memória da Saúde Pública, [s.d.], p. 10 [apostila].

²¹⁵ GIDDENS, Anthony. **Conversas com Anthony Giddens: o sentido da modernidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000, p. 143.

²¹⁶ HIRATA, Vera Marisa. **Maternidade no Paraná, uma questão de vida e morte: uma análise das práticas de saúde**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, 1991, p. 1.

²¹⁷ Ibid., p. 122.

²¹⁸ GUIMARÃES, Elisângela E. Resende.; CHIANCA, Tânia C. Machado.; OLIVEIRA, Adriana Cristina de. Infecção puerperal sob a ótica da assistência humanizada ao parto em Maternidade Pública. **Revista Latino-americana de Enfermagem**, v. 15, n. 4, p. 5, jul./ago. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rlae/v15n4/pt_v15n4a03.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2010.

Atualmente, o parto tem sido realizado em ambiente hospitalar com todos os recursos tecnológicos e científicos e, apesar de todas as medidas de prevenção e controle de infecção, as infecções puerperais parecem perdurar no cenário das instituições.²¹⁹

Na primeira metade do século XX, no entanto, os avanços da ciência – inúmeros em termos de descobertas ou aperfeiçoamentos de tecnologias, como transfusões de sangue, Roentgendiagnósticos, Sulfas, Antibióticos como a Penicilina e a Estreptomicina, hemodiálise e anestésias²²⁰ – se constituíram no arsenal médico contra as enfermidades que avassalavam a Curitiba em urbanização, tais como a sífilis, a tuberculose e a febre tifóide. A tecnologia foi aproveitada pelos médicos especialmente na instalação de Laboratórios de análises clínicas e gabinetes de Roentgendiagnósticos, entre outros serviços, cujas propagandas eram veiculadas pela *Revista Médica do Paraná* (Apêndice IV).

Dessa maneira, o processo de legitimação do médico treinado em universidade chega a seu apogeu: as descobertas médicas do século XIX forneceram os fundamentos científicos para os novos especialistas, e os desenvolvimentos sociopolíticos possibilitaram a expansão de sua esfera de influência do plano individual para a arena pública. Uma vez que o público, de maneira geral, passou a reconhecer o médico como especialista na área da saúde, as demandas por serviços médicos tenderam a crescer.²²¹

A confiança desenvolvida nos “sistemas peritos” dos médicos como oragos do conhecimento científico a respeito do corpo feminino fez com que estes profissionais fossem considerados os mais abalizados para a tarefa de ensinar e examinar o saber adquirido em obstetrícia.

A fim de contemplar os interesses eugênicos, urgia formar a consciência sanitária da mãe e da parteira por meio da educação. Os médicos, para se desempenharem desse encargo a contento, desejavam o deslocamento da tríade parteira-parto-parturiente a um ambiente passível de supervisão médica, a Maternidade. Esta instituição, por sua vez, promovida a pólo científico em obstetrícia e campo para a aprendizagem teórica e prática do mister, também alavancou e sediou o ensino do ofício das parteiras, além de surgir como uma nova opção profissional para essas mulheres.

²¹⁹ GUIMARÃES, Elisângela E. Resende.; CHIANCA, Tânia C. Machado.; OLIVEIRA, Adriana Cristina de. Op. cit., p. 3.

²²⁰ LIMA, Lysandro Santos (publicação póstuma); MACEDO, Rafael Greca de. Memória de vida: Lysandro Santos Lima, 1906-1982. **Boletim Informativo da Casa Romário Martins**. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, ano 9, n. 65, p. 16-19, jun. 1982.

²²¹ SPINK, Mary Jane P. Op. cit., p. 177.

2.2 MAS... O QUE É UMA MATERNIDADE?

A mulher grávida precisa de protecção e de conselhos, precisa conhecer os acidentes a que está sujeita e os meios de proteger o pequenino ser que traz no seu seio, afastando de si todas as causas que mais tarde possam determinar uma influencia nociva no seu desenvolvimento. Quantas vidas seriam poupadas, quantas lágrimas, quantos dramas íntimos seriam evitados, se as mães sobessem e... podessem evital-os. Ainda, sempre impera no mundo o anathema do inclemente Deus do primeiro castigo: “In dolore paries filios!” Quantas mulheres pobres, sem meios para a consulta de um medico, ainda se encontram na dura contingencia de não procurar os recursos da sciencia, esta Deusa humana, clemente, boa, igual para todos!²²²

Os povos indígenas que habitavam o território que hoje corresponde ao Paraná tinham rituais interessantes relacionados ao parto de seus bebês:

Na ocasião dos partos, os maridos constroem um pequeno rancho, onde as mulheres, ajudadas de uma velha, dão à luz os filhos, que conduzem aos ranchos da habitação, colocam em uma pequena rede armada junto à do casal [...]²²³

Depois de ter dado à luz [...] tanto a mãe como o filho lavam-se em água fria. A recém-parida mesma o leva para o córrego mais perto, assim mesmo, com tudo isso é extremamente raro que uma índia morra de parto.²²⁴

Quando as mulheres sentem-se prestes a dar a luz, se é de dia, vão para o mato com uma companheira; logo depois do parto entram nágua, lavam-se com o recém-nascido e voltam para o rancho, onde continuam a tratar de seus afazeres, como se nada lhes tivesse acontecido.²²⁵

Davam à luz os seus rebentos sem conhecimentos científicos, intervenções, tecnologias, médicos, parteiras diplomadas ou Maternidades e raramente morriam... Apenas de três coisas precisavam: de um “pequeno rancho” ou do mato; de um córrego e de uma velha ou companheira.

As parteiras das índias ficaram no anonimato. A primeira de que se tem registro no Paraná, datado de 1745, foi Dona Luísa da Cunha, viúva desde 1721 de Vicente de Gois “um dos signatários do termo da ‘reunião do povo e a escolha dos eleitores’ por ocasião da criação da Vila de Curitiba, em 29 de Agosto de 1693”.²²⁶

²²² SILVA, Victor Ferreira do Amaral e. Palestras Peripatheticas LXV no livro de ouro da Maternidade “Victor do Amaral”. In: LIMA, Eduardo Corrêa. Op. cit., p. 438-439.

²²³ PINTO, ESTEVÃO. Actas Ciba apud MOREIRA, Julio Estrella. **História da Medicina no Paraná: subsídios para o estudo do período colonial**. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado, 1953, p. 21-22.

²²⁴ CEMILITE, Frei Luís de. Catálogo dos objetos remetidos à exposição antropológica do Rio de Janeiro, 1882 apud MOREIRA, Julio Estrella. Op. cit., p. 22.

²²⁵ PARANÁ, Sebastião. Chorografia do Paraná, 1899 apud MOREIRA, Julio Estrella. Op. cit., p. 22.

²²⁶ CURITIBA. Boletins do Arquivo da Câmara Municipal (62 fascículos) apud MOREIRA, Julio Estrella. Op. cit., p. 97.

Nos momentos mais angustiosos, nas horas em que suas fôrças e seu saber fraquejavam, dona Luiza da Cunha apelava para a proteção da padroeira da vila, Nossa Senhora da Luz, que sempre lhe atendeu e lhe supriu de ânimo nos desfalecimentos em sua já longa experiência.²²⁷

A parteira, como chegara à velhice na penúria, obteve da Câmara da Vila de Curitiba remuneração por seu trabalho: “pelo menos um dos mais antigos registros conhecidos no Brasil, outorgando oficialmente o exercício da profissão de ‘partejar’ e, ao mesmo tempo, criando pelos cofres públicos o estipêndio necessário para prover a população de assistência obstétrica”.²²⁸

O artigo n. 23 do regulamento sanitário do Paraná de 1892 já tratava de delimitar o ofício da parteira e vincular o seu trabalho ao do médico: “as parteiras no exercício de sua profissão, limitar-se-hão a prestar os cuidados indispensáveis às parturientes e aos recém-nascidos nos partos naturais. Em caso de dystocia deverão sem demora reclamar a presença de médico [...]”.²²⁹ Era-lhes vedado “o tratamento médico ou cirurgico das molestias das mulheres e das creanças, os annuncios de consultas e as receitas”.²³⁰

Desde 1915 já existia um regulamento da Universidade do Paraná relativo ao exame prático de parteiras, satisfazendo o Artigo 2º da Lei estadual Nº. 1463 de 2 de Março de 1915 (Anexo I), a qual estabelecia:

Só poderão ter exercício de parteiras, no Estado, as diplomadas por qualquer das Escolas Superiores da Republica ou que perante ellas sejam habilitadas, em virtude de serem diplomadas no estrangeiro, e bem assim as que forem habilitadas em exame pratico perante a Universidade do Paraná.²³¹

Esse exame, realizado na presença de uma banca examinadora composta por três professores da Universidade, constava de

uma única prova pratico-oral, feita na Maternidade do Paraná, na qual a candidata resolverá o problema clínico que cada um dos examinadores lhe propuzer, á cabeceira de uma gestante, parturiente ou puerpera, sujeitando-se ao mesmo tempo á arguição sobre qualquer ponto do programma.²³²

²²⁷ MOREIRA, Júlio. **Luiza da Cunha e Marie Jarousse**, dois nomes que devem ser lembrados. Palestra realizada na Sociedade de Ginecologia e Obstetrícia do Paraná, em 27 de setembro de 1957 [panfleto]. Curitiba, 1957, p. 4.

²²⁸ Ibid., p. 5.

²²⁹ PARANÁ. Decreto n. 1 de 1º de julho de 1892. Regulamenta o Serviço Sanitário Terrestre do Estado do Paraná. **Coleção de Decretos e Regulamentos de 1918**. Curitiba: Typ. da “República”, 1918, p. 11.

²³⁰ Id.

²³¹ PARANÁ. Lei n. 1463 de 2 de Março de 1915, Art.2. Lei que estabelece o registro de diplomas no Paraná e o exame prático de parteiras. **Relatório Geral da Universidade do Paraná ano de 1916**, apresentado pelo Diretor Dr. Victor Ferreira do Amaral e Silva à Assembléia Geral de 19 dez. 1916, p. 44.

²³² UNIVERSIDADE DO PARANÁ. **Regulamento do Exame Pratico de Parteiras com o Programa de Obstetrícia anexo**, 1915. Curitiba:Typographia Max Roesner, p. 4.

Além do mais, o Programa de Obstetrícia para o exame prático de parteiras constava de “Noções de anatomia e de physiologia” que eram mais do que meras noções, como por exemplo:

Esqueleto em geral: ossos da cabeça, do tronco e dos membros [...]; cavidades da face, cavidades craneana e rachidianna, cavidades thoraxica e abdominal [...] Anatomia a funções dos aparelhos respiratório e circulatório [...] Systema nervoso e sua physiologia [...] Catheterismo da bexiga...²³³

Como se isso não bastasse, também era recheado de termos técnicos, como por exemplo, “chorion”, “âmnios”, “leucorrhéa”, “hydrorrhéa”, “mola vesicular”, “apresentação podálica”, “retroversão”, “antiversão”, “delivramento”, “metrorrhagia”, “cephalematoma”, etc. Sem falar que “na falta de um compendio moderno em lingua portugueza, é adoptado o *Manuale di Ostetricia ad uso delle Lavatrici* de Alessandro Cuzzi, 7ª edição da Casa Vallardi, de S. Paulo, obra em italiano.”²³⁴

Essas exigências talvez limitassem o número das candidatas. Encontramos nos livros de registros de títulos profissionais o licenciamento de apenas 21 parteiras sob essa Lei. Do total 1/3 eram estrangeiras: quatro alemãs, uma polonesa, uma italiana e uma russa; as brasileiras: 12 paranaenses, uma catarinense e uma carioca (Apêndices XII e XIV).

Maria Rosa Cordeiro, paranaense, nascida em 30 de dezembro de 1871, registrada com aproximadamente 50 anos, logo após o licenciamento (ocorrido no ano de 1921) já oferta seus serviços na *Gazeta do Povo* como parteira diplomada (Figura 26). É viável o pensamento de que anunciasse com esse título a fim de garantir clientela, mas fica a dúvida se essa parteira sabia realmente a diferença entre sua titulação de “prática licenciada” e a de “diplomada” ou não (ver no Anexo I o modelo do certificado que era expedido às parteiras práticas licenciadas sob a Lei de 1915).

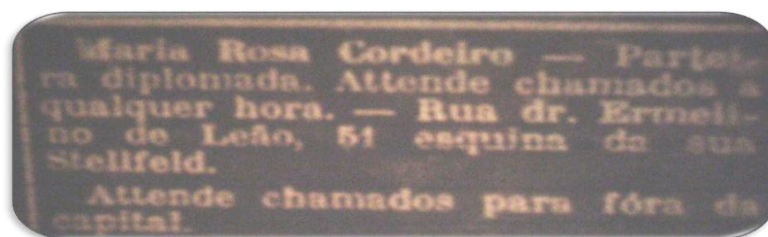


Figura 26 – Anúncio dos serviços de parteira diplomada de Maria Rosa Cordeiro.²³⁵Fonte: *Gazeta do Povo*, Curitiba, p. 6, 02 jan. 1922.

²³³ UNIVERSIDADE DO PARANÁ. **Regulamento do Exame Pratico de Parteiras com o Programa de Obstetrícia anexo**, 1915. Op. cit., p. 7-12.

²³⁴ Ibid., p. 4.

²³⁵ “*Maria Rosa Cordeiro – Parteira diplomada. Attende chamados a qualquer hora. – Rua dr. Ermelino de Leão, 51 esquina da rua Stellfeld. Attende chamados para fóra da capital.*”

Além das parteiras práticas licenciadas, estavam em atuação na cidade algumas diplomadas. Das cinco parteiras diplomadas apuradas nos registros, quanto à nacionalidade, três eram italianas, uma alemã e uma francesa. Marcelina Gallinati Wild tinha 25 anos ao formar-se pela Faculdade de Medicina de Porto Alegre e 35 anos ao registrar-se no Paraná. Quanto às demais, não foi possível realizar o cálculo porque os registros não informavam a data de nascimento.

PARTEIRAS DIPLOMADAS						
NOME	NATURALIDADE	PATERNIDADE	UNIVERSIDADE	EXPEDIÇÃO DO DIPLOMA PELA UNIVERSIDADE	REGISTRO NO PARANÁ	DECRETO/LEI
Elise Ellvanger	Alemanha	Não consta	Stuttgart	25/07/1884	28/03/1901	Não consta
Matild Ceschin	Itália	Giovanni Di Filielta	Padova	05/09/1911	02/09/1914	Não consta
Bendoni Itala Di Bomezi	Itália	Mantoval Abbiamir	Parma	20/06/1889	08/08/1916	Não consta

Quadro 1 – Parteiras que registraram seus diplomas na Diretoria do Serviço Sanitário do Paraná, segundo a naturalidade, paternidade, Universidade de formação, data da expedição do diploma, data do registro do título no Paraná e legislação que o regulamenta. Fonte: REGISTROS MÉDICOS-CIRÚRGICOS. Biblioteca da Escola de Saúde Pública da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná. Notas: O livro foi aberto no ano de 1886 e encerrado em 1918. Não constam de seus registros a data de nascimento e o estado civil das parteiras diplomadas. As informações deste quadro foram selecionadas e compiladas pela autora.

PARTEIRAS DIPLOMADAS							
NOME/NASCIMENTO	NATURALIDADE	PATERNIDADE	UNIVERSIDADE	EXPEDIÇÃO DO DIPLOMA PELA UNIVERSIDADE	COLAÇÃO DE GRAU	REGISTRO NO PARANÁ	DECRETO/LEI
Michelti Carolina Vicenzi/ não consta	Itália	Não Consta	Pisa	10/07/1909	Não consta	15/05/1919	Não consta
Marcelina Gallinati Wild/ 22/07/1886	França	Giacomo Gallinati	Faculdade de Medicina de Porto Alegre	Não consta	27/12/1911	04/03/1922	Não consta

Quadro 2 – Parteiras que registraram seus diplomas na Diretoria do Serviço Sanitário do Paraná, segundo data de nascimento, naturalidade, paternidade, Universidade de formação, datas da expedição do diploma, colação de grau, registro do título no Paraná e legislação que o regulamenta. Fonte: LIVRO 2 – REGISTRO DE TÍTULOS. Biblioteca da Escola de Saúde Pública da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná. Notas: O livro foi aberto no ano de 1919 e encerrado em 1931. Não consta de seus registros o estado civil das parteiras. As informações foram selecionadas e compiladas pela autora.

Não foi localizado o registro da parteira diplomada estrangeira *Mme. Ella*, possuidora de um currículo que deveria lhe garantir uma boa clientela:



Figura 27 – Anúncio dos serviços de parteira diplomada de *Mme. Ella*.²³⁶ Fonte: *Diário da Tarde*, Curitiba, p. 4, 04 jan. 1935.

Quanto às parteiras práticas, cobrindo o período de 1886 a 1960, localizamos 156 registros, sendo computadas também as licenciadas sob a Lei Estadual de 1915 e o Decreto Estadual de 1922 (a ser visto no próximo capítulo).

Exatamente 2/3 das parteiras práticas licenciadas eram brasileiras. Das 34 estrangeiras, sobressaem-se as alemãs, italianas e polonesas, o que corrobora com as informações prestadas pelo médico entrevistado quanto à nacionalidade das parteiras estrangeiras no Paraná (Apêndice XI).

Do total de 156 parteiras práticas obtivemos o estado civil de 32, sendo que destas, a maioria era casada.

Até o ano de 1949 não existia uma padronização sobre quais quesitos deveriam ser obrigatoriamente registrados nos livros de títulos, escolha que ficava a cargo do funcionário que no momento lançava as informações. Assim, nos livros anteriores a 1949, a anotação referente às datas de nascimento e término do curso das parteiras era esporádica, o que, dependendo do tipo de dado ausente, impediu o cálculo da idade dessas mulheres à época da formatura e/ou quando do registro dos certificados no Estado e o intervalo de tempo entre a formatura e o registro do certificado, o que prejudica a análise.

²³⁶ “*Mme. Ella. Parteira diplomada pela Clinica Obstetrica da Universidade de Leipzig. Parteira da Clinica Obstetrica da Universidade de Berlim, Prof. Dr. Bumm. Do Hospital Sofia Charlottenstrasse, Berlim, Westend. Assistente e enfermeira durante a grande guerra europea. 21 annos de pratica, 15 annos no Brasil. Av. 7 de Setembro, 1528*”.

País	Quantidade
Alemanha	9
Áustria	1
Brasil	104
Finlândia	2
Holanda	1
Itália	9
Japão	1
Líbano	1
Polônia	6
Rússia	2
Tchecoslováquia	2
Não consta	18

Quadro 3 – Das 156 parteiras práticas apuradas nos registros, quanto à nacionalidade. Fonte: Livro Registros Médicos-Cirúrgicos; Livro 2 – Registro de Títulos; Livro 3 – Títulos Profissionais; Livro 7 – Registro de Títulos; Livro 1 – Odontólogos e Diversos; Livro 2 – Odontólogos; Livro 3 – Odontólogos e Diversos. Nota: Os dados encontram-se organizados nos Apêndices de XII a XIX.

Estado Brasileiro	Quantidade
Paraná	16
Rio de Janeiro	1
Rio Grande do Sul	1
Santa Catarina	4
São Paulo	1
Não Consta	81

Quadro 4 – Das 104 parteiras práticas brasileiras apuradas nos registros, quanto à naturalidade. Fontes: Livro Registros Médicos-Cirúrgicos; Livro 2 – Registro de Títulos; Livro 3 – Títulos Profissionais; Livro 7 – Registro de Títulos; Livro 1 – Odontólogos e Diversos; Livro 2 – Odontólogos; Livro 3 – Odontólogos e Diversos. Nota: Os dados encontram-se organizados nos Apêndices de XII a XIX.

Cidade	Quantidade
Antonina	1
Curitiba	6
Paranaguá	1
Não Consta	8

Quadro 5 – Das 16 parteiras práticas paranaenses apuradas nos registros, quanto à cidade de nascimento. Fontes: Livro Registros Médicos-Cirúrgicos; Livro 2 – Registro de Títulos; Livro 3 – Títulos Profissionais; Livro 7 – Registro de Títulos; Livro 1 – Odontólogos e Diversos; Livro 2 – Odontólogos; Livro 3 – Odontólogos e Diversos. Nota: Os dados encontram-se organizados nos Apêndices de XII a XIX.

Estado Civil	Quantidade
Casadas	26
Solteiras	5
Viúvas	1
Não Consta	124

Quadro 6 – Das 156 parteiras práticas apuradas nos registros, quanto ao estado civil. Fontes: Livro Registros Médicos-Cirúrgicos; Livro 2 – Registro de Títulos; Livro 3 – Títulos Profissionais; Livro 7 – Registro de Títulos; Livro 1 – Odontólogos e Diversos; Livro 2 – Odontólogos; Livro 3 – Odontólogos e Diversos. Nota: Os dados encontram-se organizados nos Apêndices de XII a XIX.

Faixa Etária	Quantidade
20-30	12
31-40	6
41-50	8
Acima de 50	2
Não Consta	128

Quadro 7 – Das 156 parteiras práticas apuradas nos registros, quanto à idade na data da formatura. Fontes: Livro Registros Médicos-Cirúrgicos; Livro 2 – Registro de Títulos; Livro 3 – Títulos Profissionais; Livro 7 – Registro de Títulos; Livro 1 – Odontólogos e Diversos; Livro 2 – Odontólogos; Livro 3 – Odontólogos e Diversos. Nota: Os dados encontram-se organizados nos Apêndices de XII a XIX.

Faixa Etária	Quantidade
20-30	28
31-40	23
41-50	21
Acima de 50	3
Não Consta	81

Quadro 8 – Das 156 parteiras práticas apuradas nos registros, quanto à idade quando do registro do certificado no estado do Paraná. Fontes: Livro Registros Médicos-Cirúrgicos; Livro 2 – Registro de Títulos; Livro 3 – Títulos Profissionais; Livro 7 – Registro de Títulos; Livro 1 – Odontólogos e Diversos; Livro 2 – Odontólogos; Livro 3 – Odontólogos e Diversos. Os dados encontram-se organizados nos Apêndices de XII a XIX.

Período	Quantidade
1 ano	6
Mesmo Ano	23
Não Consta	127

Quadro 9 – Das 156 parteiras práticas apuradas nos registros, quanto ao intervalo de tempo entre a formatura e o registro do certificado no estado do Paraná. Fontes: Livro Registros Médicos-Cirúrgicos; Livro 2 – Registro de Títulos; Livro 3 – Títulos Profissionais; Livro 7 – Registro de Títulos; Livro 1 – Odontólogos e Diversos; Livro 2 – Odontólogos; Livro 3 – Odontólogos e Diversos. Os dados encontram-se organizados nos Apêndices de XII a XIX.

Ao que as fontes localizadas apontam eram poucas as parteiras legalizadas em atuação no Estado nas primeiras décadas do século XX. Assim, ao cogitarem a instalação de uma Universidade, o Curso de Partos não foi esquecido.

O médico Nilo Cairo, depois secretário da Universidade do Paraná (UP), faz a seguinte retrospectiva sobre as movimentações que se deram em torno da organização da Instituição:

Encontrando-me com o Sr. Dr. Reinaldo Machado, hoje lente cathedratico de clinica gynecologica do Curso de Medicina e cirurgia desta Universidade, observou-me elle [...] que não nos deviamos esquecer do curso de obstetrícia, tão necessaria no nosso meio, onde tanto abundavam as parteiras empiricas, ignorantes de todas as regras da moderna hygiene.²³⁷

²³⁷ SILVA, Nilo Cairo da. Relatório didático e administrativo apresentado em 18 de dezembro de 1913 ao Dr. Victor Ferreira do Amaral e Silva, Diretor da Universidade do Paraná. In: LIMA, Eduardo Corrêa. Op. cit., p. 159.

A UP, segundo seus fundadores, não poderia prescindir de um curso que preparasse mulheres, dentro dos moldes da ciência, para a arte de partejar, pois “naquelle tempo as parteiras desconheciam as regras mais rudimentares de hygiene”.²³⁸

O Curso de Obstetrícia foi organizado com a seguinte grade curricular: após apresentar certificados de habilitação em “Portuguez, Geographia geral, Chorografia e História do Brazil, Arithmetica, exclusive logarithmos”²³⁹, o aluno cursaria quatro cadeiras, duas para cada ano do curso. No primeiro ano estudaria as disciplinas de “Elementos de anatomia descriptiva”, com conteúdos sobre “Anatomia descriptiva e topographica do abdomen e do canal pelviano”, sob a responsabilidade do médico Miguel de Santiago e “Elementos de physiologia”, a qual versaria sobre “Physiologia do aparelho genito-urinario feminino e noções de embryologia”, ministradas pelo médico Assis Gonçalves. No segundo ano cursaria as cadeiras de “Obstetrícia”, a cargo do médico Reinaldo Machado, e “Clinica obstétrica”, com o Dr. Victor do Amaral.²⁴⁰

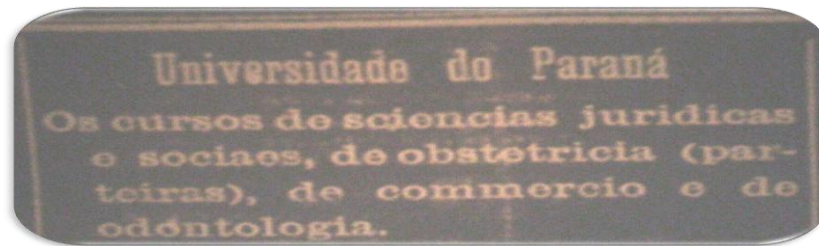


Figura 28 – Divulgação dos cursos oferecidos pela Universidade do Paraná quando de sua fundação em 1912. Fonte: **Commercio do Paraná**, Curitiba, p. 1, 30 nov. 1912.

O médico entrevistado relatou que o curso em questão não foi organizado com o intuito de ser ofertado às mulheres, mas os anúncios no *Commercio do Paraná* (Figura 28) testemunham o contrário: “na Maternidade serão oportunamente dadas as lições de clinica obstetrica dos Cursos de Parteiras e de Medicina da Universidade do Paraná”.²⁴¹

Àquelas que completassem o Curso de Obstetrícia, a Faculdade conferiria o diploma de “Parteira”.²⁴² Esse título no feminino consta do Regimento Interno da Faculdade de Medicina do Paraná do ano de 1920, entretanto, nos Estatutos da Universidade do Paraná do

²³⁸ UNIVERSIDADE DO PARANÁ. Histórico. **Correio do Paraná**, Curitiba, p. 1, 19 abr. 1933.

²³⁹ UNIVERSIDADE DO PARANÁ. Exames de admissão. Curso de Obstetrícia. **Commercio do Paraná**, Curitiba, p. 1, 30 nov. 1912.

²⁴⁰ UNIVERSIDADE DO PARANÁ. Corpo docente do curso de Obstetrícia. **Relatório Geral ano de 1914**, apresentado pelo Diretor Dr. Victor Ferreira do Amaral e Silva à Assembléia Geral de 19 dez. 1914. Cf.: _____, **Estatutos ano de 1915**, aprovados pelo Conselho Superior em sessão de 29 nov. 1915. Curitiba: Livraria Leitner, p. 11-12.

²⁴¹ MATERNIDADE DO PARANÁ. **Commercio do Paraná**, Curitiba, p. 2, 12 fev. 1914. Cf. também: UNIVERSIDADE DO PARANÁ. **Commercio do Paraná**, Curitiba, p. 1, 29 nov. 1912.

²⁴² FACULDADE DE MEDICINA DO PARANÁ. Capítulo XIX – Dos diplomas e distintivos. **Regimento Interno ano de 1920** [Art. 289.º]. Curitiba: Typ. João Haupt & Cia., p. 70-71.

ano de 1916 e em Regimento posterior, datado de 1923, encontramos o título também no masculino: Diploma de “Parteiro ou Parteira”.²⁴³ Isso indica a abertura da matrícula a ambos os sexos, apesar do modelo de Diploma anexado a esse mesmo documento (1923) utilizar o termo apenas no masculino, o que pode dar margem à impressão de que não seriam aceitas as inscrições de mulheres.

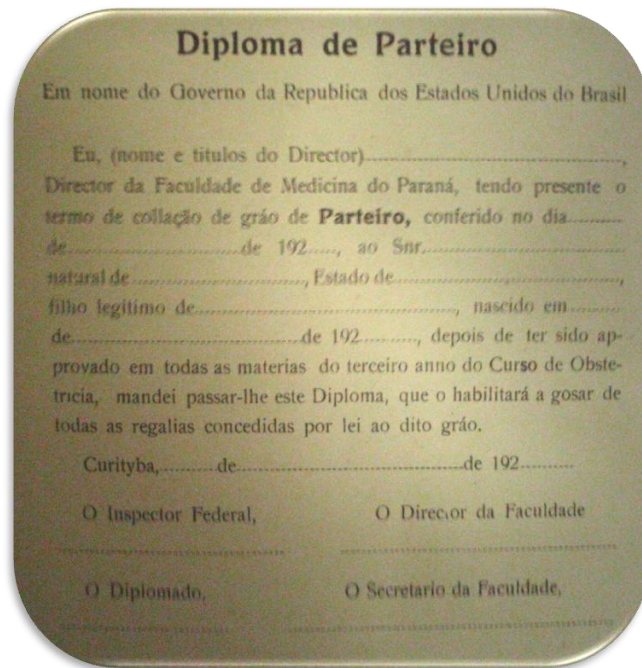


Figura 29 – Diploma de Parteiro. Fonte: FACULDADE DE MEDICINA DO PARANÁ. **Regimento Interno ano de 1923** [anexo n. 5]. Curitiba: Typ. João Haupt & Cia., 1923.

De 1833 a 1876 “não mais de 10 alunas concluíram o curso de partos da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro; e o da Bahia foi ainda menos frequentado”.²⁴⁴ Enquanto que na Faculdade de Medicina do Paraná, no ano de 1913, “para o Curso de Obstetricia, também organizado, não se inscreveu ninguém”.²⁴⁵ Em 18 de outubro de 1929, em seu discurso intitulado “A infecção puerperal em Curitiba”, feito à Sociedade de Medicina do Paraná em 18 de Outubro de 1929, Victor do Amaral reitera o acontecido: “no curso oficial de parteiras da Universidade e mais tarde da Faculdade de Medicina do Paraná, não houve uma só

²⁴³ FACULDADE DE MEDICINA DO PARANÁ. Capítulo XIX – Dos diplomas e distintivos. **Regimento Interno ano de 1923** [Art. 299.º]. Curitiba: Typ. João Haupt & Cia., 1923, p. 68-69.

²⁴⁴ JORGE, Dilce Rizzo. **Evolução da Legislação Federal do ensino e do exercício profissional da obstetriz (parteira) no Brasil**. Tese (Docência Livre) – Escola de Enfermagem Anna Nery/UFRJ, 1974, p.35.

²⁴⁵ UNIVERSIDADE DO PARANÁ. **Relatório Geral ano de 1913**, apresentado pelo Diretor Dr. Victor Ferreira do Amaral e Silva à Assembléia Geral de 19 dez. 1913. Curitiba: Typ. Alfredo Hoffmann, 1913, p. 5.

matrícula”²⁴⁶, e que isto se deu “provavelmente devido á exigência de certificados de exames de preparatorios para as candidatas”²⁴⁷.

A escassez de matrículas repetiu-se nas demais instituições que ofereciam o curso, sendo o número total de parteiras formadas entre 1832 a 1901 pelas Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro, Bahia e Porto Alegre irrisório (34).²⁴⁸

A quantidade não nos surpreende, já que estamos nos referindo a uma época em que não era tão comum a mulher dar continuidade a seus estudos para além dos ensinamentos elementares (quando os tinha), devido, especialmente, ao papel preconizado para ela no contexto social: “confinada ao espaço privado” e “tendo na maternidade o ponto definidor da feminilidade”.²⁴⁹

O ofício de parteira exigia um atendimento muitas vezes noturno e alguns trabalhos de parto são prolongados, o que poderia não ser visto com bons olhos pelos familiares e pelas próprias moças, especialmente as de nível sócio-econômico mais elevado. Mas por que as próprias parteiras em atuação na cidade não se interessaram por ele? Talvez porque considerassem o conhecimento que tinham suficiente para o seu mister; além do mais, de acordo com a Lei de 1915, se fossem examinadas pelos lentes da Faculdade de Medicina e julgadas aprovadas poderiam exercer a profissão na legalidade. Outra hipótese: talvez não possuíssem condições financeiras de arcarem com os custos dos preparatórios e da manutenção do próprio curso, já que a UP era uma instituição particular.

As fontes localizadas para este trabalho comprovam a oferta do Curso de Obstetrícia até o ano de 1923²⁵⁰, mas sua abolição do quadro de cursos da Universidade provavelmente ocorreu sob o Decreto n. 16.782 A, de 13 de janeiro de 1925, o qual determina no Artigo 133: “Fica suprimido o actual curso de parteiras e creado um curso para as enfermeiras das maternidades anexas às Faculdades de Medicina”.²⁵¹ A mudança da denominação

²⁴⁶ Esse curso, ao qual Victor do Amaral faz referência, é o de Obstetrícia e não o que se tornou foco de polêmicas na *Gazeta do Povo*.

²⁴⁷ AS PARTEIRAS práticas. *Gazeta do Povo*, Curitiba, p. 1, 20 set. 1931.

²⁴⁸ JORGE, Dilce Rizzo. Op. cit., p. 35.

²⁴⁹ MATOS, Maria Izilda Santos de. Delineando corpos: as representações do feminino e do masculino no discurso médico (São Paulo, 1890-1930). In: MATOS, Maria Izilda Santos de.; SOIHET, Rachel (Orgs.) **O corpo feminino em debate**. São Paulo: Editora UNESP, 2003, p.122 -123.

²⁵⁰ FACULDADE DE MEDICINA DO PARANÁ. Capítulo XII – Da organização do ensino. **Regimento Interno ano de 1923** [Art. 160.º]. Curitiba: Typ. João Haupt & Cia., 1923, p. 38.

²⁵¹ BRASIL. Decreto n. 16.782 A, de 13 jan.1925, Art. 133. Estabelece o concurso da União para a difusão do ensino primario, organiza o Departamento Nacional do Ensino, reforma o ensino secundario e o superior e dá outras providencias. In: Leis, decretos, etc. Enfermagem: leis, decretos e portarias. 2 ed. Rio de Janeiro, Ministério da Saúde, Serviço Especial de Saúde Pública, 1959, p. 55 apud JORGE, Dilce Rizzo. Op. cit., anexo 40.

profissional de *parteira* para *enfermeira de maternidade* e a criação dos cursos de Enfermagem Obstétrica em Curitiba serão assunto para o último capítulo deste trabalho.

A organização do Curso de Obstetrícia e mais tarde o de Medicina (disciplina de Clínica Obstétrica), criaram a necessidade de um campo de estágio na área: a Maternidade, considerada pelos médicos o local privilegiado para o ato de dar à luz.

O parto tinha no domicílio seu lugar culturalmente determinado. Cogitar fazê-lo em espaço hospitalar, sem qualquer sombra de dúvida, não fazia parte do senso comum, mas uma aquisição recente de algumas parcelas das elites sociais. Assim, em que pesem todos os esforços para despertar no povo aquela nova realidade, a resistência mantêve-se enorme até o início da década seguinte [1920].²⁵²

Nunca havia sido instalada uma Maternidade em Curitiba e todos os partos eram realizados em casa com assistência prestada por parteiras práticas licenciadas, parteiras diplomadas, médicos, mas especialmente as “pseudo-parteiros”, “curiosas” ou “aparadeiras”, conforme o obstetra Victor do Amaral as denominava²⁵³.

Seria de desejar, para o saneamento da arte dos partos, no nosso meio, que a nossa Diretoria de Higiene se interessasse em expurgar a nossa urbs como o faz a de São Paulo, dessas parteiras curiosas que por aí pululam e que, para sugar os magros cobres da pobreza, não trepidam em assistir em sua choupana e nas mais miseráveis condições, aos indigentes que, ignorando a existência da nossa Maternidade, as chamam para conselheiras.²⁵⁴

É muito provável que as “curiosas” *pululassem* mesmo, pelo menos em número o suficiente para fazer com que parteiras licenciadas, diplomadas e médicos se sentissem ameaçados pela concorrência:

Uma comissão de parteiras, constituída pelas senhoras Itala Rigoletto, Mathilde Ceschin, Carolina Michetti, Josephina Rocha, Maria Schella e Bertha Hubell, procurou o sr. dr. director geral do Serviço contra as “aparadeiras” que, ilegalmente e sem pagar impostos, exercem a profissão de parteira, *** [ilegível] a ignorancia dos incautos e cometendo erros que têm sacrificado grande numero de parturientes, nascituros e recém-nascidos. O sr, dr, Victor do Amaral, que, como médico parteiro, tem sido testemunha do sacrificio de algumas miseras mães de família, prometeu agir de conformidade com o Regulamento responsabilizando quem praticar o exercicio ilegal da medicina, assim como das profissões annexas, obstetrícia, odontologia e Pharmacia.²⁵⁵

²⁵² FERNANDES, Lindolfo. Op. cit., p. 10.

²⁵³ SILVA, Victor Ferreira do Amaral e. A infecção puerperal em Curitiba. In: LIMA, Eduardo Corrêa. Op. cit., p. 135.

²⁵⁴ MATERNIDADE. **Comercio do Paraná**, Curitiba, p. 3, 31 jul. 1915.

²⁵⁵ EXERCICIO DE PARTOS. **Diário da Tarde**, Curitiba, p. 3, 10 mar. 1920.

Quem eram as reclamantes? Mathilde Ceschin era italiana, havia sido diplomada pela Universidade de Padova em 1911, obtendo registro no Paraná em 1914; foi a primeira Governante (ou Chefe da Administração) da Maternidade do Paraná. Carolina Michetti, também italiana, havia sido diplomada pela Universidade de Pisa em 1909, tendo-se registrado no Paraná em 1919. Maria Schella era parteira prática licenciada, nascida em 1867 na Alemanha, casada, registrada no Estado em 1916 sob a Lei de 1915. Bertha Hubell era curitibana, nascida em 1889, casada, parteira prática licenciada registrada no Estado em 1919, sob a Lei de 1915. As demais não foram localizadas nos livros de registros de títulos.

A fim de conter a proliferação das “curiosas” e gradualmente eliminá-las, era necessário deslocar sua clientela, geralmente constituída por mães pobres, para um local onde “pudessem ter seus filhos em melhores condições de higiene e com assistência médica”.²⁵⁶ A medicalização do parto, assim, vinha ao encontro dos pensamentos eugênicos.

No entanto, um ambiente hospitalar para esse fim era uma novidade que gerava estranheza no povo e provocava resistências, tanto que os principais periódicos de circulação na cidade buscavam informar a população sobre o que seria a Maternidade do Paraná e quais as vantagens de sua instalação na cidade:

Agora o que vae ser a Maternidade do Paraná? Maternidade é um hospital, ou melhor, um recolhimento, destinado a prestar assistencia de parto gratuita ás mulheres provadamente pobres; ella recolhe as mulheres pobres em adiantado estado de gravidez (pelo menos 15 dias antes de dar á luz); conserva-as e as mantem á sua custa, em dormitorio especial, durante esse ultimo periodo da gestação; ampara-as durante o parto, com parteira e médico; fornece o primeiro enxoval ao recém-nascido [...]²⁵⁷

A má reputação das “casas de maternidade” no Brasil vinha de longa data:

Nesse tempo [século XIX], as consultas ginecológicas e os partos eram realizados quase que exclusivamente no domicílio da parturiente ou de pessoa de sua relação [...] Nas primeiras décadas do século XIX, algumas parteiras, entre elas muitas estrangeiras recebiam parturientes em seus consultórios, onde possuíam quartos. Com o passar dos anos essa forma de atendimento se ampliou e os estabelecimentos passaram a ser conhecidos pelo nome de casas de maternidade. Aí eram atendidas em geral escravas, negras livres, e mulheres que por alguma razão estavam impedidas de dar à luz em suas próprias casas, como por exemplo, as provenientes do interior, as mães solteiras e as viúvas. Apesar da importância do serviço e socorro prestados às mulheres, esses estabelecimentos eram desqualificados, tidos como suspeitos, locais onde a clientela era composta por mulheres de má fama e praticavam-se abortos.²⁵⁸

²⁵⁶ FERNANDES, Lindolfo. Op. cit., p. 3.

²⁵⁷ MATERNIDADE DO PARANÁ. **Comercio do Paraná**, Curitiba, p. 2, 12 fev. 1914.

²⁵⁸ MOTT, Maria Lúcia. **Parto, parteiras e parturientes Mme. Durocher e sua época**. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, FFLCHUSP, 1998, p. 183.

Apesar dos reveses, em 03 de agosto de 1914 foi inaugurada a “Maternidade do Paraná”, a primeira do Estado, dirigida pela Universidade do Paraná. Sua proposta incluía, além da parteira, a presença do médico no atendimento às parturientes e previa acomodações não somente às indigentes, mas também quartos diferenciados que atraíssem aquelas consideradas damas na sociedade. Essa “reestilização” da Maternidade, agora provida de aparato científico, tendo a figura do médico à frente da Clínica Obstétrica e uma carteira de clientes de alto nível social, objetivava uma mudança positiva no conceito que a população mantinha a respeito de instituições similares.



Figura 30 – Maternidade do Paraná, à Rua Comendador Araújo, n. 42, instalada em antigo edifício da Universidade do Paraná (1912). Fonte: **Revista Médica do Paraná**, Curitiba, ano 9, n. 11/12, [n. p.], nov./dez. 1940.

Interessante é que sem a própria atuação feminina o sonho da Maternidade não teria se concretizado dentro das expectativas: senhoras pertencentes à elite social da cidade contribuíram para erguer e manter a instituição durante várias décadas. Organizaram-se na “Associação das Damas de Assistência á Maternidade e á Infância”, composta em 1915 por 140 mulheres, as quais mensalmente faziam doações em dinheiro.²⁵⁹ Muitas delas eram principalmente esposas de maçons, como Etelvina Rebello Camargo, casada com o Grão Mestre Affonso Alves de Camargo, Presidente do Estado do Paraná em duas gestões: 1916-1920 e 1928-1930.²⁶⁰ Outra associada, Francisca Martins Erichsen era casada com o médico e Grão Mestre Abdon Petit Guimarães Carneiro.²⁶¹ Anna Messias do Amaral, esposa do obstetra e maçom Victor do Amaral, também era associada, apenas para citar algumas.²⁶²

Organizações filantrópicas como a “Associação das Damas de Assistência á Maternidade e á Infância” já existiam no Brasil desde os fins do século XIX, com atividades desenvolvidas, por exemplo, no Instituto de Proteção e Assistência à Infância (IPAI), fundado em 1899, no Rio de Janeiro, pelo médico Carlos Arthur Moncorvo Filho (1871-1944).

A partir do final da década de 1910 houve acelerado crescimento de organizações filantrópicas femininas no Brasil, nas quais as mulheres das classes média e alta podiam se sentir úteis à sociedade, organizando e administrando programas de assistência médica e social, e de educação prática e moral, destinados, sobretudo, a mulheres, crianças e às classes populares. [...] A organização de festas e chás beneficentes tornou-se verdadeira moda no Rio de Janeiro, conformando um espaço privilegiado de contatos sociais para as mulheres, expressão de seu caráter cívico e patriótico, e merecendo notas – com os nomes de suas mentoras – nos principais periódicos. O destaque e o teor de tais matérias revelam o envolvimento e a preocupação de movimentos feministas – em particular os de orientação católica – com a educação e a higiene, o que comprova a afinidade de interesses que levou à conformação, sobretudo a partir da terceira década do período republicano, da relação de aliança entre feminismo, filantropia e higienismo.²⁶³

²⁵⁹ UNIVERSIDADE DO PARANÁ. Associação de Damas de Assistencia á Maternidade e á Infancia. Socias Actuaes. **Relatório Geral ano de 1916**, apresentado pelo Diretor Dr. Victor Ferreira do Amaral e Silva à Assembléia Geral de 19 dez. 1916. Curitiba: Typ. Alfredo Hoffmann, 1916, p. 85-88.

²⁶⁰ ZOCCOLI, Hiran Luiz. A maçonaria no Paraná. [S. L.: s. n., s.d.], v. 7, p. 146-149 apud MUSEU MAÇÔNICO PARANAENSE [online]. Autoridades maçônicas no Paraná: Grande Oriente Estadual do Paraná (1928/32). Disponível em: <http://www.museumaconicoparanaense.com/MMPRaiz/Menu_Autoridades_PR/GrOr1928/1926-Affonso_Alves_de_Camargo.htm>. Acesso em: 02 out. 2010.

²⁶¹ CARNEIRO, Milton. Petit Carneiro quarenta anos de atividades médicas. [S. L.: s. n., s.d.] apud MUSEU MAÇÔNICO PARANAENSE [online]. Autoridades maçônicas no Paraná: Delegados. Disponível em: <http://www.museumaconicoparanaense.com/MMPRaiz/Menu_Autoridades_PR/Delegados/1919_Petit_Carneiro.htm>. Acesso em: 02 out. 2010.

²⁶² NEGRÃO, Francisco. Genealogia Paranaense. Imprensa Oficial do Paraná, [s. d.], v. 1, p. 426-428. Disponível em: <<http://rco2000.sites.uol.com.br/gp6.html>>. Acesso em: 02 out. 2010. Cf.: MUSEU MAÇÔNICO PARANAENSE. Algumas ruas da cidade de Curitiba com nomes de maçons. Disponível em: <http://www.museumaconicoparanaense.com/MMPRaiz/Menu_Geral/Gover_Pref_%20Ruas/DW_Macons_e_Ruas_de_Curitiba.htm>. Acesso em: 02 out. 2010.

²⁶³ FREIRE, Maria Martha de Luna. **Mulheres, mães e médicos**: discurso maternalista no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p. 74-75.

A feminista Mariana Coelho, pertencente à “Loja de Adoção Filhas da Acácia”²⁶⁴ e à “Associação das Damas de Assistência á Maternidade e á Infância,” além das contribuições em dinheiro, transmitia o seu apoio à Maternidade Victor do Amaral através da imprensa:

Se o facto de ser mãe só por si só santifica e dignifica a mulher, igualmente a solteira tem, como a casada, direito a essa santificação e, por consequencia, ao respeito e protecção sociais; em vez disso, porém, é ela condenada á censura geral, ao abandono, e até ao ridículo a que a sociedade inconscienciosa e invariavelmente a arremessa! E quanto mais analisamos estas flagrantes incoerencias, mais valor achamos na grandiosidade da obra social e moralizadora empreendida pelo Dr. Victor do Amaral, empregando [...] coração e sciencia, em suavizar a dôr humana feminina – moral e materialmente falando [...]²⁶⁵

Inspirada na Maternidade francesa para mães solteiras do “Castelo de Gerland” em Lyon e na “Maternidade de Buenos Aires” que fazia partos “com segredo e discreção”, a Maternidade Victor do Amaral realizava o “parto secreto”,²⁶⁶ com a finalidade médico-social de acolher as mães “desventuradas” e como recurso contra o aborto criminoso e o infanticídio.²⁶⁷

[Victor do Amaral] Fui consultado por uma moça, que, como dactylographa, trabalhava em um escriptorio commercial. Pedia ella que eu lhe receitasse um remedio para o reaparecimento de suas regras, que estavam suspensas. [...] No fim de um mez mais ou menos, ella voltou a consulta, dizendo continuar com a amenorrhéa. Submettendo-a um exame minucioso, constatei uma gravidez de tres mezes mais ou menos [...] Neguei-me a provocar um aborto, promptificando-me a opportunamente ministrar a minha assistencia em um parto secreto. Effectivamente, após alguns mezes, ella sentindo-se ameaçada de parto, despediu-se de seus parentes e vizinhos, dizendo, para illudil-os, que ia passar uns dias na praia de Paranaguá. Recolheu-se então, por ordem minha, a um quarto particular da Maternidade, dando um nome differente [...] Isolada no quarto, isenta de indagações indiscretas, entrou em trabalho de parto [...] O recém nascido, levado para o berçario da Maternidade, foi no dia seguinte entregue a um casal esteril [...] A pobre moça, livre do filho, voltou, após uma semana, para sua residencia, sem que fosse divulgado o transe por que passou, graças ao parto secreto.²⁶⁸

Além dos anúncios da própria Maternidade, a imprensa divulgava as vantagens que as mães teriam em ter seus rebentos naquela instituição e aproveitava para passar uma descompostura nas “curiosas”:

²⁶⁴ MUSEU MAÇÔNICO PARANAENSE [online]. Relação dos Obreiros das Lojas jurisdicionadas ao Grande Oriente e Supremo Conselho do Paraná (1902/20). Disponível em: <http://www.museumaconicoparanaense.com/mmpraiz/MMP_ImagensAbertura/GOP1902/RelObrLojas.htm>. Acesso em: 02 out. 2010.

²⁶⁵ MATERNIDADE VICTOR DO AMARAL. *Diário da Tarde*, Curitiba, p. 3, 07 nov. 1931.

²⁶⁶ FACULDADE DE MEDICINA DO PARANÁ. *Relatório ano de 1928*, apresentado pelo Diretor Dr. Victor Ferreira do Amaral e Silva à Congregação em sessão de 03 jan.1929. Curitiba: João Haupt & Cia., p. 65.

²⁶⁷ *Ibid.*, p. 64-65.

²⁶⁸ SILVA, Victor Ferreira do Amaral e. O parto secreto. *Revista de Gynecologia e d'Obstetricia*, v. 8, 1939. In: LIMA, Eduardo Corrêa. Op. cit., p. 131-132.

Ainda há poucos dias, médicos foram chamados para socorrer, no nosso arrabalde Portão, uma parturiente que estava morrendo; ali chegando, encontraram uma moribunda que expirava, com um feto em apresentação de espádua, o bracinho de fora, esperando que os votos feitos por uma parteira curiosa e estúpida lhe fizessem dar uma cambalhota e o pusessem em posição de vir à luz a salvo. Dizia a parteira que não era preciso chamar o médico e que se devia esperar. O resultado foi a morte da infeliz mãe. Que merece da Diretoria de Higiene uma parteira que assim procede? Isso não é um crime? Pois bem, não há muito, nas mesmas condições, entrou para a Maternidade uma parturiente; chamado o Dr. Reinaldo Machado, seu benemérito chefe de clínica, foi logo o feto extraído e mãe e filho salvaram-se. Essa, que foi sacrificada pela parteira não se teria do mesmo modo salvo, se tivesse recolhido imediatamente à nossa Maternidade? Certamente que sim.²⁶⁹



Figura 31 – Anúncio da Maternidade do Paraná.²⁷⁰ Fonte: **Gazeta do Povo**, Curitiba, p. 3, 29 maio 1922.

Gradualmente, o movimento clínico da Maternidade do Paraná, batizada de Maternidade Victor da Amaral em 1930 e denominada de Hospital Victor do Amaral em 1938, foi aumentando, conforme podemos visualizar nos Apêndices VI a IX.

O total de nascimentos registrados em Curitiba no período de 1933 a 1938 foi de 21.824 (Apêndice X). Comparado aos 2.213 nascimentos ocorridos na Maternidade Victor do Amaral para o mesmo período, teremos que a instituição foi responsável por

²⁶⁹ MATERNIDADE. **Commercio do Paraná**, Curitiba, p. 3, 31 jul. 1915.

²⁷⁰ “Partos. Na Maternidade do Paraná, á rua Comendador Araujo n. 42, são recebidas gratuitamente, e com todo o conforto mulheres pobres por ocasião de seus partos, ganhando cada recém-nascido um pequeno enxoval. Recebe tambem pensionistas em quartos particulares e por preços modicos.”

aproximadamente 10% do total de nascimentos da cidade; isso não levando em consideração algum possível viés nos valores absolutos. Mesmo tendo em vista que nessa época já existiam em torno de três outras instituições oferecendo serviços obstétricos na cidade (Quadro 10), é provável que nesse período grande parte dos partos ainda tenha sido realizada em domicílio.

Com a inauguração em prédio próprio no ano de 1930, a Maternidade Victor do Amaral passou a disponibilizar 50 leitos, incluindo os quartos de 1ª e 2ª classes particulares.

As instalações dos 10 quartos de 1ª classe são as mais confortáveis possíveis, tendo cada leito aparelho telephonic na cabeceira, de modo que as pensionistas poderão estar em comunicação permanente com a sua residencia. Terão também a liberdade de chamar médico de sua confiança.²⁷¹

O aparelho telefônico, que impede a perda do contato com a residência, aqui aparece para aproximar o parto feito em Maternidade daquele realizado em domicílio. A instituição precisa oferecer o conforto que a parturiente de nível sócio-econômico mais alto teria se fosse dar à luz em casa, aliado aos recursos da assistência obstétrica.

O ingresso de senhoras pensionistas, algumas até de elevada posição social, vai pouco a pouco avultando, em consequencia de verificação de que aqui, em nossas instalações encontram o necessário conforto, a par dos recursos tecnicos, prontos a toda hora para uma fortuita emergencia; pois o ato da parturição, o mais natural possivel não está livre, como é sabido, da eventualidade de acidentes que possam fazer periclitarem vidas preciosas.²⁷²

Quase 80% do total de mulheres atendidas na Maternidade Victor do Amaral entre 1914 e 1937 foram internadas na enfermaria geral, reservada às pobres e indigentes. Aproximadamente 83% do universo de mulheres atendidas nesse mesmo período eram brasileiras e pouco mais de 70% do total eram brancas (Apêndice VI).

Com a inclusão do serviço de ginecologia e cirurgia para pensionistas na Maternidade, o número desta clientela na maior parte dos anos entre 1938 e 1950 sobrepujou o movimento de indigentes. Contudo, se o Setor de Obstetrícia for analisado em separado, ainda verifica-se a predominância de mulheres pobres na demanda à Maternidade (Apêndice VIII).

²⁷¹ DISCURSO lido pelo Dr. Victor do Amaral, Diretor da Faculdade de Medicina, por ocasião da inauguração oficial da nova maternidade. *O Dia*, Curitiba, 04 mai. 1930. In: LIMA, Eduardo Corrêa. Op. cit., p. 420.

²⁷² SILVA, Victor Ferreira do Amaral e. Maternidade Victor do Amaral. *Revista Médica do Paraná*, Curitiba, ano 1, n. 4, mar. 1932. In: LIMA, Eduardo Corrêa. Op. cit., p. 423.

INSTITUIÇÕES	SERVIÇOS OFERECIDOS	DATA DE FUNDAÇÃO
MATERNIDADE DO PARANÁ Outras denominações: MATERNIDADE VICTOR DO AMARAL (maio de 1930) HOSPITAL VICTOR DO AMARAL (1937)	Além dos serviços obstétricos de rotina, a partir de 1937 são acrescentados à Maternidade uma seção de Ginecologia e Cirurgia e um pequeno hospital infantil para indigentes, em pavilhão separado	Agosto/1914
CASA DE SAÚDE SÃO FRANCISCO	Moléstias de senhoras, partos, vias urinárias, Cirurgia geral, serviço de fraturas, Metabolismo basal, Raios X, Raios ultra-violetas, Diatermia, Ondas Curtas, Gasoterapia, Laboratório de Análises Clínicas	1905
CASA DE SAÚDE DR. MARIO DE FIORI	Partos, Alta cirurgia, moléstias das senhoras, Raios-X	O primeiro anúncio encontrado data de 1922
INSTITUTO DE MEDICINA E CIRURGIA DO PARANÁ	Cirurgia geral e especializada, Departamento de Raios X, Eletricidade Médica e Laboratório de Pesquisas Clínicas. A partir de junho de 1939, com a mudança para prédio próprio são agregados a esses serviços os de Ginecologia e Obstetrícia e a Clínica de Tumores, a primeira no Paraná especializada no tratamento do câncer	1932
CASA DE SAÚDE DR. MOYSES PACIORNIK	Hospital-maternidade	Dezembro/1947
CLÍNICA E MATERNIDADE ROMANÓ	Serviços Obstétricos	Entre 1939 e 1943
HOSPITAL SÃO LUCAS	Maternidade, Cirurgia, Clínica Médica, Traumatologia, Pronto-Socorro, Raios-X, Laboratório, Radioterapia, Banco de Sangue, Fisioterapia, Oxigenoterapia, Ressuscitador	29 maio/1948

Quadro 10 – Maternidades e hospitais que ofereciam serviços obstétricos e anunciavam na Revista Médica do Paraná, instalados em Curitiba entre 1914 e 1918. Fonte: Revista Médica do Paraná, Curitiba, nov./dez. 1937 (Hospital Victor do Amaral); jul./ago. 1940, jan. 1943 e mai.1946 (Casa de Saúde São Francisco); jan. 1938 e ago. 1943 (Instituto de Medicina e Cirurgia do Paraná); jan./fev. 1948 (Casa de Saúde Dr. Moyses Paciornik); set./out. 1943 (Clínica e Maternidade Romanó); mai./jun. 1948 (Hospital São Lucas). Nota: os anúncios foram selecionados e as informações foram compiladas pela autora.

Quanto ao serviço clínico da Maternidade Victor do Amaral, era executado por um Chefe de Clínica (médico-parteiro), um assistente (médico-parteiro), uma parteira (Governante ou Chefe da Administração), dois internos (alunos do 4^o ao 6^o anos do Curso de Medicina) uma enfermeira-chefe, uma enfermeira-auxiliar e enfermeiras e serventes em número de acordo com o movimento do estabelecimento (ver Regulamento da Maternidade do Paraná, Anexo II).



Figura 32 – No Hospital Victor do Amaral posam os médicos e irmãos Milton do Amaral e Victor do Amaral Filho (2^o e 6^o da esquerda para a direita, respectivamente). Quem seriam as mulheres: enfermeiras obstétricas e/ou senhoras pertencentes à Associação de Damas de Assistência à Maternidade e à Infância, provedoras da Instituição? Fonte: Acervo do médico entrevistado, professor do Curso de Enfermagem Obstétrica na década de 1940.

A parteira Governante deveria residir na instituição e, além de ser responsável em manter atualizados todos os livros administrativos (entrada e saída de parturientes, contas-correntes, matrícula de empregados, inventário geral, entre outros), a ela cumpria executar os partos quando o Chefe de Clínica e seu assistente estivessem ausentes.

Mathilde Ceschin foi a primeira Governante da ainda Maternidade do Paraná. Era parteira italiana, diplomada pela Universidade de Pádova em 1911, sendo o seu registro no Paraná datado de 1914, ano em que também assume seu cargo na Maternidade (Quadro 1). Sua atuação profissional sempre foi bastante elogiada por Victor do Amaral nos Relatórios da Faculdade de Medicina do Paraná.



Figura 33 – Na Maternidade do Paraná, o Dr. Victor do Amaral examina uma gestante; ao seu lado a parteira diplomada e governante da Instituição, Mathilde Ceschin. Fonte: Acervo do médico entrevistado, professor do Curso de Enfermagem Obstétrica na década de 1940.

Em 1930, com a Maternidade já em prédio próprio, localizamos nas fontes a parteira Antonia Cikatkova, intitulada a “1ª parteira” da instituição (é possível que o título de “governante” já houvesse sido abolido). Natural da Tchecoslováquia registrou-se no Paraná em 1929, como parteira prática licenciada, sob o Decreto Estadual de 1922 (a ser visto no próximo capítulo deste trabalho) e em 1935 encontramos seu nome junto ao das formandas do Curso de Enfermagem Obstétrica mantido na Maternidade (Apêndices XIII e XX).

A organização da “nova” Maternidade (após 1930) adotou a orientação do Hospital Pró-Matre, Rio de Janeiro, fundado pelo obstetra Fernando de Magalhães.²⁷³

À figura imponente do Prof. Fernando Magalhães deve a obstetrícia nacional a sua reforma, pois foi sob sua sábia orientação que ela se modernizou e progrediu, com a introdução de novos métodos, dando a essa especialidade um realce extraordinário com a sua influência de grande Mestre [...] Professor insigne, adestrado nas mais difíceis técnicas da especialidade, que exerceu com carinho e elevação, foi mestre, médico, parteiro, orador e homem de finas letras [...] Diretor do Hospital da

²⁷³ FACULDADE DE MEDICINA DO PARANÁ. **Relatório ano de 1930**, apresentado pelo Diretor Dr. Victor Ferreira do Amaral e Silva à Congregação em sessão de 03 jan.1931. Curitiba: João Haupt & Cia., p. 35.

Maternidade do Rio de Janeiro 1915-1918; professor de clínica obstétrica da Faculdade de Medicina 1922; [...] membro do Conselho Nacional de Educação 1929; [...] diretor da Faculdade de Medicina, 1930; [...] diretor do Hospital Pró-Matre do Rio de Janeiro; [...] presidente da 1ª e 4ª Conferência Nacional de Educação; [...] membro da Sociedade Brasileira de Obstetrícia e Ginecologia (presidente); [...] da Associação Brasileira de Educação (presidente, 1926-1927 e 1930-1931); [...] presidente honorário da “Société Obstétrique de Paris”; [...] membro honorário da Sociedade de Obstetrícia de Buenos Ayres [...] ²⁷⁴

Em 1938 é concluída a construção de uma nova ala na instituição e instalados os serviços de ginecologia e cirurgia, sendo a Maternidade transformada em um hospital para mulheres, denominado de “Hospital Victor do Amaral”. ²⁷⁵



Figura 34 – Hospital Victor do Amaral. Fonte: **Revista Médica do Paraná**, Curitiba, ano 11, n. 4, capa, abr. 1943.

Nas dependências da instituição é realizada em novembro de 1947 a 1ª sessão ordinária do “Ateneu de Clínica Obstétrica da Faculdade de Medicina do Paraná”, com vistas a fomentar o compartilhamento do conhecimento na especialidade. A palestra inaugural

²⁷⁴ AMARAL FILHO, Victor do. Necrologio: professores João Pereira de Camargo e Fernando de Magalhães. **Revista Médica do Paraná**, Curitiba, ano 13, n. 1/2, p. 42-43, jan./fev. 1944.

²⁷⁵ FACULDADE DE MEDICINA DO PARANÁ. **Relatório ano de 1938**, apresentado pelo Diretor Dr. Victor Ferreira do Amaral e Silva à Congregação em sessão de 10 jan.1939. Curitiba: João Haupt & Cia., p. 43.

versou sobre Ignáz Philipp Semmelweis, em homenagem ao centenário de sua descoberta sobre o contágio da infecção puerperal.²⁷⁶

Pólo do ensino de obstetrícia desde a sua fundação, quando foram convidadas as “aparadeiras” mais atuantes da capital para receberem por três meses as “noções” indispensáveis ao exercício de seu ofício, a Maternidade do Paraná sediou o ensino formal de parteiras, sob a tutela médica, como veremos a seguir.

²⁷⁶ AMARAL FILHO, Victor do. Semmelweis. **Revista Médica do Paraná**, Curitiba, ano 17, n. 1, p. 85-88, jan./fev. 1948.

**ILUSTRAÇÕES E ANÚNCIOS DE MATERNIDADES E CASAS DE SAÚDE QUE
OFERECIAM SERVIÇOS EM OBSTETRÍCIA NO PARANÁ**

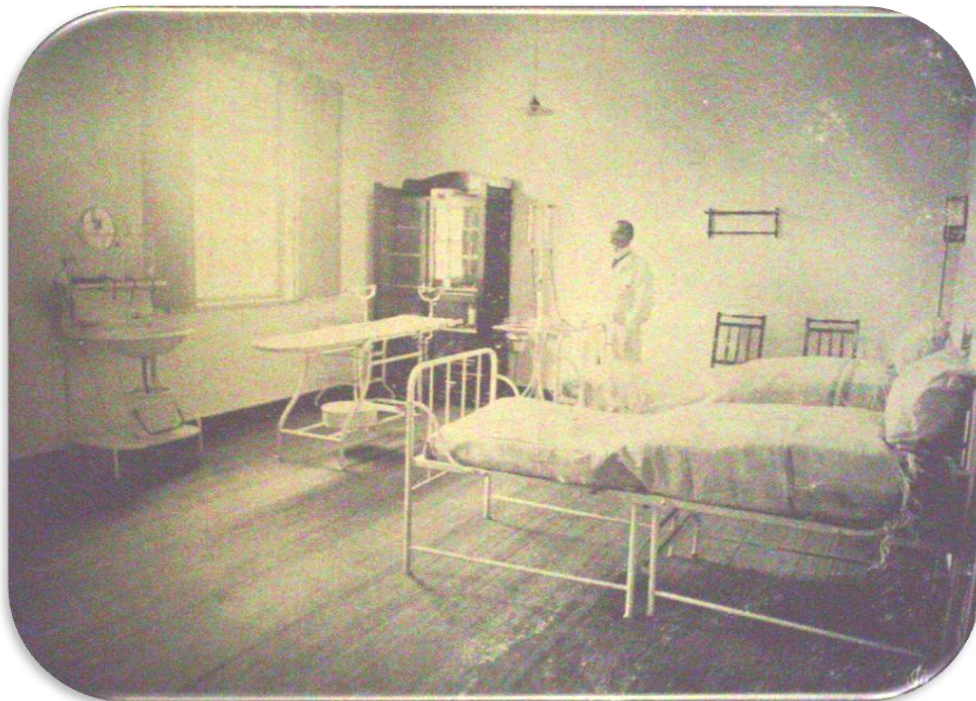


Figura 35 – Maternidade do Paraná – Sala de partos. Fonte: UNIVERSIDADE DO PARANÁ. **Relatório Geral ano de 1914**, apresentado pelo Diretor Dr. Victor Ferreira do Amaral e Silva à Congregação em sessão de 19 dez. 1914, [n. p.].



Figura 36 – Maternidade do Paraná – Gabinete da Governante. Fonte: UNIVERSIDADE DO PARANÁ. **Relatório Geral ano de 1914**, apresentado pelo Diretor Dr. Victor Ferreira do Amaral e Silva à Congregação em sessão de 19 dez. 1914, [n. p.].

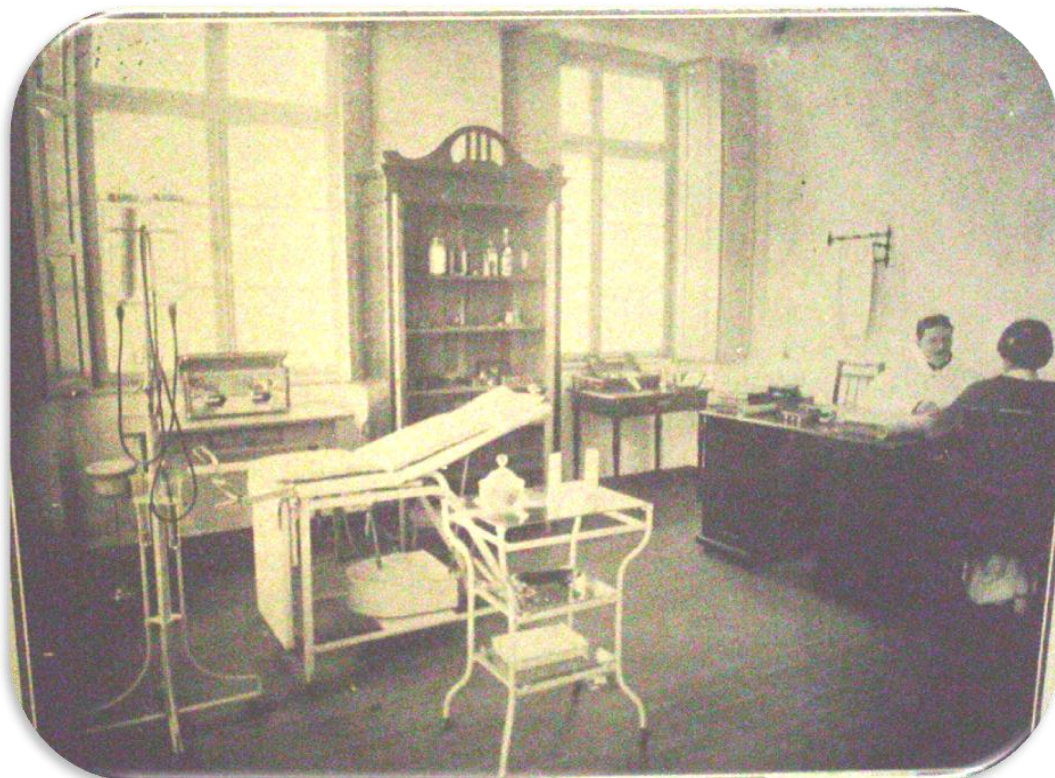


Figura 37 – Maternidade do Paraná – Consultório. Fonte: UNIVERSIDADE DO PARANÁ. **Relatório Geral ano de 1914**, apresentado pelo Diretor Dr. Victor Ferreira do Amaral e Silva à Congregação em sessão de 19 dez. 1914, [n. p.].

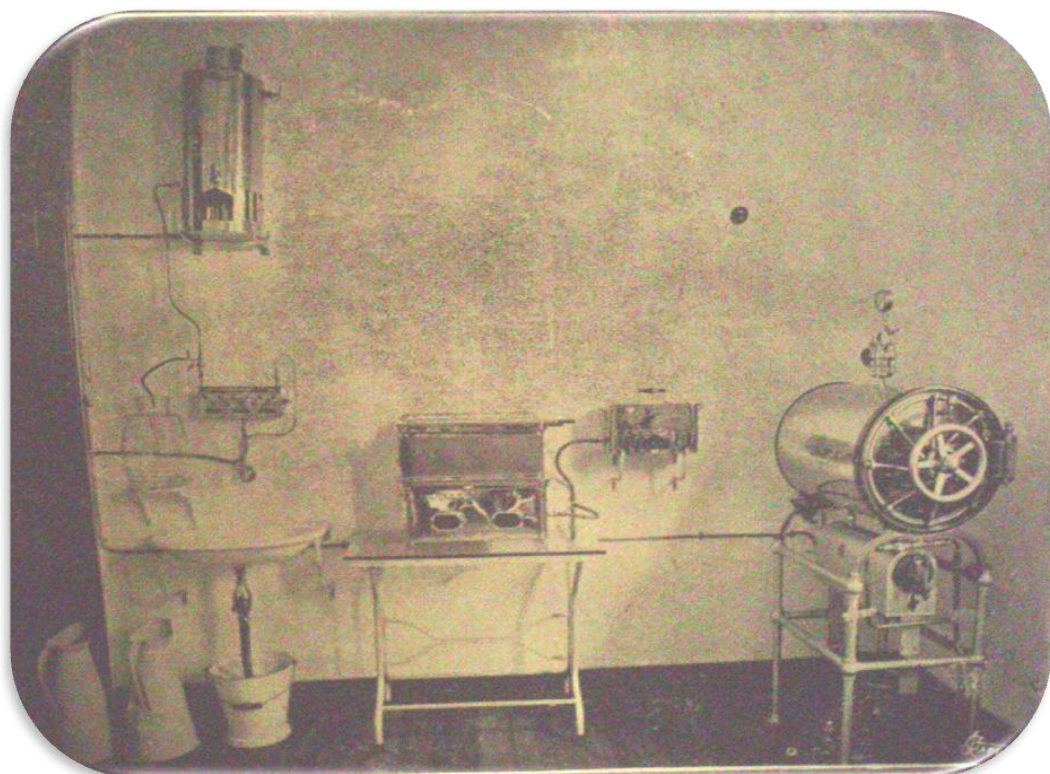


Figura 38 – Maternidade do Paraná– “Instalação de esterilização”. Fonte: UNIVERSIDADE DO PARANÁ. **Relatório Geral ano de 1914**, apresentado pelo Diretor Dr. Victor Ferreira do Amaral e Silva à Congregação em sessão de 19 dez. 1914, [n. p.].



Figura 39 – Maternidade do Paraná – Enfermaria Geral. Fonte: UNIVERSIDADE DO PARANÁ. **Relatório Geral ano de 1914**, apresentado pelo Diretor Dr. Victor Ferreira do Amaral e Silva à Congregação em sessão de 19 dez. 1914, [n. p.].



Figura 40 – Maternidade Victor do Amaral – Enfermaria n. 1. Fonte: FACULDADE DE MEDICINA DO PARANÁ. **Relatório ano de 1936**, apresentado pelo Diretor Dr. Victor Ferreira do Amaral e Silva à Congregação em sessão de 09 jan. 1937, [n. p.].



Figura 41 – Maternidade Victor do Amaral – Sala de Operações. Fonte: FACULDADE DE MEDICINA DO PARANÁ. **Relatório ano de 1936**, apresentado pelo Diretor Dr. Victor Ferreira do Amaral e Silva à Congregação em sessão de 09 jan. 1937, [n. p.].



Figura 42 – Obstetra Victor Ferreira do Amaral e Silva, um dos fundadores da Universidade e da Maternidade do Paraná. Fonte: UNIVERSIDADE DO PARANÁ. **Relatório Geral ano de 1916**, apresentado pelo Diretor Dr. Victor Ferreira do Amaral e Silva à Congregação em sessão de 19 dez. 1916, [n. p.].

CASA DE SAÚDE SÃO FRANCISCO

Direção e propriedade:
DR. JORGE MEYER FILHO

Rua São Francisco, 147 — Fone, 1043

CIRURGIA GERAL - especialmente operações do estomago e vias biliares - Serviço de fraturas
RAIOS X - Dispõe de aparelho portátil para Radiografias em domicilio
DIATERMIA-ONDAS CURTAS-INFRAVERMELHO - ULTRA VIOLETA - MECANOTERAPIA (reabilitação dos fraturados)
 Correção cirurgica de vícios de conformação congênitos ou adquiridos
INSTALAÇÃO RECENTE DE GAZOTERAPIA (tratamento por inalação, medicamentosa e oxigenada da asma e bronquite)
METABOLISMO BASAL - determinação precisa hospitalar - Tubagem duodenal
SERVIÇO DE PARTOS

Diarias a partir de Cr\$ 15,00 por pessoa em quarto particular

LABORATORIO DE ANALISES E PESQUIZAS CLINICAS

Suas instalações são franqueadas aos **Sex. Médicos.**

Figura 45 – Anúncio da Casa de Saúde São Francisco. Fonte: **Revista Médica do Paraná**, Curitiba, ano 15, n. 2, [n. p.], maio 1946.



Figura 46 – Fachada da Casa de Saúde São Francisco. Fonte: **Revista Médica do Paraná**, Curitiba, ano 13, n. 5/6, capa, maio/jun. 1944.

“Hospital São Lucas”



DIREÇÃO: DR. RIBEIRO DE CAMARGO — DR. CELSO VALERIO — DR. RUI SANTOS — DR. EUGENIO LOPES — DR. ELISEO B. DE CAMARGO

— O Hospital está à disposição dos Srs. Médicos —

Completos e modernos serviços de: Cirurgia - Maternidade - Clínica Médica - Traumatologia - Pronto Socorro - Raios X - Laboratório - Radioterapia Profunda e Superficial - Banco de Sangue - Fisioterapia - Oxigenoterapia (Tenda e Máscara) - Ressuscitador.

Instalações Sanitárias completas em todos os quartos e apartamentos.
 Hospital mantém um médico de plantão permanente.

DIÁRIAS A PARTIR DE CR\$ 40,00

Av. João Gualberto, 1946 - Fones: 4696-4697, com rede interna para todas as dependências.
 CURITIBA — PARANÁ

Figura 47 – Anúncio do Hospital São Lucas, dispoendo de uma Maternidade. Fonte: **Revista Médica do Paraná**, Curitiba, ano 2, n. 10, [n. p.], out. 1933.

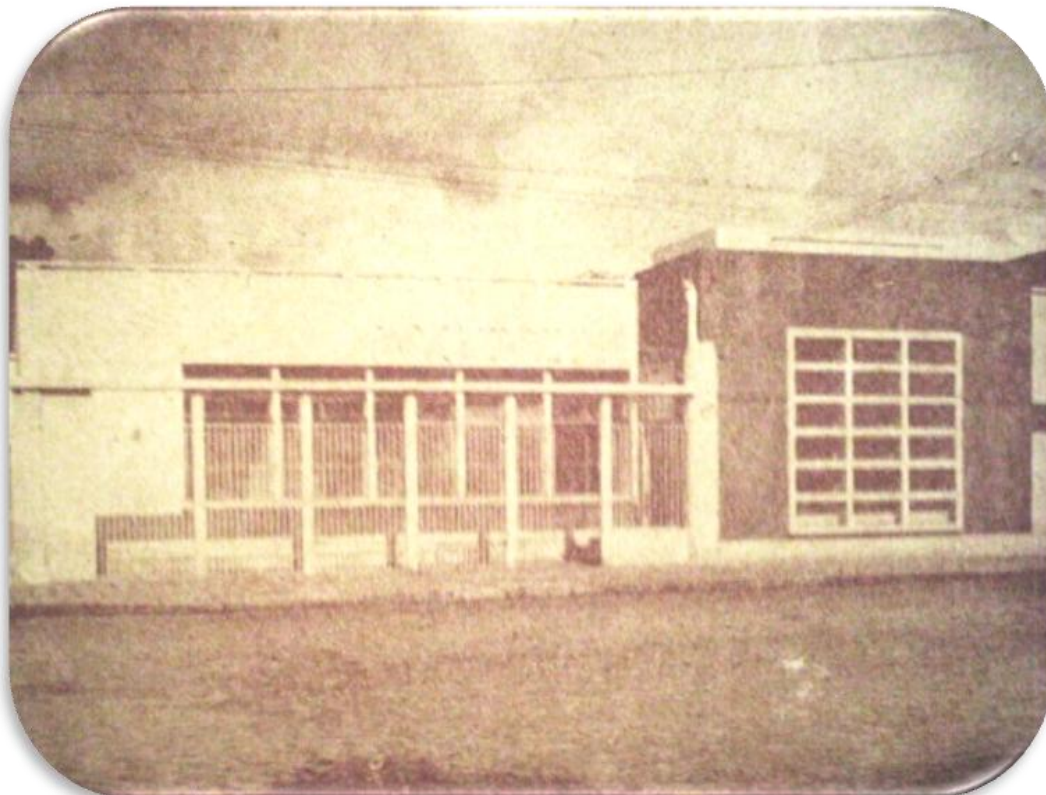


Figura 48 – Clínica e Maternidade Romanó. Fonte: **Revista Médica do Paraná**, Curitiba, ano 9, n. 9/10, capa, set./out. 1943.

3. A PARTEIRA MODERNA

3.1 A EDUCAÇÃO FORMAL DE MULHERES NA ÁREA DA SAÚDE

*O importante papel da mulher médica na cabeceira de outra, não pode ser impugnado. A mulher com outra não tem o acanhamento para revelar suas moléstias, suas misérias, suas faltas fisiológicas que tem diante do homem. O modo de inquirir com ternura, a confiança íntima que a mulher médica inspira à enferma são requisitos impulsores para facilitar a cura. [...] Conhecedores alguns médicos dessa verdade moral e científica exploram ainda com a ignorância que predomina e dizem que a mulher é incapaz de ser médica! [...] Cure o homem o homem, cure a mulher a mulher: é o que pede a moral e o que impõem as leis da igualdade: é o que querem e apreciam os homens verdadeiramente sinceros, morais e sábios e amigos da educação da mulher.*²⁷⁷

No Brasil, a partir de 1879, com a Reforma Leôncio de Carvalho, as mulheres granjearam o direito de frequentarem o ensino superior. Maria Augusta Generoso Estrela (1860-1946), nascida no Rio de Janeiro – a primeira médica do Brasil – e Josefa Agueda Felisbella Mercedes de Oliveira (1864-?), pernambucana, não esperaram por essa concessão e embarcaram para os Estados Unidos, a fim de formarem-se em Medicina, sendo admitidas no *New York Medical College for Women*. Em 1881, ano da formatura de ambas, publicaram o jornal “A mulher”, divulgado nas principais capitais brasileiras, do qual foram extraídos os trechos citados. Em tom feminista denunciam o preconceito, nutrido mesmo pelos seus próprios pares, relacionado à formação da mulher em um campo considerado tradicionalmente como território masculino. Buscam a legitimação para sua inserção na medicina utilizando-se de argumentos que apelam à moralidade da época, como “cure o homem o homem, cure a mulher a mulher”.

Não é à toa que as primeiras médicas a atuarem no país comumente tornavam-se especialistas em Ginecologia, Obstetrícia e/ou Pediatria, consideradas “áreas mais receptivas à presença feminina”,²⁷⁸ como observamos pelos temas escolhidos para as teses defendidas

²⁷⁷ OLIVEIRA, Josefa Agueda Felisbella Mercedes de.; ESTRELLA, Maria Augusta Generoso. A mulher médica. A mulher, Nova York, jun. 1881, p. 43-6 apud BERNARDES, Maria Thereza Caiuby Crescente. **Mulheres educadas** - Rio de Janeiro do século XIX (1840-1890). Tese (Doutorado em Sociologia) - Departamento de Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1983, p. 187.

²⁷⁸ VIEIRA, Maria Aparecida de Lima. **Mulheres na Medicina**: construindo espaços na São Paulo do início do século XX. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade São Francisco, Itatiba, 2006, p. 25. Disponível em: http://www.saofrancisco.edu.br/itatiba/mestrado/educacao/uploadAddress/Dissertacao_Marcia_Vieira%5B1575%5D.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2009.

por Rita Lobato Velho Lopes (1867-1954), intitulada “Paralelo entre os métodos preconizados na operação cesariana” (Faculdade de Medicina da Bahia, 1887); Ermelinda Lopes de Vasconcelos (1866-1952?), sobre “Formas clínicas das meningites na criança: diagnóstico diferencial” (Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1888) e Antonieta César Dias (?), versando sobre “Hemorragia Puerperal” (Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1889).²⁷⁹

Das doze alunas formadas entre 1918 e 1931 pela Faculdade de Medicina de São Paulo, quatro desenvolveram suas atividades profissionais na Clínica Obstétrica, entre elas Carmen Escobar Pires (1897-1984), que chegou a presidente da Associação Paulista de Medicina. Amélia Pacheco atuou na Clínica Pediátrica e Estellita Ribas na área de Higiene (sua tese teve por tema “Exame Pré-nupcial”). Duas outras abandonaram a carreira a fim de dedicarem-se exclusivamente à família.²⁸⁰

Em Curitiba encontramos em atividade a Dra. Janina Nowicki:



Figura 49 – Anúncio da Dra. Janina Nowicki.²⁸¹ Fonte: **Commercio do Paraná**, Curitiba, ano 3, n. 836, p. 4, 30 jun. 1915.

²⁷⁹ RAGO, Elisabeth Juliska. A ruptura do mundo masculino da medicina: médicas brasileiras no século XIX. **Cadernos Pagu**, n. 15, 2000, p. 203 – nota 4. Disponível em: <<http://www.pagu.unicamp.br/files/cadpagu/Cad15/n15a09.pdf>>. Acesso em: 22 fev. 2009.

²⁸⁰ VIEIRA, Maria Aparecida de Lima. Op. cit., p. 14, 77-8.

²⁸¹ “*Clinica das Senhoras e das Crianças. Dra. Janina Nowicki (Formada pela Universidade de Paris). De 1 ás 3 horas da tarde. Medica especialista em todas as molestias das mulheres e das crianças com grande pratica nos diversos hospitaes e clinicas da Europa. Cura radical das FLORES BRANCAS, das inflamações do utero. Molestias do Estomago e Tonturas. Consultas em sua residencia, etc., e aceita chamados a qualquer hora. PREÇOS MODICOS. Consultas em sua residencia á rua Comendador Araujo n. *** [ilegível]. (Antiga rua Matto Grosso). PARQUE POLONIA.*”

A médica Iolanda de Almeida Faria, formada em 1926 pela Faculdade de Medicina do Paraná (FMPR), exercia o cargo de Governante ou Chefe da Administração da Maternidade Victor do Amaral²⁸². Sua colega de profissão Clara Glasser Villa era Assistente da cadeira de Clínica Pediátrica Médica e Higiene Infantil da FMPR, não limitando, porém, sua atuação à docência: além de participar dos Concursos de Robustez Infantil realizados na capital,²⁸³ publicava artigos sobre sua especialidade na Revista Médica do Paraná e disponibilizava anexo ao seu consultório, um Posto gratuito para exame pré-natal.²⁸⁴

Os *dots* concebidos como inerentes às mulheres legitimavam, no imaginário de muitos, a profissão de educadora para o gênero feminino. Médicas pioneiras no Brasil, como Maria Renotte e Carlota Pereira de Queiroz, formaram-se no curso Normal antes da decisão pela medicina, trocando de profissão com trinta anos de idade ou mais:

A atividade de professora era a uma das poucas profissões considerada respeitável para mulheres. Embora nem sempre viessem a exercer essa função, o curso normal tanto preparava moças para o papel de mães de família como abria caminhos para aquelas que desejassem realização profissional ou alcançar vãos mais altos.²⁸⁵

Os históricos escolares das doze alunas graduadas pela Faculdade de Medicina de São Paulo entre 1918 e 1931 revelam a mesma tendência: a maioria era diplomada da Escola Normal. Com relação à idade, oito concluíram o curso de medicina entre os vinte e três e vinte e oito anos e três a partir dos trinta anos, não sendo identificada a idade de uma das doze formandas.²⁸⁶

Outra questão digna de abordagem é a represália muitas vezes sofrida pelas mulheres que ousavam adentrar o terreno masculino da medicina:

As alunas iam para o curso acompanhadas de familiares ou governantas para não sofrerem agressão dos colegas que se sentiam ofendidos com sua presença. Como lembra Judith Maurity Santos, aluna da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1900, nos dias de chuva, tinha de suportar rapazes com os pés cheios de lama apoiados nas costas de sua cadeira.²⁸⁷

²⁸² FACULDADE DE MEDICINA DO PARANÁ. **Relatório ano de 1930**, apresentado pelo Diretor Dr. Victor Ferreira do Amaral e Silva à Congregação em sessão de 03 jan.1931. Curitiba: João Haupt & Cia., p. 32.

²⁸³ VILLA, Clara Glasser. Excesso de peso, superalimentação e eutrofia. **Revista Médica do Paraná**, Curitiba, ano 6, n. 5, p. 177-178, maio 1937.

²⁸⁴ _____. O exame pré-natal e a nossa contribuição. **Revista Médica do Paraná**, Curitiba, ano 5, n. 9, p. 349 e 352, set. 1936.

²⁸⁵ MOTT, Maria Lúcia. Maria Renotte, uma médica paulista no início do século. **Médicis: cultura, ciência e saúde**, ano 2, n. 7, p. 44, nov./dez. 2000.

²⁸⁶ VIEIRA, Maria Aparecida de Lima. Op. cit., p. 15.

²⁸⁷ MOTT, Maria Lúcia. Op. cit., p.44.

O suplemento feminino do Jornal Acadêmico Nilo Cairo da FMPR traz um artigo em homenagem a Dra. Maria Falce de Macedo, no qual aborda a situação crítica com que esbarrava o pioneirismo feminino nessa área:

Fácil nos é imaginar o quanto teria sido corajosa e idealista a jovem estudante, conseguindo concluir um curso que, naquela época era tido como improprio para mulheres, época em que as moças mal aprendiam a ler, ou quando muito cursavam a escola de professores. Cursar uma Faculdade de medicina em que existiam só rapazes era então uma ousadia para muitos imperdoável. Mas a futura primeira médica foi vencendo preconceitos, velhos costumes, em plena guerra mundial em que se começava a falar mais entusiasticamente em sufrágio feminino, direitos da mulher, etc.²⁸⁸

Nise da Silveira (1905-1999) que aos dezesseis anos cursava o primeiro ano de Medicina passou pela seguinte assustadora situação:

O mestre de Parasitologia da Faculdade de Medicina da Bahia iniciou sua aula inaugural, dizendo: é tempo de criarmos um serpentário na escola... Vamos criar cobras para pesquisar como será possível neutralizar o veneno. Em seguida, veio o funcionário da faculdade trazendo uma cobra viva, presa num vidro. O professor tirou a serpente do recipiente e, de repente, estendeu-a a caloura Nise da Silveira, que olhou o animal com preocupação e repulsa. Estava toda arrepiada. – Senhorita, pode segurar? Nise sabia que era um teste, uma tentativa de desmoralizá-la, pois, àquela época, mulher que estudava medicina ficava sujeita a muitas discriminações. Não vacilou. Segurou a cobra durante um minuto. Então, virou-se para o colega ao lado, que ria dela, e controlando a voz, disse. – Tome, é a sua vez! O aluno ‘amarelou’.²⁸⁹

Por estes e outros motivos, muitas famílias da classe média e de elite não concordavam com que suas filhas freqüentassem uma faculdade. Serviam-se, assim, do recurso da preceptoría, a fim de que as moças recebessem determinados conhecimentos, até mesmo alguns relacionados à área da saúde, por intermédio de professores particulares e em seu próprio ambiente doméstico.

Sophia A. Lyra,²⁹⁰ por exemplo, após terminar o ginásio no Colégio Sion no ano de 1919, em São Paulo, queria estudar Arquitetura. Seu pai, no entanto, não concordou:

²⁸⁸ NEHEMY, Nádima. A primeira médica paranaense. **Jornal Acadêmico Nilo Cairo**, Curitiba, ano 3, n. 6, p. 5, maio 1949. Suplemento Feminino, ano 2, n. 2, capa.

²⁸⁹ KUMMER, Dídimo Otto. Nise: abecedário de uma libertadora. Maceió: Editora Catavento, 2004 apud MEDEIROS, J. **Uma personagem singular**. Instituto de Convivência e de Recreação do Espaço Social. Disponível em: <<http://www.inverso.org.br/index.php/content/view/11341.html>>. Acesso em: 22 fev. 2009.

²⁹⁰ Sophia A. Lyra (1903-): escritora, filha mais velha de Augusto Tavares de Lyra e Sophia Eugênia Tavares de Lyra. O pai, bacharel em Direito pela Faculdade de Recife (1892), atuou como Senador (1910-1914) e Ministro do Tribunal de Contas da União (1919-1940). Sophia casa-se em 1924 com seu primo Roberto Lyra Tavares, bacharel em Direito pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro (1920), que, entre outras atividades, atuou como organizador do Instituto de Criminologia da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro (1954) e Ministro da Educação e Cultura no Governo de João Goulart. **Fonte:** FGV/CPDOC. **Biografias. Roberto Lira.** Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/nav_jgoulart/hm/biografias/Roberto_Lira.asp>. Acesso em: 08 nov. 2009.

“Estudasse o que quisesse, mas em casa”.²⁹¹ Exemplo importante do pensamento de que a mulher tinha sua atuação circunscrita à esfera privada, sendo a pública reservada aos homens.

Em seu livro, Sophia traz-nos um colóquio interessante entre ela e sua melhor amiga, a Neném, dessa época em que o sonho de tornarem-se profissionais evaporou-se com a discordância dos pais:

- Você não ia dar certo. Na hora da Matemática, perdia-se.
- Ora! Sempre acerto no “raciocínio” dos problemas.
- E sempre erra nos cálculos.
- Sabe que mais? Já desisti.
- Acho bom. Também não quero mais música para compor e ensinar. Também desisti.²⁹²

E assim foi que, “sem preocupações profissionais”, de 1919 até 1924, ano de seu casamento, Sophia empenhou-se nos mais variados estudos em sua casa. A lista é extensa: Filosofia e História da Igreja com o Padre Paulo Lecourieux; Idioma Nacional com o professor J. Silva Ramos; Italiano com a professora Giuseppina Ciravegna; Inglês com Lucy Fox Jones; Alemão com Sophia Selma Werkenthin; Superior de Francês com Joséphine Conti; Desenho e Pintura com M. Gontrand; Piano com Julieta Beviláqua Saules; Solfejo, Canto e Harmonia com Lídia Salgado; Gravura, Artes Aplicadas (artesanato) com Giuseppina Ciravegna. Realizou também estudos de Enfermagem básica, plantas medicinais, Datilografia, Estenografia, língua Tupi, artes domésticas (corte, costura, chapéus, cozinha), Folclore, História da Arte e História das Ordens religiosas.²⁹³

É significativo o fato de encontrarmos elencados, juntamente com os estudos históricos, de letras, artes e prendas domésticas, os de Enfermagem básica como parte do cabedal de conhecimentos da moça casadoira de “boa família”. Em 1859, Florence Nightingale já alertava: “a cada dia tornam-se mais importantes os conhecimentos sobre a saúde, ou seja, o conhecimento de enfermagem, isto é, saber o que deve ser feito a fim de manter o organismo em condições tais que não contraia doenças, ou que possa recuperar-se de qualquer agravo à saúde.”²⁹⁴

Nas primeiras décadas do século XX esperava-se da futura esposa e mãe, como Sophia, que fosse esclarecida para ocupar o lar e cuidar do marido e rebentos. Porém, desejava-se que não somente obtivesse noções básicas de como lidar com as mazelas infantis

²⁹¹ LYRA, Sophia A. **Rosas de Neve** (como eram as mulheres no começo do século). Rio de Janeiro: Cátedra, 1974, p. 105.

²⁹² Id.

²⁹³ LYRA, Sophia A. Op. cit., p. 15.

²⁹⁴ NIGHTINGALE, Florence. **Notas sobre enfermagem: o que é e o que não é**. São Paulo: Cortez, 1989.

e de seus familiares, mas que, como mestra de princípios higiênicos, assumisse papel primordial no projeto de reconstrução nacional. A “figura da ‘mãe cívica’ passa a ser exaltada como exemplo daquela que preparava física, intelectual e moralmente o futuro cidadão da pátria, contribuindo de forma decisiva para o engrandecimento da nação”.²⁹⁵

O conhecimento das noções de Enfermagem hoje em dia, deixou de ser facultativo: tornou-se moralmente e indiscutivelmente uma obrigação, tendo sua diretriz voltada quase que exclusivamente para preencher a lacuna existente na educação moderna da mulher. Esta, obedecendo às exigências das suas ânsias do porquê, irá completar os seus conhecimentos na vida prática, desempenhando eficientemente a sua finalidade: – a de esposa e mãe: – como esposa completará o conforto e a segurança dos seus, agindo com convicção, em transes de responsabilidade; – como mãe iniciará integralmente a educação de seus filhos, introduzindo um complemento à pedagogia no seu lar [...]. Coube ao Estado de Minas a primazia da realização dessa empresa dando outrossim um grande passo para a difusão dos conhecimentos básicos de enfermagem, cooperando no aperfeiçoamento cultural de seus filhos.²⁹⁶

O discurso de formatura citado foi proferido em 1936 por uma aluna da primeira turma do curso da Cruz Vermelha, mantido anexo à Escola de Enfermagem Carlos Chagas, em Minas Gerais. Demonstra a incorporação pela mulher dessa representação de “mãe cívica” construída para ela. A própria escola, no ano de 1935, para a convocação de candidatas, fazia seu anúncio apelativo através do jornal *O Diário* de Belo Horizonte:

Curso de Cruz Vermelha, destinado a dar às senhoras e moças de nossa sociedade os indispensáveis e úteis conhecimentos de enfermagem Doméstica, Puericultura, Nutrição, Ação Social – base da família – tornando-as melhor preparadas para a vida moderna, mais capazes junto de suas famílias.²⁹⁷

O estudo de noções básicas de enfermagem, seja em casa, por meio de preceptoras, como no caso de Sophia, ou em cursos rápidos de iniciação oferecidos nas escolas, tinha por objetivo muito mais a formação de mulheres do que futuras profissionais enfermeiras.

A exigência de pré-requisitos sociais e morais para as mulheres que desejavam o preparo profissional é algo que também chama bastante a atenção e faz transparecer a preocupação de sempre colocar em xeque a moralidade feminina, “a natureza irracional das

²⁹⁵ RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: PRIORE, Mary Del. (Org.); BASSANEZI, Carla. (Coord. de textos). **História das mulheres no Brasil**, 2ª ed. São Paulo: Contexto, 1997, p. 592.

²⁹⁶ ROCHA, Jadir. O nosso curso. A Enfermagem em Minas, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 78, set. 1936 apud SANTOS, Geralda Fortina dos. **Escola de Enfermagem Carlos Chagas (1933-1950): a Deus, pela humanidade, para o Brasil**. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2006, p. 207-208. Disponível em: <http://dspace.lcc.ufmg.br/dspace/bitstream/1843/ASOA-6VMF6A/1/tese_maior_2006.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2010.

²⁹⁷ O DIÁRIO. Belo Horizonte, 11 out. 1935 apud SANTOS, Geralda Fortina dos. Op. cit., p. 203.

mulheres, em contraste com a racionalidade masculina”.²⁹⁸ A aferição da saúde corporal e mental também é uma constante.

Nas pastas das mulheres que solicitaram matrícula no curso básico da Escola de Medicina e Cirurgia da Universidade Livre de São Paulo, entre 1912 e 1917, foram encontrados, entre outros, dois documentos: atestado de idoneidade moral da requerente e atestado de vacina da Diretoria do Serviço Sanitário, sendo que o primeiro deles era uma exigência feita somente às candidatas do sexo feminino.²⁹⁹

No curso para “enfermeira-padrão”, a situação não foi diferente. Ethel Parsons, enfermeira norte-americana da Fundação Rockefeller, responsável pela coordenação do Serviço de Enfermagem Sanitária e organização da Escola de Enfermagem Anna Nery em 1923, no Rio de Janeiro, ressaltava que nos hospitais localizados nesse estado, na época capital da República, “a enfermagem era realizada por atendentes, homens e mulheres ignorantes e sem treinamento adequado”.³⁰⁰ Diante desse quadro, era urgente a profissionalização das práticas de Enfermagem no Brasil, “introduzindo-se coeficientes que as distinguíssem perante o público médico e o leigo dos padrões até então vigentes”. Assim, “os rituais de seleção deveriam englobar critérios de classe, gênero e moralidade destinados a fabricar os novos emblemas da profissão”.³⁰¹ Na capa do impresso “Apelo às moças brasileiras”, de 1921, encontramos os signos daquilo que caracterizaria idealmente a “enfermagem moderna”: “O Brasil precisa de enfermeiras e convida-vos ao desempenho do maior serviço que uma mulher prezada e educada pode prestar – a assistência inteligente e piedosa aos doentes.”³⁰²

O processo de seleção das alunas, nessa escola, em consonância com seus objetivos, era rígido e elitista. O primeiro Regimento Interno da Escola de Enfermagem Anna Nery exigia das alunas a apresentação de certificado de exames preparatórios de Português, Aritmética, Francês, Inglês, Geografia e História do Brasil, Física, Química e História Natural; ou diploma de Escola Normal ou de curso oficial equivalente. Exigia ainda idade entre 20 e 35 anos; atestado médico que

²⁹⁸ COSTA, Tonia. *et al.* Naturalização e medicalização do corpo feminino: o controle social por meio da reprodução. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, v. 10, n. 20, p. 368, jul./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/icse/v10n20/07.pdf>>. Acesso em: 01 ago. 2010.

²⁹⁹ *Ibid.*, p. 49.

³⁰⁰ MINER, Helen E. *The development of a service of nursing in Brazil*. In: Coleção Rockefeller, Rio de Janeiro: DAD/COC/Fiocruz, 1925, p.2 apud MOREIRA, Martha Cristina Nunes. A Fundação Rockefeller e a construção da identidade profissional de enfermagem no Brasil na Primeira República. **História, Ciências, Saúde**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 3, p. 629, nov. 1998/jun. 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59701999000100005>. Acesso em: 01 ago. 2010.

³⁰¹ MOREIRA, Martha Cristina Nunes. *Op. cit.*, p. 630.

³⁰² COLEÇÃO ROCKEFELLER. A enfermeira moderna. Folheto impresso pelas Oficinas Gráficas da Inspeção de Demografia Sanitária, Educação e Propaganda/DNSP. Rio de Janeiro: DAD/COC/Fiocruz, 1921 apud MOREIRA, Martha Cristina Nunes. *Op. cit.*, p. 633.

comprovasse perfeitas condições físicas e mentais; atestado de boa conduta e a situação civil de solteira, viúva ou separada legalmente do marido.³⁰³

A clivagem social transparece, por exemplo, em um incidente ocorrido em 1926, na Escola Anna Nery:

Um dia após a entrevista das candidatas pela banca examinadora, uma mulher irada entrou na secretaria da Escola de Enfermagem e expressou francamente sua indignação e seu juízo acerca da escola porque sua *criada* não havia sido selecionada. Depois que a srta. Kieninger explicou os padrões da escola, a mulher disse: ‘Bem, se se trata deste gênero de escola, eu gostaria de matricular minha *filha* (que estava com ela), que é formada pela Escola Normal’. A moça foi admitida e dá mostras de estar entusiasmada e de vir a tornar-se uma excelente aluna.³⁰⁴

Ainda “vez por outra as referências aos aspectos morais e à origem de classe das estudantes” eram associadas “diretamente ao seu coeficiente de inteligência e à capacidade para freqüentar o curso.”³⁰⁵ “Tentou-se assim, barrar o acesso à profissão não apenas às mulheres originárias das classes menos favorecidas, mas também àquelas oriundas do contingente populacional majoritário de negros e mestiços”, até que jornais da oposição denunciaram a escola de que estaria recusando, por causa da cor, moças que preenchiam os requisitos de admissão.

É verdade que a política de organização da escola tinha sido evitar, diplomática e estrategicamente, a admissão de negros, até que a opinião pública em relação à profissão de enfermagem tivesse mudado. Isto era fundamental se se pretendia atrair mulheres de melhor classe... mesmo a Academia Naval colocava diversos obstáculos para impedir a admissão de candidatos negros. Todas as vezes em que moças de cor se candidatavam a entrar na escola, havia sempre outras boas razões para que elas não fossem qualificadas, por isso nenhum problema havia surgido até então. Foi enviada uma carta à imprensa comunicando que nenhuma pretendente havia sido rejeitada por causa da cor, mas não foi convincente, e o Departamento de Saúde achou que seria aconselhável permitir o ingresso de uma moça negra, se acaso se apresentasse alguma que preenchesse todos os requisitos para admissão. Esta candidata apareceu em março, juntamente com as demais pretendentes, sob forte suspeita de que havia sido enviada por um dos jornais, e foi admitida. Isto provocou uma enxurrada de protestos por parte das alunas, mas, após considerar a questão, o Conselho de Estudantes finalmente decidiu que qualquer manifestação de rejeição ou de descortesia para com uma colega de classe demonstraria falta de respeito e de vontade de cooperar, e assim não houve mais dificuldades. As estudantes deixaram claro, contudo, que esperavam que não fosse admitida nenhuma outra negra por algum tempo.³⁰⁶

³⁰³ RIZZOTTO, Maria Lúcia Frizon. **(Re) vendo a questão da origem da Enfermagem profissional no Brasil:** a Escola Anna Nery e o mito da vinculação com a Saúde Pública. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). São Paulo, 1995, p. 58.

³⁰⁴ COLEÇÃO ROCKEFELLER. *Division of Nursing Education*. Rio de Janeiro: DAD/COC/Fio Cruz, p. 3, 1926 apud MOREIRA, Martha Cristina Nunes. Op. cit., p. 630.

³⁰⁵ MOREIRA, Martha Cristina Nunes. Op. cit., p. 635.

³⁰⁶ MINER, Helen E. *Report compiled*. In: COLEÇÃO ROCKEFELLER. Rio de Janeiro: DAD/COC/Fio Cruz, p. 8 apud MOREIRA, Martha Cristina Nunes. Op. cit., p. 637.

Um traço marcante das gestões das diretoras americanas na Escola Anna Nery foi a institucionalização de símbolos emblemáticos, como, por exemplo, broches, braçadeiras, uniformes, toucas, lâmpadas, retratos, bustos, além de hinos e culto a personalidades.

A alva touca de organdi, peça fundamental e permanente do uniforme, que coroava a cabeça sobre os cabelos presos era o símbolo de maior efeito dramático da mística da enfermagem. Usada desde o dia do ingresso da postulante no corpo discente da escola até o fim da vida profissional, distinguia a enfermeira de todas as outras mulheres, porventura presentes no mesmo cenário. Assim, a touca significava a pertença ao grupo e, por isso, conferia obrigações e privilégios a suas portadoras. Ao mesmo tempo, demarcava o espaço ocupado pelos agentes, dentro do grupo.³⁰⁷

A indumentária utilizada pelas alunas era considerada como reflexo direto de seu caráter e deveria contemplar as exigências por idoneidade moral e de conduta em voga:

Uniformes sóbrios, avessos à moda escondiam os corpos das jovens, tornando-as praticamente assexuadas e combinavam-se com a exigência de postura discreta e digna, conforme os parâmetros mais tradicionais de dignidade feminina. Havia todo um investimento sobre os corpos das estudantes que culminava na formação de um “habitus de enfermeira”, o que compunha um quadro delimitador, quando associado aos rituais e emblemas na produção dessa nova figura de mulher profissional.³⁰⁸

Assim, a importância concedida aos emblemas e rituais na formação da identidade da enfermeira brasileira evidencia

o efeito simbólico que as tradições exercem, não apenas no reconhecimento social da profissão, mas também nas relações de poder que determinam a ocupação dos espaços sociais [...] Conclui-se, nesta análise que os emblemas e rituais são instrumentos simbólicos, através dos quais uma profissão pode proclamar sua identidade.³⁰⁹

Há um investimento, portanto, na construção de uma imagem de enfermeira tecida em uma rede de simbolismos e que evoca o corpo como seu principal instrumento visível de captação social, na sua condição de portador de emblemas e figurante nos rituais. A adoção destes distintivos corpóreos sinaliza para os desejos de melhorar a apreciação social pela profissão e atrair mulheres da elite para a mesma.

Os corpos femininos, assim, eram requeridos saudáveis e educados. Para tanto, cabe lembrar que a Educação Física nas primeiras décadas do século XX foi entendida como instrumento necessário à implementação do projeto higiênico tão em voga nos discurso de

³⁰⁷ SANTOS, Tânia Cristina Franco. Significado dos emblemas e rituais na formação da Identidade da Enfermagem brasileira: uma reflexão após oitenta anos. *Escola Anna Nery Revista de Enfermagem*, v. 8, n. 1, p. 83, abr. 2004.

³⁰⁸ *Ibid.*, p. 85.

³⁰⁹ *Ibid.*, p. 81.

médicos, educadores e governantes, pela inserção tão conveniente dessa atividade em campo limiar ao da educação e da saúde.

Destinava-se, portanto, à Educação Física, nessa questão da eugenia da raça, um papel preponderante. O raciocínio era simples: mulheres fortes e sadias teriam mais condições de gerarem filhos saudáveis, os quais, por sua vez, estariam mais aptos a defenderem e construir a Pátria, no caso dos homens, e de se tornarem mães robustas, no caso das mulheres.³¹⁰

Lygia Fagundes Telles³¹¹, em 1940, após completar o curso fundamental no Instituto de Educação Caetano de Campos, na capital paulista, queria entrar para a Faculdade de Direito do Largo do São Francisco. Mas, como ela mesma diz, ainda “não se desencadeara a avalanche das mudanças dos usos e costumes da nossa sociedade”.³¹² Sua mãe a princípio responde temerária: “Entrar numa escola de homens... quem quer mulher que sabe latim? Todo homem tem medo de mulher inteligente, filha...”³¹³ Naquela noite, porém, confessa-lhe que queria tanto ter sido cantora lírica e continuado os estudos de piano, mas fora contrariada. Não quer a mesma frustração para sua Lygia: “Você pode se casar mais tarde, filha, ou não se casa nunca, e daí? Faça o que o seu coração está pedindo...”³¹⁴ E ela tanto fez que ingressou na Escola Superior de Educação Física ao mesmo tempo em que freqüentava o curso pré-jurídico, preparatório para a Faculdade de Direito.

Depois do que aconteceu com meu pai, que perdeu tudo o que tinha, fiquei com um verdadeiro pavor da instabilidade econômica. Fazer dois cursos superiores era uma forma de me garantir. Se não conseguisse me estabelecer numa profissão, teria a outra. Foi um cálculo de futuro! Eu sabia que nunca poderia viver só de literatura. Então precisava de uma, se possível duas profissões que me rendessem o bastante para viver às minhas custas, sem depender de ninguém – inclusive de marido. Pensando hoje nisso, eu acho uma coisa interessante de minha parte: uma jovencinha naquela época preocupada em se manter sozinha e não em se assegurar economicamente às custas de um casamento, por exemplo.³¹⁵

³¹⁰ CASTELLANI FILHO, Lino. **Educação Física no Brasil: a História que não se conta**. 15ª ed. São Paulo: Papirus, 1988, p. 56.

³¹¹ Lygia Fagundes Telles (1923-): escritora, quarta filha do advogado Durval de Azevedo Fagundes e de Maria do Rosário Silva Jardim de Moura. O pai atuou como delegado e promotor público no interior de São Paulo, sendo freqüentador assíduo de casas de jogos, hábito que o levou à derrocada financeira. **Fonte:** CRE MÁRIO COVAS. **Lygia Fagundes Telles**. Disponível em: <http://www.crmariocovas.sp.gov.br/site_lygia/index.htm>. Acesso em: 29 jan. 2009

³¹² TELLES, Lygia Fagundes. Mulher, mulheres. In: PRIORE, M. Del. (Org.) **História das mulheres no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 1997, p. 670.

³¹³ Id.

³¹⁴ Id.

³¹⁵ TELLES, Lygia Fagundes. **Cadernos de Literatura Brasileira** - Instituto Moreira Salles, 1998, [n. p.]. Entrevista. Disponível em: <http://www.crmariocovas.sp.gov.br/site_lygia/declaracoes.htm>. Acesso em: 29 jan. 2009.

Curiosamente, Lygia opta por uma profissão ainda de certa forma considerada pertencente ao universo masculino (advocacia) e por outra já socialmente mais aceita para a mulher na época (professora de Educação Física).

A presença feminina se fez sentir na educação física infantil devido a uma suposta propensão inata em ensinar crianças pequenas, sendo que “a carreira de professora era mais ‘adequada’ às suas habilidades de futuras mães”.³¹⁶ Assim, estaria criado o ciclo: mulheres “robustas” dariam à luz filhas e filhos saudáveis, por sua vez educados fisicamente por mulheres igualmente saudáveis.

A Escola Superior de Educação Física do Estado de São Paulo (ESEP), criada em 1934, na qual Lygia formou-se professora, foi a primeira a permitir a entrada de mulheres. O currículo, porém, era diferenciado; um exemplo disso é que a elas não era permitido aprenderem determinadas modalidades de lutas, enquanto aulas de dança não eram ministradas aos homens. Esta divisão na formação acadêmica acabava condicionando certas possibilidades de atuação profissional: a maioria dos homens realizava apenas um ano do curso, habilitando-se como instrutores de ginástica, a fim de atuarem no treinamento de atletas e corporações militares; já as mulheres davam continuidade ao curso por mais um ano para serem diplomadas professoras, assim como Lygia. Essa “formação de campos de atuação estereotipados entre os gêneros” fica evidenciada nas publicações de dois periódicos da área, na década de 30: enquanto as mulheres escreviam sobre dança, ginástica rítmica e ensino primário, os artigos escritos por homens falavam da prática de lutas e modalidades esportivas. “Portanto, existia uma definição entre o que deveria ser de interesse e formação da mulher e o que deveria compor o universo de conhecimento masculino”.³¹⁷

O discurso abaixo se insere nessa tendência de divisão de saberes:

Há profissões que deviam ser privativas da mulher. O homem no seu egoísmo invasor tem avassalado todas elas. Entre as profissões que deviam ser reservadas às representantes do sexo frágil está a farmácia que pela natureza sedentária do seu comércio especial, pela paciência que exigem certas preparações, pela delicadeza, minúcia e cuidados necessários ao perfeito aviamento do receituário médico, a mulher está em melhores condições do que o homem para exercê-la. Entretanto o número de farmacêuticas é ainda muito reduzido no Brasil. Por que será? Incapacidade para fazer o curso e conquistar o diploma? Certamente que não. Receio de entrar em concorrência com os homens? Provavelmente. Se a lei fechasse as escolas de farmácia aos homens, que tem diante de si abertas todas as carreiras, não cometeria nenhuma iniquidade. Faria talvez um ato de justiça, altamente equitativo.

³¹⁶ CHIES, Paula Viviane. Mulheres precursoras na educação física: um estudo psicossocial de gênero e relações no campo de trabalho. In: CONGRESSO SUL BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 4., 2008. **Anais...** p. 623. Disponível em: < <http://cbce.tempsite.ws/congressos/index.php/CSBCE/IVCSBCE/paper/view/198/22> >. Acesso em: 06 fev. 2009.

³¹⁷ Ibid., p. 625.

No começo esse ato provocaria protestos e revoltas, mas dentro de pouco tempo o egoísmo masculino se conformaria com essa medida reparadora. O público sofredor lucraria com a modificação, porque a mulher menos interessada do que o homem, se contentaria com lucros menores e o seu coração mais propenso à bondade, faria aos indigentes maior soma de caridade do que a que lhes dispensam atualmente os detentores de farmácias.³¹⁸

Deste modo, o sedentarismo e qualidades como “paciência”, “delicadeza”, “minúcia”, cuidado e vocação para o trabalho caritativo, associada a uma menor remuneração, são características que na fala acima acabam vinculadas ao ser feminino e articuladas também ao exercício do ofício de farmacêutico.

A primeira farmacêutica diplomada do país foi Maria Luiza Torrezão de Sue Surville, formada em 1887 pela Escola de Farmácia da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, membro honorário do I Congresso Brasileiro de Farmácia, em 1922.³¹⁹

No período de 1892 a 1919, 1514 farmacêuticos registraram seus diplomas no Serviço Sanitário do Estado de São Paulo, sendo que deste número, 154 eram mulheres.³²⁰ O perfil: 75% delas eram paulistanas, 70% tinham entre 17 e 22 anos e apenas cinco eram estrangeiras. No mesmo período, constam nos livros de registro das dentistas 39 brasileiras e duas advindas de outros países. Nisto diferem as farmacêuticas e dentistas das médicas, 50% estrangeiras e das parteiras diplomadas, cujos livros informam, para o mesmo período, o registro de cerca de 30% de brasileiras apenas. Outro fato que aproxima as mulheres diplomadas em Farmácia de suas colegas de Odontologia é a idade de formação entre 17 e 22 anos, diferindo-as mais uma vez das médicas e parteiras que concluíam seus cursos com mais idade.³²¹ Outro dado interessante, é que o período entre a diplomação como farmacêutica e o registro no Serviço Sanitário é muito curto, “o que sugere que muitas mulheres efetivamente fizeram o curso para trabalhar, não apenas para obter uma melhor educação enquanto esperavam o casamento”.³²² Quanto à condição social, pelos sobrenomes observou-se que muitas eram oriundas de famílias da elite.³²³

Em 1898 foi instalada em São Paulo a Escola Livre de Farmácia, a qual tinha por modelo a Faculdade de Paris. Eram realizados exames admissionais nas seguintes disciplinas: português, francês, aritmética, álgebra e geometria plana. Para diplomar-se como

³¹⁸ JUREMA, Aldínio. *O Echo*, 1917 apud MOTT, Maria Lúcia; ALVES, Olga Sofia Fabergé. Farmacêuticas em São Paulo (1901-1919). **Boletim do Instituto de Saúde, Memória e História da Saúde em São Paulo**, n. 38, p. 24, abr. 2006. Disponível em: <<http://www.isaude.sp.gov.br/smartsitephp/media/isaude/file/bis/bis38.pdf>>. Acesso em 22 fev. 2009.

³¹⁹ MOTT, Maria Lúcia; ALVES, Olga Sofia Fabergé. Op. cit., p. 25.

³²⁰ Ibid., p. 24.

³²¹ Ibid., p. 26.

³²² Ibid., p. 25.

³²³ Ibid., p. 27.

farmacêutico o aluno deveria cursar três anos, enquanto que o título de bacharel em ciências farmacêuticas era obtido com quatro anos de curso e mais a defesa de tese. Na grade curricular constavam disciplinas como química analítica, química orgânica e biológica, química inorgânica, mineralogia, toxicologia, física, botânica, anatomia, zoologia, geologia e farmácia teórica e prática.³²⁴ Para o exercício profissional era obrigatório ainda um ano de prática em alguma farmácia.³²⁵ Mesmo sendo exigida para a matrícula a aprovação em álgebra e geometria e as disciplinas curriculares contemplarem as ciências físicas e naturais – áreas não prioritárias na educação feminina da época – as mulheres marcaram presença no curso.³²⁶ Nos anos de 1905 e 1906, respectivamente, Leonor da Costa Aguiar e Alice Teixeira granjearam os prêmios de melhor aluno da Escola Livre de Farmácia de São Paulo.³²⁷

Não pode deixar de ser notado que a pesquisa evidencia nuances no discurso sobre a domesticidade e as esferas separadas. Sugere que alguns setores da população, inclusive masculinos, se preocupavam com a formação profissional das mulheres para o trabalho, visualizando a possibilidade de conciliar maternidade e trabalho, inclusive em profissões liberais. A visão da remuneração do trabalho feminino como menos importante e a crença numa natureza específica a cada sexo, continuavam, porém, norteadas a inclusão ou a exclusão nas profissões. Nesse sentido é possível se perguntar se a imagem artesanal e prática da farmácia, e do farmacêutico como profissional subalterno ou auxiliar do médico, não foi um dos fatores que possibilitaram nas primeiras décadas do século, a abertura desse campo profissional para as mulheres.³²⁸

Na Escola Livre de Farmácia, também passou a funcionar em 1902 o curso de Odontologia pioneiro de São Paulo. Deste ano até 1924 mais nove escolas, além da citada, foram organizadas no estado.³²⁹ Nos anos de 1903 a 1926 diplomaram-se na Escola de Farmácia, Odontologia e Obstetrícia de São Paulo (EFOOSP) 221 mulheres e 928 homens.³³⁰ De acordo com o Censo de 1940 havia no Brasil, nesta época, 10.817 dentistas do sexo masculino e 1225 do sexo feminino.³³¹

³²⁴ ESCOLA de Farmácia. *A Mensageira*, v. 2, n. 26, p. 46-48, 1899 apud MOTT, Maria Lúcia; ALVES, Olga Sofia Fabergé. Op. cit., p. 25.

³²⁵ FONTOURA, C. *Farmácia e Farmacêuticos no Brasil*. São Paulo: Instituto Medicamenta, 1938 apud MOTT, Maria Lúcia; ALVES, Olga Sofia Fabergé. Op. cit., p. 25.

³²⁶ MOTT, Maria Lúcia; ALVES, Olga Sofia Fabergé. Op. cit., p. 25.

³²⁷ CAMPOS, M. A. Pourchet. *A vida da Faculdade de Ciências Farmacêuticas da USP: notas históricas*. São Paulo: USP, 1984 apud MOTT, Maria Lúcia; ALVES, Olga Sofia Fabergé. Op. cit., p. 25.

³²⁸ MOTT, Maria Lúcia; ALVES, Olga Sofia Fabergé. Op. cit., p. 27.

³²⁹ CAMPOS, M. A. Pourchet. *Perfil do ensino farmacêutico no Brasil*. Rio de Janeiro: Diretoria de Ensino Superior / MEC, 1966 apud MOTT, Maria Lúcia et al. 'Moças e senhoras dentistas': formação, titulação e mercado de trabalho nas primeiras décadas da República. *História, Ciências, Saúde*, v. 15, suplemento, Manguinhos, Rio de Janeiro, p. 101, jun. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v15s0/05.pdf>>. Acesso em: 22 fev. 2009.

³³⁰ MOTT, Maria Lúcia et al. Op. cit., p. 102.

³³¹ BESSE, Susan. *Modernizando a desigualdade: reestruturando a ideologia de gênero no Brasil*. São Paulo: Edusp. 1999 apud MOTT, Maria Lúcia et al. Op. cit., p. 98.

Assim como no caso das farmacêuticas, a maioria das dentistas registrou-se em curto período de tempo a contar da obtenção do diploma, o que sugere que visavam, com a formação, o exercício profissional.³³² Contudo, o número de diplomadas em Odontologia no estado superava a quantidade de profissionais registradas no Serviço de Fiscalização do Exercício Profissional de São Paulo, o que parece indicar que a inserção profissional não era o objetivo de todas as formadas.³³³

O campo de trabalho mais comum para as dentistas nas primeiras décadas do século XX em São Paulo eram as clínicas particulares exclusivas para o atendimento de mulheres e crianças e os dispensários anexos às escolas da capital paulista e do interior do estado.³³⁴

Como em Strasburgo, o serviço clínico dos nossos dispensários será feito exclusivamente por senhoras, sob a direção de um cirurgião-dentista de provada idoneidade, o que mais realça o seu valor, pois serão neles representadas as nossas patrícias que se dedicam à carreira de dentistas, encontrando aí colocação condigna e vasto campo de estudos. Outra vantagem dessa orientação é que, pela delicadeza do sexo, poderão aquelas senhoras dispensar maior carinho às crianças confiadas a seus cuidados de profissionais e formar, com o pessoal docente feminino, uma só família escolar.³³⁵

Nesse discurso podemos observar, também, a “crença numa natureza específica a cada sexo”: o cargo de direção dos dispensários seria confiado a um cirurgião-dentista do sexo masculino, enquanto que o trabalho manual seria exclusivamente desenvolvido por mulheres. A alusão à “família escolar” retrata bem a hierarquia pretendida: o diretor ocuparia o papel de pai, as professoras e dentistas, como mães, estenderiam os seus dons maternais aos seus respectivos alunos e pacientes. O primeiro dispensário de São Paulo, organizado em 1912, junto ao Grupo Escolar Prudente de Moraes “teve à frente os cirurgiões-dentistas Alfredo Ramalho Bellegarde e José Paulo de Macedo Soares, que eram ‘auxiliados pelas cirurgiãs-dentistas senhoritas Beatriz Miranda Azevedo e Julieta Rosa Marins’”.³³⁶

Clymene de Andrade, diplomada em Odontologia no ano de 1903, na primeira turma da EFOOSP, ao ser convidada para realizar uma conferência – cuja fala foi depois publicada na Revista da Associação Odontológica – discorre, além de outros assuntos de sua área, sobre a inserção feminina em atividades demarcadamente masculinas. Para ela, tanto na medicina quanto na odontologia, a mulher poderia revelar melhor o seu pendor para amar ao próximo e sua aptidão para trabalhos manuais. Argumenta ainda que, distante do “bulício mundano”, a

³³² MOTT, Maria Lúcia *et al.* Op. cit., p. 108.

³³³ *Ibid.*, p. 111.

³³⁴ *Ibid.*, p. 105-7.

³³⁵ REVISTA ODONTOLÓGICA BRAZILEIRA, 1912, p.237 apud MOTT, Maria Lúcia *et al.* Op. cit., p. 106.

³³⁶ REVISTA ODONTOLÓGICA BRAZILEIRA, 1912, p.238 apud MOTT, Maria Lúcia *et al.* Op. cit., p. 106.

odontóloga poderia exercer seu ofício “entre quatro paredes”. Percebe-se aqui a reprodução do discurso dominante das “esferas separadas”, adotado também por várias outras mulheres do período.³³⁷

Tomemos, por exemplo, uma dentadura de qualquer espécie: – De que depende esse trabalho? De força? Por certo que não, depende de paciência e gosto, principalmente na parte correspondente à escolha dos dentes. Um outro exemplo: – o tratamento dos dentes das crianças. Quem melhor que a mulher, que está mais acostumada a aturar essas irrequietas criaturinhas, achará meios astuciosos e prontos, para execução de trabalhos na boca desses adoráveis manhosos, de que os dentistas tanto se queixam?³³⁸

Destoando de algumas figurantes de seu gênero, mas antes de tudo, atuando como representantes de sua época, as mulheres buscaram sua legitimação nos espaços de saúde fazendo-se valer dos atributos que lhe eram tradicionalmente vinculados, como paciência, delicadeza, cuidado e “jeito” para com as crianças. E a inserção profissional nessa área não era para “qualquer” mulher: os critérios seletivos de alguns cursos de saúde no país davam mostras da preferência por brancas, solteiras, viúvas ou separadas legalmente, donas de corpos sadios e mentes sãs, de moral comprovadamente imaculada, com idade até 35 anos, estudadas e que pudessem pagar a matrícula, ou seja, mulheres advindas de um bom nível social.

Certo é que as prostitutas alemãs que em 2006 estavam estudando, patrocinadas pela Igreja, no estado de Renânia do Norte - Vestefália, a fim de mudarem de carreira e tornarem-se enfermeiras geriátricas³³⁹ não teriam vez nas primeiras décadas do século XX no Brasil. Especialmente porque o curso de Enfermagem Anna Nery, embasado nos valores idealizados por Florence Nightingale, buscava, nesta época, livrar a enfermagem dos estereótipos que cercavam suas exercentes até então: bêbadas, prostitutas e pobres.³⁴⁰

Estereótipos não foram exclusividade da enfermagem. Segundo *Mme. Marie Josephine Mathilde Durocher*, a primeira parteira diplomada no Brasil, as mulheres que partejavam, até por volta de 1830, eram caboclas, portuguesas, negras velhas, mulatas, analfabetas, pobres, algumas ex-meretrizes, abortadeiras, supersticiosas e imorais. Durocher critica os pré-

³³⁷ MOTT, Maria Lúcia *et al.* Op. cit., p. 104.

³³⁸ ANDRADE, Clymene de. Conferência feita pela distinta cirurgiã dentista Clymene de Andrade. Revista Odontológica Paulista, São Paulo, ano 1, n. 5, p.1-10, fev. 1906 apud MOTT, Maria Lúcia *et al.* Op. cit., p. 105.

³³⁹ TERRA. Prostitutas alemãs treinam para virar enfermeiras e vendedoras. **Terra**, 29 mar. 2006. Disponível em: < <http://noticias.terra.com.br/popular/interna/0,,OI940563-EI1141,00.html> >. Acesso em: 15 nov. 2009.

³⁴⁰ FONSECA, Rosa Maria Godoy Serpa da. Uma leitura generificada da (re) inauguração de um fazer para mulheres: da Inglaterra ao Brasil. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 55, n. 1, p. 76-77, jan./fev. 2002.

requisitos admissionais dos cursos de parteiras, considerando-os pouco exigentes e, portanto, não proveitosos para trazerem mais crédito ao ofício.

A francesa decidiu-se pela ocupação de parteira aos vinte e cinco anos. Sem pai, mãe ou marido que pudessem, porventura, contrariar sua disposição profissional, e com dois filhos pequenos, matricula-se na primeira turma do Curso de Partos instituído pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Após o término do curso em 1834, torna-se uma figura popular na cidade, especialmente devido a adoção de acessórios masculinos como casaca, cartola, botinas, colete, camisa, punhos, colarinho e gravata. Sua aparência bizarra foi assim descrita por um médico contemporâneo seu: “Não se sabia, à primeira vista, a que sexo pertencia essa personalidade original. Pelo aspecto físico e pelas vestes era um misto mal definido de homem e de mulher”.³⁴¹

Mme. Durocher achava o vestuário mais cômodo para os trabalhos da nova profissão e mais decente para uma parteira. Julgava que esse aspecto exterior deveria inspirar confiança na parturiente, distinguindo a parteira das demais mulheres. Certamente era também uma necessidade na época, quando as poucas mulheres que se aventuravam a sair à noite sozinhas eram tomadas por prostitutas.³⁴²

Por que a adoção de roupas de estilo masculino para *Mme. Durocher* inspiraria confiança nas parturientes?

Na Idade Média, parteiras e mulheres que “curavam”, percebidas enquanto bruxas, “foram perseguidas por serem objetivas, por possuírem um saber empírico e imoral. Mas no século XIX a retórica reverteu-se: mulheres tornaram-se também impossibilitadas de desenvolver um saber científico, por serem delicadas e sentimentais”.³⁴³ Assim, pode-se analisar essa masculinização da aparência física de *Durocher* como uma estratégia de afirmação, reveladora de um desejo de valorização do extenso cabedal científico acumulado por ela em seu ofício, devido à poderosa “representação do mundo do trabalho como masculino e a valorização destes atributos como os melhores”.³⁴⁴

Em 1866 *Durocher* foi nomeada parteira da Casa Imperial e em 1871 ingressou na Imperial Academia de Medicina. Foi, e ainda é a única parteira a ser admitida como sócia.

³⁴¹ SILVA, A. N. O tributo da morte: elogio histórico dos membros da Academia Nacional de Medicina falecidos durante o ano de 1893-94. Anais da Academia de Medicina, v. 59, p. 320-22, 1893-1894 apud MOTT, Maria Lúcia. **Parto, parteiras e parturientes Mme. Durocher e sua época**. Tese (Doutorado em História) - Departamento de História, FFLCHUSP, 1998.

³⁴² MOTT, Maria Lúcia. Uma parteira diplomada. **Revista Nossa História**, ano 2, n. 21, p. 29, jul. 2005.

³⁴³ EHRENREICH, B.; ENGLISH, D. *Witches, midwives, and nurses*. New York, Feminist Press, 1973, p. 42 apud MOREIRA, Martha Cristina Nunes. Imagens no espelho de Vênus: mulher, enfermagem e modernidade. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 7, n. 1, p. 59, 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rlae/v7n1/13449.pdf>>. Acesso em: 16 nov. 2008.

³⁴⁴ MOREIRA, Martha Cristina Nunes. Imagens no espelho de Vênus: mulher, enfermagem e modernidade. Op. cit., p. 59.

Numa época em que a prática de ginecologia era proibida a quem não fosse médico, Durocher realizava freqüentemente esse tipo de atendimento clínico, além de atender às convocações para perícia médico-legal. Prestou também serviços médicos quando as epidemias de febre amarela e cólera atingiram o Rio de Janeiro.³⁴⁵ Esse misto de médico-parteira, homem-mulher lhe garantiria também certos privilégios: o aspecto viril inspiraria respeito, seria um demonstrativo de controle emocional das ações e de intelectualidade, ao passo que a sua constituição biológica feminina lhe garantiria franco acesso aos quartos das parturientes, o que ainda se constituía em uma dificuldade para os médicos.

Toda e qualquer identidade é construída socialmente [...] o conteúdo simbólico, imagens visuais e mentais, de uma identidade depende de quem a constrói e para que é construída. Indivíduos, grupos sociais e sociedades reorganizam seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados em determinada estrutura social, que define certa visão de tempo e espaço, hegemonicamente.³⁴⁶

Assim, a imagem visual que Durocher transmitia à sociedade de sua época através da adoção de uma indumentária masculina estava impregnada de conteúdo simbólico e possivelmente só existia em função da tendência social em associar o masculino à racionalidade e ao cientificismo.

Quanto à mulher, o pouco de racionalidade que possuísse deveria ser atestado através de uma moralidade bem conduzida e disciplinada. Assim, é que cursos como Medicina e Enfermagem exigiam como pré-requisito para a matrícula o atestado de idoneidade moral. Com o Curso de Partos não foi diferente.

O decreto-lei de 1832 que regulamentou o primeiro curso de parteira oferecido nas Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia já prescrevia em seu Artigo 22 que, para ser admitida no curso, a candidata “deveria ter pelo menos mais de dezesseis anos completos, saber ler e escrever corretamente e apresentar um atestado de bons costumes, passado pelo juiz de paz da freguesia respectiva”,³⁴⁷ o que não era exigido dos candidatos aos cursos de Medicina e Farmácia, provavelmente por que o seu pertencimento ao sexo masculino, já por si só dispensava maiores comprovações quanto à moralidade. O interessante é que a taxa de matrícula era a mesma para todos os cursos: 20 mil réis. O perfil sugerido

³⁴⁵ MOTT, Maria Lúcia. Uma parteira diplomada. Op. cit., p. 30-1.

³⁴⁶ OLIVEIRA, Beatriz Guitton Renaud Baptista de. A passagem pelos espelhos: a construção da identidade profissional da enfermeira. **Texto & Contexto Enfermagem**, v. 15, n. 1, p. 65, jan./mar. 2006. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/tce/v15n1/a07v15n1.pdf> >. Acesso em: 02 ago. 2010.

³⁴⁷ BRASIL. Lei de 3 de Outubro de 1832. Dá nova organização as actuaes Academias Medico-cirurgicas das cidades do Rio de Janeiro e Bahia. Título III, Art. 22. Dos estudantes apud JORGE, Dilce Rizzo. **Evolução da legislação federal do ensino e do exercício profissional da obstetriz (parteira) no Brasil**. Tese (Docência Livre) – Escola de Enfermagem Anna Nery/UFRJ, 1974, anexo 34, p. 198-199.

pelas exigências: “alunas jovens, sem experiência prática adquirida com parteiras tradicionais (obtendo, conseqüentemente, toda formação por ensinamentos médicos), alfabetizadas, de moralidade comprovada e com recursos para poder pagar a matrícula.”³⁴⁸

O médico Gama Lobo descreve de forma depreciativa aquelas que exerciam o ofício de parteira no Rio de Janeiro, na segunda metade do século XIX:

Levantemos o véu que cobre tanta podridão e tantos crimes. Tomemos Paris como exemplo. As mulheres que estudam partos na Faculdade de Paris são *grisettes* que não conhecem moralidade nem educação: as orgias e as bebidas são seus deuses. Entretanto chegando ao Rio de Janeiro, transformam-se em senhoras. Os protetores aparecem, máxime se são bonitas. Em pouco tempo adquirem o título de sábias, honestas e virtuosas [...] Parteiras há que provocam abortos [...] outras empregam-se a conduzir crianças para a roda por um preço estipulado, conforme a criança está viva ou morta. Algumas de bom coração fabricam coletes [espartilhos], na sala vizinha os amantes têm entrevista; verdadeiro bordel mudando apenas o rótulo para parteira. Há casas com o título de maternidade, que são aposentos para moças perdidas e mulheres adúlteras terem o produto de seus amores.³⁴⁹

Mme. Durocher considerava que se deveria oferecer uma melhor instrução às parteiras. Para esse fim, segundo ela, era imprescindível um curso com período maior de duração, o que já por si só resultaria em um número menor de formadas, as quais, porém, seriam mais “dignas de confiança”, o que contribuiria “para destruir o preconceito contra médicos, preconceitos sustentados por estas comadres ignorantes e parteiras charlatãs” e trazer mais crédito ao ofício de parteira, dando “o pão a muitas viúvas de médicos, de farmacêuticos e outras que não se matriculam, para não serem confundidas com aquelas que até hoje têm-se matriculado, com honrosa exceção à parte”.³⁵⁰

Em sua fala Durocher deixa transparecer o perfil de parteira que se queria construir: originária “das camadas sociais possuidoras de um capital cultural suficiente para ser aprovada nos exames de ingresso e de habilitação”³⁵¹, e conseqüentemente, moralizada (viúvas de médicos e farmacêuticos, profissionais tidos como de moral acima de qualquer suspeita) e que não entrasse em divergências com a classe médica. A parteira propunha um curso com a duração de três anos e não apenas dois, com exames preparatórios mais exigentes, através da inserção de disciplinas como gramática portuguesa e francesa,

³⁴⁸ MOTT, Maria Lúcia. O curso de partos: deve ou não haver parteiras? *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 108, p. 136, nov. 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n108/a06n108.pdf>>. Acesso em: 03 ago. 2010.

³⁴⁹ LOBO, Gama. A medicina no Rio de Janeiro. *Anais Brasilienses de Medicina*, ano 17, n. 5, p. 188, set. 1865 apud MOTT, Maria Lúcia. **Parto, parteiras e parturientes Mme. Durocher e sua época**. Op. cit., p. 34.

³⁵⁰ DUROCHER, Marie Josephine Mathilde. Deve ou não haver parteiras? *Anais Brasilienses de Medicina*, v. 22, n. 9, p. 293-294 apud MOTT, Maria Lúcia. **O curso de partos: deve ou não haver parteiras?** Op. cit., p. 135.

³⁵¹ PEREIRA NETO, André de Faria. **Ser médico no Brasil: o presente no passado**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001, p. 82.

Aritmética, Geometria, Geografia e História. Quanto ao currículo, no primeiro ano seriam ministradas noções de Anatomia Geral, com prioridade para a bacia, e noções de Fisiologia; no segundo, Higiene e noções de Clínica Terapêutica; no terceiro, partos e moléstias do útero.³⁵²

A fala do médico Luiz Pereira Barreto, ao referendar o trabalho da parteira italiana Ursula Endrizze, atuante entre 1883 e 1891 em São Paulo, amplia o que era tido como perfil ideal para essa profissional:

Tem trabalhado sobre minhas vistas em várias operações obstétricas e ginecológicas e posso garantir que conhece sua arte como qualquer outra diplomada, recomendando-se, além disto, pelo bom senso pouco vulgar, prudência e, sobretudo pelo total desprendimento do espírito de vaidade, habitual em suas colegas.³⁵³

Tomando-se a palavra vaidade como o “desejo imoderado de atrair admiração”³⁵⁴ revela-se aí mais uma das “virtudes” desejadas para as parteiras: que não ambicionassem a autonomia e o status devidos ao médico. *Mme.* Durocher, por exemplo, não possuía nem a vaidade relativa à aparência pessoal.

Já o médico Bonifácio Costa é bem mais direto e sua fala no ano de 1923 deixa transparecer os conflitos existentes entre médicos e parteiras: “... sentem-se seduzidas pela prática indevida da especialidade ginecológica”, sendo as “curiosas menos criminosas do que as parteiras [...] porque são inconscientes”. Propõe, então, que a ‘curiosa’ seja impedida de partejar e a diplomada fosse substituída pela enfermeira, com “menos aptidões e melhor moral”.³⁵⁵ Para outro médico da época, Júlio Portocarrero, as “parteiras arvoram-se em especialistas de ginecologia e pediatria, quando não sejam profissionais abortadoras”.³⁵⁶ Para Arnaldo de Moraes, ginecologista formado em 1915, os cursos de partos deveriam oferecer a disciplina de deontologia médica, a fim de que as parteiras fossem guiadas “nas relações entre colegas, para com os médicos, e que as fizessem conhecedoras de seus direitos e deveres”.³⁵⁷

³⁵² DUROCHER, Marie Josephine Mathilde. 1871^a, p. 301-2 apud MOTT, Maria Lúcia. **Parto, parteiras e parturientes Mme. Durocher e sua época.** Op. cit., p. 102.

³⁵³ BARRETO, L. P. A Província de São Paulo, 23 jan. 1884 apud MOTT, M. L. *et al.* As parteiras eram “*tutte quante*” italianas (São Paulo, 1870-1920). **História: Questões e Debates**, n. 47, p. 84, 2007.

³⁵⁴ VAIDADE. In: MINIDICIONÁRIO Aurélio. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira S. A., 1985.

³⁵⁵ COSTA, Bonifácio. O charlatanismo médico e as medicinas absurdas. In: ACTAS e Trabalhos do Primeiro Congresso Nacional dos Práticos. Rio de Janeiro: Publicações Científicas, 1923, p. 250 apud PEREIRA NETO, André de Faria. Op. cit., p. 83-84.

³⁵⁶ PORTOCARRERO, Júlio. Liberdade profissional médica e paramédica. In: ACTAS e Trabalhos do Primeiro Congresso Nacional dos Práticos. Rio de Janeiro: Publicações Científicas, 1923 apud PEREIRA NETO, André de Faria. Op. cit., p. 84.

³⁵⁷ MORAES, Arnaldo de. Do exercício da profissão de parteira. In: ACTAS e Trabalhos do Primeiro Congresso Nacional dos Práticos. Rio de Janeiro: Publicações Científicas, 1923, p. 257 apud PEREIRA NETO, André de Faria. Op. cit., p. 85.

O médico Victor do Amaral, ao organizar um curso para parteiras na Faculdade de Medicina do Paraná em 1923 (pois não havia matrículas no Curso de Obstetrícia), fez questão de deixar claro às suas alunas que elas não estavam no mesmo patamar profissional das parteiras diplomadas, mas eram “enfermeiras especializadas ou parteiras práticas licenciadas, ensinando-lhes também como devem auxiliar ao medico nas operações obstétricas”.³⁵⁸ Subentende-se, através da fala de Victor do Amaral, que as parteiras de seu curso não deveriam pretender a mesma autonomia que as formadas no curso de Obstetrícia – pois não lhes eram exigidas as habilitações, obrigatórias naquele, e o período de estudo consistia em um ano, a metade exigida no curso oficial – antes sim, estavam sendo instruídas como enfermeiras a subordinarem-se ao papel de auxiliares dos médicos. Interessante é observar que o médico poderia ter intitulado suas pupilas apenas de parteiras práticas licenciadas, mas optou por fazer uma associação com o termo enfermeira.

Se por um lado o médico Bonifácio Costa promovia a substituição da parteira diplomada pela enfermeira e Victor do Amaral fazia associações entre ambos os títulos, *Mme. Durocher* já reputava à parteira o papel de “enfermeira instruída”, nunca tendo colocado em xeque “o lugar de primazia dos médicos no exercício da Obstetrícia”.³⁵⁹ Com o fechamento dos cursos de Obstetrícia e o advento da enfermeira obstétrica a partir dos decretos federais de 1925 e 1931 – os quais serão vistos a seguir – é alcançado esse intento. “A mudança de nome do curso [de Obstetrícia para Enfermagem Obstétrica] indicava que a Faculdade de Medicina passaria a formar pessoal auxiliar para a prática do médico obstetra...”³⁶⁰ O ensino dessa *nova* parteira ou, como poderíamos chamá-la, *parteira-enfermeira*, será o próximo tema a ser discutido.

³⁵⁸ AS PARTEIRAS práticas. **Gazeta do Povo**, Curitiba, p.1, 20 set. 1931.

³⁵⁹ MOTT, Maria Lúcia. **Parto, parteiras e parturientes Mme. Durocher e sua época**. Op. cit., p. 205.

³⁶⁰ PROGIANI, Jane Márcia. **Parteiras, médicos e enfermeiras: a disputada arte de partejar** (Rio de Janeiro – 1934/1951). Tese (Doutorado) – Escola de Enfermagem Anna Nery/UFRJ, 2001, p. 88.

3.2 COMO “ENFERMEIRAS INSTRUÍDAS”: O SABER INSTITUCIONALIZADO DAS PARTEIRAS

3.2.1 A Escola de Parteiras práticas ou enfermeiras especializadas da Faculdade de Medicina do Paraná (1922-1931)

*Parteira não sabe senão fazer parto. Examinar gente doente é só médico que sabe. Não acredite no que ella lhe disse. Está errada. Nem tome remedio de parteiras. Eu sei que há gente de muita coragem e conheço parteiras que têm consultorio de ginecologia... Fazem tudo o que não sabem e que não podem fazer por Lei... mas fazem!*³⁶¹

No ano de 1931, a parteira Izulina Prochmann, 43 anos, casada, é indiciada por crime de aborto ocorrido em Curitiba e no inquérito a que responde revela que é formada pela Universidade do Paraná (UP). A secretaria da Faculdade de Medicina, por sua vez, fornece um comunicado à *Gazeta do Povo*, argumentando que “a Universidade nunca formou parteira alguma, não fazendo parte do seu programa o curso de Parteiras”.³⁶² E numa época em que a excomunhão *latae sententiae* da Igreja Católica, publicada em recente bula do Vaticano, pairava sobre as cabeças da “mãe desnaturada” e dos “cúmplices que praticarem esse monstruoso delito”, determinando, inclusive, que “toda mulher que fallecer em virtude da provocação de um aborto não gozará o direito de ser enterrada em cemitério sacro”³⁶³, temos aí alguns dos ingredientes que sustentaram uma ampla discussão entre a *Gazeta do Povo* e a Faculdade, com respeito à Escola de parteiras mantida pela Instituição.

A imprensa considera o desmentido “uma repulsa da Faculdade de Medicina á Escola de Parteiras”³⁶⁴ e tenta elucidar o assunto transcrevendo e publicando parte de uma comunicação do então Diretor Dr. Victor Ferreira do Amaral e Silva, intitulada “A infecção puerperal em Curitiba”, feita à Sociedade de Medicina do Paraná em 18 de Outubro de 1929 e impressa nos Anais da Faculdade de Medicina desse mesmo ano.

O artigo do médico revela que após a tentativa fracassada de colocar em funcionamento um Curso de Obstetrícia na Universidade do Paraná, para o qual não houve inscrições e na “falta de parteiras diplomadas” – como são denominadas as mulheres

³⁶¹ FRANÇA, Aluizio. Consultório de ensinamento às mães – Higiene e Puericultura. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 29 jul. 1931 apud SIGOLO, Renata Palandri. **A saúde em frascos**: concepções de saúde, doença e cura: Curitiba, 1930/1945. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, 1995, p. 188.

³⁶² A ESCOLA de Parteiras e um desmentido da Faculdade de Medicina do Paraná. **Gazeta do Povo**, Curitiba, p. 1, 19 set. 1931.

³⁶³ GUERRA ao aborto. **Gazeta do Povo**, Curitiba, p.1, 19 set. 1929.

³⁶⁴ A ESCOLA de Parteiras e um desmentido da Faculdade de Medicina do Paraná. Op. cit., p.1.

formadas por essa modalidade de curso – intenta suprir essa lacuna propondo, quando em exercício do cargo de Diretor Geral do Serviço Sanitário do Estado, na administração do presidente Munhoz da Rocha, que “fosse permitido exercerem o ofício de parteira dentro do Estado do Paraná, as mulheres que freqüentassem a Maternidade, assistindo às aulas, e nela praticassem, durante um ano, até prestarem exame pratico oral”.³⁶⁵ Sua proposta foi, então, consubstanciada no Artigo 3, do Decreto de Nº. 1179 de 26 de dezembro de 1922³⁶⁶ (Anexo III).

Assim, como descreve o médico,

de 1923 em diante, pagando á Faculdade de Medicina a taxa regulamentar de audição livre, tenho admitido mulheres com instrução elementar apenas, algumas até senhoras de boa representação social, para assistir ás aulas de Clinica Obstétrica, juntamente com os alunos do curso medico. Além disso, o meu assistente e a parteira da Maternidade, dão lhes algumas lições mais elementares.³⁶⁷

O Curso de Obstetrícia analisado no subcapítulo 2.2 deste trabalho tinha certos requisitos, como a realização dos preparatórios e o pagamento das mensalidades durante os dois anos de curso. Daí a conveniente facilidade de admissão ao novo curso do Dr. Victor do Amaral, no qual recebia mulheres com ensino elementar apenas, sem a exigência dos estudos de disciplinas preparatórias e pagando um valor inferior na condição de aluna ouvinte ou “alunas avulsas”³⁶⁸ por assistirem as aulas da disciplina de Clínica Obstétrica ministradas aos alunos do 6º ano de Medicina.

O conteúdo do curso é por ele assim descrito:

Tenho lhes ministrado noções ligeiras de anatomia e fisiologia geral, com o estudo completo da anatomia e fisiologia e higiene da gravidez, e com um cunho pratico tanto quanto possivel, os processos de exploração obstétrica e os cuidados a prestar á parturiente e ao recém-nascido. Incutindo-lhes do espírito a necessidade imperiosa, sem o menor deslize, para garantia do sucesso, da pratica da asepsia e antisepsia obstétrica, ponho em destaque os casos de distocia e os acidentes em que devem prontamente propor a presença do medico [...] ensinando-lhes também como devem auxiliar ao medico nas operações obstetricas.³⁶⁹

³⁶⁵ AS PARTEIRAS práticas. Op. cit., p.1.

³⁶⁶ PARANÁ. Decreto n. 1179 de 26 de dezembro de 1922. [Regulamenta a concessão do título de licenciado(a) a praticos de farmácia e parteiras]. **Diário Oficial do Estado do Paraná**, ano 10, n. 3.629 de 30 de dezembro de 1922.

³⁶⁷ AS PARTEIRAS práticas. Op. cit., p.1.

³⁶⁸ SILVA, Victor Ferreira do Amaral e. Maternidade Victor do Amaral. Revista Médica do Paraná, Curitiba, ano 1, n. 4, mar. 1932 apud LIMA, Eduardo Corrêa. **Victor Ferreira do Amaral e Silva** – o reitor de sempre. Coleção Mestres da Universidade Federal do Paraná. Curitiba: Imprensa da UFPR, 1982, p. 424.

³⁶⁹ AS PARTEIRAS práticas. Op. cit., p.1.

Os estágios realizavam-se semanalmente na Maternidade do Paraná, nos quais as alunas, quando numerosas, eram divididas em pequenas turmas, “como este ano [1929], que são em número de 26”.³⁷⁰ No final do ano letivo, após serem submetidas a exame prático, era expedido, às aprovadas, o título de “parteira prática licenciada”, o qual deveria ser registrado na repartição de Saúde Pública do Estado e que representava, para Victor do Amaral, um “atestado de idoneidade profissional, em falta de melhor”.³⁷¹

Segundo ele, esses certificados não davam às parteiras as regalias do exercício profissional fora do Paraná; se bem que, logo a frente, no mesmo discurso, confesse ter “notícia de algumas que trabalham eficientemente nos Estados vizinhos e até na capital do Rio de Janeiro”.³⁷² Para satisfação da imprensa, deixara admitido em sua comunicação que “as parteiras de maior clientela desta capital atualmente se habilitaram nesse curso”,³⁷³ o que, para a *Gazeta do Povo* traía o desmentido da secretaria da Faculdade, que negava a existência de um curso de parteiras mantido por ela.

Realmente não existia um curso oficializado na Instituição, conforme revelação do próprio médico: “Não tentei oficializar na Faculdade esse curso, que já tem produzido sazonados frutos, com receio de infringir a lei organica do ensino federal, que é o codigo a que ela está adstrita”.³⁷⁴ Na realidade, o decreto que autorizaria a formação de “enfermeiras das maternidades” só viria em 1925, mas, mesmo após seu advento, a Escola de parteiras não foi oficializada, apesar de ser permitida a regulamentação do curso no regimento interno das próprias Faculdades.³⁷⁵

Victor do Amaral salientava às suas alunas que as parteiras diplomadas em Curso de Obstetrícia estavam num patamar profissional mais elevado do que as formadas pelo novo curso: “faço empenho em frizar que elas não são parteiras diplomadas, mas enfermeiras especializadas ou parteiras praticas licenciadas...”³⁷⁶ Haja visto a diferença na titulação: as parteiras diplomadas recebiam ao fim do curso um diploma e as enfermeiras especializadas, um certificado. Por que o trabalho da enfermeira especializada era considerado de nível

³⁷⁰ AS PARTEIRAS práticas. Op. cit., p.1.

³⁷¹ Id.

³⁷² Id.

³⁷³ Id.

³⁷⁴ SILVA, Victor Ferreira do Amaral e. Maternidade Victor do Amaral. *Revista Médica do Paraná*, Curitiba, ano 1, n. 4, mar. 1932 apud LIMA, Eduardo Corrêa. Op. cit., p. 424.

³⁷⁵ BRASIL. Decreto n. 16.782 A, de 13 jan.1925, art. 133. Estabelece o concurso da União para a difusão do ensino primario, organiza o Departamento Nacional do Ensino, reforma o ensino secundario e o superior e dá outras providencias. In: *Leis, decretos, etc. Enfermagem: leis, decretos e portarias*. 2 ed. Rio de Janeiro, Ministério da Saúde, Serviço Especial de Saúde Pública, 1959, p. 55 apud JORGE, Dilce Rizzo. Op. cit., anexo 40, p. 210.

³⁷⁶ AS PARTEIRAS práticas. Op. cit., p. 1.

hierárquico abaixo do ofício de parteira diplomada e o termo “enfermeira” vinculado como sinônimo de “parteiras práticas licenciadas”, a atividade menos valorizada? Um motivo a considerar talvez seja a diferença temporal de institucionalização das duas práticas no Brasil, já que o primeiro curso para formação de parteiras foi oferecido em 1832 e a primeira escola de enfermagem (Alfredo Pinto) foi criada apenas em 1890.³⁷⁷ Mas, ampliando a questão, temos a partir de 1923, com a fundação da Escola de Enfermeiras do Departamento Nacional de Saúde Pública, denominada em 1926 de Escola de Enfermeiras D. Anna Nery, a construção da imagem da enfermeira como auxiliar do médico, padrão que deveria ser adotado também pelas enfermeiras obstétricas, contrapondo-se à relativa autonomia secular das parteiras.

Além dos assuntos relativos à titulação, o tema “aborto”, segundo Victor do Amaral, também fazia parte de suas preleções às alunas:

Previno-lhes, outrossim, que no exercício da nova profissão, serão por vezes solicitadas para a pratica de aborto; mas devem resistir a todo o transe, porque a pratica de aborto, além de ser condenada pela moral e pela religião, é um crime perante o nosso código penal e grande numero de vezes acarreta a morte da paciente. A vida do feto é sagrada desde o momento da concepção e tem o direito de ser respeitada.³⁷⁸

Concluindo seu discurso á Sociedade de Medicina do Paraná, Victor do Amaral afirma: “com os ensinamentos, embora rudimentares, por mim ministrados ás parteiras a infecção puerperal diminuiu em Curitiba, e provavelmente nas outras cidades do Estado, onde ela têm ido também exercer seu ofício”.³⁷⁹

A imprensa não perdoou o termo “ensinamentos rudimentares”, bem como a definição exarada de que o certificado de parteira prática licenciada consistia em um “atestado de idoneidade profissional, em falta de melhor”³⁸⁰, tampouco sua afirmação que enfatiza o fato de até senhoras de nível social mais elevado desejarem a admissão no curso³⁸¹ e sentenciou sarcasticamente:

Esta é a palavra oficial, onde está confessada a precariedade da idoneidade profissional das parteiras. Quanto á idoneidade moral, é o próprio dr. Vitor do Amaral quem se admira de no curso de parteiras terem se matriculado ‘senhoras de boa representação social’!³⁸²

³⁷⁷ MOREIRA, Martha Cristina Nunes. A Fundação Rockefeller e a construção da identidade profissional de enfermagem no Brasil na Primeira República. Op. cit., p. 625.

³⁷⁸ AS PARTEIRAS práticas. Op. cit., p. 1.

³⁷⁹ Id.

³⁸⁰ Id.

³⁸¹ Id.

³⁸² Id.

Começa, assim, um movimento por parte da *Gazeta do Povo* exigindo a regulamentação do curso de parteiras práticas oferecido pela Faculdade de Medicina do Paraná:

Esta escola, ao que somos informados, constitue uma ameaça, porquanto ali obtêm diploma pessoas sem a devida idoneidade moral para exercer a delicada missão de parteiras. Para a matricula na Escola não são feitas exigências de habilitação preparatória, nem da conduta da candidata. Num estagio de nove meses, as alunas recebem um diploma que lhes confere regalias superiores ao mérito do curso. A Escola de Parteiras, ao que sabemos e ao que confirma a eloqüência do desmentido da Faculdade de Medicina, está merecendo as vistas da saúde publica, que deve regulamentar o curso de parteiras e exigir que as profissionais deste mister possam merecer a confiança publica.³⁸³

Um dos requisitos do Decreto n. 1179 de 26 de dezembro de 1922, porém, era de que as candidatas apresentassem “atestado de identidade e idoneidade”³⁸⁴; o periódico, por sua vez, refere que para a matrícula não eram exigidos documentos que atestassem a conduta dessas mulheres, o que pode ser indicativo de que na prática as exigências não se concretizavam ou também de que a averiguação por parte da *Gazeta do Povo* havia sido precária.

O periódico veicula a “idoneidade moral” da parteira ao seu nível de inclusão social, como já havia feito *Mme. Durocher* ainda no século XIX. Assim, a fim de que as parteiras pudessem “merecer a confiança publica” e não representassem uma ameaça à sociedade, necessitariam, além de “idoneidade moral”, também “habilitação preparatória” e de “conduta”³⁸⁵, ou seja, de seleção, controle e vigilância. É provável que por serem creditados à mulher “menos firmeza nas decisões, excesso de sentimento, tolerância etc”,³⁸⁶ julgava-se que uma parteira, caso não tivesse formação moral sólida, não resistiria, por exemplo, aos rogos de uma mãe solteira para que lhe abortasse o filho, caindo, então, na criminalidade. Além do mais, a prática do aborto poderia estimular uma atividade sexual mais liberal por parte da mulher, sendo as parteiras as incitadoras dessa imoralidade.

As mulheres, por serem menos afeitas ao controle de si mesmas, mais facilmente cediam ao sexo, o que caracterizava não apenas doença, mas perigo para a família, para a civilização e para a ordem moral, já que esses comportamentos anormais poderiam ser hereditários e incuráveis.³⁸⁷

³⁸³ A ESCOLA de Parteiras e um desmentido da Faculdade de Medicina do Paraná. Op. cit., p. 1.

³⁸⁴ PARANÁ. Decreto n. 1179 de 26 de dezembro de 1922. Op. cit., Artigo 3.

³⁸⁵ A ESCOLA de Parteiras e um desmentido da Faculdade de Medicina do Paraná. Op. cit., p. 1

³⁸⁶ LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: PRIORE, Mary Del. (Org.); BASSANEZI, Carla. (Coord. de textos). **História das mulheres no Brasil**, 2ª ed. São Paulo: Contexto, 1997, p. 460.

³⁸⁷ COSTA, Tonia. *et al.* Op. cit., p. 368.

A igreja Católica, aludindo à figura da Virgem Maria, cria o “modelo de madona” para a brasileira e estabelece o “culto à virgindade”. Na prática isso representava o “controle da sexualidade, através da normatização dos comportamentos femininos”.³⁸⁸ O adultério e o sexo fora dos laços matrimoniais são condenados e a função de procriação é imputada exclusivamente ao casamento, conduzindo à proibição do aborto e da anticoncepção.³⁸⁹

A Escola de parteiras representava para a *Gazeta do Povo* um risco social, por não exigir como pré-requisito admissional atestado de conduta algum, segundo as informações obtidas pelo próprio periódico. O curso, portanto, de acordo com essa concepção, entregava ao mercado de trabalho seres, já por natureza, considerados fracos em força moral, e que se constituiriam em presas fáceis da criminalidade.

Na década de 1920, portanto, o Paraná via-se às voltas com sua caça às abortadeiras. Victor do Amaral demonstrava-se ciente do incremento do aborto no Estado e do envolvimento, nessa prática, de parteiras formadas pelo curso instituído por ele. Em uma comunicação sua à Sociedade de Medicina do Paraná, datada de 18 de setembro de 1929 e publicada no periódico *Gazeta do Povo*, revela que

a campanha contra a pratica ignominiosa de abortos das *faiseurs d'anges*³⁹⁰ já tem repercutido no recinto das agremiações medicas. Em Curityba, desgraçadamente, essa pratica indecorosa vae se alastrando, á revelia das penas comminadas em nosso código criminal, em virtude das dificuldades das provas do delicto (...) E' de admirar que as parteiras denunciadas, que como quase todas que aqui exercem a profissão são licenciadas do curso de parteiras praticas ou enfermeiras especializadas, que há annos institui, annexo á Maternidade do Paraná, em virtude de lei estadual, se entreguem á pratica abortiva; porque evitei sempre de lhes ministrar qualquer ensinamento a respeito incutindo-lhes no espírito, entretanto, a noção de que devem respeitar a vida do feto, desde o momento da concepção.³⁹¹

O médico refere que, de acordo com a estatística demógrafo-sanitária da capital, o número de nascimentos não estava correspondendo ao aumento da população, “constatado pelo grande incremento das edificações urbanas e suburbanas, resultante da imigração, mesmo nacional, em progressão crescente”.³⁹² Atrela, assim, a prática do aborto à diminuição

³⁸⁸ PENA, M. V. J.; LIMA, E. M. Lutas ilusórias: a mulher na política operária da primeira república. In: BARROSO, Carmen.; COSTA, Albertina Oliveira. (Orgs.). Mulher, mulheres. São Paulo: Cortez/Fundação Carlos Chagas, 1983, p. 11 apud PROGIANTI, Jane Márcia. Op. cit., p. 37.

³⁸⁹ MURARO, Rose Marie. O aborto e a fé religiosa na América Latina. Ed. Católicas pelo Direito a Decidir. Montevideo/Uruguai, 1992, p. 44 e 49 apud PROGIANTI, Jane Márcia. Op. cit., p. 38.

³⁹⁰ *Faiseurs d'anges*: expressão francesa utilizada para nomear as pessoas que “fabricavam anjos”, ou seja, praticavam o aborto e/ou infanticídio.

³⁹¹ GUERRA ao aborto. Op. cit., p. 1.

³⁹² Id.

da natalidade no município, “a despeito de ser Curitiba a cidade brasileira, onde ha mais casamentos”.³⁹³

Victor do Amaral, bem como outros expoentes da medicina paranaense, desenvolveu sua formação intelectual na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, “um ambiente cultural em que a mentalidade positiva e científica era hegemônica”, um “contexto de efervescência das idéias do positivismo, do darwinismo, do spencerismo, do materialismo, do tainismo e de tantos outros.”³⁹⁴ O positivismo “relacionando determinações biológicas e sociais [...] Apoiando-se na própria evolução biológica do indivíduo e em supostas condições ‘ótimas’ para essa evolução” culmina na “medicalização da vida privada”, a mulher “assumindo condição de geradora da principal riqueza nacional: a população.”³⁹⁵ Para o Dr. Fernando de Magalhães, professor de Clínica Obstétrica da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, considerado o “pai da Obstetrícia” no Brasil, “na sociedade, cada qual paga sua parte de impostos diferentemente; a mulher paga com filhos, é preciso garantir-lhe esse modo de pagamento”.³⁹⁶

O aborto vinha assim, segundo Victor do Amaral, solapar o ideal de fazer do Paraná um Estado de destaque no país. Além do que, não podemos desacreditar que concepções religiosas, morais e sociais não possam estar entrelaçadas e embasarem o rechaço de Victor do Amaral pelo aborto.

O médico sugere, demonstrando ânsia pela contenção do ato criminoso, que passe a ser realizada, por parte dos poderes públicos, uma severa fiscalização nas farmácias, relativa à venda de lâminas, o principal instrumento, segundo ele, utilizado nessa prática.

No entanto, não são apenas parteiras – diplomadas ou práticas – as envolvidas:

A voz publica infelizmente também denuncia o nome de um ou outro medico afeito a essa pratica criminosa. Repugna-me acreditar que haja alguém que olvide o juramento sagrado prestado no acto solemne da collação de gráo, de não se servir da profissão para corromper os costumes, nem para favorecer o crime. Não obstante, faço um apelo aos collegas membros desta Sociedade, para que se conservem vigilantes contra qualquer transviado da nobre classe que della se torne indigno, convertendo o elevado sacerdocio da profissão em instrumento do crime e da degradação social, descendo á pratica do aborto não therapeutico.³⁹⁷

³⁹³ GUERRA ao aborto. Op. cit., p. 1.

³⁹⁴ CAMPOS, Névio de. Intelectuais Paranaenses e as concepções de Universidade: 1892-1938. **Inter-Ação: Revista da Faculdade de Educação da UFG**, v. 32, n. 2, p. 285, jul./dez. 2007.

³⁹⁵ COSTA, T. *et al.* Op. cit., p. 366-7.

³⁹⁶ MAGALHÃES, Fernando. *Obstetrícia Forense*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1933 apud VÁZQUEZ, Georgiane Garabely Heil. **Mais cruéis do que as próprias feras: aborto e infanticídio nos campos gerais entre o século XIX e o século XX**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2005, p. 76.

³⁹⁷ GUERRA ao aborto. Op. cit., p. 1.

Podemos sugerir que, pelo fato das parteiras serem do sexo feminino, isso influenciaria uma demanda maior por seus serviços, pois naquela época era comum as grávidas preferirem compartilhar sua intimidade e ter seus rebentos – ou não tê-los – com mulheres. Mesmo porque o discurso médico, tal como o religioso, pregava “uma política de punição à prática clandestina,”³⁹⁸ o que poderia intimidar aquelas que desejassem realizá-lo, acabando por orientar sua procura pela parteira.

O Dr. Arquimedes Cruz, porém, viu-se em situação delicadíssima quando a parteira Izulina Prochmann, ao prestar depoimento, ligou o seu trabalho ao dele: “uso da máxima lisura no exercício de minha profissão e posso testemunhar o que digo com o Dr. Arquimedes Cruz, com quem sempre tenho trabalhado”.³⁹⁹ O médico fora chamado a atender nas ânsias da morte a mesma jovem, de nome Vitoria Baitle, 23 anos, solteira, empregada da Tinturaria Esmeralda, em Curitiba, por cujo aborto criminoso Izulina estava sendo indiciada. Relata ter utilizado “todos os recursos da ciência” no seu intento de salvá-la, mas que devido a uma grave septicemia genital advinda do aborto, não conseguira ter êxito. O facultativo, revelando aos pais da moça que a culpa da morte de Vitória Baitle cabia toda à parteira, não denunciou o caso à polícia e nem pediu que estes o fizessem, alegando preservar um segredo profissional⁴⁰⁰. Os jornais *O Dia*, *Diário da Tarde* e *Gazeta do Povo* formaram uma “frente única contra a indústria do feticídio”, manifestando-se contra a “baixa medicina exercida por praticas de parteira [...] uma vergonha para a classe médica que os tolera e consente exerçam seu ilícito mistér.”⁴⁰¹ Os jornais dão o seu veredicto: “quando o profissional [médico] conhecendo de um crime por elas praticadas [sic] não as denuncia á Policia, associa-se tacitamente ao delito [...] sob o pretexto de um mal definido segredo profissional ou de uma solidariedade piedosa.”⁴⁰²

O Dr. Arquimedes Cruz, ex-assistente do Serviço de Cirurgia e Ginecologia da Faculdade de Medicina do Paraná e médico da Santa Casa de Misericórdia de Curitiba oferecia seus serviços na *Gazeta do Povo* como “médico-operador-parteiro”, atendendo a chamados a qualquer hora do dia ou da noite⁴⁰³. A parteira Izulina trabalhava com ele. A solidariedade poderia ter beirado à cumplicidade? O certo é que o médico incriminou a

³⁹⁸ MATOS, Maria Izilda Santos de. Delineando corpos: as representações do feminino e do masculino no discurso médico (São Paulo, 1890-1930). In: MATOS, Maria Izilda Santos de; SOIHET, Rachel. (Org.) **O corpo feminino em debate**. São Paulo: Editora UNESP, 2003, p. 113.

³⁹⁹ AINDA O LASTIMAVEL CASO da jovem Vitoria Baitle. **Gazeta do Povo**, Curitiba, p. 4, 18 set. 1931.

⁴⁰⁰ O DEPOIMENTO do pai da desventurada jovem. **Gazeta do Povo**, Curitiba, p. 4, 18 set. 1931.

⁴⁰¹ NUMA FRENTE ÚNICA dos jornais contra a indústria do feticídio. **Gazeta do Povo**, Curitiba, p. 1, 19 set. 1931.

⁴⁰² Id.

⁴⁰³ ARCHIMEDES CRUZ. [Anúncio]. **Gazeta do Povo**, Curitiba, p. 6, 01 set. 1931. Seção Indicador.

parteira e esta, por sua vez, acusou uma cartomante residente à Rua Carlos de Carvalho e que ministrava drogas abortivas.⁴⁰⁴

Além do aborto criminoso, “nada era mais condenável [...] do que evitar a gravidez, impedir o nascimento dos filhos, opor obstáculos ao exercício constante da maternidade.”⁴⁰⁵ Devido a essa concepção, a popularização dos métodos contraceptivos conhecidos à época – “o coito interrompido, as duchas de água, as esponjas umedecidas com desinfetantes e colocadas no fundo da vagina, as camisinhas de tripa e de borracha e tabelas de controle” – que permitissem “a possibilidade de escolha do momento propício para a maternidade”, era preocupação de alguns poucos.⁴⁰⁶

Neném morreu de parto [...] Naquele tempo – há quase meio século – [final da década de vinte] uma jovem de bacia estreita e princípios religiosos rígidos era uma condenada à morte, se havia partos repetidos. A Igreja, intransigente com o controle da procriação, não admitia, em hipótese alguma, a limitação da prole, nem o aborto. Uma cesariana era operação arriscada. Engatinhavam os avanços, hoje corriqueiros [década de setenta], da cirurgia ginecológica. E não havia penicilina.⁴⁰⁷

Sophia Lyra assim descreve o contexto da morte de sua melhor amiga, a quem definia como “profundamente religiosa, sem ser beata”,⁴⁰⁸ uma ilustração da recusa da Igreja Católica em aceitar o planejamento e contenção da prole.

Na Revista Médica do Paraná encontramos a propaganda do que pareceu-nos, devido ao componente ácido da fórmula, uma espécie de espermicida, a “Philagyna”:



Figura 50 – Philagyna. Fonte: **Revista Médica do Paraná**, Curitiba, ano 4, n. 6/7, p. 266, jun./jul.1935.

⁴⁰⁴ AINDA O LASTIMAVEL CASO da jovem Vitoria Baitle. Op. cit., p. 4.

⁴⁰⁵ MARTINS, Ana Paula Vosne. **Visões do feminino: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004, p.188.

⁴⁰⁶ MATOS, Maria Izilda Santos de. Op. cit., p. 113.

⁴⁰⁷ LYRA, Sophia A. **Rosas de Neve** (como eram as mulheres no começo do século). Rio de Janeiro: Cátedra, 1974, p. 112.

⁴⁰⁸ LYRA, Sophia A. Op. cit., p. 106.

Mas, mesmo os médicos não eram unânimes com relação a esse assunto:

A maioria considerava os diferentes métodos contraceptivos danosos e antinaturais, podendo repercutir na degeneração da saúde mental e física. Além de aumentarem os ‘impulsos lascivos’ e os ‘excessos sexuais’, tais métodos poderiam provocar lesões ginecológicas, transtornos mentais, perda de memória, enfermidades do coração e a própria esterilidade.⁴⁰⁹

Estas circunstâncias favoreciam o aumento de gestações nas mulheres e provavelmente incrementavam a busca pelo aborto e pelos serviços da parteira para esse fim.

Especialmente para mulheres trabalhadoras, restringir o número de gestações e de filhos, ou seja, deter o controle reprodutivo, seria chave para o controle de suas vidas. Particularmente no meio urbano, os métodos contraceptivos e o recurso ao aborto compreendiam mercado lucrativo e de amplas dimensões.⁴¹⁰

No início da década de 20, médicos do Rio de Janeiro como Bonifácio Costa e Júlio Portocarrero acusavam as parteiras “de ‘abortadoras’ e de praticantes do ‘infanticídio’.”⁴¹¹ O último ainda queixava-se de que estas assumiam por autoridade própria as especialidades de ginecologia e pediatria.⁴¹² Conforme revela Victor do Amaral, as parteiras indiciadas como abortadeiras possuíam consultórios ginecológicos no Estado,⁴¹³ o que implica em uma clientela. É de se supor que as mulheres solteiras ou ainda aquelas que não desejassem aumentar sua prole, sentindo os primeiros sinais característicos de gravidez, logo as procurassem em busca de métodos abortivos. O uso do centeio espigado, de purgativos, diuréticos, excitantes (preparação de canelas, por exemplo) era parte do saber-fazer popular das parteiras, o qual foi incorporado pelos médicos para a interrupção da gravidez, terapêutica ou não.⁴¹⁴ Outras mulheres talvez recorressem às parteiras em busca de alguma *poção* contraceptiva; ou diversamente, de algum preparado que estimulasse a concepção; ou ainda de uma *garrafada* para determinada moléstia ginecológica ou pediátrica. Essa independência manifesta por elas do olhar médico em questões de saúde angariava oposições e suas ações foram restringidas. O Regulamento Sanitário do Paraná, a que se refere a Lei N. 1791 de 8 de abril de 1918, quase cinco anos antes da existência da Escola de parteiras já preceituava:

⁴⁰⁹ GUIMARÃES FILHO, A. Da higiene mental e sua importância em nosso meio. FMSP, 1926; MACHADO, P. de A. M. Um ensaio de moral sexual. FMCSF, 1925 apud MATOS, Maria Izilda Santos de. Op. cit., p. 113.

⁴¹⁰ COSTA, Tonia. *et al.* Op. cit., p. 370.

⁴¹¹ COSTA, Bonifácio. O charlatanismo médico e as medicinas absurdas; PORTOCARRERO, Júlio. Liberdade Profissional médica e paramédica. In: Actas e Trabalhos do Primeiro Congresso Nacional dos Práticos. Rio de Janeiro: Publicações Científicas, 1923 apud PEREIRA NETO, André de Faria. Op. cit., p.84.

⁴¹² PORTOCARRERO, Júlio apud PEREIRA NETO, André de Faria. Op. cit., p.84.

⁴¹³ GUERRA ao aborto. Op. cit., p.1.

⁴¹⁴ BRENES, Anayansi Correa. História da parturição no Brasil, século XIX. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 7, n. 2, p. 136, abr./jun. 1991. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v7n2/v7n2a02.pdf>>. Acesso em: 08 ago. 2010.

Art. 76 – É proibido ás parteiras:

- 1) o tratamento medico ou cirurgico das molestias das mulheres e das creanças;
- 2) dar consultas e receitar, salvo quando tiver de empregar medicamentos destinados a evitar ou combater accidentes graves, que compromettam a vida da parturiente, do feto ou recém-nascido, chamando immediatamente o medico;
- 3) praticar qualquer manobra, em caso de dystocia, salvo quando se tornar impossivel a presença do medico, que será o mais depressa possível, chamado;
- 4) receber parturientes ou gestantes, em sua residência ou em outro qualquer lugar, que tenha caracter de maternidade ou de enfermaria.

Art. 77 – as parteiras no exercicio de sua profissão limitar-se-hão a prestar os cuidados indispensaveis ás parturientes e aos recém-nascidos nos partos naturaes.⁴¹⁵

O *ato solene* da consulta-prescrição, prerrogativas do saber-fazer médico, pode ser analisado como análogo ao ritual da missa:

O medicamento, assim como a hóstia, passa por uma “consagração” realizada também por um sacerdote, ou seja, pelo agente legitimamente qualificado para a realização do ritual. Deste modo, no momento “mágico” da consulta, o médico “consagra” o medicamento: aquele que será adequado para a doença escolhida como “verdadeira”, dentre as mais variadas possíveis.⁴¹⁶

Apesar das parteiras licenciadas pela Escola instituída por Victor do Amaral sofrerem denúncias relativas à prática de abortos e manutenção de consultórios ginecológicos, o médico tinha objetivos ao manter o curso. Desde 1914 funcionava a Maternidade do Paraná, batizada em 1930 com o seu nome, criada e mantida pela Faculdade de Medicina do Paraná, local de estágio das alunas, que concorriam assim, para a força de trabalho dessa Maternidade. Além disso, Victor do Amaral demonstra-se satisfeito com alguns “bons frutos” colhidos como resultado de sua iniciativa: “os obitos por infecção puerperal, no decenio anterior ao ensino das parteiras na Maternidade eram de 6.2 por cento do obtuario geral, ao passo que, depois que está funcionando o meu curso de parteiras [...] desceram a 4.4 por cento”.⁴¹⁷

Não foram encontradas referências ao curso de parteiras nos relatórios da Faculdade de Medicina do Paraná. Sua existência veio à tona através da polêmica levantada pela *Gazeta do Povo* em torno do *caso Izulina*. A parteira, porém, não havia obtido sua formação na Escola de parteiras práticas ou enfermeiras especializadas instituída por Victor do Amaral, como concluiu a *Gazeta do Povo*. No levantamento realizado para essa pesquisa nos livros de registros de títulos profissionais, encontramos o certificado de Izulina Prochmann inscrito na Diretoria do Serviço Sanitário do Paraná na data de 10 de junho de 1921, ainda sob a Lei Estadual N. 1463 de 2 de março de 1915 (analisada no subcapítulo 2.1) e não sob o Decreto

⁴¹⁵ PARANÁ. Decreto n. 783 de 8 de outubro de 1918. Expede o Regulamento do Serviço Sanitário do Estado. Curitiba, **Coleção de Leis do Governo do Estado de 1918**.

⁴¹⁶ LEFÉVRE, Fernando. O medicamento como mercadoria simbólica. São Paulo: Cortez, 1991 apud SIGOLO, Renata Palandri. Op. cit., p. 69.

⁴¹⁷ AS PARTEIRAS práticas. Op. cit., p. 1.

Estadual n.1179 de 26 de dezembro de 1922. Com base nessas informações, concluímos que ela não era formada (conteúdo teórico e prático) pela Faculdade de Medicina do Paraná, mas apenas havia sido examinada na Instituição para a obtenção da licença.

É provável que a Secretaria da Faculdade de Medicina, ao responder as indagações da *Gazeta do Povo*, tenha afirmado que a Instituição nunca formou parteira alguma e que não fazia parte do seu programa o curso de parteiras, tendo em perspectiva o Curso de Obstetrícia, que nunca funcionou por causa da ausência de inscrições. Realmente a Faculdade nunca formou parteiras diplomadas, mas a Escola de parteiras práticas ou enfermeiras especializadas instituída por Victor do Amaral sob o Decreto Estadual N. 1179 de 26 de dezembro de 1922, de acordo com os livros de registros de títulos profissionais localizados, licenciou 105 mulheres (Apêndices XIII e XV). A maioria era brasileira, mas também foram encontradas 23 de nacionalidade estrangeira, principalmente italianas, polonesas e alemãs, como podemos verificar no quadro abaixo.

País	Quantidade
Alemanha	4
Áustria	1
Brasil	81
Finlândia	2
Holanda	1
Itália	7
Japão	1
Polônia	5
Tchecoslováquia	2
Não Consta	1

Quadro 11 – Das 105 parteiras práticas apuradas nos Livros de registros de títulos profissionais, cujas inscrições realizadas no Paraná foram regidas pelo Decreto Estadual n. 1179 de 26 de dezembro de 1922, quanto à nacionalidade. Fonte: Livro 2 – Registro de Títulos; Livro 3 – Títulos Profissionais (1931). Biblioteca da Escola de Saúde Pública da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná.

Nos livros de títulos profissionais não constava a data de nascimento de grande parte dessas parteiras. A informação seria necessária ao cálculo da idade que apresentavam quando do registro de seus certificados no Estado do Paraná. Foi possível computarmos apenas 27 das 105 arroladas, preponderando uma faixa de idade entre 20 e 40 anos.

Faixa Etária	Quantidade
20-30	10
31-40	12
41-50	5
Acima de 50 anos	Nenhuma
Não Consta Idade	78

Quadro 12 – Das 105 parteiras práticas apuradas nos Livros de registros de títulos profissionais, cujas inscrições realizadas foram regidas pelo Decreto Estadual n. 1179 de 26 de dezembro de 1922, quanto à idade quando do registro no estado do Paraná. Fonte: Livro 2 – Registro de Títulos; Livro 3 – Títulos Profissionais (1931). Biblioteca da Escola de Saúde Pública da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná.

Em praticamente nove anos de existência da Escola de parteiras práticas ou enfermeiras especializadas pode ser que um número maior de mulheres tenham sido certificadas, mas, como revela Victor do Amaral, nem todas permaneciam no Estado. Além do mais, como o curso nunca foi oficializado na Faculdade de Medicina, não consta de seus relatórios a listagem das formadas, o que nos permitiria a quantificação das certificadas pela Instituição.

3.2.2 O curso de Enfermagem Obstétrica da Faculdade de Medicina do Paraná (1931-1951)

A associação do trabalho da parteira e da enfermeira foi sendo cogitada já no final do século XIX, quando médicos brasileiros passaram a propor a formação profissional de parteiras que fossem também enfermeiras. Com essa perspectiva, buscavam-se mudanças na atuação das parteiras, limitando sua prática independente, restringindo e controlando seu espaço na assistência ao parto e impondo a hierarquia estabelecida para as enfermeiras, especialmente no hospital. As principais modificações na legislação do ensino de parteiras, no início do século XX, relacionam-se à extinção dos cursos de parteiras e à criação de cursos de enfermeiras de maternidades anexos às faculdades de medicina.⁴¹⁸

“Obstettrizes”, “Parteiras”, “Enfermeiras Obstétricas”... Diversos são os títulos já conferidos pelas instituições de ensino àquela que tem por ofício o partejar, os quais refletem transformações relativas ao ensino dessas mulheres.

Desde a época de *Mme.* Durocher – a primeira parteira diplomada no Brasil (Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1834) – até o início do século XX, muitas alterações ocorreram na denominação do curso de formação dessas profissionais: “Curso particular para parteiras” (1832); “Curso Obstétrico” (1854); “Curso de Obstetrícia e Ginecologia” (1879 e 1884); “Curso de Parteira” (1891); “Curso de Obstetrícia” (1901 e 1963); “Curso de Enfermagem Obstétrica” (1931); “Habilitação em Enfermagem Obstétrica ou Obstetrícia” (1972).⁴¹⁹

Igualmente, a titulação conferida também sofreu modificações: “Diploma de parteira” (1832 e 1901); “Carta de parteira” (1854); “Parteiro ou Mestre em Obstetrícia” (1879); “Parteira” (1884); “Certificado de Parteira” (1891); “Certificado de Enfermeira Obstétrica” (1931); “Diploma de Obstetrix ou Enfermeira Obstétrica” (1963); “Obstetrix ou Enfermeira Obstétrica” (1972).⁴²⁰

Até 1925, tanto na denominação do curso, quanto no título outorgado, as palavras principais que apareceram amiúde foram “obstetrícia” e “parteira”. O termo “enfermeira” apareceu relacionado à obstetrícia pela primeira vez no Decreto N. 16.782 A de 1925, que extinguiu o Curso de Obstetrícia e criava o “Curso para enfermeiras das maternidades anexas

⁴¹⁸ RIESCO, Maria Luiza Gonzales.; TSUNECHIRO, Maria Alice. Formação profissional de obstetrices e enfermeiras obstétricas: velhos problemas ou novas possibilidades? **Revista de Estudos Feministas**, São Paulo, ano 10, p. 450-1, 2º semestre/2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n2/14970.pdf>>. Acesso em: 09 ago. 2010.

⁴¹⁹ JORGE, Dilce Rizzo. Op. cit., p. 74-75.

⁴²⁰ Id.

às Faculdades de Medicina”,⁴²¹ iniciativa que acompanhava *pari passu* o processo de medicalização e institucionalização do parto. De acordo com os trabalhos acadêmicos de que dispomos essa modalidade de ensino não foi ofertada pelas instituições.⁴²² Essa afirmação, porém, pode ser relativizada quando no Paraná nos deparamos com a “Escola de parteiras práticas ou enfermeiras especializadas”, analisada no subcapítulo anterior, cujos estágios eram realizados na Maternidade Victor do Amaral. A Escola, instituída pelo médico de mesmo nome via Decreto Estadual em 1922, incorporou o termo “enfermeira” ao título profissional de suas alunas aproximadamente três anos antes da legislação federal.

No Congresso Nacional dos Práticos, em 1922, o obstetra Arnaldo de Moraes já propunha que a formação das parteiras não fosse realizada em faculdades ou cursos completos, mas apenas em uma “cadeira de obstetrícia para as alunas”.⁴²³ Com o Decreto Federal N. 20.865 de 28 de dezembro de 1931⁴²⁴ (Anexo IV) e a criação do Curso de Enfermagem Obstétrica anexo à cadeira de Clínica Obstétrica, “o curso de partos deixava de ser um curso paralelo aos de medicina e farmácia”, reduzindo-se “a um curso de uma disciplina da medicina.”⁴²⁵

A nova modalidade de ensino foi ofertada por dez Faculdades de Medicina do país: Rio de Janeiro, Bahia, Recife, São Paulo, Porto Alegre, Hospital Hanemanniano do Brasil, Pará, Paraná, Fluminense e Paulista⁴²⁶ e representou a transição para um novo modelo de ensino de parteiras, um marco de aproximação com a enfermagem. Curiosamente, o ano de 1931 também marcou o reconhecimento da Escola de Enfermagem Anna Nery como instituição oficial padrão, datando de 1925 a formatura de sua primeira turma,⁴²⁷ ano esse que, por sua vez, coincide com a supressão do Curso de Obstetrícia e a criação do curso de enfermeiras das maternidades regulamentado pelo Decreto de 1925. Esse distanciamento do “médico-parteiro” para uma aproximação com a enfermeira, detentora de menor autonomia do que a parteira e compreendida como auxiliar do serviço realizado pelo médico dentro de

⁴²¹ BRASIL. Decreto n. 16.782 A, de 13 jan.1925, art. 133 apud JORGE, Dilce Rizzo. Op. cit., anexo 40, p. 210.

⁴²² OSAVA, Ruth Hitomi. **Assistência ao parto no Brasil**: o lugar do não-médico. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Departamento de Saúde Materno-Infantil da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, 1997, p. 41. Cf. JORGE, Dilce Rizzo. Op. cit., p. 45.

⁴²³ MORAES, Arnaldo de. Actas e trabalhos do Congresso Nacional dos Práticos. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional (Publicações Científicas), 1923, p. 612 apud PEREIRA NETO, André de Faria. A profissão médica em questão (1922): dimensão histórica e sociológica. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 4, p. 609, out./dez. 1995. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v11n4/v11n4a07.pdf>>. Acesso em: 09 ago. 2010.

⁴²⁴ BRASIL. Decreto n. 20.865, de 28 dezembro de 1931. Aprova os regulamentos da Faculdade de Medicina da Escola Politécnica e da Escola de Minas. Cap. V – Curso de Enfermagem Obstétrica. **LEX** – Coletânea de Legislação, v. 4, dez. 1931. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1931, p. 319-320.

⁴²⁵ OSAVA, Ruth Hitomi. Op. cit., p. 42.

⁴²⁶ JORGE, Dilce Rizzo. Op. cit., p. 46 - 47.

⁴²⁷ PROGIANTI, Jane Márcia. Op. cit., p. 88.

uma instituição hospitalar produziu uma categoria mista, a que escolhemos denominar de enfermeira-parteira.

O discurso do médico sanitarista Carlos Chagas, por ocasião da primeira formatura de enfermeiras do Departamento Nacional de Saúde Pública (a partir de 1926, Escola de Enfermagem Anna Nery) ilustra essa argumentação:

E é também lá [no hospital], prezadas enfermeiras, que a alta qualificação moral de sua profissão poderá ser demonstrada, e que a cultura e disciplina de seu espírito se tornarão mais evidentes. Lá vocês irão complementar o trabalho dos médicos na realização de seu grande objetivo, qual seja, a cura da doença ou, na medida de sua capacidade humana, o alívio do sofrimento. Vocês irão pautar-se, através da dignidade de sua conduta, pelo dever da obediência e o reconhecimento da hierarquia profissional, que constitui o fundamento necessário de seu trabalho.⁴²⁸

Assim como a enfermeira (padrão) “nunca deveria ultrapassar a linha de demarcação da ética nas atribuições do médico, e o seu dever era executar as ordens médicas”,⁴²⁹ a mesma postura era requerida das enfermeiras obstétricas.

A fim de que atendessem ao papel que lhes estava sendo proposto, os procedimentos das estudantes na arte de partejar necessitavam ser normatizados. As atitudes a elas proibidas no curso de Enfermagem Obstétrica da Faculdade Livre de Medicina e Farmácia de Porto Alegre (1934-1951) atestam esse ideal:

1. Não poderiam declarar que o parto era gemelar.
2. Não poderiam dizer que a criança estava morta, quando fosse o caso.
3. Não poderiam dizer que a criança era grande demais.
4. Não poderiam comentar outros casos de partos, enquanto esperava.
5. Não poderiam dizer se o períneo iria romper ou não.
6. Não poderiam receitar nenhum tipo de medicamento.
7. Não poderiam receitar penicilina.
8. Não poderiam levantar a paciente sem a ordem do médico.
9. Não poderiam determinar o horário da primeira mamada.
10. Não poderiam mandar recados ao médico, em caso de risco, e sim falar com ele pessoalmente.
11. Não poderiam fazer uma sutura de períneo, sem falar com o médico antes.
12. Não poderiam dizer ao médico o que ele teria que fazer no parto.
13. Não deveriam demonstrar serem muito sabidas.
14. Não deveriam fazer comentários sobre o médico que a família da parturiente decidira consultar.
15. Não poderiam comparar os procedimentos dos vários médicos envolvidos, quando fosse o caso, na frente da parturiente e da sua família.
16. Não poderiam usar os termos suspensão das regras e sim, amenorréia.
17. Não poderiam avisar que a criança estava atravessada.⁴³⁰

⁴²⁸ CHAGAS, Carlos. *Adress by doctor Carlos Chagas*. Coleção Rockefeller. Rio de Janeiro: DAD/COC/Fiocruz, 1925 apud Martha Cristina Nunes. A Fundação Rockefeller e a construção da identidade profissional de enfermagem no Brasil na Primeira República. Op. cit., p. 638.

⁴²⁹ PARSONS, Ethel. A Enfermagem moderna no Brasil. Exposições e Relatórios. Série diretoras e outras personalidades. Pasta Parsons, 1929, Doc. 9, cx. 85, p. 206 apud PROGIANTI, Jane Márcia. Op.cit., p. 86.

São perceptíveis os objetivos das normas em inibir a demonstração de conhecimento por parte das enfermeiras obstétricas e tolher sua autonomia mesmo em questões e procedimentos mais rotineiros, como erguer a paciente e estipular o horário da primeira mamada do recém-nato. Estabelecem também medidas de proteção à atividade médica, prescrevendo para as parteiras o sigilo quanto à atuação desses profissionais, a fim de que a imagem do médico não fosse comprometida. “Não almejeis ser doutoras! Contentai-vos com a benemerência do mister que escolhestes. É tão nobre e tão linda a tarefa!”⁴³¹, discursou o médico Mário Totta, em 1944, por ocasião da formatura de enfermeiras obstétricas do curso mantido pela Santa Casa de Porto Alegre.

[...] la asociación entre género femenino y un conocimiento despreciable, necesario de reemplazar, en oposición al vínculo entre el género masculino y un conocimiento científico deseable, hacen de la historia asistencial del parto un escenario emblemático de las tensiones entre conocimiento popular, conocimiento científico y sus correlatos de género. Las atribuciones de género a un conocimiento u outro se reforzaron, inevitablemente, en la dicotómica división sexual decomonómica respecto del acceso al conocimiento: mujeres iletradas, parteras, y hombres ilustrados, médicos. Em medio de aquella dicotomía estaban las matronas que, compartiendo el sexo de quienes ancestralmente practicaban la ciencia de hembra, eran agentes sanitarias entrenadas en el nuevo conocimiento obstétrico, conocimiento que no controlaban, pues su quehacer nació y se desarrolló bajo la supervisión de la comunidad médica.⁴³²

Com a institucionalização do saber médico sobre a arte de partejar, a medicina manteve discursos de delimitação dos espaços a serem ocupados por suas tradicionais exercentes, as parteiras. Titulando-as e preparando-as curricularmente como enfermeiras-parteiros, buscava-se um maior controle sobre o saber e a garantia da submissão na imagem construída da “auxiliar do médico”.

A arte de partejar fora milenarmente constituída como saber-poder-fazer feminino, rico em conhecimentos populares, orientado pela intuição e pela experiência vivida no cotidiano. Não obstante, no contexto do processo de medicalização da sociedade, tal prática foi transformada em saber-poder-fazer masculino, rico em conhecimentos bio-tecnológicos, seguindo os métodos da ciência racional.⁴³³

⁴³⁰ FREITAS, Mário Ramos de. Aspectos gerais da terminologia obstétrica. In: CROCCO, Paschoal Adrio (Org.). 1º Curso de orientação e atualização gineco obstétrico para parteiras. Porto Alegre, 1950, p. 77 apud BRANDÃO, Nadja dos Santos. **Da tesoura ao bisturi, o ofício das parteiras – 1897-1967**. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1998, p. 110-111.

⁴³¹ TOTTA, Mário. [discurso] In: CROCCO, Paschoal Adrio (Org.). 1º Curso de orientação e atualização gineco obstétrico para parteiras. Porto Alegre, 1950 apud BRANDÃO, Nadja dos Santos. Op. cit., p. 114.

⁴³² ZÁRATE, María Soledad. **Dar a luz en Chile, siglo XIX**. De la “ciencia de hembra” a la ciencia obstétrica. Santiago/Chile: Ediciones de la Dirección de Bibliotecas, Archivos y Museos, 2007, p. 462.

⁴³³ PROGIANTI, Jane Márcia.; BARREIRA, Ieda de Alencar. A Obstetrícia, do saber feminino à medicalização: da época medieval ao século XX. Revista Enfermagem UERJ. Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 91, jan./abr. 2001; SANTOS, Boaventura de Sousa. Introdução a uma ciência pós-moderna. Rio de Janeiro: Graal, 1989, p. 31 apud PROGIANTI, Jane Márcia. Op.cit., p. 46.

Uma “lógica de distinção de gênero e de classe” e a correspondente “hierarquização de saberes” se apresentava sob a forma de primazia e privilégios concedidos aos estudantes de medicina durante os estágios na maternidade-escola⁴³⁴: “o estagiário estava ali do nosso lado, de plantão com a gente. Eles iam dormir e deixavam a gente no lugar deles. Quando chegavam, era só fazer a papeleta, assinar e pronto”.⁴³⁵ Entretanto, quando havia interesse do acadêmico em realizar o parto, a prioridade era dele: “tal como a irmã que cede a vez para o irmão ou para o filho, por reconhecer seu direito a regalias”.⁴³⁶

Essa atitude de colocar o selo da legitimidade no discurso médico e afirmar suas prerrogativas talvez envolva o fato da enfermeira obstétrica ter o seu trabalho vinculado ao desse profissional. Mesmo que o papel dela seja o de ajudante, não se concebe como a ajudante de qualquer um, mas de um médico, profissional reconhecido pela sociedade como pertencente a uma elite científica. Se não pode usufruir de todo o status que ele tem, já é um mérito ser considerada sua auxiliar.

O médico entrevistado para este trabalho, professor de Anatomia e Fisiologia, na década de 1940, do Curso de Enfermagem Obstétrica instalado anexo à cadeira de Clínica Obstétrica da Faculdade de Medicina do Paraná, questionado sobre que tipo de comentários eram tecidos a respeito da co-educação de enfermeiras obstétricas e médicos realizada dentro da Maternidade Victor do Amaral, comenta que algumas pessoas “achavam que a enfermeira era a empregada do médico, ou usavam outros adjetivos. Então as enfermeiras sofreram lamentavelmente esta discriminação injusta, que eram certos adjetivos assim desagradáveis.” (Apêndice XI). O uso do termo “empregada” para definir a função da enfermeira obstétrica apresenta um sentido pejorativo, conotação de ser *mandada* e *desmandada*. No pensamento do médico entrevistado este diverge da expressão “auxiliar”, representativa de uma contribuição consciente, sabedora da posição que ocupa e de que o papel exercido é importante e tem o seu lugar. Sua opinião é de que “a enfermeira é uma paramédica que auxilia nobremente e com eficiência a função do médico” (Apêndice XI).

Aqui adentramos em questões de gênero relacionadas ao papel social historicamente construído e atribuído à mulher: adjutora do marido e dos filhos. A Maternidade ou o hospital são uma extensão do lar; a figura do médico simboliza a do marido e pai; a enfermeira é a mãe e os pacientes, seus filhos.

⁴³⁴ PROGIANTI, Jane Márcia. Op.cit., p. 74.

⁴³⁵ PARTEIRA 2 [entrevista] apud PROGIANTI, Jane Márcia. Op.cit., p. 75.

⁴³⁶ PROGIANTI, Jane Márcia. Op.cit., p. 75.

[...] los cambios asistenciales del parto vinculados a la hegemonía de un conocimiento científico por sobre uno vulgar tiene un fuerte componente de género. [...] La incorporación de mujeres entrenadas formalmente para asistir el parto, las matronas, y la eventual participación de médicos alteraron esse carácter casi exclusivamente femenino de la atención del parto; asimismo las atribuciones de género de la ciencia practicada por las parteras y, la ciencia de los médicos, se connotaron de calificaciones simbólicas jerárquicas y desiguales reconocibles socialmente desde el siglo XVIII. [...] Bajo um análisis de género, es posible comprender más cabalmente la asistencia del parto como um hecho social em el que no sólo intervienen los conocimientos técnicos y profesionales, o los avances tecnológicos, sino, también, las imágenes sexuales que culturalmente construimos em torno a ellos e inmersas em um orden de género.⁴³⁷

Resistências não podem ser postas em dúvida, manifestadas sob diversas formas, um pouco aqui, um pouco ali, na transgressão de regras e limites, como, por exemplo, o saber e fazer para além do que lhe seja predeterminado.

Os médicos, por meio da instituição ofertadora do curso de Enfermagem Obstétrica, oportunizavam às mulheres outra experiência: a de serem “diplomadas”.

Agora, enquanto se olha no espelho – talvez pela primeira vez na vida – uma revolução acontece em seu íntimo. De súbito ela se torna reflexiva; capta a possibilidade de se tornar diferente, de mudar – a possibilidade de *se desenvolver*. Se alguma vez ela se sentiu à vontade nesse mundo [o seu mundo provinciano], nunca mais voltará a adaptar-se a ele [...]. À medida que o caso evolui [com Fausto] [...] é forçada a desenvolver muito rápido um novo sentido de si mesma [...].⁴³⁸

Etelvina Espíndola Reis, formada com a primeira turma do Curso de Enfermagem Obstétrica (1933), um ano após sua certificação já é encontrada oferecendo os seus serviços de *parteira diplomada* para todo o Estado (Figura 51).

Na realidade, ao término desse curso era expedido um certificado, mas o *culto ao diploma* já havia se instalado em Curitiba, especialmente após a fundação da Faculdade de Medicina do Paraná, como é possível visualizarmos no anúncio do curso de Cortes e confecções (Figura 52).

O curso de Enfermagem Obstétrica, apesar de não ter sido equiparado aos de nível superior da área da saúde, oferecia através da grade curricular pautada pela higiene os subsídios para um anúncio com feição de científico, como no de Etelvina. Sua carta de apresentação, assim, além do título de *parteira diplomada*, são as próprias disciplinas cursadas.

⁴³⁷ ZÁRATE, María Soledad. Op. cit., p. 25.

⁴³⁸ BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1986, p. 54.



Figura 51 – Anúncio dos serviços de “parteira diplomada” de Etelvina Espíndola Reis.⁴³⁹ Fonte: **Gazeta do Povo**, p. 5, 29 nov. 1934.

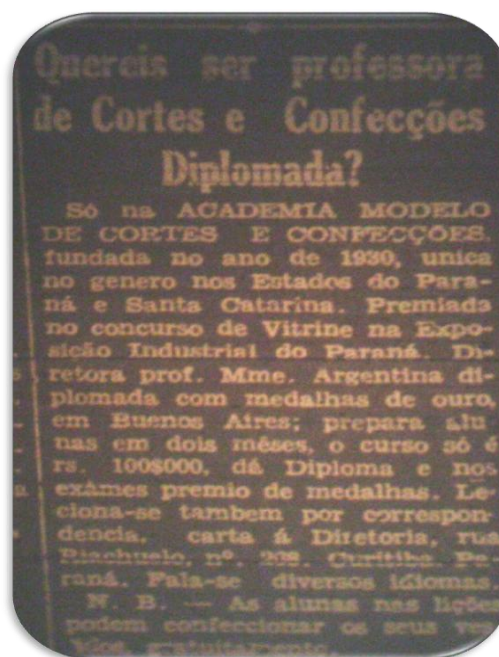


Figura 52 – Anúncio de curso de Cortes e confecções, com direito à diploma.⁴⁴⁰ Fonte: **Gazeta do Povo**, Curitiba, ano 16, n. 5478, p. 4, 09 set. 1934.

⁴³⁹ “PARTEIRA DIPLOMADA. Puericultura – Higiene pré-natal – Dietética – Partos – Tratamento precoce da gravidez. ETELVINA ESPINDOLA REIS. Diplomada pela Faculdade de Medicina do Paraná (Maternidade Vitor do Amaral). Atende a chamados a qualquer hora e para qualquer parte do Estado – Residência: Avenida Dr. Vicente Machado, 1249.”

⁴⁴⁰ “Queris ser professora de Cortes e Confecções Diplomada? Só na ACADEMIA MODELO DE CORTES E CONFECÇÕES, fundada no ano de 1930, única no genero nos Estados do Paraná e Santa Catarina. Premiada no concurso de Vitrine na Exposição Industrial do Paraná. Diretora prof. Mme. Argentina diplomada com medalhas de ouro, em Buenos Aires; prepara alunas em dois meses, o curso só é rs. 100\$000, dá Diploma e nos exames premio de medalhas. Leciona-se tambem por correspondencia, carta á Diretoria, rua Riachuelo, n.º. 209, Curitiba, Paraná. Fala-se diversos idiomas. N. B. – As alunas nas lições podem confeccionar os seus vestidos gratuitamente.”

E não era só o diploma que diferenciava as enfermeiras obstétricas daquelas formadas pelos cursos de medicina, farmácia e odontologia: ao que tudo indica as primeiras não estavam entrosadas na vida social acadêmica da Faculdade de Medicina do Paraná. Não as vemos sendo citadas uma única vez no *Suplemento Feminino do Jornal Acadêmico Nilo Cairo*, tampouco computadas quando nesse periódico foi publicado o resultado estatístico referente à quantidade de alunas matriculadas nos cursos da Faculdade de Medicina⁴⁴¹, sendo que os próprios relatórios institucionais as incluíam⁴⁴². Ao que as fontes apontam, não tomavam parte no Departamento feminino do Diretório Acadêmico Nilo Cairo (D. A. N. C.) que congregava acadêmicas dos cursos de medicina, farmácia e odontologia, as quais se envolviam na organização dos trotes, concursos para rainha da faculdade, bailes e muitas outras atividades, não apenas de cunho festivo, mas também intelectual (ver subcapítulo 1.2.2). O Curso de Enfermagem Obstétrica, que funcionava anexo a uma disciplina da medicina, tinha as aulas tanto teóricas quanto práticas ministradas pelos médicos da Maternidade Victor do Amaral “na sala de aula grande que tinha lá, com um quadro negro grande, no próprio Hospital-Maternidade Victor do Amaral”, segundo o médico entrevistado (Apêndice XI). Como as atividades didáticas não estavam concentradas na Faculdade de Medicina, isso parece ter afastado as enfermeiras obstétricas, ao menos como participantes de maior vulto, do que era desenvolvido pelas acadêmicas dos outros cursos.

Algo interessante sobre a rotina acadêmica é que desde o ano de 1934 o Prêmio Dr. Nilo Cairo – praxe nos demais cursos – passou também a ser distribuído à formanda de Enfermagem Obstétrica que obtivesse a nota geral mais alta da turma. Entretanto, no relatório da Faculdade de Medicina desse mesmo ano encontramos que o prêmio na forma de uma medalha de ouro coube a um doutorando, enquanto que medalhas de prata o representaram na premiação dos formandos em Odontologia, Farmácia e Enfermagem Obstétrica,⁴⁴³ o que traduz uma hierarquização dos saberes.

Etelvina Espíndola Reis anunciava seus serviços no jornal *Gazeta do Povo*, mas, além desse modo de divulgação, as enfermeiras obstétricas tinham autonomia para colocar uma placa na frente de suas casas e atenderem em domicílio aos chamados da comunidade. Eram proibidas, entretanto, de “recolher parturientes e gestantes para tratamento, em sua residência

⁴⁴¹ NEHEMY, Nádima. Curiosidades e sugestões. As mulheres na Faculdade de Medicina do Paraná. **Jornal Acadêmico Nilo Cairo**, Curitiba, ano 3, n. 6, p. 5, maio 1949. *Suplemento Feminino*, ano 2, n. 2, capa.

⁴⁴² Cf.: Relatórios da Faculdade de Medicina do Paraná, anos 1933-1950. Seção Matrícula.

⁴⁴³ _____. **Relatório ano de 1934**, apresentado pelo Diretor Dr. Victor Ferreira do Amaral e Silva à Congregação em sessão de 25 jan. 1935. Curitiba: João Haupt & Cia., p. 4-5. Cf.: _____. **Relatório ano de 1950**, apresentado pelo Diretor Dr. Eurípedes Garcez do Nascimento à Congregação em sessão de 30 jan. 1951. Curitiba: João Haupt & Cia. Ltda., p. 43.

ou em estabelecimento sob sua direção” e “manter consultório para exames e praticas de curativos”.⁴⁴⁴

Com o aumento do número de Maternidades e Casas de Saúde em Curitiba, as enfermeiras obstétricas passaram a possuir outras opções de locais de trabalho, além do domicílio das parturientes. Empregadas nas instituições de saúde que ofertavam serviços em obstetrícia, não necessitavam mais adentrar as casas, muitas vezes de pessoas estranhas e perambular pelas ruas da cidade altas horas da noite. A institucionalização da enfermeira obstétrica em Curitiba é lembrada pelo médico depoente: “algumas continuaram trabalhando no Hospital Victor do Amaral, na Maternidade Victor do Amaral, outras foram para a Casa de Saúde São Vicente, o Instituto de Medicina e Cirurgia, para o Hospital São Lucas” (Apêndice XI).



Figura 53 – Hospital Victor do Amaral. Posando em frente à Instituição encontramos o Dr. Victor do Amaral Filho (o 4º da direita para a esquerda na primeira fileira), além de enfermeiras obstétricas, médicos internos, acadêmicos de medicina do sexto ano matriculados na disciplina de Clínica Obstétrica, professores e outros funcionários. Fonte: Acervo do médico entrevistado, professor do Curso de Enfermagem Obstétrica na década de 1940.

⁴⁴⁴ PARANÁ. Regulamento da Diretoria de Saúde Pública do Paraná a que se refere o Decreto n. 6.155 de 12 jan. 1938. Do exercício da profissão de parteira, Art. 611. Edição extraordinária do Diário Oficial. Curitiba: Empreza Grafica Paranaense, 1938, p. 239 e 240.

O médico entrevistado foi questionado sobre o objetivo de criação do curso de Enfermagem Obstétrica, tendo em vista existirem vários obstetras atuantes em Curitiba. Responde que os mesmos “necessitavam de auxiliares de obstetria que fossem capacitadas, gabaritadas com curso teórico e prático”. Os *dotes femininos* não são esquecidos: “são elas que nos auxiliam com toda a eficiência, com toda dedicação, com todo o carinho” (Apêndice XI).



Figura 54 – Hospital Victor do Amaral. Ao centro da primeira fileira, posa o seu próprio fundador, quase nonagenário: Dr. Victor Ferreira do Amaral e Silva (1862-1953). Reunidos também estão médicos internos, professores da Faculdade de Medicina do Paraná, acadêmicos de Medicina do sexto ano, matriculados na disciplina de Clínica Obstétrica e enfermeiras obstétricas. Fonte: Acervo do médico entrevistado, professor do Curso de Enfermagem Obstétrica na década de 1940.

Para exercer a contento a função de “auxiliar” de um profissional atento às modernidades da ciência, minimamente esta enfermeira obstétrica necessitaria de um conhecimento da linguagem utilizada pelo médico em sua lide, senão, como compreender o que deveria ser feito e o que lhe fosse pedido? A *parteira* precisava modernizar-se, tornar-se *enfermeira-parteira* e, por exemplo, aprender a auxiliar o médico nas cirurgias obstétricas. Os subsídios para essa tarefa encontravam-se na terceira cadeira do primeiro ano do curso denominada “Prática de Enfermagem”, na qual eram estudados conteúdos como “Esterelização do material operatório”, “Posições e manejo da mesa operatória”, “Nomenclatura dos diversos instrumentos usados em Obstetria e Ginecologia”, etc. As

disciplinas, no entanto, encontravam-se organizadas dentro de parâmetros pré-estabelecidos: eram-lhes ministradas “noções”, segundo o médico depoente (Apêndice XI). A informação está de acordo com o que consta nos “Programas do Curso de Enfermagem Obstétrica”: a primeira cadeira, por exemplo, é intitulada “Noções gerais de Anatomia e Fisiologia – Noções de Anatomia e Fisiologia do Aparelho genital feminino” (Anexo V).

Além disso, durante o curso, as mulheres também aprendiam sobre os seus limites quanto ao exercício profissional: “a enfermeira obstétrica, como a enfermeira em geral, ela tem que saber qual o seu limite, o que ela pode fazer, o que ela não pode e o que ela não deve fazer, para efetivamente se tornar útil a sociedade” (Apêndice XI). Mas quais seriam estes limites? “Por exemplo, o fórceps de alívio que se usa ainda em obstetrícia, e outros procedimentos; isso tudo é da alçada especificamente do profissional médico, do obstetra [...]. Na hora do parto ela [enfermeira obstétrica] atende até uma certa hora e depois solicita efetivamente a presença do médico”(Apêndice XI). Questionado se em todos os tipos de parto, se mesmo nos casos normais a enfermeira obstétrica deveria acionar o médico, ele responde: “Em todos os tipos de parto. Às vezes não chega a tempo o médico porque o parto no período expulsivo se verificou com muita rapidez. Mas ela atentamente já toma todas as providencias e aguarda o médico, não é?”(Apêndice XI).

A concepção do parto patológico e não fisiológico, do foco no risco, discutidos no capítulo 2 deste trabalho, justifica a percepção da obstetrícia pelo depoente como um “mister que realmente é muito complexo, muito difícil, e que necessita de muita habilidade e muito conhecimento técnico e também prático” (Apêndice XI).

A presença do médico no maior número possível dos partos realizados é extremamente facilitada com o advento, em Curitiba, das Maternidades e Casas de Saúde que ofereciam serviços obstétricos (Quadro 1). Nas rotinas de serviço dessas instituições a parte a ser executada pela enfermeira obstétrica no partejar poderia ser definida e delimitada de acordo com a ideologia institucional. A profissional tinha mais autonomia quando atendia em domicílio a comunidade. Neste caso, segundo o entrevistado “quando elas percebiam que o parto estava fugindo do alcance delas, então chamavam [o médico]” (Apêndice XI).

O Regulamento Sanitário do Estado do Paraná desde o referente ao ano de 1892 prescrevia essa atitude como pertinente às parteiras: “limitar-se-hão a prestar os cuidados

indispensáveis às parturientes e aos recém-nascidos nos partos naturais. Em caso de dystocia deverão sem demora reclamar a presença do médico”.⁴⁴⁵

O pensamento obstétrico moderno, no entanto, era de que “depois com a criação e fundação da maternidade, os partos com maior segurança são feitos na maternidade”, revela o depoente (Apêndice XI). Assim, o parto realizado em domicílio e acompanhado apenas da enfermeira obstétrica estava exposto a riscos, os quais seriam minimizados com a presença do médico e se reduziriam ainda mais caso o mesmo fosse efetuado dentro da Maternidade e com assistência médica.

Entretanto, o médico entrevistado reconhece que o “curso prestou benefício e formou muitas senhoras que prestaram serviço durante muitos e muitos anos para a sociedade e também para a população menos favorecida” e diz ter paraninfado a turma formada em 1945, o que lhe fez sentir-se muito honrado⁴⁴⁶ (Apêndice XI).

A causa relatada pelo depoente para a extinção do Curso de Enfermagem Obstétrica foi a decisão de criar-se na Faculdade um “curso de enfermeira de mais alto padrão” (Apêndice XI). A Ata da reunião do Conselho Técnico Administrativo da Faculdade de Medicina do Paraná, por sua vez, dá como motivo da suspensão do curso a federalização da Universidade ocorrida em dezembro do ano de 1950,⁴⁴⁷ mas ambas as razões são viáveis e provavelmente complementam-se.

Alice Michaud⁴⁴⁸ – uma das pioneiras da Enfermagem profissional no Paraná – relata que o curso de Enfermagem Obstétrica exigia como pré-requisito para a matrícula apenas que as candidatas apresentassem o certificado de conclusão da 4ª série do grupo escolar (primário).⁴⁴⁹

⁴⁴⁵ PARANÁ. Decreto n. 1 de 04 de julho de 1892. Regulamento Sanitário Terrestre do Estado do Paraná. **Coleção de Decretos e Regulamentos de 1918**. Capítulo III – Do exercício da medicina, da farmácia, da obstetria e da arte dentária. Curitiba: Typ. da República, 1918, p. 11.

⁴⁴⁶ Para a entrevista completa ver Apêndice XI.

⁴⁴⁷ FACULDADE DE MEDICINA DO PARANÁ. Livro de Atas do Conselho Técnico Administrativo, n. 2, p. 113, verso.

⁴⁴⁸ Alice Michaud foi visitadora sanitária e formou-se Enfermeira em Novembro de 1948 pela Escola de Enfermagem instalada no Hospital de Clínicas da Faculdade de Medicina da USP. Recém formada retornou à Curitiba, dirigiu e organizou o Serviço de Enfermagem do Hospital da Cruz Vermelha. No início de 1950 integrava, juntamente com Wanda de Aguiar Horta, o quadro de Enfermeiras da Secretaria de Saúde. **Fonte:** HORTA, Wanda de Aguiar. Subsídio para a história da enfermagem no Estado do Paraná. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Rio de Janeiro, v. 28, p.62-63, 1975. O histórico que escreveu sobre a Enfermagem no Paraná e publicado pela *Revista Brasileira de Enfermagem* foi baseado na pesquisa de documentos escritos (os quais não referencia, a não ser o “Diário Oficial” de 12/01/1932), depoimento oral (não cita a fonte) e em sua memória, já que foi testemunha e participante de quase todos os fatos descritos por ela no documentário.

⁴⁴⁹ MICHAUD, Alice. Histórico da Enfermagem no Paraná. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 51, n. 2, p. 337, abr./jun. 1998.

O Artigo 212 do Decreto Federal de 1931 estipulava que para a admissão seria solicitado das pretendentes prova de maioridade, o certificado de curso completo da escola primária ou habilitação em estudos equivalentes e, caso essa exigência não fosse atendida, exame vestibular. Além disso, entretanto, consta que também eram exigidos os atestados de sanidade e idoneidade moral,⁴⁵⁰ uma forma de checagem do corpo e da moralidade feminina. Seria o caso de que essas últimas exigências não se concretizavam na prática no Paraná?

Michaud refere que, segundo informações obtidas com mulheres que fizeram o curso, o mesmo

constava de aulas teóricas e práticas, ministradas por médicos, professores da Faculdade de Medicina, e de estágios obrigatórios na Maternidade Victor do Amaral (possivelmente as alunas concorriam como apoio na força de trabalho do Hospital). A habilitação final conferia á aluna o Certificado de 'ENFERMEIRA OBSTÉTRICA', com prerrogativa de poder colocar uma placa em sua casa e atender a comunidade, na qualidade de parteira.⁴⁵¹

Refere também que de 1932 a 1951, último ano de funcionamento do curso, 118 Enfermeiras Obstétricas foram certificadas, o que corrobora com a quantidade dessas profissionais computada nos relatórios da Faculdade de Medicina (Apêndice XVIII).

Em mapa do relatório da Faculdade de Medicina do Paraná, ano de 1950, observamos que o número total de alunos que concluíram o curso de Enfermagem Obstétrica, nos anos de 1933 a 1950, foi menor do que nos demais cursos. Tendo em vista o mesmo período, formaram-se 1049 médicos, 183 farmacêuticos e 536 odontólogos para 115 enfermeiras obstetras.⁴⁵² Esse número provavelmente se deva ao fato do curso ser de apelo feminino, já que nos relatórios da Faculdade de Medicina do Paraná, anos 1933-1950, verificamos serem todos os seus concluintes mulheres.

Informações relativas à nacionalidade das enfermeiras obstétricas registradas no Paraná, seu estado civil, idade possuída na data de formatura, idade quando do registro do certificado no Estado e intervalo de tempo entre a formatura e o registro do certificado, permitem uma análise com respeito ao perfil dessas profissionais. Formaram-se durante o período de existência do curso 118 enfermeiras obstétricas, sendo que desse total, 75 foram localizadas nos livros de registros de títulos (Apêndices XXI a XXVIII).

⁴⁵⁰ BRASIL. Decreto n. 20.865, de 28 de dezembro de 1931, Capítulo V, Artigo 212. Op. cit., p.320.

⁴⁵¹ MICHAUD, Alice. Op. cit., p. 337.

⁴⁵² FACULDADE DE MEDICINA DO PARANÁ. **Relatório ano de 1950**, apresentado pelo Diretor Dr. Euripedes Garcez do Nascimento à Congregação em sessão de 30 jan. 1951. Curitiba: João Haupt & Cia.ltda., mapa n. 13.

País	Quantidade
Alemanha	2
Brasil	62
Espanha	3
Polônia	2
Ucrânia	1
Não consta	5

Quadro 13 – Do total de 75 enfermeiras obstétricas apuradas nos Livros de Registros de Títulos Profissionais, quanto ao país de nascimento. Fontes: Livro 3 – Títulos Profissionais (1931); Livro 4 – Títulos Profissionais (1936); Títulos Profissionais 1940; Livro 6 – Títulos Profissionais (1943); Livro 7 – Registro de Títulos; Livro 1 – Odontólogos e Diversos (1949); Livro 2 – Odontólogos e Diversos (1953); Livro 3 – Odontólogos e Diversos (1955).

A maioria das enfermeiras obstétricas localizadas era brasileira. Tivemos esse achado também para as certificadas pela Escola de parteiras práticas ou enfermeiras especializadas, analisada no subcapítulo anterior.

As estrangeiras são espanholas, alemãs e polonesas, sendo uma ucraniana. Encontramos alemãs e polonesas também sendo formadas pela Escola de 1922.

Estado Brasileiro	Quantidade
Ceará	1
Distrito Federal	1
Minas Gerais	2
Paraíba	1
Paraná	42
Rio Grande do Sul	5
Santa Catarina	7
São Paulo	3

Quadro 14 – Das 62 enfermeiras obstétricas brasileiras apuradas nos Livros de Registros de Títulos Profissionais, quanto à naturalidade. Fontes: Livro 3 – Títulos Profissionais (1931); Livro 4 – Títulos Profissionais (1936); Títulos Profissionais 1940; Livro 6 – Títulos Profissionais (1943); Livro 7 – Registro de Títulos; Livro 1 – Odontólogos e Diversos (1949); Livro 2 – Odontólogos e Diversos (1953); Livro 3 – Odontólogos e Diversos (1955).

Pouco mais de 2/3 das brasileiras eram paranaenses. Somando estas às gaúchas e catarinenses, temos que a região Sul do país estava mais representada no curso. Como em mais da metade dos registros das paranaenses não consta a cidade de nascimento, nossa averiguação fica prejudicada. Das 13 mulheres de que dispomos a informação, a maioria era curitibana e as demais nasceram em cidades próximas à capital, como Piraquara (atualmente com rota de 22,9 km de distância) e Campina Grande (31 km); outras em cidades de média distância, como Lapa (71,9 km) e Ponta Grossa (119 km) e uma delas nasceu em Palmas (376 km), já não tão próxima assim.

Cidade	Quantidade
Campina Grande	1
Curitiba	8
Lapa	1
Palmas	1
Piraquara	1
Ponta Grossa	1
Não Consta	29

Quadro 15 – Das 42 enfermeiras obstétricas paranaenses apuradas nos Livros de Registros de Títulos Profissionais, quanto à cidade de nascimento. Fontes: Livro 3 – Títulos Profissionais (1931); Livro 4 – Títulos Profissionais (1936); Títulos Profissionais 1940; Livro 6 – Títulos Profissionais (1943); Livro 7 – Registro de Títulos; Livro 1 – Odontólogos e Diversos (1949); Livro 2 – Odontólogos e Diversos (1953); Livro 3 – Odontólogos e Diversos (1955).

Estado Civil	Quantidade
Casada	11
Solteiras	8
Não Consta	56

Quadro 16 – Das 75 enfermeiras obstétricas apuradas nos Livros de Registros de Títulos Profissionais, quanto ao estado civil. Fontes: Livro 3 – Títulos Profissionais (1931); Livro 4 – Títulos Profissionais (1936); Títulos Profissionais 1940; Livro 6 – Títulos Profissionais (1943); Livro 7 – Registro de Títulos; Livro 1 – Odontólogos e Diversos (1949); Livro 2 – Odontólogos e Diversos (1953); Livro 3 – Odontólogos e Diversos (1955).

Neste parâmetro a nossa análise, infelizmente, também fica prejudicada, em vista da grande quantidade de registros nos quais não consta o estado civil das enfermeiras obstétricas.

Faixa Etária	Quantidade
20-30	38
31-40	36
41-50	Nenhuma
Acima de 50	Nenhuma
Não Consta	1
Média de Idade	30 anos

Quadro 17 – Das 75 enfermeiras obstétricas apuradas nos Livros de Registros de Títulos Profissionais, quanto a idade na data da formatura. Fontes: Livro 3 – Títulos Profissionais (1931); Livro 4 – Títulos Profissionais (1936); Títulos Profissionais 1940; Livro 6 – Títulos Profissionais (1943); Livro 7 – Registro de Títulos; Livro 1 – Odontólogos e Diversos (1949); Livro 2 – Odontólogos e Diversos (1953); Livro 3 – Odontólogos e Diversos (1955).

Quanto à idade em que concluíram o curso, a faixa etária preponderante foi de 20 a 40 anos, sendo que houve uma concentração maior de registros por mulheres um pouco mais experimentadas na vida, na faixa dos 31 aos 40 anos, como verificamos no quadro 12.

Faixa Etária	Quantidade
20-30	26
31-40	43
41-50	5
Acima de 50	Nenhuma
Não Consta	1
Média de Idade	32 anos

Quadro 18 – Das 75 enfermeiras obstétricas apuradas nos Livros de Registros de Títulos Profissionais, quanto à idade quando do registro do certificado no estado do Paraná. Fontes: Livro 3 – Títulos Profissionais (1931); Livro 4 – Títulos Profissionais (1936); Títulos Profissionais 1940; Livro 6 – Títulos Profissionais (1943); Livro 7 – Registro de Títulos; Livro 1 – Odontólogos e Diversos (1949); Livro 2 – Odontólogos e Diversos (1953); Livro 3 – Odontólogos e Diversos (1955).

Interessante é observarmos que a grande maioria das enfermeiras obstétricas localizadas registrou seus títulos profissionais em um espaço de tempo de um a dois anos, a contar da data em que foram certificadas, o que nos permite inferir que realizavam o curso objetivando o trabalho.

Período	Quantidade
Mesmo ano	1
1 ano	43
2 anos	15
3 anos	4
4 anos	2
5 anos	4
6 anos	2
8 anos	2
9 anos	1
12 anos	1

Quadro 19 – Das 75 enfermeiras obstétricas apuradas nos registros, quanto ao intervalo de tempo entre a formatura e o registro do certificado no estado do Paraná. Fontes: Livro 3 – Títulos Profissionais (1931); Livro 4 – Títulos Profissionais (1936); Títulos Profissionais 1940; Livro 6 – Títulos Profissionais (1943); Livro 7 – Registro de Títulos; Livro 1 – Odontólogos e Diversos (1949); Livro 2 – Odontólogos e Diversos (1953); Livro 3 – Odontólogos e Diversos (1955).

Sylvia Pereira Marques nasceu em 1918 e formou-se no Curso de Enfermagem Obstétrica da Faculdade de Medicina do Paraná no ano de 1950. Ao registrar o seu certificado no Paraná em 1953, com 35 anos, era solteira. Sylvia foi uma das 73 “febianas” que embarcaram no dia 30 de agosto de 1944 com destino à Nápoles, em missão da Força Expedicionária Brasileira. Carioca, filha de Alberto Pereira Marques e Delfina Palença Marques, Sylvia preparou-se para prestar seu auxílio durante a 2ª guerra mundial no Curso de Voluntária Socorrista da Cruz Vermelha Brasileira e no Curso de Emergência de Enfermeiras da Reserva do Exército (CEERE). Prestou serviço, classificada nas enfermarias de cirurgia,

nos seguintes Hospitais de Sangue Norte-Americanos, na Itália: “38th Evacuation Hospital”, em Cecina (Santa Luce), Florença e Pisa; “24th General Hospital”, em Marzabotto e Parólla; “16th Evacuation Hospital”, em Pistóia e “15th Evacuation Hospital”, em Corvélla.

Em 11 de junho de 1945, a 2ª Tenente Enfermeira regressa da Itália, sendo agraciada pelo Exército Brasileiro com as condecorações da Medalha de Guerra e Medalha de Campanha, prestando serviço no Hospital Militar de Curitiba.⁴⁵³

Depreendemos do fato da enfermeira de guerra Sylvia Pereira Marques ter se formado no Curso de Enfermagem obstétrica, que, em falta de uma Escola de enfermagem padrão na cidade, o primeiro, com sua cadeira de “Prática de Enfermagem” e conteúdos fortemente marcados pelas questões cirúrgicas – o que deveria ser do seu interesse, já que trabalhara nas enfermarias de cirurgia durante a guerra – lhe proporcionaria, além de aperfeiçoamento técnico e teórico, um título profissional pela Faculdade de Medicina do Paraná, o melhor que poderia ser conseguido à época na área da enfermagem dentro do Estado. Também é viável a possibilidade de que fosse conveniente ao Hospital Militar de Curitiba, local em que Sylvia trabalhou após a guerra, ter uma tenente parteira que colaborasse na realização dos partos das esposas dos militares.



Figura 55 – 2ª Tenente Sylvia Pereira Marques. Fonte: Associação Nacional dos Veteranos da Força Expedicionária Brasileira (ANVFEB). Disponível em: <http://www.anvfeb.com.br/enfermeiras_feb.htm>. Acesso em: 15 ago. 2010.

⁴⁵³ VALADARES, Altamira Pereira. **Álbum biográfico das febianas**. 2ª Tenente Enfermeira Sylvia Pereira Marques – Resumo biográfico. Batatais/SP: Centro de Documentação Histórica do Brasil, 1976. Disponível em: <http://www.anvfeb.com.br/enf_sylvia_pereira_marques.htm>. Acesso em: 15 ago. 2010.

A grade curricular do Curso de Enfermagem Obstétrica sofreu algumas alterações no decorrer dos anos de 1933 a 1950, mas todas elas tiveram em vista uma maior adequação ao que determinava o Decreto de 1931. As disciplinas do 1º ano, em 1933, eram três: “Anatomia e Fisiologia”, “Obstetrícia normal” e “Prática de enfermagem”; o 2º ano compunha-se de mais três: “Noções de puericultura”, “Cuidado ao recém-nascido, etc” e “Prática de enfermagem”.⁴⁵⁴ A cadeira de “Cuidados domiciliares referentes à clínica obstétrica e à higiene pré-natal”, prevista no Decreto para o 2º ano do curso, foi ofertada apenas a partir de 1934. Além disso, nesse ano, o título da disciplina “Anatomia e Fisiologia” foi mudado para “Noções gerais de anatomia e fisiologia, etc.”, que continuou a ser desenvolvida no 1º ano do curso. “Noções de puericultura” e “Cuidado ao recém-nascido” foram agrupadas, dando origem à intitulada “Noções de puericultura, cuidados ao recém-nascido, cosinha dietética”, ministrada no 2º ano.⁴⁵⁵ Os títulos dessa grade curricular permaneceram inalterados até 1938, quando então a disciplina do 1º ano “Noções gerais de anatomia e fisiologia, etc.” mudou para “Noções gerais de anatomia e de fisiologia; noções gerais de anatomia e de fisiologia do aparelho genital feminino”, permanecendo assim pelo menos até o ano de 1950.⁴⁵⁶

Comparando este curso com o de Obstetrícia, percebemos que as modificações não ficaram restritas ao título profissional que passou de “parteira” para “enfermeira obstétrica” (Quadro 20). A primeira, à ocasião da formatura, recebia um diploma, enquanto que à última era concedido um certificado. Para a matrícula em Obstetrícia era requerido das candidatas que soubessem Português, Aritmética e uma língua estrangeira (Francês, Inglês ou Alemão); o curso de Enfermagem Obstétrica, por sua vez, tinha por pré-requisito o certificado de conclusão do curso primário. À diminuição do cabedal atribuído ao documento que atesta a formação e ao abrandamento das exigências para seleção somaram-se as alterações da grade curricular: até 1925 o ensino das parteiras estava focalizado no ofício de partejar, passando a incluir, a partir de 1931, disciplinas relacionadas à prática de enfermagem e à puericultura. Assim, o Curso de Enfermagem Obstétrica (1931) representou a transição para um novo modelo de ensino de parteiras, um marco de aproximação com a enfermagem, preparatório para as diversas alterações legislativas surgidas a partir de 1949 e a tomada pela Enfermagem do território obstétrico em 1972.

⁴⁵⁴ _____. **Relatório ano de 1933**, apresentado pelo Diretor Dr. Victor Ferreira do Amaral e Silva à Congregação em sessão de 06 jan.1934. Curitiba: João Haupt & Cia., mapa n.3.

⁴⁵⁵ _____. **Relatório ano de 1934**, apresentado pelo Diretor Dr. Victor Ferreira do Amaral e Silva à Congregação em sessão de 25 jan.1935. Curitiba: João Haupt & Cia., mapa n.4.

⁴⁵⁶ _____. **Relatório ano de 1938**, apresentado pelo Diretor Dr. Victor Ferreira do Amaral e Silva à Congregação em sessão de 10 jan.1939. Curitiba: João Haupt & Cia., mapa n.4.

Até o ano de 1949 a legislação do ensino de parteiras (ou enfermeiras obstétricas, para as formadas sob o decreto de 1931) esteve incluída na legislação da medicina e manteve a instrução dessas mulheres exclusivamente sob a responsabilidade de médicos, sendo os cursos organizados anexos às clínicas obstétricas das Faculdades de Medicina.⁴⁵⁷

A Lei 775/49⁴⁵⁸ insere, pela primeira vez, essa legislação na de enfermagem, autorizando, assim, a formação da enfermeira obstétrica nas escolas de enfermagem, sob orientação de enfermeiras, o que estas ambicionavam, apesar da discordância das parteiras.

Porém, os dois tipos de formação coexistiram, mas as enfermeiras não concordavam com o fato das parteiras formadas por médicos serem intituladas de “Enfermeiras Obstétricas” e estas, por sua vez, alegavam que com apenas um ano de especialização em obstetrícia, nas escolas de enfermagem, seria impossível outorgar às enfermeiras os mesmos direitos e competências inerentes à função garantidos a elas.⁴⁵⁹

Após muitos embates entre as duas categorias, em 1963 o Conselho Federal de Educação definiu por converter o Curso de Enfermagem Obstétrica das Faculdades de Medicina em Curso de Graduação em Obstetrícia. Além disso, autorizou a articulação entre esse curso e o de Enfermagem por meio de um tronco profissional comum de dois anos, sendo que com mais um ano de estudos a enfermeira poderia formar-se em Obstetrícia e a obstetritz em Enfermagem.⁴⁶⁰

Em 1972, com a reforma universitária, cujo principal intuito era “vedar a duplicação de meios para fins idênticos”, o currículo do curso de Obstetrícia foi considerado de grande similaridade com o de Enfermagem, sendo absorvido por esta.⁴⁶¹ A Resolução n. 4/72 do Conselho Federal de Educação transformou-a em uma habilitação da Enfermagem, ou seja, o seu ensino para não-médicos definitivamente passou a ser responsabilidade de enfermeiras e não mais daqueles profissionais. O currículo mínimo passou a compreender três partes sucessivas: pré-profissional, tronco profissional comum (graduação do Enfermeiro) e de habilitações (Enfermeiro Médico-Cirúrgico, Enfermeira Obstétrica ou Obstetritz e Enfermeiro

⁴⁵⁷ JORGE, Dilce Rizzo. Op. cit., p. 48.

⁴⁵⁸ BRASIL. Lei n. 775, de 06 de agosto de 1949. Dispõe sobre o ensino de enfermagem no país e dá outras providências. In: Leis, decretos, etc. Coleção das Leis da República do Brasil de 1949. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1950 apud JORGE, Dilce Rizzo. Op. cit., anexo 42, p. 212.

⁴⁵⁹ RIESCO, Maria Luiza Gonzales; TSUNECHIRO, Maria Alice. Formação profissional de obstettrizes e enfermeiras obstétricas: velhos problemas ou novas possibilidades? **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.10, n.2, p. 451, jul./dez. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n2/14970.pdf>>. Acesso em: 28 maio 2009.

⁴⁶⁰ BRASIL. Parecer 303/63. Fixa o currículo mínimo e a duração do Curso de Obstetrícia. **Conselho Federal de Educação**, documento n. 21, nov. 1963 apud JORGE, Dilce Rizzo. Op. cit., anexo 47, p. 225.

⁴⁶¹ JORGE, Dilce Rizzo. Op. cit., p. 71.

de Saúde Pública). As duas primeiras partes ocupavam três anos, sendo o quarto ano reservado à habilitação.⁴⁶²

Em 1994, o currículo do curso de Enfermagem novamente sofreu alterações e as habilitações foram suprimidas, passando a ser adotado o modelo de especialização em nível de pós-graduação *lato-sensu* para a formação de enfermeiras obstétricas.⁴⁶³

De 1972 a 2005, portanto, competiu exclusivamente às escolas de enfermagem a formação – no modelo de habilitação e mais atualmente no de especialização – de profissionais não-médicos para a assistência ao parto, as enfermeiras obstétricas

Em 2005, entretanto, presenciamos o ressurgimento de um curso em nível de graduação, que não é dirigido por uma escola de enfermagem e cujo objetivo é a formação de obstetristas: o curso de Obstetrícia da Universidade de São Paulo reaberto após 33 anos de extinção, o qual traz em sua estrutura organizacional modificações interessantes se comparado com o modelo adotado de 1963 a 1972. Enquanto este se encontrava anexo ao Departamento de Obstetrícia e Ginecologia da Faculdade de Medicina, estando, portanto, sob a responsabilidade de médicos, o atual está sob a direção da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da USP Zona Leste, portanto desvinculado administrativamente tanto da Escola de Medicina, quanto da Escola de Enfermagem; possuindo, no entanto, em seu corpo docente, várias enfermeiras com habilitação ou especialização em obstetrícia.⁴⁶⁴ Estas trabalham disciplinas como: “Fundamentos Biológicos da Obstetrícia”, “Fundamentação do processo de cuidar na saúde da mulher”, “Intercorrências na gestação, parto e puerpério”, “Assistência à mulher no ciclo gravídico puerperal”, “Modelos, agentes e locais de assistência ao parto”, “Assistência neonatal”, “Resolução de problemas específicos”, “Estágio curricular integrado”, entre outras.⁴⁶⁵

Com relação à denominação das disciplinas, temos uma diferença crucial entre o curso nas décadas de 1960-70 e o de 2005: no primeiro tínhamos inseridas na grade curricular disciplinas como “Enfermagem Médica”, “Enfermagem Cirúrgica” e “Enfermagem Obstétrica

⁴⁶² BRASIL. Resolução n. 04/72 de 25 fev. 1972. Regulamenta o currículo mínimo dos cursos de Enfermagem e Obstetrícia. **Conselho Federal de Educação** apud JORGE, Dilce Rizzo. Op. cit., p. 72.

⁴⁶³ RIESCO, Maria Luiza Gonzalez.; TSUNECHIRO, Maria Alice. Op. cit., p. 452.

⁴⁶⁴ UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. ESCOLA DE ARTES, CIÊNCIAS E HUMANIDADES. **Docentes responsáveis**. Disciplina ACH5033 - Fundamentação do Processo de Cuidar na Saúde da Mulher. Disponível em: <<http://sistemas2.usp.br:8080/jupiterweb/obterDisciplina?sgldis=ACH5033&codcur=86500&codhab=203>>. Acesso em: 28 maio 2009.

⁴⁶⁵ UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. ESCOLA DE ARTES, CIÊNCIAS E HUMANIDADES. **Bacharelado em Obstetrícia** – Grade curricular. Disponível em: <<http://sistemas2.usp.br:8080/jupiterweb/listarGradeCurricular?codcg=86&codcur=86500&codhab=203&tipo=N>>. Acesso em: 28 maio 2009.

e Ginecológica”⁴⁶⁶; no curso atual não encontramos na grade curricular o termo “enfermagem” inserido na designação de nenhuma das disciplinas.

A introdução da enfermagem em terreno obstétrico foi primeiramente percebida com a alocação da disciplina “Prática de Enfermagem”, cursada nos dois anos do curso de Enfermagem Obstétrica, criado anexo à Clínica Obstétrica das Faculdades de Medicina sob o Decreto de 1931. Pode ser que o atual curso de Obstetrícia da USP esteja insinuando um movimento contrário, ou seja, uma tendência para o distanciamento da enfermagem para além do administrativo (não pertencimento à Escola de Enfermagem, o que também é significativo), através da abolição de qualquer menção a este termo “enfermagem” na designação das disciplinas de sua grade curricular. Apesar das permanências de elos com a enfermagem, como o corpo docente ser composto por enfermeiras obstétricas e na bibliografia básica recomendada encontrarmos diversos livros de fundamentos, processo e semiologia da Enfermagem,⁴⁶⁷ pode o distanciamento levar, no futuro, à construção de um novo modelo de ensino, no qual a formação em Obstetrícia seja realizada por seus bacharéis.

ANO	CORPO DOCENTE	USO DO TERMO “ENFERMAGEM” NA DESIGNAÇÃO DE DISCIPLINAS	USO DO TERMO “ENFERMAGEM” EM TITULAÇÃO OUTORGADA	DIREÇÃO
1832 a 1931	MÉDICOS	NÃO	NÃO	Faculdades de Medicina
1931	MÉDICOS	SIM	SIM	Faculdades de Medicina
1963	MÉDICOS	SIM	SIM	Faculdades de Medicina
1972	ENFERMEIRAS	SIM	SIM	Escolas de Enfermagem
1994	ENFERMEIRAS	SIM	SIM	Escolas de Enfermagem
2005	ENFERMEIRAS E OUTROS PROFISSIONAIS (MÉDICOS?)	NÃO	NÃO	Escola de Artes, Ciências e Humanidades

Quadro 20 – Comparativo das mudanças relacionadas ao ensino de parteiras. Fontes: Diversas utilizadas neste subcapítulo. Compilação elaborada pela autora.

⁴⁶⁶ BRASIL. Parecer 303/63. Conselho Federal de Educação, documento n. 21, nov. 1963 apud JORGE, Dilce Rizzo. Op. cit., anexo 47, p. 225.

⁴⁶⁷ UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. ESCOLA DE ARTES, CIÊNCIAS E HUMANIDADES. **Bibliografia básica.** Disciplina ACH5033 - Fundamentação do Processo de Cuidar na Saúde da Mulher. Disponível em: <<http://sistemas2.usp.br:8080/jupiterweb/obterDisciplina?sgldis=ACH5033&codcur=86500&codhab=203>>. Acesso em: 28 maio 2009.



Figura 56 – Turma de Enfermagem Obstétrica formada em 1949. Em frente ao Hospital Victor do Amaral reúnem-se também os obstetras Victor do Amaral Filho (centro da primeira fileira) e seu irmão Milton do Amaral (2º da esquerda para a direita). Fonte: Acervo do médico entrevistado, professor do Curso de Enfermagem Obstétrica na década de 1940.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de medicalização e institucionalização do parto e as iniciativas relacionadas ao ensino formal de enfermeiras-parteiros em Curitiba mutuamente se alavancaram.

O propósito da ciência eugênica albergada pelos médicos incluía a utilização da puericultura intra-uterina para o aperfeiçoamento da prole que deveria vir robusta para ocupar o solo paranaense. O intuito de impedir o nascimento de prematuros, débeis, tarados e doentes fez com que o discurso médico-social também se apropriasse do “corpo grávido”.

Entretanto, contraposta a tudo o que os eugenistas mais desejavam estava a figura da “curiosa”, pululando pela cidade com suas mãos imundas, abortadeira, curandeira, ignorante, imoral, ilegal (e que por isso não pagava impostos), a representação da morte, conselheira e corruptora das mulheres, a própria personificação da disgenesia.

Mas, o que fazer em vista de tão poucas parteiras licenciadas e diplomadas em atuação?

Urgia educar a mãe e formar parteiras: criar consciência sanitária em ambas.

Para levar a cabo o intento uma estratégia era deslocar a tríade parteira-parto-parturiente para um ambiente sob a tutela médica, a Maternidade.

O foco no parto como um evento complexo e imprevisível e a imagem do parto seguro, com risco minimizado se realizado na Maternidade, somados às “fichas simbólicas” de grande circulação e a confiança nos “sistemas peritos” dos médicos, foram gradualmente sedimentando o hábito do parto institucionalizado na sociedade curitibana.

A deusa ciência, moradora no templo de luz chamado Faculdade de Medicina oferecia seus diplomas. Exercer qualquer ofício na área da saúde e não ter sido ao menos examinado pelos lentes e obtido um certificado não inspirava mais confiança, era ilegal.

De acordo com essas concepções, o parto realizado com parteiras que não tivessem obtido a verdade científica e seu ensino prático e teórico dos médicos, estava fadado ao insucesso.

A Maternidade, como um pólo científico na área de obstetrícia, o ateneu dos especialistas, resguardava para si o direito de formar parteiras. Eliminá-las não seria conveniente, havia necessidade de mão-de-obra e elas poderiam ser muito úteis se educadas dentro do pensamento eugênico. Deveriam ser aproveitadas; afinal de contas, em consonância

com a idéia dos *dotes femininos*, nutrida pela sociedade, ninguém melhor do que a mulher com seu tato, sua delicadeza, sua presença feminina para diminuir o acanhamento – diante de uma exploração obstétrica realizada por um médico-parteiro – daquelas com quem compartilham o gênero. Mais do que isso, ainda, como conselheiras elas poderiam atrair as mulheres para a Maternidade.

Mas o termo “parteira” continha em si recordações de uma época de autonomia e não deveria ser preservado. Muito melhor o de “enfermeira”, o qual remetia aos discursos de Carlos Chagas e Ethel Parsons recomendando a obediência à hierarquia. Ou talvez não precisaríamos ir tão longe. Nos começos da própria Maternidade a enfermeira contratada pela instituição obtinha rendimentos na faixa de menos da metade do que era o salário da parteira.

Assim estava constituída a “auxiliar” do obstetra, a enfermeira-parteira.

Com a urbanização e modernização da cidade, espaços públicos foram se abrindo para a mulher, estimulando sua educação e profissionalização e provocando alterações nas relações de gênero, mas muitas também eram as permanências. No momento em que a mulher adentrou a Maternidade para obter a sua formação, o seu certificado para partejar ou mesmo para exercer o seu ofício, consciente ou inconscientemente ela se colocou sob o olhar e a tutela do médico, o “orago” do conhecimento. E poderia ter sido diferente, se essa era a única forma de obter conhecimento formal e autorização para a prática profissional? O preço pago foi grande, pois já na década de 1940, em Curitiba, quem mais realizava partos em Maternidades eram os médicos.

Pensava-se que a ciência e a medicina seriam os “salvadores” e “remidores” e que as técnicas modernas dos médicos dominariam a complexidade inerente aos partos. Entretanto, tínhamos desastres com as parteiras e continuamos tendo desastres apesar da (ou devido à) interferência médica e do uso das tecnologias e inovações da medicina. A mortalidade materna e de recém-natos ainda é alta.

Porém, nas primeiras décadas do século XX não era assim que se pensava. Ufanava-se da técnica e da profissão médica como salvadoras das mazelas da sociedade. Os discursos eram de que as parteiras deveriam aprender a lavar as mãos por causa dos germes e de que esse fator, associado à falta de higiene nos lares, predispunha as parturientes a contraírem infecção puerperal. Devido a isso, o melhor era o parto acompanhado do médico e em Maternidade. Atualmente, prefere-se mandá-las o quanto antes para casa devido ao risco de uma infecção hospitalar, especialmente nos casos de partos operatórios e os realizados em hospitais que atendem todo o tipo de clientela além daqueles destinados à Maternidade. E tudo por causa dos germes... Sim, muitos recursos técnicos também trouxeram seus impasses.

Fica a pergunta: as tecnologias não conseguiram dominar a natureza ou os médicos não conseguiram dominar as tecnologias?

Quanto às enfermeiras obstétricas, na atualidade suas dificuldades começam desde a especialização, pois a liberação de estágios pelas Maternidades é bastante laboriosa. Enquanto profissionais, a inserção na instituição por vezes é complicada, a não ser que ela decida exercitar mais a enfermagem do que o partejar.

O resgate da autonomia tem sido ideado na constituição de equipes que realizam o parto domiciliar planejado e na experiência das Casas de Parto (apoiada por alguns médicos e perseguida por outros).

Busca-se na atualidade um retorno ao parto em domicílio ou ao menos uma aproximação, como as iniciativas de inflar piscinas ou instalar banheiras dentro das Maternidades, visando o relaxamento da mulher e até o parto dentro da água.

Alguns médicos já discursam sobre humanização do parto, parto natural, sem anestesia, sem estouramento da bolsa antes da hora, episiotomias, fórceps, ocitocinas, intervenções e cesáreas desnecessárias.

Mas as parteiras já sabiam disso há muito, muito tempo atrás...

FONTES

Documentação institucional

ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA/SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO PARANÁ. Registros Médico-Cirúrgicos; Livro 2 – Registro de Títulos; Livro 3 – Títulos Profissionais (1931); Livro 4 – Títulos Profissionais (1936); Títulos Profissionais (1940); Livro 6 – Títulos Profissionais (1943); Livro 7 – Registro de Títulos; Livro 1 – Odontólogos e Diversos (1949); Livro 2 – Odontólogos (1953); Livro 3 – Odontólogos e Diversos (1955).

FACULDADE DE MEDICINA DO PARANÁ. Capítulo XII – Da organização do ensino. **Regimento Interno ano de 1923** [Art. 160.º]. Curitiba: Typ. João Haupt & Cia., 1923.

_____. Capítulo XIX – Dos diplomas e distintivos. **Regimento Interno ano de 1920** [Art. 289.º]. Curitiba: Typ. João Haupt & Cia.

_____. Capítulo XIX – Dos diplomas e distintivos. **Regimento Interno ano de 1923** [Art. 299.º]. Curitiba: Typ. João Haupt & Cia., 1923.

_____. Diploma de Parteiro. **Regimento Interno ano de 1923** [anexo n. 5]. Curitiba: Typ. João Haupt & Cia., 1923.

_____. **Livro de Atas do Conselho Técnico Administrativo**, n. 2, p. 113, verso.

_____. Maternidade Victor do Amaral – Enfermaria n. 1. **Relatório ano de 1936**, apresentado pelo Diretor Dr. Victor Ferreira do Amaral e Silva à Congregação em sessão de 09 jan. 1937, [n. p].

_____. Maternidade Victor do Amaral – Sala de Operações. **Relatório ano de 1936**, apresentado pelo Diretor Dr. Victor Ferreira do Amaral e Silva à Congregação em sessão de 09 jan. 1937, [n. p].

_____. **Relatório ano de 1928**, apresentado pelo Diretor Dr. Victor Ferreira do Amaral e Silva à Congregação em sessão de 03 jan. 1929. Curitiba: João Haupt & Cia.

_____. **Relatório ano de 1930**, apresentado pelo Diretor Dr. Victor Ferreira do Amaral e Silva à Congregação em sessão de 03 jan. 1931. Curitiba: João Haupt & Cia.

_____. **Relatório ano de 1933**, apresentado pelo Diretor Dr. Victor Ferreira do Amaral e Silva à Congregação em sessão de 06 jan. 1934. Curitiba: João Haupt & Cia. Ltda.

_____. **Relatórios dos anos 1933-1950**. Seção Matrícula.

_____. **Relatório ano de 1934**, apresentado pelo Diretor Dr. Victor Ferreira do Amaral e Silva à Congregação em sessão de 25 jan. 1935. Curitiba: João Haupt & Cia. Ltda.

_____. **Relatório ano de 1938**, apresentado pelo Diretor Dr. Victor Ferreira do Amaral e Silva à Congregação em sessão de 10 jan. 1939. Curitiba: João Haupt & Cia.

_____. **Relatório do ano de 1949**, apresentado à Congregação pelo Dr. Eurípedes Garcez do Nascimento, Diretor, em sessão de 17 de janeiro de 1950. Curitiba: Typ. João Haupt, 1950, mapa n. 4 – movimento escolar de 1949.

_____. **Relatório ano de 1950**, apresentado pelo Diretor Dr. Euripedes Garcez do Nascimento à Congregação em sessão de 30 jan. 1951. Curitiba: João Haupt & Cia. Ltda.

UNIVERSIDADE DO PARANÁ. Associação de Damas de Assistência à Maternidade e à Infância. Socias Actuaes. **Relatório Geral ano de 1916**, apresentado pelo Diretor Dr. Victor Ferreira do Amaral e Silva à Assembléia Geral de 19 dez. 1916. Curitiba: Typ. Alfredo Hoffmann, 1916, p. 85-88.

_____. Corpo docente do curso de Obstetrícia. **Relatório Geral ano de 1914**, apresentado pelo Diretor Dr. Victor Ferreira do Amaral e Silva à Assembléia Geral de 19 dez. 1914.

_____. **Estatutos ano de 1915**, aprovados pelo Conselho Superior em sessão de 29 nov. 1915. Curitiba: Livraria Leitner, p. 11-12.

_____. Maternidade do Paraná – Consultório [Fotografia]. **Relatório Geral ano de 1914**, apresentado pelo Diretor Dr. Victor Ferreira do Amaral e Silva à Congregação em sessão de 19 dez. 1914, [n. p.].

_____. Maternidade do Paraná – Enfermaria Geral [Fotografia]. **Relatório Geral ano de 1914**, apresentado pelo Diretor Dr. Victor Ferreira do Amaral e Silva à Congregação em sessão de 19 dez. 1914, [n. p.].

_____. Maternidade do Paraná – Gabinete da Governante [Fotografia]. **Relatório Geral ano de 1914**, apresentado pelo Diretor Dr. Victor Ferreira do Amaral e Silva à Congregação em sessão de 19 dez. 1914, [n. p.].

_____. Maternidade do Paraná – Instalação de esterilização [Fotografia]. **Relatório Geral ano de 1914**, apresentado pelo Diretor Dr. Victor Ferreira do Amaral e Silva à Congregação em sessão de 19 dez. 1914, [n. p.].

_____. Maternidade do Paraná – Sala de partos [Fotografia]. **Relatório Geral ano de 1914**, apresentado pelo Diretor Dr. Victor Ferreira do Amaral e Silva à Congregação em sessão de 19 dez. 1914, [n. p.].

_____. Obstetra Victor Ferreira do Amaral e Silva [Fotografia]. **Relatório Geral ano de 1916**, apresentado pelo Diretor Dr. Victor Ferreira do Amaral e Silva à Congregação em sessão de 19 dez. 1916, [n. p.].

_____. **Regulamento do Exame Pratico de Parteiras com o Programa de Obstetrícia anexo**, 1915. Curitiba: Typographia Max Roesner nov. 1912.

_____. **Relatório Geral ano de 1913**, apresentado pelo Diretor Dr. Victor Ferreira do Amaral e Silva à Assembléia Geral de 19 dez. 1913. Curitiba: Typ. Alfredo Hoffmann, 1913.

Documentação Oficial

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Projeto de lei n. 152, de 2005, de autoria do deputado Pedro Tobias.** Dá denominação de "Doutora Nadima Nehemy Kassab" ao Hospital Geral do Grajaú, na Capital. São Paulo, 18 abr. 2005, não paginado. Disponível em: <<http://webspl1.al.sp.gov.br/internet/download?poFileIfs=5211396>>. Acesso em: 23 jun. 2010.

BRASIL. **Decreto Lei n. 4244 de 09 de abril de 1942.** Lei Orgânica do ensino secundário. Título III, Art. 25. Do ensino secundário feminino. Disponível em: <<http://www.scribd.com/doc/34646486/Decreto-4244-1942-capanema-secundario>>. Acesso em: 03 ago. 2010.

_____. Decreto n. 20.865, de 28 dezembro de 1931. Aprova os regulamentos da Faculdade de Medicina da Escola Politécnica e da Escola de Minas. Cap. V – Curso de Enfermagem Obstétrica. **LEX** – Coletânea de Legislação, v. 4, dez. 1931. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1931, p. 319-320.

DEROSSO, João Cláudio [Vereador em 2002]. **Justificativa de Projeto de Lei Ordinária:** denomina de Inah Pacheco Secundino de Oliveira, um dos logradouros públicos da Capital ainda não nominado. Disponível em: <<http://domino.cmc.pr.gov.br/prop2000.nsf/10051d96c5435d8e03256e8e006f1f99/e1d8678985835b1003256bb8005f3e07?OpenDocument>>. Acesso em: 21 jun. 2010.

PARANÁ. Decreto n. 1 de 1º de julho de 1892. Regulamenta o Serviço Sanitário Terrestre do Estado do Paraná. **Coleção de Decretos e Regulamentos de 1918.** Curitiba: Typ. da “República”, 1918.

_____. Decreto n. 1 de 04 de julho de 1892. Regulamento Sanitário Terrestre do Estado do Paraná. **Coleção de Decretos e Regulamentos de 1918.** Capítulo III – Do exercício da medicina, da pharmacia, da obstetricia e da arte dentaria. Curitiba: Typ. da República, 1918.

_____. Decreto n. 783 de 8 de outubro de 1918. Expede o Regulamento do Serviço Sanitário do Estado. Curitiba, **Coleção de Leis do Governo do Estado de 1918.**

_____. Decreto n. 1179 de 26 de dezembro de 1922. [Regulamenta a concessão do título de licenciado(a) a práticos de farmácia e parteiras]. **Diário Oficial do Estado do Paraná**, ano 10, n. 3.629 de 30 de dezembro de 1922.

_____. Lei n. 1463 de 2 de Março de 1915, Art.2. Lei que estabelece o registro de diplomas no Paraná e o exame prático de parteiras. **Relatório Geral da Universidade do Paraná ano de 1916**, apresentado pelo Diretor Dr. Victor Ferreira do Amaral e Silva à Assembléia Geral de 19 dez. 1916.

_____. Regulamento da Diretoria de Saúde Pública do Paraná a que se refere o Decreto n. 6.155 de 12 jan. 1938. Do exercício da profissão de parteira, Art. 611. Edição extraordinária do Diário Oficial. Curitiba: Empreza Grafica Paranaense, 1938, p. 239 e 240.

Periódicos

A ESCOLA de Partejas e um desmentido da Faculdade de Medicina do Paraná. **Gazeta do Povo**, Curitiba, p. 1, 19 set. 1931.

AS PARTEIRAS práticas. **Gazeta do Povo**, Curitiba, ano 13, n. 4467, p.1, 20 set. 1931.

AINDA O LASTIMAVEL CASO da jovem Vitoria Baitle. **Gazeta do Povo**, Curitiba, p. 4, 18 set. 1931.

AMARAL FILHO, Victor do. Malformação fetal. **Revista Médica do Paraná**, Curitiba, Ano 2, n. 1, p. 15, dez. 1932.

_____. Necrologio: professores João Pereira de Camargo e Fernando de Magalhães. **Revista Médica do Paraná**, Curitiba, ano 13, n. 1/2, p. 42-43, jan./fev. 1944.

_____. Revista de Obstetricia y Ginecologia Latino-Americanas. **Revista Médica do Paraná**, Curitiba, ano 11, n. 5, p. 330, maio 1943.

_____. Semmelweis. **Revista Médica do Paraná**, Curitiba, ano 17, n. 1, p. 85-88, jan./fev. 1948.

_____. Semiologia Obstétrica. **Revista Médica do Paraná**, Curitiba, ano 15, n. 3, p. 141-142, jun. 1946.

ARCHIMEDES CRUZ [Anúncio]. **Gazeta do Povo**, Seção Indicador, Curitiba, p. 6, 01 set. 1931.

AVENIDA E VITÓRIA [Anúncio]. **Jornal Acadêmico Nilo Cairo**, Curitiba, ano 2, n. 4, p. 5, jun. 1948.

BANDEIRA, Gláucio. Recenseamento roentgenfotografico dos bancarios de Curitiba – aortites. **Revista Médica do Paraná**, Curitiba, ano 10, n. 4 e 5, p. 123, abr./maio 1941.

BARRETO, J. de Barros. Normas para uma Organização Estadual de Saude Publica. **Revista Médica do Paraná**, Curitiba, ano 6, n. 10, p. 377, out. 1937.

BRASÍLIO Vicente de Castro. **O Fêmur** – Jornal independente dos acadêmicos de medicina, farmácia e odontologia, Curitiba, capa, nov. 1947.

CASA DE SAÚDE São Francisco [Anúncio]. **Revista Médica do Paraná**, Curitiba, ano 15, n. 2, [n. p.], maio 1946.

CASA DE SAÚDE São Francisco [Fotografia]. **Revista Médica do Paraná**, Curitiba, ano 13, n. 5/6, capa, maio/jun. 1944.

CASTRO, Brasilio Vicente de. Assistencia pública. **Revista Médica do Paraná**, Curitiba, ano 10, n. 4/5, p. 113, abr./maio 1941. Seção Nosso comentário.

CLÍNICA e Maternidade Romanó [Fotografia]. **Revista Médica do Paraná**, Curitiba, ano 9, n. 9/10, capa, set./out. 1943.

COSTA, Carlos F. F. da. Aspectos da Epidemiologia da tuberculose em Curitiba e o Método de Manoel de Abreu. Quadro 1 – A mortalidade pela tuberculose no município de Curitiba, 1931-1940. [Coluna - População calculada para Curitiba, 1931-1940]. **Revista Médica do Paraná**, ano 10, n. 4/5, p. 120, abr./maio 1941.

CLINICA das senhoras e das crianças Dra. Janina Nowicki [Anúncio]. **Commercio do Paraná**, Curitiba, ano 3, n. 836, p. 4, 30 jun. 1915.

CREDILAR LTDA. Tudo em dez pagamentos. **O Femur** – Jornal Independente dos Acadêmicos de Medicina, Farmácia e Odontologia. Curitiba, contracapa, nov. 1947.

EXERCICIO DE PARTOS. **Diário da Tarde**, Curitiba, p. 3, 10 mar. 1920.

FORNARI, H. N. O que é o trote aos calouros. **Jornal Acadêmico Nilo Cairo**, Curitiba, ano 3, n. 6, contracapa, maio 1949.

GOMES, Mario. Ensaio de Puericultura: casamento – gestação – recém-nascido. **Revista Médica do Paraná**, Curitiba, ano 2, n. 2, p. 41, jan. 1933.

_____. Ensaio de puericultura (preambulo). **Revista Médica do Paraná**, Curitiba, ano 2, n. 1, p. 18, dez. 1932.

_____. Ensaio de puericultura: cuidados especiais com prematuros, deveis, tarados e doentes. **Revista Médica do Paraná**, Curitiba, ano 2, n. 4, p. 94, mar. 1933.

GUERRA ao aborto. **Gazeta do Povo**, Curitiba, p.1, 19 set. 1929.

HOSPITAL SÃO LUCAS [Anúncio]. **Revista Médica do Paraná**, Curitiba, ano 2, n. 10, [n. p.], out. 1933.

HOSPITAL Victor do Amaral. **Revista Médica do Paraná**, Curitiba, ano 11, n. 5, p. 326, maio 1943.

_____. [Fotografia]. **Revista Médica do Paraná**, Curitiba, ano 11, n. 4, capa, abr. 1943.

INSTITUTO DE MEDICINA E CIRURGIA DO PARANÁ [Anúncio]. **Revista Médica do Paraná**, ano 15, n. 2, [n. p.], maio 1946.

INSTITUTO DE MEDICINA E CIRURGIA DO PARANÁ [Fotografia]. **Revista Médica do Paraná**, Curitiba, ano 9, n. 9/10, p. 278, set./out. 1940.

INTO-GYNAN. [Anúncio]. **Revista Médica do Paraná**, Curitiba, ano 8, n. 11 e 12, [n. p.], nov./dez. 1939.

JORNADAS e Congressos. Terceiras Jornadas Brasileiras de Ginecologia e Obstetricia. **Revista Médica do Paraná**, Curitiba, ano 16, n. 5, p. 196-197, set./out. 1947.

LACERDA, Jorge. Discurso [proferido na solenidade de colação de grau da turma dos médicos de 1937 da Faculdade de Medicina do Paraná]. **Revista Médica do Paraná**, Curitiba, ano 7, n. 6, p. 311, jun. 1938.

LIAN, Jorge. Rainha dos Estudantes da Faculdade de Medicina. **Jornal Acadêmico Nilo Cairo**, Curitiba, ano 1, n. 3, p. 3, set. 1947.

MACEDO, Maria Falce de. Palavras. **Jornal Acadêmico Nilo Cairo**, Curitiba, ano 2, n. 5, p.7, out. 1948. Suplemento Feminino, ano 1, n. 1, capa.

MARIA Rosa Cordeiro – Parteira diplomada [Anúncio]. **Gazeta do Povo**, Curitiba, p. 6, 02 jan. 1922.

MATERNIDADE DO PARANÁ. **Commercio do Paraná**, Curitiba, p. 2, 12 fev. 1914.

_____. **Commercio do Paraná**, Curitiba, p. 3, 31 jul. 1915.

_____. [Fotografia]. **Revista Médica do Paraná**, Curitiba, ano 9, n. 11/12, [n. p.], nov./dez. 1940.

MATERNIDADE VICTOR DO AMARAL. **Diário da Tarde**, Curitiba, p. 3, 07 nov. 1931.

MEDEIROS, J. **Uma personagem singular**. Instituto de Convivência e de Recriação do Espaço Social. Disponível em: <
<http://www.inverso.org.br/index.php/content/view/11341.html>>. Acesso em: 22 fev. 2009

MELO, Orlando de Oliveira. O médico e a sociedade. **Jornal Acadêmico Nilo Cairo**, Curitiba, ano 3, n. 6, capa, maio 1949.

MME. ELLA – Parteira diplomada [Anúncio]. **Diário da Tarde**, Curitiba, p. 4, 04 jan. 1935.

MUNHOZ, Milton. A saúde pela educação. **Revista Médica do Paraná**, Curitiba, ano 3, n. 1, p. 11, dez. 1933.

NEHEMY, Nádima. A nova diretoria do Departamento feminino do “Nilo Cairo”. **Jornal Acadêmico Nilo Cairo**, Curitiba, ano 3, n. 6, p. 5, maio 1949. Suplemento Feminino, ano 2, n. 2, capa.

_____. A primeira cirurgiã do mundo – Elizabeth Blackwell. **Jornal Acadêmico Nilo Cairo**, Curitiba, ano 2, n. 5, p. 8, out. 1948. Suplemento Feminino, ano 1, n. 1, p. 2.

_____. A primeira médica paranaense. **Jornal Acadêmico Nilo Cairo**, Curitiba, ano 3, n. 6, p. 5, maio 1949. Suplemento Feminino, ano 2, n. 2, capa.

_____. Curiosidades e sugestões. As mulheres na Faculdade de Medicina do Paraná. **Jornal Acadêmico Nilo Cairo**, Curitiba, ano 3, n. 6, p. 5, maio 1949. Suplemento Feminino, ano 2, n. 2, capa.

_____. Curso para noivas. **Jornal Acadêmico Nilo Cairo**, Curitiba, ano 2, n. 5, p. 8, out. 1948. Suplemento Feminino, ano 1, n. 1, p. 2.

NEHEMY, Nádima. Departamento Feminino. **Jornal Acadêmico Nilo Cairo**, Curitiba, ano 2, n. 5, p. 7, out. 1948. Suplemento Feminino, ano 1, n. 1, capa.

_____. O esporte feminino no Diretório Acadêmico “Nilo Cairo”. **Jornal Acadêmico Nilo Cairo**, Curitiba, ano 3, n. 6, p. 5. Suplemento Feminino, ano 2, n. 2, capa.

_____. Passim. **Jornal Acadêmico Nilo Cairo**, Curitiba, ano 3, n. 6, maio 1949. Suplemento Feminino, ano 2, n. 2.

_____. Rainha da Faculdade de Medicina. **Jornal Acadêmico Nilo Cairo**, Curitiba, ano 2, n. 5, p. 7, out. 1948. Suplemento Feminino, ano 1, n. 1, capa.

_____. Rainha da Faculdade de Medicina Srta. Thêmis Baptista. **Jornal Acadêmico Nilo Cairo**, Curitiba, ano 3, n. 6, p. 6, maio 1949. Suplemento Feminino, ano 2, n. 2, p. 2.

_____. Tazir Leprevost. **Jornal Acadêmico Nilo Cairo**, Curitiba, ano 2, n. 5, p. 7, out. 1948. Suplemento Feminino, ano 1, n. 1, capa.

_____. Três notas sem importância [nota 2]. **Jornal Acadêmico Nilo Cairo**, Curitiba, ano 2, n. 5, p. 7, out. 1948. Suplemento Feminino, ano 1, n. 1, capa.

NOTICIÁRIO. I Congresso Brasileiro de Ginecologia e Obstetrícia. **Revista Médica do Paraná**, Curitiba, ano 9, n. 7 e 8, p. 166, jul./ago. 1940.

NOTÍCIAS médicas. II Congresso Brasileiro de Ginecologia e Obstetrícia. **Revista Médica do Paraná**, Curitiba, ano 17, n. 3, p. 134, maio/jun. 1948.

NUMA FRENTE ÚNICA dos jornais contra a indústria do feticídio. **Gazeta do Povo**, Curitiba, p. 1, 19 set. 1931.

O DEPOIMENTO do pai da desventurada jovem. **Gazeta do Povo**, Curitiba, p. 4, 18 set. 1931.

O PAPEL da mulher. **Gazeta do Povo**, Curitiba, p. 1, 07 out. 1922.

OLIVEIRA, Ito Carias de. Tétano do recém-nascido. **Revista Médica do Paraná**, Curitiba, ano 11, n. 7, p. 439, jul. 1943.

PARTEIRA diplomada Etelvina Espíndola Reis [Anúncio]. **Gazeta do Povo**, p. 5, 29 nov. 1934.

PARTOS. **Gazeta do Povo**, Curitiba, p. 3, 29 maio 1922.

PHILAGYNA [Anúncio]. **Revista Médica do Paraná**, Curitiba, ano 4, n. 6/7, p. 266, jun./jul.1935.

PORTELLA, Benedicto. Departamento feminino. **Jornal Acadêmico Nilo Cairo**, ano 3, n. 6, p. 11, maio 1949.

PORTELLA, Benedicto. O trote deste ano. **Jornal Acadêmico Nilo Cairo**, Curitiba, ano 2, n. 4, p. 5, jun. 1948.

_____. Os doutorandos em atividade. **Jornal Acadêmico Nilo Cairo**, ano 2, n. 4, p. 2, jun. 1948.

QUEREIS SER PROFESSORA de Cortes e Confeções Diplomada? **Gazeta do Povo**, Curitiba, p. 4, 09 set. 1934.

REFRIGERADOR: um artefato da modernidade. **Revista Médica do Paraná**, Curitiba, ano 2, n. 1, [n. p.], dez. 1932.

RUDOLF DOSS [Anúncio]. **Revista Médica do Paraná**, Curitiba, ano 15, n. 2, [n. p.], maio 1946.

SOCIEDADE PAULISTA DE MEDICINA SOCIAL. Socialização em baixo padrão. **Revista Médica do Paraná**, Curitiba, ano 17, n. 3, p. 135 e 137, maio/jun. 1948.

TABORDA, Ary. Formemos a conciencia sanitaria do povo. **Revista Médica do Paraná**, Curitiba, ano 6, n. 5, p. 191, maio 1937.

THÊMIS Baptista. **Jornal Acadêmico Nilo Cairo**, Curitiba, ano 3, n. 6, p. 6, maio 1949. Suplemento Feminino, ano 2, n. 2, p. 2.

UNIVERSIDADE DO PARANÁ [Anúncio]. **Comercio do Paraná**, Curitiba, p. 1, 29 nov. 1912.

_____. [Anúncio]. **Comercio do Paraná**, Curitiba, p. 1, 30 nov. 1912.

_____. Exames de admissão. Curso de Obstetrícia. **Comercio do Paraná**, Curitiba, p. 1, 30 nov. 1912.

_____. Histórico. **Correio do Paraná**, Curitiba, p. 1, 19 abr. 1933.

U. S. G. Realizações. **Jornal Acadêmico Nilo Cairo**, Curitiba, ano 1, n. 3, p. 3, set. 1947.

VEIGA, P. T. A penicilina no tratamento na mulher grávida. **Revista Médica do Paraná**, Curitiba, ano 15, n. 3, p. 141-142, jun. 1946.

VILLA, Clara Glasser. Excesso de peso, superalimentação e eutrofia. **Revista Médica do Paraná**, Curitiba, ano 6, n. 5, p. 177-178, maio 1937.

_____. O exame pré-natal e a nossa contribuição. **Revista Médica do Paraná**, Curitiba, ano 5, n. 9, p. 349 e 352, set. 1936.

VISITA da S. M. H. P. [“Sociedade Médica dos Hospitales do Paraná”] à Ponta Grossa. **Revista Médica do Paraná**, Curitiba, ano 1, n. 2, p. 118, jan. 1932.

Acervos Consultados

Biblioteca Central da UFPR (Memória)

Biblioteca do Setor de Ciências da Saúde da UFPR

Direção do Setor de Ciências da Saúde da UFPR

Biblioteca do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da UFPR

Biblioteca Pública do Paraná

Divisão Paranaense da Biblioteca Pública do Paraná

Biblioteca da Associação Médica do Paraná

Círculo de Estudos Bandeirantes

Casa de Memória de Curitiba

Fundação Santos Lima

Instituto Histórico e Geográfico do Paraná

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS VETERANOS DA FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA (ANVFEB). 2ª Tenente Sylvia Pereira Marques [Fotografia]. Disponível em: <http://www.anvfeb.com.br/enfermeiras_feb.htm>. Acesso em: 15 ago. 2010.

AZEREDO, Teresinha Beatriz Gomes de. A enfermagem no Estado do Paraná. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 18, n. 1, p. 47-55, fev. 1965.

AZEVEDO, Nara; FERREIRA, Luiz Otávio. Modernização, políticas públicas e sistema de gênero no Brasil: educação e profissionalização feminina entre as décadas de 1920 e 1940. **Cadernos Pagu**, vol. 27, p. 217-218, jul./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/cpa/n27/32143.pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2010.

BAHLS, Aparecida Vaz da Silva.; BUSO, Mariane Cristina. Factos da atualidade: charges e caricaturas em Curitiba, 1900-1950. **Boletim Informativo da Casa Romário Martins**, Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, vol. 33, n. 142, maio 2009.

BARATA, Alexandre Mansur. **Maçonaria**, sociabilidade ilustrada e Independência do Brasil (1790-1822). São Paulo – Juiz de Fora: Annablume – EDUFJF – FAPESP, 2006.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BERTUCCI, Liane Maria. **Saúde**: arma revolucionária. São Paulo – 1891/1925. Campinas: CMU/Unicamp, 1997.

BONA JÚNIOR, Aurélio.; VIEIRA, Carlos Eduardo. O discurso da modernidade nas conferências educacionais na década de 1920 no Paraná. In: VIEIRA, Carlos Eduardo (Org.). **Intelectuais, educação e modernidade no Paraná (1886-1964)**. Curitiba: Ed. UFPR, 2007.

BONATO, Nailda Marinho da Costa. A educação das mulheres no pensamento da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (1922-1931). In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 6., 2006, Uberlândia. **Anais...** p. 1373. Disponível em: <<http://www.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/123NaildaMarinhoCostaBonato.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2010.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício do historiador**. Trad. de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BRANTES, Carlos Alberto. Quem foi Rachel Prado? **Paraná Online**, [n. p.], 19 jul. 2008. Disponível em: <<http://www.parana-online.com.br/editoria/almanaque/news/146737/?noticia=QUEM+FOI+RACHEL+PRADO>>. Acesso em: 21 jun. 2010.

BRASIL. SENADO FEDERAL. Portal Senadores. Alô Ticoulat Guimarães. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/senadores/senadores_biografia.asp?codparl=1389&li=41&lcab=1959-1963&lf=41>. Acesso em: 15 ago. 2010.

BRENES, Anayansi Correa. História da parturição no Brasil, século XIX. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 7, n. 2, p. 136, abr./jun. 1991. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v7n2/v7n2a02.pdf>>. Acesso em: 08 ago. 2010.

CAMPOS, Névio de. Intelectuais Paranaenses e as concepções de Universidade: 1892-1938. **Inter-Ação: Revista da Faculdade de Educação da UFG**, v. 32, n. 2, p. 285, jul./dez. 2007.

CANEZIN, Claudete Carvalho. A mulher e o casamento: da submissão à emancipação. **Revista Jurídica Cesumar**, v. 4, n. 1, p. 144, 2004. Disponível em: <<http://www.cesumar.br/pesquisa/periodicos/index.php/revjuridica/article/viewFile/368/431>>. Acesso em 19 fev. 2009.

CASTELLANI FILHO, Lino. **Educação Física no Brasil: a História que não se conta**. 15^a ed. São Paulo: Papirus, 1988.

CENTRO DE LETRAS DO PARANÁ. **Leonor Castellano**. Curitiba, 25 maio 2009, [n. p.]. Disponível em: <http://centrodeletrasdoparana.blogspot.com/2009_05_01_archive.html>. Acesso em: 21 jun. 2010.

CENTRO PAULA SOUZA. **ETEC Carlos de Campos**. Disponível em: <<http://www.etecarlosdecampos.com.br/home.htm>>. Acesso em: 13 fev. 2009.

_____. **ETEC Prof. Aprígio Gonzaga**. Disponível em: <http://www.centropaulasouza.sp.gov.br/Ete/Escolas/Metrop_Sao_Paulo/SP_ETE_Prof_Aprigio.html>. Acesso em: 13 fev. 2009.

CHIES, Paula Viviane. Mulheres precursoras na educação física: um estudo psicossocial de gênero e relações no campo de trabalho. In: CONGRESSO SUL BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 4., 2008. **Anais...** Disponível em: <<http://cbce.tempsite.ws/congressos/index.php/CSBCE/IVCSBCE/paper/view/198/22>>. Acesso em: 06 fev. 2009.

COELHO, Mariana. **A evolução do feminismo: subsídios para a sua história**. 2^a edição [a 1^a edição é de 1933]. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2002.

CONGRESSO INTERNACIONAL, 1., 2003, Toronto. **Actas...** p. 24. Disponível em: <<http://ceris.metropolis.net/virtual%20library/community/Voice%20and%20Choice%20of%20Portuguese%20Immigrant%20Women.pdf>>. Acesso em: 21 jun. 2010.

CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 6., 2006, Uberlândia. **Anais...** p. 1373. Disponível em: <<http://www.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/123NaildaMarinhoCostaBonato.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2010.

COSTA, Tonia. *et al.* Naturalização e medicalização do corpo feminino: o controle social por meio da reprodução. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, v. 10, n. 20, p. 368, jul./dez. 2006. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/icse/v10n20/07.pdf> >. Acesso em: 01 ago. 2010.

CURITIBA. Fundação Cultural. [Vista panorâmica de Curitiba, ano de 1905]. **Coleção Júlia Wanderley** [Galeria 1]. Disponível em:<http://bndigital.bn.br/projetos/redememoria/galerias/Juliaw_1/pages/SN1771.htm>. Acesso em: 07 jun. 2010.

_____. IPPUC. **Carnaval**, ano de 1902, Rua 15 de Novembro [slide n. 14]. Disponível em: <<http://www.ippuc.org.br/Bancodedados/Curitibaemdados/anexos/Curitiba%20de%20antigamente.pps>>. Acesso em: 18 jun. 2010.

_____. _____. **Cine Luz**, ano de 1950 [slide n. 58]. Disponível em: <<http://www.ippuc.org.br/Bancodedados/Curitibaemdados/anexos/Curitiba%20de%20antigamente.pps>>. Acesso em: 26 jun. 2010.

_____. _____. **Rua Barão do Rio Branco**, Curitiba, ano de 1947 [slide n. 49]. Disponível em:<<http://www.ippuc.org.br/Bancodedados/Curitibaemdados/anexos/Curitiba%20de%20antigamente.pps>>. Acesso em: 18 de junho de 2010.

_____. _____. **Theatro Guayra** [slide n. 66]. Disponível em: <<http://www.ippuc.org.br/Bancodedados/Curitibaemdados/anexos/Curitiba%20de%20antigamente.pps>>. Acesso em: 26 jun. 2010.

_____. _____. **Vista da Praça Tiradentes**, ano de 1944 [slide n. 45]. Disponível em: <<http://www.ippuc.org.br/Bancodedados/Curitibaemdados/anexos/Curitiba%20de%20antigamente.pps>>. Acesso em: 18 jun. 2010.

_____. _____. **Vista de Curitiba**, década de 1940 [slide n. 42]. Disponível em: <<http://www.ippuc.org.br/Bancodedados/Curitibaemdados/anexos/Curitiba%20de%20antigamente.pps>>. Acesso em: 16 jun. 2010.

CRE MÁRIO COVAS. **Lygia Fagundes Telles**. Disponível em: < http://www.crmariocovas.sp.gov.br/site_lygia/index.htm > Acesso em: 29 jan. 2009.

DESTEFANI, Cid. Domingos de antigamente. **Gazeta do Povo**, 21 mar. 2010. Coluna Nostalgia. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/colunistas/conteudo.phtml?tl=1&id=984788&tit=Domingos-de-antigamente>>. Acesso em 26 jun. 2010.

DUARTE, Constância Lima. Feminismo e literatura no Brasil. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 49, p. 160, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v17n49/18402.pdf> >. Acesso em: 20 jun. 2010.

DUDEQUE, Irã. **Cidades sem véus: doenças, poder e desenhos urbanos**. Curitiba: Champagnat, 1995.

FEDERAÇÃO ESPÍRITA DO PARANÁ. **Sebastião Paraná de Sottomaior**. Curitiba, [s.d.], [n. p.]. Disponível em: < http://www.feparana.com.br/biografia.php?cod_biog=258>. Acesso em: 21 jun. 2010.

FERNANDES, Lindolfo. **A maternidade Victor Ferreira do Amaral e Silva**. Curitiba: Casa da Memória da Saúde Pública, [s.d.].

FGV/CPDOC. Biografias. **Carlota Pereira de Queiroz**. Disponível em: < http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/biografias/ev_bio_carlotapereiradequeiros.htm>. Acesso em: 18 fev. 2009.

_____. Biografias. **Roberto Lira**. Disponível em: < http://www.cpdoc.fgv.br/nav_jgoulart/htm/biografias/Roberto_Lira.asp>. Acesso em: 08 nov. 2009.

FONSECA, Rosa Maria Godoy Serpa da. Uma leitura generificada da (re)inauguração de um fazer para mulheres: da Inglaterra ao Brasil. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 55, n. 1, p. 76-77, jan./fev. 2002.

FONTENELLE, J. P. **Compendio de Higiene**. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1940, 5ª edição, p. 676.

FREIRE, Maria Martha de Luna. **Mulheres, mães e médicos**: discurso maternalista no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2009.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

_____. **Conversas com Anthony Giddens**: o sentido da modernidade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

GNOATO, Luis Salvador. Curitiba, cidade do amanhã: 40 anos depois. **Revista Arqutextos [online]**, ano 6, n. 72, [n. p.], maio 2006. Disponível em: < <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqutextos/06.072/351>>. Acesso em: 18 jun. 2010.

GOMES, Oscar Martins. **O professor Pamphilo d'Assumpção** – perfil póstumo. Curitiba, mar. 1959. < <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/direito/article/viewFile/6615/4733>>. Acesso em: 21 jun. 2010.

GUIMARÃES, Elisângela E. Resende.; CHIANCA, Tânia C. Machado.; OLIVEIRA, Adriana Cristina de. Infecção puerperal sob a ótica da assistência humanizada ao parto em Maternidade Pública. **Revista Latino-americana de Enfermagem**, v. 15, n. 4, p. 5, jul./ago. 2007. Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/rlae/v15n4/pt_v15n4a03.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2010.

GURIEVITCH, Aaron. **A síntese histórica e a Escola dos Anais**. São Paulo: Perspectiva, 2003.

HERSCHMANN, Micael M.; PEREIRA, Carlos Alberto Messeder (Orgs.). **A Invenção do Brasil Moderno**: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

HORTA, Wanda de Aguiar. Subsídio para a história da enfermagem no Estado do Paraná. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Rio de Janeiro, v. 28, p.62-63, 1975.

IBGE. Anuário estatístico do Brasil. **Arrolamento predial e domiciliário das capitais da União e das suas Unidades Políticas segundo o recenseamento geral de 1920**. Disponível em: <
http://www.ibge.gov.br/seculoxx/arquivos_pdf/populacao/1936/populacao1936aeb_08.pdf>.
 Acesso em: 07 jun. 2010.

_____. Situação demográfica. Estado da população. **População do Brasil, das Unidades da Federação e dos municípios das capitais (estimativa) – 31-XII-1944**. Disponível em: <
http://www.ibge.gov.br/seculoxx/arquivos_pdf/populacao/1941_45/populacao_m_1941_45aeb_003.pdf>. Acesso em 07 jun. 2010.

KOBAYASHI, Elisabete; FARIA, Lina; COSTA, Maria Conceição da. Eugenia e Fundação Rockefeller no Brasil: a saúde como proposta de regeneração nacional. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 11, n. 22, jul./dez. 2009.

LACERDA, Maria Thereza Brito de. As mocinhas da cidade. **Edições Leite Quente**, Curitiba, ano 3, n. 7, ago. 1991, p. 22-23.

LEAHY, Anthony (Org.). **Curitiba 316 anos de história, tradição e identidade**. Curitiba: Instituto Memória, 2009.

LIMA, Eduardo Corrêa. **Victor Ferreira do Amaral e Silva – o reitor de sempre**. Coleção Mestres da Universidade Federal do Paraná. Curitiba: Imprensa da UFPR, 1982, p. 424.

LIMA, Lysandro Santos (publicação póstuma); MACEDO, Rafael Greca de. Memória de vida: Lysandro Santos Lima, 1906-1982. **Boletim Informativo da Casa Romário Martins**, Fundação Cultural de Curitiba, ano 9, n. 65, p. 16-19, jun. 1982.

LYRA, Sophia A. **Rosas de Neve** (como eram as mulheres no começo do século). Rio de Janeiro: Cátedra, 1974.

LÔBO, Paulo Luiz Netto. As vicissitudes da igualdade e dos deveres conjugais no direito brasileiro. **Revista Brasileira de Direito de Família Jus Navigandi**, Teresina, ano 9, n. 722, [n. p.], 27 jun. 2005. Disponível em: <
<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=6929>>.
 Acesso em: 20 jun. 2010.

LOPES, Maria Margaret; SOUSA, Lia Gomes Pinto de. **A trajetória político-científica de Bertha Julia Maria Lutz (1894-1976)**. Contribuições para os estudos de Gênero e Ciências e à crítica da construção da invisibilidade das mulheres. Núcleo de Estudos de Gênero Pagu/UNICAMP, [s.d]. Disponível em: <
http://www.uibcongres.org/imgdb/archivo_dpo1303.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2009.

MACEDO, Rafael Valdomiro Greca de. Freguês de caderno. **Boletim Informativo da Casa Romário Martins**, Fundação Cultural de Curitiba, ano 2, n. 8, p. 7, fev. 1975.

MACHADO, Rita Maria Xavier. A evolução do feminismo: subsídios para sua história [resenha]. **Revista Estudos Feministas** [online], Florianópolis, vol.11, n.1, pp. 319-320, jan./jun. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026x2003000100029&script=sci_arttext>. Acesso em: 20 jun. 2010.

MARQUES, Marília B. **Discursos médicos sobre seres frágeis**. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2000, p. 41.

MARQUES, Vera Regina Beltrão. **A medicalização da raça: médicos, educadores e discurso eugênico**. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 1994, p. 20.

MARTINS, Ana Paula Vosne. **Visões do feminino: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004.

MARTINS, Romário. **Curitiba de outr'ora e de hoje**. Curitiba: Prefeitura Municipal, Edição Comemorativa da Independência do Brasil, 1922.

MATOS, Maria Izilda Santos de; SOIHET, Rachel. (Org.) **O corpo feminino em debate**. São Paulo: Ed. UNESP, 2003.

MEDEIROS, J. **Uma personagem singular**. Instituto de Convivência e de Recriação do Espaço Social. Disponível em: <<http://www.inverso.org.br/index.php/content/view/11341.html>>. Acesso em: 22 fev. 2009.

MENDONÇA, Maí Nascimento. Os franceses em Curitiba. **Boletim Informativo da Casa Romário Martins**, Fundação Cultural de Curitiba, vol. 16, n. 84, jul. 1989, p. 20.

MICHAUD, Alice. Histórico da Enfermagem no Paraná. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 51, n. 2, p. 337, abr./jun. 1998.

MOREIRA, Julio Estrella. **História da Medicina no Paraná: subsídios para o estudo do período colonial**. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado, 1953.

_____. **Luiza da Cunha e Marie Jarousse**, dois nomes que devem ser lembrados. Palestra realizada na Sociedade de Ginecologia e Obstetrícia do Paraná, em 27 de setembro de 1957 [panfleto]. Curitiba, 1957.

MOREIRA, Martha Cristina Nunes. A Fundação Rockefeller e a construção da identidade profissional de enfermagem no Brasil na Primeira República. **História, Ciências, Saúde**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 3, p. 629, nov. 1998/jun. 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59701999000100005>. Acesso em: 01 ago. 2010.

_____. Imagens no espelho de Vênus: mulher, enfermagem e modernidade. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 7, n. 1, p. 59, 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rlae/v7n1/13449.pdf>>. Acesso em: 16/11/08.

MORRISON, Allen. **Os bondes de Curitiba** [Coleção de fotografias]. Disponível em: <<http://www.tramz.com/br/ct/ctp.html>>. Acesso em: 16 jun. 2010.

MOTT, Maria Lúcia; ALVES, Olga Sofia Fabergé. Farmacêuticas em São Paulo (1901-1919). **Boletim do Instituto de Saúde, Memória e História da Saúde em São Paulo**, n. 38, p. 24, abr. 2006. Disponível em: <<http://www.isaude.sp.gov.br/smartsitephp/media/isaude/file/bis/bis38.pdf>>. Acesso em 22 fev. 2009.

_____. Maria Renotte, uma médica paulista no início do século. **Médicis: cultura, ciência e saúde**, ano 2, n. 7, p. 44, nov./dez. 2000.

_____. O curso de partos: deve ou não haver parteiras? **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 108, p. 136, nov. 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n108/a06n108.pdf>>. Acesso em: 03 ago. 2010.

_____. Uma parteira diplomada. **Revista Nossa História**, ano 2, n. 21, p. 29, jul. 2005.

_____. *et al.* As parteiras eram “*tutte quante*” italianas (São Paulo, 1870-1920). **História: Questões e Debates**, n. 47, p. 84, 2007.

_____. *et al.* ‘Moças e senhoras dentistas’: formação, titulação e mercado de trabalho nas primeiras décadas da República. **História, Ciências, Saúde**, v. 15, suplemento, Manguinhos, Rio de Janeiro, p. 101, jun. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v15s0/05.pdf>>. Acesso em: 22 fev. 2009.

MUSEU MAÇÔNICO PARANAENSE [online]. Algumas ruas da cidade de Curitiba com nomes de maçons. Disponível em: <http://www.museumaonicoparanaense.com/MMPraiz/Menu_Geral/Gover_Pref_%20Ruas/DW_Macons_e_Ruas_de_Curitiba.htm>. Acesso em: 02 out. 2010.

_____. Autoridades e obreiros das lojas paranaenses. Disponível em <<http://www.museumaonicoparanaense.com/>>. Acesso em 15 ago. 2010.

_____. Autoridades maçônicas no Paraná: Delegados. Disponível em: <http://www.museumaonicoparanaense.com/MMPraiz/Menu_Autoridades_PR/Delegados/1919_Petit_Carneiro.htm>. Acesso em: 02 out. 2010.

_____. Autoridades maçônicas no Paraná: Grande Oriente Estadual do Paraná (1928/32). Disponível em: <http://www.museumaonicoparanaense.com/MMPraiz/Menu_Autoridades_PR/GrOr1928/1926-Affonso_Alves_de_Camargo.htm>. Acesso em: 02 out. 2010.

_____. Relação dos Obreiros das Lojas jurisdicionadas ao Grande Oriente e Supremo Conselho do Paraná (1902/20). Disponível em: <http://www.museumaonicoparanaense.com/mmpPraiz/MMP_ImagensAbertura/GOP1902/R/ObrLojas.htm>. Acesso em: 02 out. 2010.

NEGRÃO, Francisco. **Genealogia Paranaense**. Imprensa Oficial do Paraná, [s. d.], v. 1, p. 426-428. Disponível em: <<http://rco2000.sites.uol.com.br/gp6.html>>. Acesso em: 02 out. 2010.

NIGHTINGALE, Florence. **Notas sobre enfermagem: o que é e o que não é**. São Paulo: Cortez, 1989.

OLIVEIRA, Beatriz Guitton Renaud Baptista de. A passagem pelos espelhos: a construção da identidade profissional da enfermeira. **Texto & Contexto Enfermagem**, v. 15, n. 1, p. 65, jan./mar. 2006. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/tce/v15n1/a07v15n1.pdf> >. Acesso em: 02 ago. 2010.

PARANÁ. SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA. COORDENADORIA DO PATRIMÔNIO CULTURAL. **Paisagem urbana da Rua XV de Novembro**. Histórico. Disponível em: < <http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=62> >. Acesso em: 26 jun. 2010.

PEREIRA NETO, André de Faria. A profissão médica em questão (1922): dimensão histórica e sociológica. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 4, p. 609, out./dez. 1995. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v11n4/v11n4a07.pdf>>. Acesso em: 09 ago. 2010.

_____. **Ser médico no Brasil: o presente no passado**. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2001.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, v. 5, n. 10, 1992.

PRIORE, Mary Del. (Org.); BASSANEZI, Carla (Coord. de textos). **História das mulheres no Brasil**, 2ª ed. São Paulo: Contexto, 1997.

RAGO, Elisabeth Juliska. A ruptura do mundo masculino da medicina: médicas brasileiras no século XIX. **Cadernos Pagu**, n. 15, 2000, p. 203 – nota 4. Disponível em: < <http://www.pagu.unicamp.br/files/cadpagu/Cad15/n15a09.pdf> >. Acesso em: 22 fev. 2009.

_____. Francisca Prager Fróes e a igualdade dos sexos. **Labrys Estudos feministas**, [n. p.], ago./dez. 2005. Disponível em: < http://www.unb.br/ih/his/gefem/labrys8/histoire/elizabeth.htm#_edn3>. Acesso em: 16 fev. 2009.

_____. Francisca Prager Fróes: medicina, gênero e poder nas trajetórias de uma médica baiana (1872-1931). **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 13, n. 3, p. 991, 2008. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/csc/v13n3/20.pdf> >. Acesso em: 16 fev. 2009.

RIESCO, Maria Luiza Gonzales.; TSUNECHIRO, Maria Alice. Formação profissional de obstetrias e enfermeiras obstétricas: velhos problemas ou novas possibilidades? **Revista de Estudos Feministas**, São Paulo, ano 10, p. 450-1, 2º semestre/2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n2/14970.pdf>>. Acesso em: 09 ago. 2010.

SANTOS, Antonio Cesar de Almeida. **Memórias e cidade: depoimentos e transformação urbana de Curitiba (1930-1990)**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999, 2ª ed.

SANTOS, Luísa Cristina dos. **Georgina Mongruel** – Vida. GT A mulher na literatura/ANPOLL, UFSC, [n. p.], biênio 2002/2004. Disponível em: < http://www.amulhernaliteratura.ufsc.br/catalogo/georgina_vida.html >. Acesso em: 21 jun. 2010.

SANTOS, Nestor Victor dos. **A terra do futuro: impressões do Paraná**. Curitiba: Prefeitura Municipal, 1996.

SANTOS, Tânia Cristina Franco. Significado dos emblemas e rituais na formação da Identidade da Enfermagem brasileira: uma reflexão após oitenta anos. **Escola Anna Nery Revista de Enfermagem**, v. 8, n. 1, p. 83, abr. 2004.

SANTOS, Yumi Garcia dos. A implementação dos órgãos governamentais de gênero no Brasil e o papel do movimento feminista: o caso do Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo. **Cadernos Pagu**, n. 27, p. 409, jul./dez. 2006. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n27/32149.pdf> >. Acesso em: 20 jun. 2010.

SENADO FEDERAL. Portal Senadores. **Alô Ticoulat Guimarães**. Disponível em: < http://www.senado.gov.br/senadores/senadores_biografia.asp?codparl=1389&li=41&lcab=1959-1963&lf=41 >. Acesso em: 15 ago. 2010.

SERAPHIM, Gláucia Borges. Revisitando a Enfermagem na Universidade Federal do Paraná e a Revista Cogitare – Enfermagem. **Cogitare Enfermagem**, v. 1, n. 1, p. 99-102, jan./jun. 1996.

SEVCENKO, Nicolau (Org.). **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, v. 3.

SOIHET, Rachel. A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres e a militância feminista de Bertha Lutz. **Revista Brasileira de Educação**, n. 15, p. 101, nov./dez. 2000. Disponível em: < http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE15/RBDE15_08_RACHEL_SOIHET.pdf >. Acesso em: 12 fev. 2009.

SPINK, Mary Jane P. **Psicologia Social e Saúde: práticas, saberes e sentidos**. 2ª ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2004, p. 189.

TELLES, Lygia Fagundes. **Cadernos de Literatura Brasileira** - Instituto Moreira Salles, 1998. Não paginado. Entrevista. Disponível em: < http://www.crmariocovas.sp.gov.br/site_lygia/declaracoes.htm >. Acesso em: 29 jan. 2009.

TERRA. Prostitutas alemãs treinam para virar enfermeiras e vendedoras. **Terra**, 29 mar. 2006. Disponível em: < <http://noticias.terra.com.br/popular/interna/0,,OI940563-EI1141,00.html> >. Acesso em: 15 nov. 2009.

TRINDADE, Etelvina Maria de Castro. Ana Coelho uma voz portuguesa no sul do Brasil. In: CONGRESSO INTERNACIONAL, 1., 2003, Toronto. **Actas...** p. 24. Disponível em: < <http://ceris.metropolis.net/virtual%20library/community/Voice%20and%20Choice%20of%20Portuguese%20Immigrant%20Women.pdf> >. Acesso em: 21 jun. 2010.

TRINDADE, Etelvina Maria de Castro; MARTINS, Ana Paula Vosne (Org.). **Mulheres na História** – Paraná séculos 19 e 20. Curitiba: UFPR, 1997.

TURKIEWICZ, Maria. **História da Enfermagem**. Curitiba: [s.n.], 1979.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. ESCOLA DE ARTES, CIÊNCIAS E HUMANIDADES. **Bacharelado em Obstetrícia** – Grade curricular. Disponível em: <<http://sistemas2.usp.br:8080/jupiterweb/listarGradeCurricular?codcg=86&codcur=86500&codhab=203&tipo=N>>. Acesso em 28/05/09.

_____. **Bibliografia básica**. Disciplina ACH5033 - Fundamentação do Processo de Cuidar na Saúde da Mulher. Disponível em: <<http://sistemas2.usp.br:8080/jupiterweb/obterDisciplina?sgldis=ACH5033&codcur=86500&codhab=203>>. Acesso em: 28/05/09.

_____. **Docentes responsáveis**. Disciplina ACH5033 - Fundamentação do Processo de Cuidar na Saúde da Mulher. Disponível em: <<http://sistemas2.usp.br:8080/jupiterweb/obterDisciplina?sgldis=ACH5033&codcur=86500&codhab=203>>. Acesso em: 28/05/09.

VAIDADE. In: MINIDICIONÁRIO Aurélio. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira S.A., 1985.

VALADARES, Altamira Pereira. **Álbum biográfico das febianas**. 2ª Tenente Enfermeira Sylvia Pereira Marques – Resumo biográfico. Batatais/SP: Centro de Documentação Histórica do Brasil, 1976. Disponível em: <http://www.anvfeb.com.br/enf_sylvia_pereira_marques.htm>. Acesso em: 15 ago. 2010.

VIEIRA, Carlos Eduardo (Org.). **Intelectuais, educação e modernidade no Paraná (1886-1964)**. Curitiba: Ed. UFPR, 2007.

ZÁRATE, María Soledad. **Dar a luz en Chile, siglo XIX**. De la “ciencia de hembra” a la ciencia obstétrica. Santiago/Chile: Ediciones de la Dirección de Bibliotecas, Archivos y Museos, 2007.

Tese/ Dissertação

BARP, Ediana. **A introdução da Radiologia na Bahia**: das primeiras lições na Faculdade de Medicina à criação de uma disciplina (1897-1974). Dissertação (Mestrado em História da Ciência) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006.

BENVENUTTI, Alexandre Fabiano. **As reclamações do povo na Belle Époque**: a cidade em discussão na imprensa curitibana (1909-1916). Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, 2004.

BERBERI, Elizabete. **Impressões**: a modernidade através das crônicas no início do século em Curitiba. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, 1996.

BERNARDES, Maria Thereza Caiuby Crescente. **Mulheres educadas** - Rio de Janeiro do século XIX (1840-1890). Tese (Doutorado em Sociologia) - Departamento de Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1983.

BRANDÃO, Nadja dos Santos. **Da tesoura ao bisturi, o ofício das parteiras** – 1897-1967. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1998.

GANZ, Ana Maria. **Vivências e falas trabalho feminino em Curitiba, 1925-1945**. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, 1994.

HIRATA, Vera Marisa. **Maternidade no Paraná**, uma questão de vida e morte: uma análise das práticas de saúde. Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, 1991.

JORGE, Dilce Rizzo. **Evolução da Legislação Federal do ensino e do exercício profissional da obstetriz (parteira) no Brasil**. Tese (Docência Livre) – Escola de Enfermagem Anna Nery/UFRJ, 1974.

MIRANDA, Jussara Valéria de. **“Recuso-me”!** Ditos e escritos de Maria Lacerda de Moura. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, 2006. Disponível em: < http://www.bdtd.ufu.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=719>. Acesso em: 20 jun. 2010.

MOTT, M. L. **Parto, parteiras e parturientes Mme. Durocher e sua época**. Tese (Doutorado em História) - Departamento de História, FFLCHUSP, 1998.

PIZANI, Maria Angélica Pinto Nunes. **Os caminhos do ensino de graduação em enfermagem na cidade de Curitiba, de 1953 a 1994**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, 1999.

PROGIANTI, Jane Márcia. **Parteiras, médicos e enfermeiras: a disputada arte de partejar** (Rio de Janeiro – 1934/1951). Tese (Doutorado) – Escola de Enfermagem Anna Nery/Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2001.

RIZZOTTO, Maria Lúcia Frizon. **(Re) vendo a questão da origem da Enfermagem profissional no Brasil: a Escola Anna Nery e o mito da vinculação com a Saúde Pública**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). São Paulo, 1995.

SANTOS, Geralda Fortina dos. **Escola de Enfermagem Carlos Chagas (1933-1950): a Deus, pela humanidade, para o Brasil**. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2006, p. 207-208. Disponível em: < http://dspace.lcc.ufmg.br/dspace/bitstream/1843/ASOA-6VMF6A/1/tese_maio_2006.pdf >. Acesso em: 01 ago. 2010.

SIGOLO, Renata Palandri. **A saúde em frascos: concepções de saúde, doença e cura:** Curitiba, 1930/1945. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, 1995.

TRINDADE, Etelvina Maria de Castro. **Clotildes ou Marias mulheres de Curitiba na Primeira República.** Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1992.

VÁZQUEZ, Georgiane Garabely Heil. **Mais cruéis do que as próprias feras: aborto e infanticídio nos campos gerais entre o século XIX e o século XX.** Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2005.

VIEIRA, Maria Aparecida de Lima. **Mulheres na Medicina: construindo espaços na São Paulo do início do século XX.** Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade São Francisco, Itatiba, 2006, p. 25. Disponível em: <
http://www.saofrancisco.edu.br/itatiba/mestrado/educacao/uploadAddress/Dissertacao_Marcia_Vieira%5B1575%5D.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2009.

APÊNDICES

- APÊNDICE I – Teses de Medicina do Brasil (1841-1947) que abordam o corpo feminino nas áreas de obstetrícia, ginecologia, medicina legal, anatomia patológica, urologia, higiene, clínica médica, cirurgia, neurologia, psiquiatria e fisiologia.....200
- APÊNDICE II – Trabalhos que abordam o corpo da mulher, publicados na *Revista Médica do Paraná* entre 1932 e 1948 e organizados segundo o autor e a data de publicação.208
- APÊNDICE III – Fármacos elaborados para o organismo feminino, segundo o laboratório, composição, indicação e data do anúncio na *Revista Médica do Paraná*.209
- APÊNDICE IV – Serviços e exames complementares prestados por médicos em Curitiba e anunciados na *Revista Médica do Paraná* (1931-1946).....213
- APÊNDICE V – Médicos (as) ginecologistas e/ou obstetras que anunciavam seus serviços nos jornais *Commercio do Paraná* e *Gazeta do Povo* entre os anos de 1915 e 1934.....214
- APÊNDICE VI – Movimento clínico da Maternidade do Paraná (denominada de Maternidade Victor Ferreira do Amaral após três de maio de 1930), por ano de funcionamento, segundo o número de entradas, tipo de internamento, nacionalidade, número de partos e raça das parturientes.217
- APÊNDICE VII – Movimento clínico da Maternidade do Paraná (denominada de Maternidade Victor Ferreira do Amaral após três de maio de 1930), por ano de funcionamento, segundo o número de abortos, intervenções obstétricas, complexidades do pré, intra e pós-partos, nascimentos vivos e mortos e saídas de mulheres vivas e mortas.....218
- APÊNDICE VIII – Estatística do serviço clínico-cirúrgico do Hospital Victor do Amaral, por ano de funcionamento, segundo o movimento geral de internamento e as internadas.....219
- APÊNDICE IX – Estatística do serviço clínico-cirúrgico do Hospital Victor do Amaral, por ano de funcionamento, segundo tipos de partos operatórios, número de nascimentos vivos e mortos, número de abortos, tipos de complexidades do pré, intra e pós-partos, intervenções ginecológicas e cirúrgicas, número de atendimento nos ambulatórios e óbitos.....220
- APÊNDICE X – Nascimentos registrados em Curitiba, por ano e segundo o número absoluto dos nascidos vivos e mortos.221
- APÊNDICE XI – Transcrição de entrevista realizada pela autora em dezembro de 2009 com médico professor do curso de Enfermagem Obstétrica da Faculdade de Medicina do Paraná na década de 1940.222
- APÊNDICE XII – Parteiras práticas licenciadas que registraram seus certificados na Diretoria do Serviço Sanitário do Paraná, segundo a data de nascimento, estado civil, naturalidade, paternidade, data do registro do título no Paraná e legislação que o regulamenta (Livro Registros Médico- Cirúrgicos).235

APÊNDICE XIII – Parteiras práticas licenciadas que registraram seus certificados na Diretoria Geral de Saúde do Estado do Paraná, segundo nascimento, naturalidade, paternidade, data do registro do título no Paraná e legislação que o regulamenta (Livro 2 – Registro de Títulos).	236
APÊNDICE XIV – Parteiras práticas licenciadas que registraram seus certificados na Diretoria do Serviço Sanitário do Paraná, segundo nascimento, estado civil, naturalidade, paternidade, data do registro do título no Paraná e legislação que o regulamenta (Livro 2 – Registro de Títulos).	239
APÊNDICE XV – Parteiras práticas licenciadas que registraram seus certificados na Diretoria Geral de Saúde do Estado do Paraná, segundo naturalidade, paternidade, data do registro do título no Paraná e legislação que o regulamenta (Livro 3 – Títulos Profissionais).	240
APÊNDICE XVI – Parteiras práticas licenciadas que registraram seus certificados na Diretoria Geral de Saúde Pública do Estado do Paraná e, a partir de maio de 1947, na então criada Secretaria de Saúde e Assistência Social, segundo a data de nascimento, paternidade, data de formatura, data do registro do título no Paraná e legislação que o regulamenta (Livro 7 – Registro de Títulos).	242
APÊNDICE XVII – Parteiras práticas licenciadas que registraram seus certificados na Secretaria de Saúde e Assistência Social do Estado do Paraná (SSAS), Departamento de Saúde, Divisão de Fiscalização do Exercício Profissional, segundo a data de nascimento, estado civil, naturalidade, paternidade, datas da expedição do certificado e registro (Livro 1 – Odontólogos e Diversos).	243
APÊNDICE XVIII – Parteiras práticas licenciadas que registraram seus certificados na Secretaria de Saúde e Assistência Social do Estado do Paraná (SSAS), Departamento de Saúde, Divisão de Fiscalização do Exercício Profissional, segundo a data de nascimento, estado civil, naturalidade, paternidade, data da expedição do diploma pela Secretaria de Saúde Pública (SSP), data do registro do título no Paraná e legislação que o regulamenta (Livro 2 – Odontólogos).	244
APÊNDICE XIX – Parteiras práticas licenciadas que registraram seus certificados na Secretaria de Saúde e Assistência Social do Estado do Paraná (SSAS), Departamento de Saúde, Divisão de Fiscalização do Exercício Profissional, segundo a data de nascimento, estado civil, naturalidade, paternidade, data da expedição do diploma pela Secretaria de Saúde Pública (SSP), data do registro do título no Paraná e legislação que o regulamenta (Livro 3 – Odontólogos e Diversos).	245
APÊNDICE XX – Enfermeiras Obstétricas do curso de Enfermagem Obstétrica (1932-1951) da Faculdade de Medicina do Paraná/Maternidade Victor do Amaral, por ano de formatura.	246
APÊNDICE XXI – Enfermeiras Obstétricas que registraram seus certificados na Diretoria Geral de Saúde do Estado do Paraná, segundo data de nascimento, naturalidade, paternidade, data do registro do título no Paraná e legislação que o regulamenta (Livro 3 – Títulos Profissionais).	249

- APÊNDICE XXII – Enfermeiras Obstétricas que registraram seus certificados na Diretoria Geral de Saúde do Estado do Paraná, segundo data de nascimento, naturalidade, paternidade, data do registro do título no Paraná e legislação que o regulamenta (Livro 4 – Títulos Profissionais).250
- APÊNDICE XXIII – Enfermeiras Obstétricas que registraram seus certificados na Diretoria Geral de Saúde do Estado do Paraná, segundo data de nascimento, naturalidade, paternidade, data do registro do título no Paraná e legislação que o regulamenta (Livro Títulos Profissionais 1940).251
- APÊNDICE XXIV – Enfermeiras Obstétricas que registraram seus certificados na Diretoria Geral de Saúde do Estado do Paraná, segundo data de nascimento, naturalidade, paternidade, data do registro do título no Paraná e legislação que o regulamenta (Livro 6 – Títulos Profissionais).252
- APÊNDICE XXV – Enfermeiras Obstétricas que registraram seus certificados na Diretoria Geral de Saúde do Estado do Paraná, e, a partir de maio de 1947, na então criada Secretaria de Saúde e Assistência Social, segundo data de nascimento, naturalidade, paternidade, data de formatura, data do registro do título no Paraná e legislação que o regulamenta (Livro 7 – Registro de Títulos).253
- APÊNDICE XXVI – Enfermeiras Obstétricas que registraram seus certificados na Secretaria de Saúde e Assistência Social do Estado do Paraná, Departamento de Saúde, Divisão de Fiscalização do Exercício Profissional, segundo data de nascimento, estado civil, naturalidade, paternidade, data da expedição do certificado pela Universidade, data do registro no Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina do Departamento Nacional de Saúde, data do registro do título no Paraná e legislação que o regulamenta (Livro 1 – Odontólogos e Diversos).....254
- APÊNDICE XXVII – Enfermeiras Obstétricas que registraram seus certificados na Secretaria de Saúde e Assistência Social do Estado do Paraná, Departamento de Saúde, Divisão de Fiscalização do Exercício Profissional, segundo data de nascimento, estado civil, paternidade, data da expedição do certificado pela Universidade, instituição formadora, data do registro do título no Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina do Departamento Nacional de Saúde, data do registro no Paraná e legislação que o regulamenta (Livro 2 – Odontólogos e Diversos).....256
- APÊNDICE XXVIII – Enfermeiras Obstétricas que registraram seus certificados na Secretaria de Saúde e Assistência Social do Estado do Paraná, Departamento de Saúde, Divisão de Fiscalização do Exercício Profissional, segundo data de nascimento, estado civil, paternidade, data da expedição do certificado pela Universidade, data do registro do título no Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina do Departamento Nacional de Saúde, data do registro do título no Paraná e legislação que o regulamenta (Livro 3 – Odontólogos e Diversos).....257

APÊNDICE I – Teses de Medicina do Brasil (1841-1947) que abordam o corpo feminino nas áreas de obstetrícia, ginecologia, medicina legal, anatomia patológica, urologia, higiene, clínica médica, cirurgia, neurologia, psiquiatria e fisiologia.

AUTOR	ASSUNTO	ÁREA	INSTITUIÇÃO	ANO
-	Dystocia Materna e seu Tratamento (150 p.)	-	-	-
Caldas Bivar	Ruptura Espontanea do Utero (31 p.)	Concurso/ Cadeira de Clinica Obstetrica	Faculdade de Medicina do Recife	-
João Alfredo Gonçalves da Costa Lima	Estudo Semiologico do Seio (165 p.)	Concurso/ Propedeutica Cirúrgica	Faculdade de Medicina do Recife	-
João Antonio de Velasco Molina	Delivramento (24 p.)	Doutoramento	Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro	13/12/1841
Francisco Benedicto de Mello	A Prenhez Extra-Uterina (30 p.)	Doutoramento	Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro	18/12/1841
Climaco Barbosa	Do Aborto Provocado pelo Parteiro e suas Indicações (73 p.)	Doutoramento	Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro	30/08/1862
José Pedro de Souza Braga	Dos casos em que a Extracção do Feto é Necessária e dos Processos Operatórios que se Devem Empregar (136 p.)	Concurso para oppositor da Secção Cirúrgica	Faculdade de Medicina da Bahia	Mai/1873
Odilon Ferreira Machado	Hygiene de Gravidez (96 p.)	Doutoramento/ Cadeira de Obstetrícia	Faculdade de Medicina e de Pharmacia da Bahia	15/10/1900
Ernesto Pereira Teixeira	Operação Cesariana (69 p.)	Doutoramento/ Cadeira de Clínica Obstétrica e Gynecologia	Faculdade de Medicina e de Pharmacia da Bahia	31/10/1900
Francisco Clementino Carneiro da Cunha	Do Abortamento (82 p.)	Cadeira de Obstetrícia	Faculdade de Medicina da Bahia	12/12/1905

AUTOR	ASSUNTO	ÁREA	INSTITUIÇÃO	ANO
Alexandre dos Santos Selva Junior	Do Aleitamento Materno sob o ponto de vista Medico Social (113 p.)	Doutoramento/ Clinica Pediatrica	Faculdade de Medicina da Bahia	31/10/1910
José Rodrigues da Graça Mello	Da Justificação dos Meios Anti-Concepções Temporarias na Profilaxia Moral e Social (181 p.)	Doutoramento/ Medicina Legal	Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro	23/03/1911
Antonio Fernandes da Costa Junior	Abôrto Criminozo no Rio de Janeiro (136 p.)	Doutoramento/ Medicina Legal	Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro	14/11/1911
Armando Augusto de Britto Macêdo	Da Insufficiencia Ovariana (69 p.)	Doutoramento/ Cadeira de Clinica Gynecologica	Faculdade de Medicina da Bahia	20/12/1916
Waldemar Luiz da Rocha	Considerações Em Torno à Etio-Pathogenia da Hysteria (110 p.)	Doutoramento/ Clínica Neurológica	Faculdade de Medicina da Bahia	30/10/1918
Arsenio Tavares	Alguns Aspectos de Higiene na Defesa da Maternidade (35 p.)	Concurso/ Medicina Publica	Faculdade de Direito do Recife	1919
Antonio Gonçalves de Lima	<i>Kraurosis Vulvae</i> (96 p.)	Doutoramento/ Clinica Gynecologica	Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro	27/07/1921
Francisco José Guerios	Aleitamento (80 p.)	Cadeira de Hygiene	Faculdade de Medicina do Paraná	1922
Antonio Pereira Maltez	Ligeira Contribuição ao Estudo das Atresias Vaginaes (73 p.)	Doutoramento/ Clinica Gynecologica	Faculdade de Medicina da Bahia	29/10/1923
Alvaro Camargos	Cesareana Segmentar Transperitoneal (138 p.)	Doutoramento/ Cadeira de Clinica Obstetrica	Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro	27/12/1924
Nise da Silveira	Ensaio sobre a Criminalidade da Mulher no Brasil (113 p.)	Doutoramento	Faculdade de Medicina da Bahia	1926

AUTOR	ASSUNTO	ÁREA	INSTITUIÇÃO	ANO
José Henrique Barros de Araujo	Das Rupturas do Utero Grávido (38 p.)	Doutoramento/ Clínica Obstétrica	Faculdade de Medicina de Porto Alegre	30/11/1927
Valdemar de Oliveira	O Exame Médico Pré-Nupcial (100 p.)	Concurso/ Higiene	Faculdade de Medicina do Recife	1928
Antonio Simões da Silva Freitas	Tuberculose e Gravidez (65 p.)	Doutoramento/ Cadeira de Clínica Médica	Faculdade de Medicina da Bahia	20/03/1928
Brand Alves de Lima	Delivramento Artificial pelo Processo de Mojon-Gagaston (80 p.)	Doutoramento/ Clínica Cirúrgica	Faculdade de Medicina da Bahia	30/10/1928
Ormeu Lobão do Rego Monteiro	Tratamento Cirúrgico das Infecções Puerperales (51 p.)	Doutoramento/ Clínica Obstétrica	Faculdade de Medicina da Bahia	30/10/1928
Adalberto de Assis Nazareth	Em Torno do Coração e Casamento (77 p.)	Doutoramento/ Cadeira de Higiene	Faculdade de Medicina da Bahia	30/10/1928
Menandro Martins Dantas	A Movimentação da Parida (Contribuição ao Estudo do Posparto Normal) (57 p.)	Doutoramento/ Clínica Obstétrica	Faculdade de Medicina da Bahia	31/10/1928
Christovão Xavier Lopes	Infecções de Substancias Opacas na Cavidade Tubo-Uterina (60 p.)	Doutoramento/ Cadeira de Gynecologia	Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro	17/12/1928
Geraldo de Andrade	Concepcionismo Inconsciente e Mortalidade Infantil	Higiene	Apresentada no 5º Congresso Brasileiro de Higiene, realizado no Recife (17 a 22/10/1929)	1929
Daniel de Lellis Bueno Teixeira	Puericultura Pre-Concepcional (26 p.)	Doutoramento/ Higiene	Faculdade de Medicina da Bahia	30/10/1929

AUTOR	ASSUNTO	ÁREA	INSTITUIÇÃO	ANO
Ruy de Lima Maltez	Da Relativa Innocuidade das Intervenções Gynecológicas durante a Gravidez (38 p.)	Doutoramento/ Gynecologia	Faculdade de Medicina da Bahia	30/10/1929
Alberto Augusto de Souza	Fibromas Uterinos e Gravidez (84 p.)	Doutoramento/ Cadeira de Clínica Obstétrica	Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro	04/12/1929
João Auricchio	Estatística das Operações Cesareanas na Maternidade do Rio de Janeiro (118 p.)	Doutoramento/ Cadeira de Clínica Obstétrica	Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro	05/12/1929
João Rubim de Carvalho	A Cirurgia Obstétrica no Tratamento da Placenta Prévia (84 p.)	Doutoramento/ Cadeira de Clínica Obstétrica	Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro	14/12/1929
Luciano de Oliveira	Tensão Arterial em Obstetrícia (86 p.)	Doutoramento/ Clínica Médica e Obstétrica	Faculdade de Medicina do Recife	1930
Antônio da Trindade Meira Henriques	Da Aplasia dos Órgãos Genitais Internos da Mulher (87 p.)	Doutoramento/ Cadeira de Clínica Gynecológica	Faculdade de Medicina do Recife	1930
Luiz Edson de Gouvêa	Descollamento Prematuro da Placenta Normalmente Inserida (34 p.)	Doutoramento/ Clínica Obstétrica	Faculdade de Medicina da Bahia	25/02/1930
Dagoberto Ramos de Almeida	Da Placenta Prévia e seu Tratamento (29 p.)	Doutoramento/ Clínica Obstétrica	Faculdade de Medicina da Bahia	25/02/1930
Arthur Ferreira Tavares	Operação de Kielland (33 p.)	Doutoramento/ Clínica Gynecológica	Faculdade de Medicina do Recife	27/02/1930
Nino Magno Baptista	Estudo Médico Social do Aborto (74 p.)	Doutoramento/ Medicina Legal	Faculdade de Medicina da Bahia	15/10/1930

AUTOR	ASSUNTO	ÁREA	INSTITUIÇÃO	ANO
Carlos da Silva Tupiniquim	Do Exame Médico Pré-Nupcial (69 p.)	Doutoramento/ Hygiene	Faculdade de Medicina da Bahia	30/10/1930
Vitalmiro de Almeida	Infanticídio e a Prova do Nascimento com Vida (44 p.)	Doutoramento/ Medicina Legal	Faculdade de Medicina da Bahia	30/10/1930
Lutgard Macêdo	Estupro (53 p.)	Doutoramento/ Medicina Legal	Faculdade de Medicina da Bahia	30/10/1930
Jorge de Souza Heine	Apreciações sobre o Conservantis mo na Cirurgia do Utero (71 p.)	Doutoramento/ Gynecologia	Faculdade de Medicina da Bahia	30/10/1930
Arnaud Nery Heine	Vomitos Gravidicos (59 p.)	Doutoramento/ Clínica Obstetrica	Faculdade de Medicina da Bahia	30/10/1930
Francisco Augusto da Silva Ramos	Cesareana Tardia Conservado Ra (Conceito Atual) (58 p.)	Doutoramento/ Cadeira de Clínica Obstétrica	Faculdade de Medicina do Recife	30/10/1930
Arlindo de Lima Telles	Da Importância dos Exames Gynecologicos em Medicina Mental (57 p.)	Doutoramento/ Cadeira de Psychiatria	Faculdade de Medicina da Bahia	30/10/1930
Agenor Araujo	Hystero-Pexia Ligamentar por Via Vaginal (31 p.)	Doutoramento/ Clinica Gynecologica	Faculdade de Medicina da Bahia	30/10/1930
Cleobulo de Sant'anna e Souza	"Phlegmatia Alba Dolens" (Etiologia e Tratamento) (55 p.)	Doutoramento/ Clínica Obstetrica	Faculdade de Medicina da Bahia	30/10/1930
Francisco Chaves Brasileira	Da Trachelecto Mia (73 p.)	Doutoramento/ Cadeira de Clinica Gynecologica	Faculdade de Medicina da Bahia	30/10/1930

AUTOR	ASSUNTO	ÁREA	INSTITUIÇÃO	ANO
Vicente de Paulo Cyrillo Wanderley	Perturbações Circulatorias do Climacterio (81 p.)	Doutoramento/ Clinica Medica	Faculdade de Medicina da Bahia	30/10/1930
Nelson Vieira Martins	Em torno de 865 Casos de Aplicação de Forceps (Estudo Estatístico) (76 p.)	Doutoramento/ Cadeira de Clinica Obstetrica	Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro	28/11/1930
Peregrino da Silva	A mulher e a criança Noções de Physiologia e Hygiene antes...durante... e depois do Parto (149 p.)	-	São Paulo	1931
João de Farias Pimentel Filho	Therapeutica da Infecção Puerperal (84 p.)	Doutoramento/ Cadeira de Obstetricia	Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro	1931
Cypriano Cornélio Gomes dos Santos	A Hora do Secundamen to (73 p.)	Doutoramento/ Cadeira de Clinica Obstetrica	Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro	25/02/1931
Esmeralda da Cunha Vasconcellos	Em torno do Processo de Delmas (69 p.)	Doutoramento/ Cadeira de Clinica Obstetrica	Faculdade de Medicina da Bahia	25/02/1931
Nelson Reis Cabral	Em torno da Esterilidade feminina e da fecundação artificial (55 p.)	Doutoramento/ Cadeira de Gynecologia	Faculdade de Medicina da Bahia	25/02/1931
Mario Rossetto	Contribuição ao Estudo da Função Mammaria na Gravidez e no Puerperio (94 p.)	Provável Doutoramento	Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro	11/07/1931
Oscar Dantas	O Estado Mental das Leprosas (Psicose na Lepra) (79 p.)	Doutoramento/ Cadeira de Clinica Psiquiatrica	Faculdade de Medicina da Bahia	31/10/1931

AUTOR	ASSUNTO	ÁREA	INSTITUIÇÃO	ANO
Allyrio Teixeira de Cachapuz	Introdução ao Estudo das Rupturas do Utero Grávido (49 p.)	Doutoramento/ Cadeira de Clínica Obstétrica	Faculdade de Medicina de Porto Alegre	15/12/1931
Eurípides Jobim Oliveira	A Dilatação Artificial do Collo do Utero no Trabalho de Parto, pelos Alcaloides Totais da Belladona (52 p.)	Doutoramento/ Obstetrícia	Faculdade de Medicina de Porto Alegre	1932
Dante Augusto da Silva	A Moral, as nossas Leis, a Sociedade e a Medicina – Em face do problema medico-social da Prostituição (Ligeiro Esboço) (81 p.)	Doutoramento/ Cadeira de Medicina Legal	Faculdade de Medicina da Bahia	25/02/1932
José Lucena	Cronologia da Puberdade Feminina e sua Significação Fisiológica (27 p.)	Concurso/ Cadeira de Fisiologia	Faculdade de Medicina do Recife	1933
Eduardo Amado de Freitas	Analgesia do Parto pelo Método de Gwathmey	Doutoramento/ Clínica Obstétrica	Faculdade de Medicina da Bahia	04/01/1933
Dra. Eudesia Carvalho Vieira	Síndrome de Schickelé (40 p.)	Doutoramento/ Cadeira de Obstetrícia	Faculdade de Medicina do Recife	1934
Jorge Bittencourt	Endometriose (contribuição ao seu estudo) (144 p.)	Concurso/ Cadeira de Clínica Gynecologica	Faculdade de Medicina do Recife	1935
Jorge Ferreira Machado	Indução do Parto (Contribuição ao Estudo do Processo de Delbert-Jackson (83p.)	Doutoramento/ Clínica Obstétrica	Faculdade de Medicina da Bahia	18/07/1935
Manoel Regis de Moura Junior	Da Amenorréia nas Verminoses (58 p.)	Concurso/ Cadeira de Clínica Gynecologica	Faculdade de Medicina do Recife	Set/1935

AUTOR	ASSUNTO	ÁREA	INSTITUIÇÃO	ANO
Domingos Delascio	Neoplasmas da Granulosa do Ovário, Contribuição ao Estudo Anatomo- Patológico e Clínico (168 p.)	Doutoramento/ Ginecologia	Faculdade de Medicina de São Paulo	1938
Geraldo Vicente de Azevedo	Da Incontinência Uretral na Mulher (93 p.)	Concurso/ Clínica Urológica	Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo	1938
Moacyr de Freitas Amorim	Contribuição para o Estudo da “Chamada” Capsula dos Miomas Uterinos (48 p.)	Concurso/ Anatomia Patologica	Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo	1939
J. Onofre Araujo	Sídero – Função Placentária (75 p.)	Concurso/ Clínica Obstetrica e Puericultura Neo- Natal	Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo	1941
Bernardino Tranchesi	Moléstias do Coração e Gravidez (170 p.)	Concurso/ Clinica Medica	Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo	1944
João Batista de Oliveira e Costa Junior	Contribuição para o Estudo da Hictologia do Hímen e seu Valor Medico-Legal (58 p.)	Concurso/ Medicina Legal	Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo	1945
Algelo de Abreu e Lima	Conservação dos Ovários nas Histerectomias (116 p.)	Concurso/ Cadeira de Clínica Ginecológica	Faculdade de Medicina do Recife	1946
Alberto Henrique Rocha	Contribuição da Colposcopia ao Diagnóstico Ginecológico (113 p.)	Concurso/ Cadeira de Clínica Ginecológica	Faculdade de Medicina da Universidade de Minas Gerais	1947

Fonte: GRUPO DE ESTUDO DA HISTÓRIA DA SAÚDE: SOCIEDADE E NATUREZA. **Memórias da Medicina** – Catálogo de teses de Medicina do Brasil (1841-1948). Recife: Universidade Federal de Pernambuco/CFCH/Divisão de Pesquisa, Departamento de História: Ed. Universitária da UFPE, 2000. Nota: as teses foram selecionadas e compiladas pela autora.

APÊNDICE II – Trabalhos que abordam o corpo da mulher, publicados na *Revista Médica do Paraná* entre 1932 e 1948 e organizados segundo o autor e a data de publicação.

TRABALHO	AUTOR	DATA DE PUBLICAÇÃO
CESARIANA VAGINAL	Dr. ERASTO GAERTNER (FACULDADE DE MEDICINA DO PR)	DEZ./1932
ENSAIOS DE PUERICULTURA – CASAMENTO – GESTAÇÃO – RECESMNACIDO (SIC)	Dr. MÁRIO GOMES	JAN./1933
DIAGNOSTICO DO TRABALHO DE PARTO POR EXPLORAÇÃO EXTERNA – O METODO DE UNTERBERGER	Dr. VICTOR DO AMARAL (FACULDADE DE MEDICINA DO PR)	OUT./1933
CANCER DO SEIO – REFLEXÕES EM TORNO DE TRÊS CASOS	Dr. JOÃO VIEIRA DE ALENCAR (FACULDADE DE MEDICINA DO PR)	SET./1934
CUIDADOS PRE-NATAIS	Dr. MÁRIO GOMES	AGO./1935
EXAME PRÉ-NUPCIAL	Dr. MÍLTON MACEDO MUNHOZ (FACULDADE DE MEDICINA DO PR)	ABR./1936
O EXAME PRÉ-NATAL E A NOSSA CONTRIBUIÇÃO	Dra. CLARA GLASSER VILLA (FACULDADE DE MEDICINA DO PR)	SET./1936
CONSIDERAÇÕES SOBRE AS AFECÇÕES INFLAMATORIAS DOS ORGÃOS GENITAES INTERNOS DA MULHER	Dr. ARMANDO PETRELLI (FACULDADE DE MEDICINA DO PR)	SET./1937
O MÉTODO DE BUYS NO TRATAMENTO DA MASTITE PUERPERAL	Dr. LYSANDRO SANTOS LIMA (FACULDADE DE MEDICINA DO PR)	SET./OUT. 1943
UM CASO RARO DE QUISTO DERMOIDE DE OVÁRIO ESQUERDO	Dr. ERNESTO DE OLIVEIRA (CHEFE DO SERVIÇO MÉDICO DE SAÚDE DA 5ª REGIÃO MILITAR)	NOV./DEZ. 1943
ANOTAÇÕES SÓBRE A MASTOPLASTIA PELO MÉTODO DE BIESENBERGER NA HIPERTROFIA DO SEIO VIRGINAL	Dr. GEBHARD HROMADA (SANTA CATARINA)	JAN./FEV. 1944
TRATAMENTO DO CÂNCER DE MAMA – CONSIDERAÇÕES GERAIS	Dr. ORLANDO DE OLIVEIRA MELLO (FACULDADE DE MEDICINA DO PR)	MAR./ABR. 1945
RADIOTERAPIA NA METROPATIA HEMORRÁGICA	Dr. ORLANDO DE OLIVEIRA MELLO (FACULDADE DE MEDICINA DO PR)	MAIO/JUN. 1945
ECLÂMPSIA	Dr. CELSO VALÉRIO (FACULDADE DE MEDICINA DO PR)	NOV./DEZ. 1946
CONSIDERAÇÕES SOBRE HEMOPERITÔNIO DE ORIGEM OVARIANA	Dr. DOMÍCIO PEREIRA DA COSTA (FACULDADE DE MEDICINA DO PR)	MAIO/JUN. 1948
FORCEPS DE DEMELIN	Dr. CELSO VALÉRIO (FACULDADE DE MEDICINA DO PR)	MAIO/JUN. 1948
HISTEROSALPINGOGRAFIA	Dr. DOMÍCIO PEREIRA DA COSTA (FACULDADE DE MEDICINA DO PR)	JUL./AGO. 1948

Fonte: REVISTA MÉDICA DO PARANÁ, Curitiba, anos de 1932 a 1948. Nota: as informações foram selecionadas e compiladas pela autora.

APÊNDICE III – Fármacos elaborados para o organismo feminino, segundo o laboratório, composição, indicação e data do anúncio na *Revista Médica do Paraná*.

FÁRMACOS	LABORATÓRIO	COMPOSIÇÃO	INDICAÇÃO	DATA DO ANÚNCIO
HEMAGE'NE TAILLEUR	REPRESEN TANTE EXCLUSIVO PARA O BRASIL: R. AUBERTEL & CIA LTDA (RJ)	-	POST-PARTO, REGULADOR DO FLUXO MENSTRUAL, MENOPAUSA, ESPASMOS UTERINOS, HEMORRAGIAS, CÓLICAS	JAN./1932
UTEROCALDO	CARLOS DA SILVA ARAÚJO & CIA (RJ) REPRESEN TANTE EM CURITIBA: ALCIDES LINS R. CONSELHEIRO BARRADAS, 101.	FILTRADO DE CULTURAS DE GERMENS DE INFECÇÕES LOCALIZADAS NOS ORGÃOS GENITAIS FEMININOS	INFECÇÕES GENITO URINARIAS DA MULHER, CORRIMENTOS VAGINAIS, CERVICITES, METRITES E INFECÇÕES PUERPERAIS	FEV./1932
LUTEO OVARINA	CARLOS DA SILVA ARAÚJO & CIA (RJ) REPRESEN TANTE EM CURITIBA: ALCIDES LINS R. CONSELHEIRO BARRADAS, 101.	OPOTERAPIA OVARIANA	PERTURBAÇÕES DA PUBERDADE, INSUFICIENCIA OVARIANA (REGRAS ESCASSAS, DOLOROSAS), PERTURBAÇÕES DA MENOPAUSA (PALPITAÇÕES, ONDAS DE CALOR NA CABEÇA, VERTIGENS, INSONIAS, NEURASTENIA, ENXAQUECAS), REGULARISADOR DO FLUXO MENSTRUAL	FEV./1932
METACAL	CARLOS DA SILVA ARAÚJO & CIA (RJ) REPRESENTANTE EM CURITIBA: ALCIDES LINS R. CONSELHEIRO BARRADAS, 101	SAIS ESTÁVEIS DE CALCIO, MAGNESIO, FOSFORO, LECITINA, PARATIROI DINA	GRAVIDEZ, LACTAÇÃO, RAQUITISMO, CARIE OSSEA E DENTARIA, CRESCIMENTO, PRÉ TUBERCULOSE	FEV./1932
INTO-GYNAN	RAUL-LEITE S/A (RJ) DEPÓSITO EM CURITIBA: R. MONSENHOR CELSO, 219.	HORMÔNIO PURÍSSIMO DE OVÁRIO	INSUFICIENCIAS DA FUNÇÃO OVARIANA, DISMENORRÉA, OLIGOMENOR RÉA, AMENORRÉA, NEUROSES E PSICOSES DE ORIGEM OVARIANA	JUL./1933
HORGYN	CARLOS DA SILVA ARAÚJO & CIA (RJ) REPRESENTANTE EM CURITIBA: ALCIDES LINS R. CONSELHEIRO BARRADAS, 101	ASSOCIAÇÃO DE EXTRATOS DE OVÁRIO E DO LOBULO ANTERIOR DA HIPOFISE	INSUFICIENCIA OVARIANA NAS SUAS MÚLTIPLAS MANIFESTAÇÕES SUPRESUMIDAS OS HORMÔNIOS DEFICIENTES E ESTIMULA SUA FORMAÇÃO NOS CASOS DE RETARDAMENTO FUNCIONAL DO OVÁRIO	JAN./1936

FÁRMACOS	LABORATÓRIO	COMPOSIÇÃO	INDICAÇÃO	DATA DO ANÚNCIO
ADRENO-CORTICAN	RAUL-LEITE S/A (RJ) DEPÓSITO EM CURITIBA: R. MONSENHOR CELSO, 219.	HORMÔNIO	VOMITOS INCOERCÍVEIS DA GRAVIDEZ, ENJÔO DE MAR, DOENÇA DE ADDISON	JAN./1936
AGRAVITOX	RAUL-LEITE S/A (RJ) DEPÓSITO EM CURITIBA: R. MONSENHOR CELSO, 219.	LIPÓIDES ANTI-TOXIGRAVÍDICOS CONCENTRADOS	TOXEMIA GRAVÍDICA	JAN./1936
AMENALGON	CARLOS DA SILVA ARAUJO & CIA (RJ) REPRESENTANTE EM CURITIBA: ALCIDES LINS R. CONSELHEIRO BARRADAS, 101	QUININO E SEDATIVOS (FÓRMULA DO GINECOLOGISTA E OBSTETRA FERNANDO MAGALHÃES)	DORES MENSTRUAIS REGULA A MUSCULATURA UTERINA, CONFERINDO-LHE RITMO, ENERGIA E INSENSIBILIDADE	JAN./1936
ATROVERAN	GROSS (RJ)	PAPAVERINA, BELLADONA, MEIMENDRO E BOLDO	ESPASMOS DOLOROSOS DO PYLORO, COLON, VESICULA BILIAR, BRONCHIOS, URETERES E UTERO	JAN./1938
AGOMENSINA	PRODUTOS CHIMICOS CIBA S.A (RJ)	SUBSTANCIA OVARICA HYDROSOLUVEL	AMENORRHEA, OLIGOMENORRHEA, PHENOMENOS DE CARENCIA CONSECUTIVOS À CASTRAÇÃO, HYPOPLASIAS, ESTERILIDADE, VOMITOS DA GRAVIDEZ	JUN./1938
SARDOGEN	-	-	MANCHAS DE GRAVIDEZ, SARDAS, CRAVOS, RUGAS, ESPINHAS E TODAS AS MOLÉSTIAS DA PELE	DEZ./1938
SISTOMENSINA	PRODUTOS CHIMICOS CIBA LTDA (RJ E SP)	HORMONIO OVARIANO LIPOSOLÚVEL (LUTEOLIPÓIDE)	DYSMENORRHEA FUNCIONAL, METRORRHA GIAS, HEMORRHAGIAS DA PUBERDADE E DA MENOPAUSA, REGRAS PROFUSAS E ANORMALMENTE PROLONGADAS	DEZ./1938
GENITOVACIN	RAUL-LEITE S/A (RJ) DEPÓSITO EM CURITIBA: R. MONSENHOR CELSO, 219.	VACINA POLIVALENTE	INFECÇÃO NEISSERIANA CRÔNICA, GONORRÉIAS E EM INFECÇÕES ASSOCIADAS	SET./ OUT. 1939
GINOSEDOL	GRANADO (RJ)	-	O "REMEDIO DAS SENHORAS"	JAN./1941
CYREN-B	BAYER LTDA (RJ)	ESTRÓGENO SINTÉTICO	EM GINECOLOGIA, DERMATOLOGIA E CLÍNICA MÉDICA	JUN./JUL./ AGO./1941

FÁRMACOS	LABORATÓRIO	COMPOSIÇÃO	INDICAÇÃO	DATA DO ANÚNCIO
STOPTON PERITONEAL	INSTITUTO TERAPÊUTICO PURÍSSIMUS (SP)	SULFANILAMI DA RECRISTALIZADA E ESTERILIZADA	CESARIANAS, FRATURAS EXPOSTAS, OSTEOMIELITES, PLEURITES PURULENTAS, CRANIOTOMIAS, NEFRECTOMIAS, APENDICITES, PERITONITES, LAPAROTOMIAS, FERIDAS, QUEIMADURAS, GANGRENA GASOSA, EMPIEMAS PLEURIAIS, ANTRAZES, FLEGMÕES, FURÚNCULOS, ÚLCERAS, CANCRO MOLE, METRITES, OTITES SUPURADAS	JUN./JUL./AGO./1941
ESTROGENOLO	LABORATÓRIO PAULISTA DE BIOLOGIA	ESTROGÊNIO	REPOSIÇÃO ESTROGÊNICA	1º SEMESTRE/1942
INTO CLIMAN	RAUL-LEITE S/A (RJ) DEPÓSITO EM CURITIBA: R. MONSENHOR CELSO, 219.	FOLICULINA ASSOCIADA À TIREOIDE, TEOBROMINA LÍTICA, NITROGLICERINA, BROMO-ISO-VALERIL-URÉIA	PERTURBAÇÕES NERVOSAS DA INSUFICIÊNCIA OVARIANA E DISTÚRBIOS DA MENOPAUSA NATURAL OU CIRÚRGICA	2º SEMESTRE/1942
FOLICITH	ULTRAMED LTDA (SP)	OVÁRIOS SECOS, EXTRATO MUIRAE PUAMAE SECO, EXTRATO YOHIMBAE SECO, CLORIDRATO DE YOHIMBIM, GLICEROFOS FATO DE CÁLCIO, LÁTATO DE CÁLCIO, TÁLCO, AÇÚCAR	TÔNICO NERVINO E NEURO-MUSCULAR, CORRIGE O AMORTECIMENTO SEXUAL TONIFICA E ESTIMULA A GLANDULA OVARIANA, AÇÃO AFRODISÍACA	JUN./1943
BIO-AMINAS GAMA	LABORATÓRIO PAULISTA DE BIOLOGIA (SP)	OPOTERAPIA AMINAS DE TESTÍCULO, OVÁRIO, PROSTATA, HIPOFISE, TIREOIDE, CORTICAL, FIGADO, CEREBRO	PERTURBAÇÕES DAS GLANDULAS DE SECREÇÃO INTERNA, FRIGIDEZ, IMPOTENCIA SEXUAL DOS MOÇOS, VELHICE PRECOCE, NEURASTENIA SEXUAL, PUBERDADE RETARDADA, DESORDENS MENTRUAIS POR INSUFICIENCIA OVARIANA E NOS ESTADOS ESQUIZOFRENICOS	NOV./DEZ. 1943
BENZO-GYNOESTRYL	SILVA ARAÚJO-ROUSSEL S.A (RJ) FILIAL DE CURITIBA: R. MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 270	BENZOATO DE ESTRADIOL (HORMÔNIO) EM VEÍCULO OLEOSO	CARÊNCIAS OVARIANAS ENXERTO GLANDULAR	MAIO/1946

FÁRMACOS	LABORATÓRIO	COMPOSIÇÃO	INDICAÇÃO	DATA DO ANÚNCIO
STERANDRYL	SILVA ARAÚJO-ROUSSEL S.A (RJ) FILIAL DE CURITIBA: R. MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 270	PROPIONATO DE TESTOSTERO NA	NA MULHER: NEUTRALIZA A HIPERFUNÇÃO OVARIANA, COMBATE A CONGESTÃO MAMÁRIA NO HOMEM: MELHORA O METABOLISMO MUSCULAR, AUMENTA O TÔNUS PSÍQUICO, ESTIMULA OS CENTROS GÊNITO-MOTORES NO ADOLESCENTE: PRODUZ O DESENVOLVIMENTO SEXUAL, FÍSICO E PSÍQUICO	MAIO/JUN. 1947

Fonte: REVISTA MÉDICA DO PARANÁ, Curitiba, anos 1932 a 1947. Nota: os anúncios foram selecionados e organizados pela autora.

APÊNDICE IV – Serviços e exames complementares prestados por médicos em Curitiba e anunciados na *Revista Médica do Paraná* (1931-1946).

NOME DO MÉDICO	TIPO DE SERVIÇO	DATA DO ANÚNCIO
CARLOS DE PAULA SOARES (Reitor do Instituto Técnico de Agronomia, Veterinária e Química do Paraná) FRANCISCO DE PAULA SOARES (Catedrático da Faculdade de Medicina do Paraná)	LABORATORIO DE ANALYSES – EXAMES CLINICOS E CHIMICOS EM GERAL, VACCINAS AUTOGENAS E FILTRADOS, COLORIMETRIA	DEZ./1931 FEV./1943
MILTON MUNHOZ (Professor da Faculdade de Medicina do Paraná)	GABINETE DE RADIOLOGIA	JAN./1932 MAR./1938
ODIN FERREIRA DO AMARAL	LABORATÓRIO DE ANALISES – DIAGNÓSTICO PRECOCE DA GRAVIDEZ, MICROBIOLOGIA E QUIMICA CLINICAS	JAN./1938
MARIO DE BARROS E OSWALDO COSTA	SERVIÇO DE TRANSFUÇÃO DE SANGUE (Atendem em domicílio)	JUL./AGO. 1939 JAN./1941
OSWALDO MACEDO	LABORATÓRIO DE PESQUISAS E ANÁLISES CLÍNICAS – BACTERIOLOGIA, PARASITOLOGIA E QUIMICA MÉDICA	JUN./JUL./AGO. 1941 NOV./DEZ. 1943
ROALDO AMUNDSEN KOEHLER (Ex-assistente do Instituto Carlos Osborne, Hospital Evangélico, Casa de Saúde S. Sebastião/RJ) LAURO NUNES MULLER (Cursos de Radiologia da Universidade do Brasil, ex-estagiário da Santa Casa do RJ) – aparece como associado a partir do anúncio de maio/1946)	GABINETE DE ROENTGENDIAGNÓSTICO (Exames também em domicílio)	AGO./1943 JAN./ABRIL 1946 MAIO/1946
XAVIER VIANA WALDEMAR PALAZZO	LABORATORIO MÉDICO ANÁLISES E PESQUISAS CLÍNICAS, BACTERIOLOGIA, PARASITOLOGIA, QUÍMICA MÉDICA	SET./OUT. 1943
ORLANDO DE OLIVEIRA MELLO (Docente Livre da Faculdade de Medicina da Universidade do Paraná) HERALDO DE OLIVEIRA MELLO (Ex-interno da Faculdade de Medicina da Universidade do Paraná)	INSTITUTO DE RADIUM SÃO LUÍS RADIUMTERAPIA (CURIETERAPIA), ROENTGENTERAPIA, RADIATERMIA, ELETRÓLISE, ELETROCOAGULAÇÃO, IONIZAÇÃO, MASSAGEM VIBRATÓRIA, RAIOS ULTRAVIOLETA, INFRAVERMELHO	JAN./ABR. 1946 MAIO/1946 SET./OUT. 1946
HEINZ RUCKER	OXIGENOTERAPIA (Moderna aparelhagem norte-americana tipo Barach-Thurston; tenda transportável, apropriada para uso em domicílio)	MAIO 1946
CARLOS FRANCO FERREIRA DA COSTA	ROENTGENDIAGNÓSTICO, BRONCOGRAFIA, PLANIGRAFIA, BRONCSCOPIA	SET./OUT. 1946

Fonte: REVISTA MÉDICA DO PARANÁ, Curitiba, dez.1931; jan. 1932; jan. e mar. 1938; jul./ago. 1939; jan.e jun./jul./ago. 1941; fev., ago., set./out. e nov./dez. 1943; jan./abr., maio, set./out. 1946. Nota: os anúncios foram selecionados e as informações foram compiladas pela autora.

APÊNDICE V – Médicos (as) ginecologistas e/ou obstetras que anunciavam seus serviços nos jornais *Commercio do Paraná* e *Gazeta do Povo* entre os anos de 1915 e 1934.

GINECOLOGISTAS E/OU OBSTETRAS	INSTITUIÇÃO DE FORMAÇÃO	ESPECIALIDADE	ENDEREÇO DE ATENDIMENTO	JORNAL E DATA DO ANÚNCIO
JANINA NOWICKI	UNIVERSIDADE DE PARIS	MOLÉSTIAS DAS MULHERES E CRIANÇAS	CONSULTAS EM SUA RESIDÊNCIA: R. COMENDADOR ARAÚJO, 69. (Aceita chamados a qualquer hora)	COMMER CIO DO PARANÁ, 30 JUN. 1915.
MIGUEL ISAACSON	-	MÉDICO, OPERADOR E PARTEIRO, VIAS URINÁRIAS	CONSULTÓRIO FARMÁCIA RIO BRANCO RESIDÊNCIA: R. 1º DE MARÇO, 27	GAZETA DO POVO, 02 JAN. 1922
CARLOS ICKLER	-	MÉDICO, OPERADOR E PARTEIRO, MOLÉSTIAS DAS SENHORAS E VIAS URINÁRIAS	CONSULTAS NA FARMÁCIA TIRADENTES E TAMBÉM EM SUA RESIDÊNCIA: R. CONSELHEIRO BARRADAS, 111 (Atende chamados a qualquer hora)	GAZETA DO POVO, 02 JAN. 1922
SIMÃO KOSSOBUDZKI	-	MOLÉSTIAS DAS SENHORAS, OUTHORURGIA, ORTHOPEDIA, MOLÉSTIAS VENÉREAS E DAS VIAS URINÁRIAS	CONSULTÓRIO: R. COMMENDADOR ARAÚJO, 28 RESIDÊNCIA: R. COMMENDADOR ARAÚJO, 26 CASA DE SAÚDE: AV. VICENTE MACHADO, 27 (Os srs. Médicos podem internar, tratar e operar os seus clientes)	GAZETA DO POVO, 02 JAN. 1922
MARIO VIRMOND DE LIMA (Assistente do serviço de Clínica Ginecológica e Obstétrica da Santa Casa do Rio de Janeiro)	-	PARTOS E OPERAÇÕES	CONSULTÓRIO: R. MARECHAL DEODORO, N. 21 RESIDÊNCIA: R. Dr. MURICY, 120	GAZETA DO POVO, 01 JUL. 1922
RIBEIRO VIANNA	-	MOLÉSTIAS DAS SENHORAS E VIAS URINÁRIAS	CONSULTÓRIO: R. 1º DE MARÇO, 24 RESIDÊNCIA: R. AQUIDABAN, 60	GAZETA DO POVO, 01 JUL. 1922
FRANCISCO FRANCO	-	MOLÉSTIAS DE SENHORAS E CRIANÇAS, SÍFILIS, MOLÉSTIAS INTERNAS	CONSULTÓRIO BARÃO DO SERRO AZUL, 6 RESIDÊNCIA: R. COMMENDADOR ARAÚJO, 74	GAZETA DO POVO, 02 MAI. 1923
J. MENDES DE ARAÚJO	-	MOLÉSTIAS DE SENHORAS, VIAS URINÁRIAS, SÍFILIS	CONSULTÓRIO: PÇA TIRADENTES/ALTOS DA FARMÁCIA MINERVA	GAZETA DO POVO, 07 MAI. 1923
LEUENBERGER	-	MOLÉSTIAS DE SENHORAS, ALTA CIRURGIA E VIAS URINÁRIAS	SANATÓRIO CIRÚRGICO SUISSO CASA DE SAÚDE DR. LEUENBERGER	GAZETA DO POVO, 26 JUN. 1923

GINECOLOGIS TAS E/OU OBSTETRAS	INSTITUIÇÃO DE FORMAÇÃO	ESPECIALIDADE	ENDEREÇO DE ATENDIMENTO	JORNAL E DATA DO ANÚNCIO
DJALMA LOPES	-	CLÍNICA MÉDICO- CIRÚRGICA MOLÉSTIAS DE SENHORAS E ANO RETAIS DIATERMIA	R. 15 DE NOVEMBRO, 121/ ALTOS DA FARMÁCIA INTERNACIONAL – PRÉDIO AZULAY	GAZETA DO POVO, 01 SET. 1931
BERNARDO LEINIG	-	PARTOS, CLÍNICA DE SENHORAS, MOLÉSTIAS VENÉREAS, RAIOS ULTRA-VIOLETAS	CONSULTÓRIO: FARMÁCIA STELFELD RESIDÊNCIA: R. JOSÉ LOUREIRO, 10	GAZETA DO POVO, 01 SET. 1931
ARCHIMEDES CRUZ (Ex-assistente do Serviço de Cirurgia e Ginecologia da Faculdade de Medicina do Paraná, Médico da Santa Casa de Misericórdia)	-	MÉDICO-OPERADOR- PARTEIRO SÍFILIS, VIAS URINÁRIAS, DOENÇAS DAS SENHORAS E CRIANÇAS	CONSULTÓRIO: FARMÁCIA HUMANITÁRIA (Atende a chamados a qualquer hora do dia ou da noite)	GAZETA DO POVO, 01 SET. 1931
MARIO BRAGA DE ABREU (Ex-interno da Assistência Pública do Hospital do Pronto Socorro do Rio de Janeiro; Ex-interno do Hospital Pró-Matre)	FACULDADE NACIONAL DE MEDICINA (RJ)	MOLÉSTIAS DE SENHORAS, PARTOS E CIRURGIA	RESIDÊNCIA: R. GARIBALDI, 37 CONSULTÓRIO: ALTOS DA FARMÁCIA TELL R. 15 DE NOVEMBRO	GAZETA DO POVO, 01 SET. 1931
LOYOLA DE MACEDO	FACULDADE DE MEDICINA DO RIO DE JANEIRO	PARTEIRO E ESPECIALISTA DE MOLÉSTIAS DE CRIANÇAS PEQUENAS CIRURGIAS E TRATAMENTO DA SÍFILIS	CONSULTÓRIO E RESIDÊNCIA: R. SÃO FRANCISCO, 60 (Atende a chamados a qualquer hora do dia ou da noite)	GAZETA DO POVO, 01 SET. 1931
CHAGAS BICALHO	-	DOENÇAS DE SENHORAS, VIAS URINÁRIAS, TRATAMENTO DA GONORRÉA E SÍFILIS, CISTOSCOPIA	CONSULTÓRIO: RUA BARÃO DO RIO BRANCO, 132	GAZETA DO POVO, 01 SET. 1931
ANTONIO MESIANO (Ex-interno da Maternidade das Laranjeiras a cargo do Prof. Dr. Fernando Magalhães, Rio de Janeiro)	-	PARTOS, MOLÉSTIAS DAS SENHORAS, VIAS URINÁRIAS E OPERAÇÕES, DIATERMIA, RAIOS ULTRA-VIOLETAS	CONSULTÓRIO: ALTOS DA FARMÁCIA INTERNACIONAL R. 15 DE NOVEMBRO, 121 RESIDÊNCIA: R. CARLOS DE CARVALHO, 724 (Atende a chamados a qualquer hora do dia e da noite)	GAZETA DO POVO, 01 SET. 1931
ROCHA LOPES (Prática nos Hospitais do Rio de Janeiro)	-	PARTOS, OPERAÇÕES, MOLÉSTIAS DE SENHORAS, DOENÇAS VENÉREAS, DOENÇAS DO CORÇÃO, PULMÃO, ESTÔMAGO, INTESTINOS, FÍGADO, RINS, NERVOSAS E MENTAIS (ADULTOS E CRIANÇAS)	CONSULTÓRIO AO LADO DA FARMÁCIA STELFELD RESIDÊNCIA: AV. IGUAÇU, 232	GAZETA DO POVO, 01 SET. 1931.

GINECOLOGISTAS E/OU OBSTETRAS	INSTITUIÇÃO DE FORMAÇÃO	ESPECIALIDADE	ENDEREÇO DE ATENDIMENTO	JORNAL E DATA DO ANÚNCIO
ALÔ GUIMARÃES	-	DOENÇAS DE SENHORAS, CLÍNICA MÉDICO-CIRÚRGICA, SÍFILIS, VIAS URINÁRIAS	CONSULTÓRIO: ALTOS DA FARMÁCIA MINERVA	GAZETA DO POVO, 02 SET. 1931
MANOEL PINHO	-	PARTOS, DOENÇAS DE SENHORAS, OPERAÇÕES, VIAS URINÁRIAS E CLÍNICA MÉDICA EM GERAL	CONSULTÓRIO: FARMÁCIA POPULAR RESIDÊNCIA: COMMENDA DOR ARAÚJO, 1030	GAZETA DO POVO, 19 SET. 1931
ANTONIO AMARANTE	-	PARTOS, OPERAÇÕES, CLÍNICA EM GERAL	CONSULTÓRIO: FARMÁCIA SOMMER R. RIACHUELO, 120	GAZETA DO POVO, 22 SET. 1931
RENATO MACHADO CAMARA (Prática nos Hospitais de Berlim e Hamburgo)	-	CLÍNICA DE SENHORAS, PARTOS, TRATAMENTO MÉDICO CIRÚRGICO DAS AFECÇÕES DO ÚTERO, OVÁRIOS, TROMPAS, DISTÚRBIOS DAS REGRAS, ESTERILIDADE, MOÇAS ANÊMICAS, NERVOSAS, CORRIMENTO EM MENINAS	CONSULTAS NA FARMÁCIA AMÉRICA R. BARÃO DO RIO BRANCO, 435 RESIDÊNCIA: R. BRIGADEIRO FRANCO, 37 CONSULTÓRIO: FARMÁCIA MINERVA, PÇA. TIRADENTES	GAZETA DO POVO, 22 SET. 1931
JOÃO VIEIRA DE ALENCAR (Com prática dos Hospitais de Paris e Berlim/Hospital Broca, Clinique Tarnier, Charite e Krankenhaus, etc)	-	PARTOS, MOLÉSTIAS DE SENHORAS, VIAS URINÁRIAS, CIRURGIAS	CONSULTÓRIO: R. 15 DE NOVEMBRO, 36, 1º ANDAR/ALTOS DA FARMÁCIA SANITAS RESIDÊNCIA: R. IGUAÇU, 755	GAZETA DO POVO, 12 NOV. 1932
DÓRIA GUIMARÃES	-	PARTOS, OPERAÇÕES, MOLÉSTIAS DE SENHORAS, CLÍNICA GERAL	CONSULTÓRIO: RUA XV DE NOVEMBRO, 33, 1º ANDAR/ALTOS DA FARMÁCIA SANITAS RESIDÊNCIA: VISCONDE DE NACAR, 1462	GAZETA DO POVO, 29 NOV. 1934

Fontes: *Commercio do Paraná*, Curitiba, jun. 1915; *Gazeta do Povo*, Curitiba, jan. e jul./1922, maio e jun./1923, set./1931, nov. 1932, nov. 1934. Nota: os anúncios foram selecionados e suas informações foram compiladas pela autora.

APÊNDICE VI – Movimento clínico da Maternidade do Paraná (denominada de Maternidade Victor Ferreira do Amaral após três de maio de 1930), por ano de funcionamento, segundo o número de entradas, tipo de internamento, nacionalidade, número de partos e raça das parturientes.

ANO	ENTRADAS	INTERNAMENTO			NACIONALIDADE		NÚMERO DE PARTOS		RAÇA		
		ENFERMARIA GERAL	1ª CLASSE	2ª CLASSE	NACIONAIS	ESTRANGEIRAS	PRIMÍPARAS	MULTÍPARAS	BRANCAS	PRETAS	MESTIÇAS
03/08 a 30/11 1914	NI	18	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI
03/08 a 31/07 1915	60	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI
1916	47	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI
1926	127	115	2	10	108	19	61	65	97	4	26
1927	165	152	2	11	138	27	82	83	133	3	29
1928	163	155	0	8	134	29	77	82	116	23	24
1929	227	210	8	9	188	39	103	124	161	12	54
1930	254	225	13	16	194	60	111	143	209	31	14
1931	288	219	34	35	256	32	113	175	221	14	53
1932	339	271	29	39	280	59	159	180	275	25	39
1933	353	290	37	26	282	71	156	197	280	24	49
1934	417	357	27	33	352	65	183	234	299	21	97
1935	496	385	67	44	427	69	219	277	350	31	115
1936	547	405	94	48	501	46	248	299	388	39	120
1937	631	399	119	113	554	77	281	350	426	28	177
TOTAL	4114	3201	432	392	3414	593	1793	2209	2955	255	797

Fonte: FACULDADE DE MEDICINA DO PARANÁ. Mapas anuais do movimento clínico da Maternidade. Relatórios da Faculdade de Medicina do Paraná, anos 1914-1916 e 1926-1937. MATERNIDADE. **Comercio do Paraná**, Curitiba, p. 3, 31 jul. 1915. Nota: os dados foram selecionados e compilados pela autora, a qual manteve os termos originais.

NI – Não informado.

APÊNDICE VII – Movimento clínico da Maternidade do Paraná (denominada de Maternidade Victor Ferreira do Amaral após três de maio de 1930), por ano de funcionamento, segundo o número de abortos, intervenções obstétricas, complexidades do pré, intra e pós-partos, nascimentos vivos e mortos e saídas de mulheres vivas e mortas.

ANO	ABORTOS	INTERVENÇÕES						COMPLEXIDADES DO PRÉ, INTRA E PÓS-PARTOS					NASCIMENTOS			SAÍDAS MULHERES	
		TOTAL	FÓRCEPS	VERSÃO	CESARIANA	EMBRIOTOMIA	CURETAGEM	RUPTURA PERÍNEO	RUPTURA ÚTERO	PLACENTA PRÉVIA	ECLAMPTICAS	INFECCIONADAS	TOTAL	VIVOS	MORTOS	VIVAS	MORTAS
03/08a 30/11 1914	1	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	10	NI	NI	18	NI
03/08 a 31/07 1915	2	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	59	50	9	60	0
1916	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	42	NI	NI	NI	NI
1926	17	20	NI	NI	NI	NI	NI	0	0	2	0	0	111	93	29	127	0
1927	11	19	NI	NI	NI	NI	NI	7	0	0	1	1	160	131	30	164	1
1928	9	43	NI	NI	NI	NI	NI	4	1	0	0	2	144	125	19	163	0
1929	28	71	NI	NI	NI	NI	NI	2	0	1	4	1	183	159	24	214	3
1930	12	57	NI	NI	NI	NI	NI	11	0	2	1	6	196	171	25	241	2
1931	9	87	NI	NI	NI	NI	NI	8	0	2	2	9	212	183	29	268	6
1932	24	39	NI	NI	NI	NI	NI	NI	0	5	4	7	247	215	32	332	5
1933	3	75	26	12	4	2	31	NI	NI	2	2	5	242	221	21	341	5
1934	30	102	29	14	8	2	49	NI	NI	4	2	8	274	256	18	408	6
1935	28	135	54	11	1	4	65	NI	NI	2	2	3	398	370	28	492	4
1936	36	NI	51	6	5	NI	71	NI	NI	4	3	5	460	407	23	554	3
1937	25	169	54	21	7	3	84	NI	NI	4	4	7	383	362	21	570	10
TOTAL	235	817	214	64	25	11	300	32	1	28	25	54	3121	2743	308	3952	45

Fonte: FACULDADE DE MEDICINA DO PARANÁ. [Mapas anuais do movimento clínico da Maternidade Victor do Amaral]. Relatórios da Faculdade de Medicina do Paraná, anos 1914-1916 e 1926-1937; MATERNIDADE. *Commercio do Paraná*, Curitiba, p. 3, 31 jul. 1915. Nota: os dados foram selecionados e compilados pela autora, a qual manteve os termos originais.
NI – Não informado.

APÊNDICE VIII – Estatística do serviço clínico-cirúrgico do Hospital Victor do Amaral, por ano de funcionamento, segundo o movimento geral de internamento e as internadas.

ANOS	MOVIMENTO GERAL DE INTERNAMENTO							DAS INTERNADAS SÃO:						
	OBSTETRÍCIA		GINECOLOGIA E CIRURGIA		PEDIATRIA	TOTAL								
	Pensionistas	Indigentes	Pensionistas	Indigentes	Indigentes	Pensionistas	Indigentes							
	Entrada	Entrada	Entrada	Entrada	Entrada	Entrada	Entrada	Nacionais	Estrangeiras	Branças	Pretas	Mestiças	Primíparas	Múltiplas
1938	207	304	229	66	-	436	370	729	77	645	30	131	211	300
1939	233	372	338	*	42	571	414	943	42	824	24	137	275	330
1940	277	383	304	*	58	581	441	988	34	897	32	92	325	335
1941	226	436	224	*	39	450	275	904	21	746	21	158	338	324
1942	210	413	245	*	41	455	454	885	24	733	24	152	309	314
1943	256	405	293	*	25	549	430	949	30	861	31	87	315	346
1944	353	364	336	*	42	689	406	1084	31	964	16	115	356	361
1945	326	365	349	*	48	675	413	1088	NI	1074	14	NI	218	473
1946	731**		524	*	117	1372**		1325	47	1336	36	NI	276	455
1947	926**		540	*	125	1591**		1534	57	1541	50	NI	351	575
1948	803**		359	*	85	1247**		1211	36	1196	51	NI	376	427
1949	346	552	243	*	62	589	614	1177	26	1163	40	NI	403	495
1950	376	592	337	*	71	713	663	1354	22	1343	33	NI	410	558

Fonte: FACULDADE DE MEDICINA DO PARANÁ. [Mapas anuais do movimento clínico-cirúrgico do Hospital Victor do Amaral]. Relatórios da Faculdade de Medicina do Paraná, anos 1938-1950. Nota: os dados foram selecionados e compilados pela autora, a qual manteve os termos originais.

NI – Não informado.

* Ausência do Serviço de Ginecologia para Indigentes.

**Sem Especificação

APÊNDICE IX – Estatística do serviço clínico-cirúrgico do Hospital Victor do Amaral, por ano de funcionamento, segundo tipos de partos operatórios, número de nascimentos vivos e mortos, número de abortos, tipos de complexidades do pré, intra e pós-partos, intervenções ginecológicas e cirúrgicas, número de atendimento nos ambulatórios e óbitos.

ANOS	PARTOS OPERATÓRIOS				NASCIMENTOS			ABORTOS	COMPLEXIDADES DO PRÉ, INTRA E PÓS-PARTOS			INTERVENÇÕES		AMBULATÓRIOS			ÓBITOS	
	CESARIANA	EMBRIOTOMIA	FÓRCEPS	VERSÃO	TOTAL	VIVOS	MORTOS		PLACENTA PRÉVIA	ECLAMPSIA	INEFECCIONADAS	GINECOLÓGICAS	CIRÚRGICAS	PRÉ-NATAL	INFANTIL	GINECOLOGIA	ADULTOS	CRIANÇAS
1938	8	2	64	20	456	424	32	54	5	5	5	163	98	610	642	219	9*	
1939	6	3	69	15	420	386	34	53	6	6	3	223	166	1066	960	50	19	4
1940	4	3	79	10	498	443	55	10 9	3	4	22	91	163	23	525	NI	12*	
1941	4	4	51	16	416	380	36	43	4	4	7	164	84	690	487	0	15	15
1942	7	3	53	19	443	380	63	40	2	2	8	203	79	721	511	0	19	14
1943	9	2	50	19	495	430	65	17	1	5	8	277	73	1156	1485	NI	18	1
1944	12	4	47	20	559	500	59	34	4	5	9	265	139	1095	1559	NI	7	4
1945	18	3	50	24	532	479	53	31	0	3	10	268	153	1609	1815	29	9	9
1946	17	9	39	14	595	547	48	27	4	2	3	259	294	2098	2576	NI	6	6
1947	31	9	65	10	717	674	43	37	2	1	4	202	314	1880	3666	NI	9	22
1948	19	2	63	10	653	615	38	44	3	6	0	215	137	1171	5070	15	30*	
1949	38	6	58	15	717	566	15 1	46	2	2	2	216	99	1976	4798	NI	19*	
1950	45	4	70	15	807	752	55	33	NI	NI	NI	273	155	4759	5561	NI	18*	

Fonte: FACULDADE DE MEDICINA DO PARANÁ. [Mapas anuais do movimento clínico-cirúrgico do Hospital Victor do Amaral]. Relatórios da Faculdade de Medicina do Paraná, anos 1938-1950. Nota: os dados foram selecionados e compilados pela autora, a qual manteve os termos originais.

* Não específica

APÊNDICE X – Nascimentos registrados em Curitiba, por ano e segundo o número absoluto dos nascidos vivos e mortos.

ANO	NASCIDOS VIVOS	NASCIDOS MORTOS	TOTAL
1933	3927	125	4052
1934	4252	199	4451
1935	3016	160	3176
1936	3232	156	3388
1937	3287	168	3455
1938	3125	177	3302

Fonte: IBGE. SITUAÇÃO DEMOGRÁFICA. MOVIMENTO DA POPULAÇÃO. MOVIMENTO DO REGISTRO CIVIL. Sinopse dos nascimentos, casamentos e óbitos registrados na capital da República e nas capitais dos Estados e do Acre, anos de 1933 a 1938, segundo as informações recebidas na Diretoria de Estatística Geral. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/seculoxx/arquivos_pdf/populacao.shtm>. Acesso em: 19 jul. 2010. Nota: os dados foram compilados pela autora.

APÊNDICE XI – Transcrição de entrevista realizada pela autora em dezembro de 2009 com médico professor do curso de Enfermagem Obstétrica da Faculdade de Medicina do Paraná na década de 1940.

A autora solicita ao médico entrevistado que comente a respeito do contexto de criação do Curso de Enfermagem Obstétrica.

ENTREVISTADO: As senhoras grávidas eram atendidas por parteiras práticas, que eram consideradas as criaturas mais bem informadas e mais em condições de fazer o parto em domicílio. Não existia nenhuma Maternidade, todos os partos eram feitos em casa e essas senhoras eram consideradas gente muito boa, eram preparadas, tinham muita prática, não é? Muita prática e não tinha nenhum curso nem se pensava nessa época em fazer nenhum curso próprio para parteiras, que hoje em dia chamam-se enfermeiras obstétricas, não é? Então, o Victor do Amaral e outros colegas seus, quiseram melhorar o atendimento das parturientes, mesmo em casa, através de enfermeiras que fossem submetidas a um curso especializado de enfermeiras com a especialização específica em partos e todo o que se referia ao parto e que as senhoras iriam passar. Esse curso funcionou durante muitos anos, foi criado com esta finalidade: dar mais conforto através de pessoal especializado para as parturientes, não é? Então elas tinham noções. Tinha noções fundamentais de Anatomia e Fisiologia obstétrica, Anatomia e Fisiologia do aparelho genital feminino, a gravidez, o parto, o puerpério, a puericultura, primeiros cuidados ao recém nascido, tudo isso as enfermeiras obstétricas aprendiam e esses cursos todos eram dados nas salas e com os médicos da Maternidade Victor do Amaral, que nesse tempo já se chamava Maternidade Victor do Amaral. A Maternidade Victor do Amaral como você sabe, foi fundada em 03/05/1930. Inicialmente chamou-se Maternidade do Paraná. Ela ocupou a primeira sede na Rua Comendador Araújo onde foi a sede da Universidade do Paraná. Esse curso prestou benefício e formou muitas senhoras que prestaram serviço durante muitos e muitos anos para a sociedade e também para a população menos favorecida. Esse curso terminou porque a Faculdade de Medicina – esse curso pertencia a Faculdade de Medicina – esse curso terminou porque ia sair um curso de enfermeira de mais alto padrão, que realmente saiu e também tive a honra de ser um dos fundadores desse curso no Hospital de Clínicas, muitos anos depois, não é? Agora o curso de enfermeiras obstétricas prestou realmente, eu repito, um serviço muito grande às mães paranaenses, às mães curitibanas. Tinha mais ou menos a cada ano, formavam-se assim doze a quatorze enfermeiras obstétricas. Algumas continuaram trabalhando no Hospital Victor do Amaral, na Maternidade Victor do Amaral, outras foram para a Casa de Saúde São Vicente, o Instituto de Medicina e Cirurgia, para o Hospital São Lucas, porque durante muitos anos foi o único curso de enfermeiras especializadas em obstetrícia. Eu tive a honra, em 1944-1945 de ser o paraninfo dessa turma. Eu iniciei minha carreira universitária de docente, as primeiras aulas eu que lecionei substituindo o professor Francisco Bassetti Júnior. Eu lecionava a cadeira de “Noções de Anatomia” e “Fisiologia do Aparelho Genital feminino”. Era um curso de dois anos e foi muito bem recebido pela sociedade paranaense, porque as parturientes eram atendidas por parteiras com muito boa intenção, mas não estavam muitas delas preparadas para este mister que realmente é muito complexo, muito difícil, e que necessita de muita habilidade e muito conhecimento técnico e também prático. O curso deixou saudade, mas depois, anos depois foi substituído, não é? Por um curso de alto padrão do Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná.

AUTORA: O curso de Enfermagem Obstétrica terminou no ano de 1951 e o de Enfermagem de alto padrão começou na década de 70 [1974]. O senhor tem idéia por que da demora na substituição?

ENTREVISTADO: Porque, é... O Governo Federal custou para dar o aval. Nesse tempo eu trabalhava, trabalhei no Hospital de Clínicas no Departamento de Tocoginecologia, que eu cheguei com muito orgulho a ser chefe do Departamento. A gente esperava, foi feito com os professores os estatutos do curso de Enfermeira de alto padrão, e não recebemos o aval do Ministério da Educação e Cultura, por isso houve esse intervalo lamentável de muitos anos.

AUTORA: E quais eram os argumentos por parte do governo? O que faltava?

ENTREVISTADO: É que não tinha ainda um estatuto padrão de outras faculdades, de outras instituições para servir de norma para o curso de enfermeiras padrão da Universidade Federal do Paraná.

AUTORA: Quais eram os serviços de saúde disponíveis aqui em Curitiba entre a década de 20 e a década de 50? O que existia assim?

ENTREVISTADO: INSS, essa parte não tinha nada. O SUS também não tinha nada. Era um serviço particular e na parte de obstetrícia funcionava o ambulatório com uma concorrência de gestantes muito grande da Maternidade, né? Na Av. Iguaçú. Os serviços eram muito poucos, praticamente inexistentes. Então acarretou muito trabalho para a Maternidade do Paraná e posteriormente a Maternidade Victor do Amaral. Atendiam, às vezes, em domicílio também, o que hoje já não existe mais. Os médicos só atendem nos hospitais especializados ou em casas de saúde ou institutos de medicina, não é? Naquele tempo nós examinávamos e atendíamos em domicílio e no ambulatório com uma série de profissionais bem abalizados e muito competentes, né?

AUTORA: E como a sociedade via esse ofício de parteira e as mulheres que desempenhavam esse ofício? Porque na época não era muito comum a mulher trabalhar fora e às vezes a parteira precisava sair à noite. Como a sociedade via essa mulher?

ENTREVISTADO: A sociedade via esse novo procedimento com um certo receio, porque você sabe, Fabiana, tudo o que começa a funcionar em termos de novidade sempre é recebido com um certo receio. Porque não sabe o que vai advir daí. Inicialmente foi recebido, esse próprio curso, com uma certa reserva; até achavam que não ia ter frequência de alunas, o que o tempo provou ser o contrário. O curso sempre formava por ano 14, 15, 16 enfermeiras obstétricas...

AUTORA: Foram 118 ao todo.

ENTREVISTADO: Funcionou durante?

AUTORA: De 32 a 51, quase vinte anos.

ENTREVISTADO: ...19 anos. 118 enfermeiras obstétricas divididos nesses 18 para 19 anos. E a sociedade depois recebeu bem. Outro aspecto, Fabiana, que tem que ser ressaltado, que nesta época do início do curso, como no início de técnica de enfermagem ou auxiliar de enfermagem, mesmo posteriormente de enfermeira padrão, os pais, as famílias não desejavam que suas filhas estudassem para enfermeira, porque a cidade era muito acanhada, o espírito também de boa parte do povo acanhado, e eles achavam que enfermeira não tinha – lamentável e desgraçadamente – um bom nome. O que era o contrário, a enfermeira é uma paramédica que auxilia nobremente e com eficiência a função do médico. Hoje, graças a Deus, os cursos de enfermagem, técnica de enfermeira e auxiliar, que tá terminando – hoje é só técnica e enfermeira padrão – são recebidas por moças da sociedade do mais alto padrão. Então a sociedade agora rendeu-se a realidade e a verdade dos acontecimentos. As enfermeiras ajudam o médico a começar pra tomar a própria pulsação da vida. São elas que nos auxiliam com toda a eficiência, com toda dedicação, com todo o carinho.

AUTORA: Existiam quantos médicos obstetras em Curitiba além do Dr. Victor do Amaral?

ENTREVISTADO: Tinham bastantes. Tinha o Dr. Miguel Isaacson, tinha além do Victor do Amaral, depois o Victor do Amaral Filho, Celso Valério, Domicio Pereira da Costa, Wirmond Lima, Albino Farracha, Felisberto Farracha, Dante Romanó, João Vieira de Alencar. Professor também muito querido foi meu professor, meu amigo de clínica cirúrgica, o professor Mário Braga de Abreu, que quando veio formado do Rio de Janeiro fez durante algum tempo parto. Depois como o parto, em muitos casos, geralmente são de madrugada e ele estava fazendo muita parte cirúrgica, ele deixou de lado para se entregar exclusivamente a clínica cirúrgica e teve uma clientela enorme e foi um cirurgião de muito brilho como foi o professor João Vieira de Alencar, o professor Erasto Gaertner, que também deixou um nome muito bonito em Curitiba. O professor Dante Luis Junior, todos obstetras, o Alvir Brambilla Zilli, o Renan Machado, Lívio Antonio Gulin, o Jayme Guelmann, todos esses, ginecologistas e obstetras cinco estrelas. Excelentes profissionais! E outros que talvez a memória tenha se esquecido, mas o respeito não.

AUTORA: E assim com esse número tão grande de obstetras, de médicos parteiros, por que a necessidade de mais um curso, no caso, de um curso de Enfermagem Obstétrica? O porquê da necessidade? É nesse sentido que eu quero entender. O porquê da necessidade se existiam tantos médicos obstetras aqui na cidade.

ENTREVISTADO: Sim, porque os médicos obstetras, um que também criou muita fama merecidamente, fez parte do meu grupo, meu professor Luiz Fernando de Oliveira Braga – Dr. Braga como nós chamávamos – excelente profissional também. Dr. Abidala Sarraf Neto, Dr. Mauro Prieto, Dr. Ariel Molinari Rocha, Dr. Lívio Antonio Gulin, meu compadre, considero

meu irmão, um excelente profissional também. E todos eles já eram de uma formação obstétrica em cursos no Paraná, no Brasil e fora do Brasil, mas necessitavam de auxiliares de obstetrícia que fossem capacitadas, gabaritadas com curso teórico e prático. Por isso a necessidade de ser criado esse curso.

AUTORA: Qual era o limite pra parteira? O que ela poderia e o que ela não poderia realizar?

ENTREVISTADO: Ela tinha evidentemente, obviamente, o seu limite. Mas muito importante, Fabiana, que ela também nesse curso ela ficava sabendo o que não deveria fazer. O que é muito importante. E nas aulas práticas, as aulas teóricas, eram debatidos os principais problemas que afetam as mulheres grávidas. Porque todos nós sabemos, e nós obstetras particularmente, que a maternidade é um milagre de Deus. A mãe é uma criatura que foi destinada a ser a criatura mais invejada, mais privilegiada do mundo. Ser mãe é sofrer dentro do paraíso e ela realiza um milagre que a gente fica emocionado. O parto é o episódio da vida mais maravilhoso da criatura humana. Então precisa ser, Fabiana, muito bem assistido. Desde os primeiros meses de gravidez até o seu parto e depois do parto, que é o puerpério. E nesse puerpério, que deve ser também muito bem atendida porque, Fabiana, quem na realidade faz uma raça forte é a mãe, a mãe sadia. A mãe sadia é da responsabilidade do obstetra. Então, a enfermeira obstétrica, como a enfermeira em geral, ela tem que saber qual o seu limite, o que ela pode fazer, o que ela não pode e o que ela não deve fazer, para efetivamente se tornar útil a sociedade. O que ela realmente é.

AUTORA: E o que o senhor listaria no que é proibido?

ENTREVISTADO: O que ela não deve fazer é extrapolar as suas funções e extrapolar aquele limite da responsabilidade dela. E a enfermeira obstétrica atende com carinho a gestante. Na hora do parto ela atende até uma certa hora e depois solicita efetivamente a presença do médico.

AUTORA: Em todos os tipos de parto, mesmo os normais?

ENTREVISTADO: Em todos os tipos de parto. Às vezes não chega a tempo o médico porque o parto no período expulsivo se verificou com muita rapidez. Mas ela atentamente já toma todas as providências e aguarda o médico, não é? Por exemplo, o fórceps de alívio que se usa ainda em obstetrícia, e outros procedimentos; isso tudo é da alçada especificamente do profissional médico, do obstetra. Como também é todo o risco e, porventura, alguma deficiência que ocorrer é responsabilidade inteira do profissional médico. Então a enfermeira obstétrica deve saber quais são na realidade os seus limites.

AUTORA: E nos casos das parteiras que realizavam o parto em domicílio, havia a necessidade de atender a parturiente e chamar o médico ou ela poderia concluir o parto se ele fosse sem risco?

ENTREVISTADO: Inúmeras vezes, Fabiana, a parteira prática, a entendida, ela atendia e era uma criatura boa, bondosa, tinha certa prática, e geralmente era quase que pertencente pela amizade à própria família da parturiente, então ela realizava o parto. Só quando havia uma dificuldade no parto que nós chamamos “distócia”, uma perturbação do transcurso normal do parto é que ela chamava o profissional médico. Acontecia muitas vezes e isso no interior aconteceu muitas vezes, que a parteira apesar da boa vontade e apesar da prática ela não tinha profissional médico ao lado dela. E eram quilômetros e quilômetros adiante no interior do estado. E, às vezes, sem querer, a criança, o recém nascido perecia. Não por culpa exclusiva da parteira, mas é que ela sem outros recursos a não ser a sua própria prática, que às vezes não era muito grande. Mas elas foram abnegadas e elas atendiam há mais de 150 anos atrás e mais em datas anteriores, elas atendiam a parturiente na cama e elas atendiam deitadas na própria cama em frente à paciente com uma absoluta falta de higiene, porque naquele tempo não se acreditava muito na desgraça dos germes, dos bacilos. Mas muita criança nasceu pelas mãos destas parteiras que foram consideradas abençoadas porque fizeram muitos partos, famílias com crianças numerosas todas assistidas por estas entendidas. Por estas parteiras práticas que, resolveram muitas situações com muito boa vontade. E com espírito de verdadeira caridade.

AUTORA: As enfermeiras obstétricas formadas por este curso, elas poderiam colocar uma placa em suas casas para atender a comunidade?

ENTREVISTADO: Podiam, podiam.

AUTORA: E quando elas iam realizar o parto havia a necessidade de em determinado momento chamar o médico ou só apenas quando o parto oferecesse risco?

ENTREVISTADO: Quando elas percebiam que o parto estava fugindo do alcance delas, então chamavam.

AUTORA: Caso o parto fosse normal e sem risco elas poderiam fazê-lo sozinhas então?

ENTREVISTADO: Porque você sabe, o parto tem uma complexidade, não é? Tem vários períodos, tem o período de dilatação, tem o período expulsivo. O parto normal tem que ter pelo menos três fatores: boa contratibilidade uterina, o tamanho do feto não ser desproporcional e o canal de parto ser normal (parte muscular e parte óssea). Esses três elementos sendo equilibrados, trabalhando em harmonia é um parto normal. Mas em obstetrícia não há um prognóstico exato, há diagnósticos sucessivos, à proporção que vai havendo a descida do feto através do canal do parto, por isso que não há um prognóstico exato. Existe Fabiana, diagnósticos sucessivos, repito, determinados pela progressão do trabalho de parto. Eu não posso dizer: “a parturiente está aqui, Dr. ***, essa criança vai nascer dentro de uma hora?” Não porque pode a contratibilidade uterina parar de uma hora para outra. O feto pode estar com algum problema de cordão ou outra anomalia e paralisar o trabalho de parto. Tem que correr direto para uma cesariana. Então o parto às vezes se torna muito complexo. Tem que ter habilidade, conhecimento para dar uma assistência que seja de acordo com a natureza da própria obstetrícia.

AUTORA: O senhor comentou que elas realizavam o parto até um determinado momento, depois chamavam o médico, mas isso era na Maternidade?

ENTREVISTADO: Na maternidade ou em casa, quando elas podiam dar conta do recado. Como as parturientes, a maioria, anos e anos atrás, mesmo depois de fundada a Maternidade, não queriam ir para a Maternidade. Elas faziam questão cerrada de terem seus partos em casa, que havia mais comodidade. É aquilo de esquentar a água, e tal e coisa, que hoje não se usa mais, porque o verniz caseoso da criança tem que permanecer na pele, é salutar como uma proteção por algum tempo. Então hoje mudou muito, mas o conceito que a própria sociedade e as senhoras faziam é de que o parto devia ser em casa. A mãe e a avó estarem perto. Hoje a coisa mudou, a situação é outra e as Maternidades estão tendo partos, a própria Maternidade Victor do Amaral está tendo cerca de 350/380 partos por mês. E outras Maternidades de outros hospitais de Curitiba também com um movimento muito grande.

AUTORA: Então a Maternidade [Victor do Amaral] acabava atendendo que tipo de mulheres, de que classe social?

ENTREVISTADO: A Maternidade Victor do Amaral foi fundada exclusivamente em 1930 para dar assistência à mãe pobre. Anos depois foi criada uma ala de pensionistas para ajudar nas despesas da Maternidade, que são muito grandes. Isso funcionou bem durante muitos anos. Depois a Maternidade Victor do Amaral passou para a Maternidade do Hospital de Clínicas, onde eu trabalhei lá orgulhosamente durante 30 anos. E tenho saudades até hoje.

AUTORA: Os médicos obstetras da época faziam parto mesmo em casa, em domicílio?

ENTREVISTADO: Faziam.

AUTORA: E eles levavam uma Enfermeira Obstétrica junto para auxiliá-los ou eles faziam o parto sozinhos?

ENTREVISTADO: Não, ela já estava lá e ele tinha uma mala própria, uma mala obstétrica que era um modelo. Eu me lembro muito bem o professor Isaacson... Depois o Victor do Amaral Filho mandou fazer uma igual. Era uma mala obstétrica que tinha inclusive fórceps e todo esse material para sutura, episiotomia, episiorrafia, que se fazia em próprio domicílio. Mas depois com a criação e fundação da Maternidade, os partos com maior segurança são feitos na Maternidade. Mas eu cheguei a fazer muito poucos partos em domicílio, mas fiz. Uma ocasião, talvez o último que fiz em domicílio, quem me auxiliou com muita eficiência foi o Dr. Mário Barros, que foi candidato até a governador do Estado. Líder do PT, muito meu amigo e de conceituada família paranaense.

AUTORA: Ele estava começando a carreira?

ENTREVISTADO: É. E ele me auxiliou num fórceps que eu fiz em domicílio. Graças a Deus que deu tudo certo. Mas depois só fiz parto em Maternidade.

AUTORA: E seus colegas de trabalho tinham alguma Enfermeira Obstétrica auxiliar?

ENTREVISTADO: Alguns tinham enfermeira própria. E as parteiras, depois de fundada a Maternidade, as parteiras que funcionaram em domicílio também começaram a internar na Maternidade e elas atendiam. Não havia proibição para isso. Elas atendiam muito bem e faziam parto. A própria parteira que não tirou o curso na Maternidade, algumas tiraram, mas outras não. Já senhoras, o caso da Frau Schella e outras senhoras, elas atendiam suas clientes na própria Maternidade, sem o auxílio de médico.

AUTORA: Primeiramente visitavam em domicílio e quando chegava a hora do parto transferiam para a Maternidade.

ENTREVISTADO: Algumas que tinham condução, a família comunicava que estava em trabalho de parto, passava na casa da parturiente e levava para a Maternidade. Atendiam tanto quanto podiam. Quando havia a possibilidade de um parto difícil, uma distócia, chamavam o profissional.

AUTORA: E a Frau Schella não possuía curso?

ENTREVISTADO: Acho que tinha curso na Alemanha, né? Ela era alemã.

AUTORA: Ah! Fora, era licenciada aqui então?

ENTREVISTADO: Bertha Hubbell também tinha, essa dirigia automóvel e tudo.

AUTORA: Bem a frente do seu tempo?

ENTREVISTADO: Bem à frente. Acho que foi a primeira mulher a dirigir automóvel em Curitiba. Eu me lembro muito pouco, era gurizão, isso deve ser lá por 1926, por aí, vi ela dirigindo, toda arrumadinha, era descendente de alemão.

AUTORA: Existia muita parteira estrangeira por aqui?

ENTREVISTADO: Tinha, tinha bastante. Tinha a Casa de Saúde São Francisco que também fazia parto, tinha enfermeiras de origem alemã.

AUTORA: Então das parteiras estrangeiras que tinha aqui em Curitiba, as que predominavam eram alemãs?

ENTREVISTADO: Geralmente eram alemãs... alemãs e italianas... e algumas polonesas. Eram alemãs, italianas e polonesas.

AUTORA: Desde a fundação da Universidade, eu percebi através da minha pesquisa, que já existia um Curso de Obstetrícia, desde a fundação da Faculdade de Medicina.

ENTREVISTADO: Já, foi o primeiro curso.

AUTORA: Mas não houve inscrições, isso é verdade?

ENTREVISTADO: É não houve inscrição. E a inscrição aí era só para médico.

AUTORA: Não era aberto às mulheres?

ENTREVISTADO: Não era para a coletividade assim não. Tinha que ter um certo curso, o ginásial completo, não sei como era naquele tempo, não é?

AUTORA: Mas se uma mulher que tivesse esse curso ginásial quisesse se inscrever não podia, não era aberto às mulheres?

ENTREVISTADO: Não era. Quem sabe até era vista com maus olhos, porque a mulher foi muito injustiçada até a pouco tempo. A mulher é muito discriminada. E agora com a maior razão possível ela está se nivelando ao homem e em muitas vezes se torna superior ao próprio homem, porque inteligência, carinho e talento ela tem.

AUTORA: Mas então na época não era aberto?

ENTREVISTADO: Não, não era. Tanto que quando começaram a se inscrever, mesmo no próprio curso de Medicina, quando aparecia a Dra. Falce de Macedo, casada com o professor José Pereira de Macedo, que foi meu professor de Anatomia, ela era vista assim com admiração. E hoje metade do curso são mulheres.

AUTORA: Verdade, as mulheres tomaram conta do espaço!

ENTREVISTADO: E tão tomando conta em tudo quanto é espaço, com razão. Estão dando conta do recado.

AUTORA: O Dr. Victor do Amaral quando era Diretor Geral do Serviço Sanitário aqui do Estado, na administração do presidente Munhoz da Rocha, ele organizou um curso em 1923, que era para a formação de parteiras práticas licenciadas ou enfermeiras especializadas, esse curso foi até 1931, quando foi substituído pelo de Enfermagem Obstétrica.

ENTREVISTADO: Esse curso foi na Cruz Vermelha.

AUTORA: Não, ele era dado na Maternidade Victor do Amaral. Ele criou em 1923, era uma Lei Estadual.

ENTREVISTADO: É o curso de socorrista? Foi na Guerra.

AUTORA: Esse aí era pela Cruz Vermelha.

ENTREVISTADO: Parece que Victor do Amaral também fundou esse curso de socorrista durante a Guerra. Porque ficar inventando moda de curso para enfermeira? Para elas aprenderem principalmente a lavarem as mãos, a infecção começa pelas mãos mal lavadas, isso Victor do Amaral dizia, né?

AUTORA: Mas esse curso de 1923 era para a formação de parteiras ou enfermeiras especializadas, como o Dr. Victor chamava. O senhor lembra alguma coisa desse curso?

ENTREVISTADO: Não me lembro, esse não me lembro.

AUTORA: Até aqui vem um discurso dele comentando. Aqui (é mostrado ao entrevistado um discurso de Victor do Amaral para a Associação Médica do Paraná e publicado na *Gazeta do Povo*). Eu estou fazendo um levantamento dele. A partir daqui ele vem comentando sobre esse curso.

ENTREVISTADO: Como é que ele chamava aqui?

AUTORA: Curso de parteiras práticas licenciadas ou enfermeiras especializadas.

ENTREVISTADO: Parteira prática... É isso, é. Ou?

AUTORA: Enfermeiras especializadas, ele chamava.

ENTREVISTADO: Parteira prática, isso mesmo. Isso foi em?

AUTORA: Em 1923, e ele fez uma Lei Estadual para amparar esse curso. Tanto é que ele nunca oficializou na Faculdade de Medicina esse curso. Ele [Victor do Amaral] diz assim: “Como na administração do presidente Munhoz da Rocha exerci as funções de Gestor Geral do Serviço Sanitário do Estado propus que na falta de parteiras diplomadas fosse permitido exercer o ofício de parteira dentro do Estado do Paraná as mulheres que freqüentassem a Maternidade, assistindo as aulas e nela praticassem durante um ano até prestarem o exame prático oral. Anuída a minha proposta foi consubstanciada no decreto 1179 de 26 de dezembro de 1922. De 1923 em diante pagando a Faculdade de Medicina a taxa regulamentar de audição livre tenho admitido mulheres com instrução elementar apenas, algumas até senhoras de boa representação social, para assistir as aulas de Clínica Obstétrica juntamente com os alunos do curso médico. Além disso, meu assistente e a parteira da Maternidade dão-lhes algumas lições mais elementares”.

ENTREVISTADO: Mathilde Ceschin.

AUTORA: Sim, o senhor recorda um pouco desse curso?

ENTREVISTADO: Não.

AUTORA: Não recorda. Quantos anos o senhor tinha nessa época?

ENTREVISTADO: Eu nasci em 1916.

AUTORA: Era criança então, tinha sete anos.

ENTREVISTADO: É exato, por isso.

AUTORA: Esse curso gerou uma polêmica.

ENTREVISTADO: Eu gostaria que você me enviasse uma cópia.

AUTORA: Esse aqui (é mostrado ao entrevistado um artigo da *Gazeta do Povo*) está na Faculdade de Medicina, no Setor de Ciências da Saúde. Na Direção eles têm um livro de memórias, com recortes de jornais, daí eu encontrei esse aqui.

ENTREVISTADO: Devo ter aí, mas é que é tanta coisa...

AUTORA: Imagino. Mas depois se o senhor encontrar alguma coisa que fale do curso o senhor me avisa. Então, esse curso de 1923 a 1931 gerou uma grande polêmica na *Gazeta do Povo*, porque algumas parteiras formadas por esse curso foram acusadas de abortadeiras, então gerou todo aquele processo jurídico. Aí o que aconteceu, a *Gazeta* publicou que uma parteira chamada Izulina Prochmann ela foi indiciada como abortadeira e no inquérito que ela respondia ela disse que era formada pela Faculdade de Medicina. A secretaria da Faculdade de Medicina respondeu à *Gazeta do Povo* dizendo que a Faculdade não formava parteira alguma, que não existia esse curso no programa. Bom daí o que acontece...

ENTREVISTADO: Esse curso não foi oficializado?

AUTORA: Não foi oficializado na Faculdade, mas ele era realizado na Maternidade Victor do Amaral.

ENTREVISTADO: Era reconhecido, mas não foi oficializado.

AUTORA: Exato. Ele era reconhecido no Estado.

ENTREVISTADO: Por que será que não oficializaram?

AUTORA: Victor do Amaral diz que é porque ele transgredia a lei orgânica do ensino federal.

ENTREVISTADO: Certo, certo.

AUTORA: Então ele não ousou oficializar na Faculdade de Medicina, mas através do Decreto Estadual que ele conseguiu colocar, então isso dava um amparo estadual pro curso.

ENTREVISTADO: Eu tenho idéia, parteira prática que ele falou. Eu tenho idéia disso, mas não consigo lembrar.

AUTORA: Então o que aconteceu: como a Faculdade disse que não tinha curso de parteira, a *Gazeta* pegou um discurso do Victor do Amaral, aquele que ele vem falando e jogou. Como não existe se o próprio Dr. Victor do Amaral fala do curso? Então eles colocaram assim: “Não deve ficar sem reparos o gesto daquele estabelecimento de ensino superior, pois ele caracteriza uma repulsa da faculdade a escola de parteiras. Essa escola ao que somos informados constitui uma ameaça porquanto ali obtém diploma pessoas sem a devida idoneidade moral para exercer a delicada missão de parteira. Para matrícula na escola não são feitas exigências de habilitação preparatória nem de conduta da candidata. Num estágio de nove meses as alunas recebem um diploma que lhes confere regalias superiores ao mérito do curso. A escola de parteiras ao que sabemos e ao que confirma a eloquência do desmentido da Faculdade de Medicina, está merecendo as vistas da saúde pública, que deve regulamentar o curso de parteiras e exigir que as profissionais deste mister possam merecer a confiança pública”.

ENTREVISTADO: É até parece que houve uma incoerência, a própria Faculdade não oficializou, mas reconheceu o curso. E deu margem a que uma aborteira, que foi alcunhada, se intitulasse que foi formada pela Faculdade de Medicina, quando na realidade não foi. Esse curso não tinha timbre oficial.

AUTORA: Mas era feito na Maternidade Victor do Amaral.

ENTREVISTADO: Esse eu não posso lhe dizer, porque este eu não estou a par.

AUTORA: Na realidade o que me chamou a atenção foi a seguinte questão: o curso tinha uma lei estadual que o amparava; então que regulamentação é essa que a *Gazeta* pede, se tinha uma lei estadual que amparava esse curso?

ENTREVISTADO: Se foi transformado em lei !!!

AUTORA: Exatamente, é estranho isso, não é? Mas é que o senhor era muito jovem, então não recorda dessa época. Porque na realidade o Dr. Victor ele coloca assim aqui, ele vem explicando que de 1923 em diante essas mulheres que pagassem a taxa na Faculdade de Medicina poderiam assistir as aulas com os alunos de Clínica Obstétrica e ao final de um ano, fazendo a sua prática na Maternidade Victor do Amaral, elas receberiam um certificado, não era um diploma, era um certificado. Então ele coloca aqui: “As aprovadas no fim do ano letivo no exame prático a que se submetem lhes são expedido o título de parteira prática licenciada”.

ENTREVISTADO: Esse certificado não existe mais há muito tempo. Era hábito.

AUTORA: E esse certificado ele poderia ser registrado na repartição de saúde pública, apesar do curso não ser oficializado na Faculdade, mas poderia...

ENTREVISTADO: Para provar que elas poderiam ter pelo menos um documento valioso. Isso foi em 1923?

AUTORA: Isso aqui já foi em 1931. Essa polêmica foi em 1931. Então nesse mesmo ano se encerrou o curso. Em 1932 abriu o de Enfermagem Obstétrica.

ENTREVISTADO: 1932 que foi até?

AUTORA: 1951. Esse já era regulamentado pela Lei Federal. Com relação a esse primeiro curso, eu imagino que a idéia do Dr. Victor era suprir uma necessidade do Estado pela falta de parteiras, porque no curso de Obstetrícia não houve inscrições e as parteiras que existiam aqui, algumas eram estrangeiras licenciadas e outras curiosas. Então ele quis abrir esse curso para que houvesse maior número de parteiras licenciadas assistindo a população. O que o senhor pensa?

ENTREVISTADO: Melhor categorizadas do que se não tivessem curso nenhum.

AUTORA: Deixe-me passar lá para o outro curso, já que deste aqui o senhor não vai recordar. Quanto ao curso de 1932, o senhor foi professor nele. Em que ano o senhor atuou lá? Na década de 40?

ENTREVISTADO: Victor do Amaral Filho foi paraninfo em 1943, eu devo ter sido paraninfo em 1945. Eu lecionei uns dois ou três anos.

AUTORA: Talvez de 1943-45?

ENTREVISTADO: É, e eu substituí o professor muito querido, muito meu amigo também, Francisco Basseti Junior.

AUTORA: Sim, eu vi nos livros da Universidade o nome dele.

ENTREVISTADO: Muito querido, muito competente, irmão de outro professor também querido, Altivir Basseti. Eram irmãos os dois.

AUTORA: E onde eram realizadas as aulas?

ENTREVISTADO: As aulas eram realizadas nas salas da própria Maternidade [Victor do Amaral].

AUTORA: Não eram na Faculdade?

ENTREVISTADO: Não, não eram. As aulas eram realizadas na sala de aula grande que tinha lá, com um quadro negro grande, no próprio Hospital-Maternidade Victor do Amaral.

AUTORA: E as alunas faziam aula juntamente com os alunos da Clínica Obstétrica?

ENTREVISTADO: Às vezes, conforme o assunto da matéria, as Enfermeiras Obstétricas, as alunas, assistiam a própria aula do curso de obstetrícia com os alunos do sexto ano. Por que muitos pontos eram em comum. Relações de identidade um ponto com o outro. Então elas assistiam as aulas do próprio curso de sexto ano.

AUTORA: Isso não gerava uma polêmica? Porque na época a co-educação gerava polêmica.

ENTREVISTADO: Um pouco gerava, porque, Fabiana, você sabe um pouco menos do que eu, que o material humano é muito difícil. O material humano é complicado. Até hoje também. Através dos tempos é fácil, você vê. É ciúme, é qualquer coisa que não pega bem. Assim não tá certo. Isso é problema, má vontade. E gerado na maioria das vezes por falta de um espírito superior e uma tremenda falta de educação. O sol nasce para todos. Todos tem o direito a um lugar no sol.

AUTORA: E o senhor recorda os comentários que eram feitos a respeito das Enfermeiras de elas estudarem algumas vezes com os rapazes?

ENTREVISTADO: Achavam que a enfermeira era a empregada do médico, ou usavam outros adjetivos. Então as enfermeiras sofreram lamentavelmente esta discriminação injusta, que eram certos adjetivos assim desagradáveis. Tudo não passava de mentira, porque não era só na classe de Enfermeiras Obstétricas as alunas que poderiam ter alguma desgarrada. Em todas as profissões tem. Em todas as latitudes do mundo. Mas isso é outro assunto.

AUTORA: Então tanto as aulas teóricas quanto as práticas eram realizadas na Maternidade [Victor do Amaral]?

ENTREVISTADO: Na Maternidade.

AUTORA: Então elas não pisavam ali na Faculdade de Medicina?

ENTREVISTADO: Às vezes, quando o profissional, o médico que atendia além da Maternidade atendia também outros hospitais e outras casas de saúde, conforme o caso, convidavam, levavam as enfermeiras, as alunas para participarem daquela outra cirurgia, daquele outro evento obstétrico.

AUTORA: Outra coisa que me chama bastante atenção é o seguinte: o termo “enfermeira” apareceu na década de trinta porque antes era parteira, obstetriz. E passou-se a utilizar esse termo “enfermeira especializada”. O que o senhor pensa? Por que essa apropriação desse termo “enfermeira” para a parteira?

ENTREVISTADO: Enfermeiras porque cuidava das criaturas que estão doentes, que são os enfermos. Daí vem o termo de enfermeira. Enfermeira-parteira porque ela tinha vocação para atender parto.

AUTORA: Mas por que não continuaram com a denominação parteira? Mudaram para enfermeira.

ENTREVISTADO: É talvez algum professor da época. É como para a mulher grávida: tecnicamente o termo para mulher grávida é mulher pejada. É termo de um professor, Jorge Resende, que foi um iluminar de obstetrícia no Brasil. Ele dizia: a “mulher pejada”, a mulher grávida, a “mulher pesada”. E no popular, a “mulher choca”, a “mulher gorda”, está esperando.

AUTORA: Eu cogitei porque a primeira turma de enfermeiras da Anna Nery formou-se em 1925, a primeira turma de enfermeiras de alto padrão.

ENTREVISTADO: Anna Nery foi a mais brilhante enfermeira brasileira. E a Florence Nightingale, a inglesa, de renome universal prestou nobre e humano serviço na guerra.

AUTORA: E o senhor acha que a formatura dessa 1ª turma de enfermeiras de alto padrão estimulou a apropriação do termo “enfermeira” para parteira também, por conta da enfermagem estar aflorando?

ENTREVISTADO: Pode ser. De enfermeira para parteira. Pode ser sim.

AUTORA: O senhor tem algum material daquela época, algum caderno de aula seu ou sabe me dizer os métodos que eram utilizados nas aulas?

ENTREVISTADO: Não tenho nada da época.

AUTORA: Mas sabe assim de memória algum livro que era utilizado para o ensino dessas Enfermeiras Obstétricas? Recordar-se de algum?

ENTREVISTADO: Tinha esses mais elementares que a gente indicava para elas, não me lembro. Sinceramente eu não me lembro.

AUTORA: Porque no programa pro exame prático de parteiras era adotado este método aqui, em italiano (é mostrado ao entrevistado o nome do método no regulamento para exame de parteiras práticas). Não sei se seria o mesmo. Esse método era adotado para o exame prático de parteiras.

ENTREVISTADO: Não, não é do meu reconhecimento (o entrevistado lê em voz alta o nome em italiano do método). E o curso também, Fabiana, tinha aula, era o professor Pio Veiga e o professor Irineu Antunes, sobre puericultura, primeiros cuidados ao recém nascido e pediatria. Dr. Plínio Pessôas lecionou e o professor Pio Veiga, Irineu Antunes e Dr. Aroldo Beltrão.

AUTORA: Alguns livros eram estrangeiros como esse aqui?

ENTREVISTADO: Não, não, tinha livros nacionais bons.

AUTORA: Porque eu fiquei pensando, esse regulamento aqui era para o exame prático de parteiras. Parteiras que eram curiosas e daí querem a licença vão lá e prestam o exame. Normalmente essas parteiras curiosas não eram nem alfabetizadas e adotaram um manual em italiano. Eu acho que isso complicava um pouco a vida delas.

ENTREVISTADO: Tinha alguém que traduzia, não é? Tinham alguma instrução primária, mas a maioria muito inteligente e talentosa. E a gente fazia questão de dar aula bem didática, espírito claro, bem transparente, procurando passar para o cérebro delas noções mais importantes com absoluta clareza. Não estava se dando aula para estudante de medicina e sim para alunas que nem todas tinham curso secundário.

AUTORA: A maior parte das mulheres parturientes então preferiam ser atendidas em casa?

ENTREVISTADO: Sim, a maioria.

AUTORA: E quando abriram aquela ala para pensionistas na Maternidade [Victor do Amaral] tinha bastante procura?

ENTREVISTADO: No início não, depois a procura foi grande, chegando até haver lotação completa. Aí ficou pequena a Maternidade.

AUTORA: E essa época que houve essa lotação o senhor se lembra mais ou menos quando? Que década que foi isso?

ENTREVISTADO: Porque lá a Maternidade tinha 50 leitos, não me lembro se eram 15 ou 20 particuladas. 1940 eu acho.

AUTORA: Já na década de 40 existia essa grande procura pela Maternidade?

ENTREVISTADO: Sem dúvida.

AUTORA: Começou a criar o hábito então de a mulher procurar o hospital.

ENTREVISTADO: Uma teve o parto lá, gostou, contou para a parente. A parente conta para a vizinha. Você sabe Fabiana, que mulher espalha as coisas com extrema facilidade. Um dos motivos, Fabiana, se você não sabe vai saber, porque quando Jesus Cristo ressuscitou, ele primeiro ressuscitou para as mulheres. Espalham, espalham. E homem é muito mais fechado.

AUTORA: Essas mulheres da classe de pensionistas que procuravam a Maternidade, elas iam por que o parto delas era de risco ou por que elas queriam ser atendidas na Maternidade?

ENTREVISTADO: Não, não. Porque queriam ser atendidas por estabelecimento especializado em parto.

AUTORA: Os partos em Curitiba eram mais realizados por médicos ou parteiras na época?

ENTREVISTADO: Nessa época distante a maioria dos partos eram efetivamente realizados por parteiras e muitas delas eminentemente curiosas.

AUTORA: E dentro da Maternidade [Victor do Amaral]?

ENTREVISTADO: Pela maternidade, essas já eram parteiras diplomadas.

AUTORA: Entre parteiras e médicos, quem realizava mais partos dentro da Maternidade?

ENTREVISTADO: Aí eram os médicos. E alguns médicos, poucos é verdade, mas alguns médicos não viam a parteira curiosa com bons olhos.

AUTORA: Alguns trabalhos de São Paulo e Rio de Janeiro que tenho lido falam a respeito da existência de uma disputa profissional entre parteiras, enfermeiras e médicos. O senhor observava esta disputa de poder dentro da Maternidade?

ENTREVISTADO: Sim. Tinha colegas obstetras que tinham enfermeiras particulares que cuidavam inicialmente do internamento das suas pacientes. E muitas vezes, muitas vezes mesmo, quando o profissional chegava a parteira já tinha realizado o seu parto. Isso era até relativamente comum, porque o parto, Fabiana, é muito complexo. O parto muitas vezes se desenvolve com uma velocidade imprevisível. Às vezes há um retardamento preocupante. E obstetrícia tem horas para agir. Não agir precipitadamente, mas não agir demoradamente. Há o momento exato. Não atropelar, mas não retardar. E quem provoca esse acerto chama-se experiência.

AUTORA: Então quando o médico chegava e via que a parteira havia feito o parto então ele não apreciava isso?

ENTREVISTADO: Não, não, às vezes ele gostava, porque ele demorou para vir, por exemplo, porque estava em outra atividade médica.

AUTORA: E em que reside a disputa então?

ENTREVISTADO: Era a cliente que às vezes se satisfazia só com a atuação da parteira. Não precisava o médico. Isso acontecia muito nesta época. Ela se satisfazia com o papel, com a função da parteira. E nem às vezes chamava o médico. E tem gestante ainda hoje, é o mínimo, que não procuram e não fazem o pré-natal, porque o parto é um fenômeno natural, não há necessidade. Você sabe que isso não resiste a uma mínima crítica. Isso é óbvio. Tem senhoras que não vão ao médico. E tem parto ainda em casa com parteira.

AUTORA: Sim, com certeza, especialmente no interior do país.

ENTREVISTADO: Como é que se diz na gíria? Amarra-se o burro com a vontade do dono. Cada um desce do ônibus como lhe apetece. Você quer desse jeito, que seja feita a sua vontade.

AUTORA: Então quando a mulher se satisfazia só com a presença da parteira isso gerava um incômodo no médico?

ENTREVISTADO: Não, não gerava incômodo, porque era a vontade soberana da parturiente.

AUTORA: E em que residiam estas disputas então de poder?

ENTREVISTADO: Não. É porque o médico, a cliente particular gerava dinheiro. Se a parteira fizesse o parto, ele talvez no dia seguinte fosse visitá-la, mas o parto em si, se fosse o natural ou cesariana – se fosse cesariana o médico que teria de ter atendido – mas o parto natural ele deixava de receber aquela parte no terreno financeiro, porque ele não a atendeu.

AUTORA: A parteira é que recebia.

ENTREVISTADO: Ele não faturava.

AUTORA: Aí era a questão.

ENTREVISTADO: Quando era muitas vezes, muitas vezes, Fabiana, quando o médico via, a sua cliente que ele atendeu no consultório no pré-natal duas ou três vezes já tinha tido o parto e já estava em casa cinco ou seis dias depois. Ele perdeu a cliente e deixou de ganhar.

AUTORA: Então aí que gerava uma polêmica?

ENTREVISTADO: Você tem idéia, você acredita Fabiana, o médico é um homem. E os homens a maioria, são vaidosos. Vocês têm uma responsabilidade muito grande, porque vocês têm que aturar o homem. E homem é difícil.

AUTORA: E o senhor recorda de mais alguma disputa por poder lá dentro [da Maternidade Victor do Amaral], fora a questão da clientela?

ENTREVISTADO: Não, porque eu tive muita sorte na minha vida longa, Fabiana, que eu sempre fui muito bem cercado. Eu tenho um temperamento extrovertido, eu tenho espírito esportivo e eu tenho graças a Deus bom humor. E bom humor e a pessoa educada. A educação, já dizia os antigos, é uma chave que abre todas as portas. A educação cabe em qualquer lugar.

AUTORA: Então o senhor conseguia driblar essas situações?

ENTREVISTADO: Não, eu driblava, levava no espírito esportivo.

AUTORA: Então existiam as enfermeiras obstétricas e existiam as enfermeiras de alto padrão aqui em Curitiba?

ENTREVISTADO: Isso depois.

AUTORA: Década de 40, 50 já, não é?

ENTREVISTADO: A enfermeira de alto padrão era só em hospitais, Casa de Saúde, Institutos e tal. Prestam serviço, mas são enfermeiras de quarto ano. E são especializadas com mais de um ano. Eu lidei na Maternidade Victor do Amaral com enfermeiras e no Hospital de Clínicas com freiras. A irmã Virgínia trabalhou comigo muitos anos, era enfermeira obstétrica de alto padrão em São Paulo. Quarto ano e mais um ano só de obstetrícia. E foi enfermeira chefe da Maternidade e Hospital de Clínicas durante muitos anos. Trabalhei com ela muitos anos. Eficiente. Eram cinco anos. Quatro anos e mais um ano só de obstetrícia, na Universidade de São Paulo.

AUTORA: E o senhor observava alguma disputa de poder entre a enfermeira obstétrica e a enfermeira de alto padrão?

ENTREVISTADO: Sempre teve, não é? Sempre teve.

AUTORA: Então era uma tríade: médico, enfermeira e enfermeira obstétrica?

ENTREVISTADO: No serviço você tem um médico formado na Faculdade de Medicina. É Doutor em Medicina? Não, Doutor em Medicina, como você sabe, tem que defender tese. Não, ele é médico. Nesse serviço tem também um médico que é Mestre. Nesse serviço tem também um médico que, além de médico, é Doutor em Medicina. Nesse serviço tem um outro médico que, além de Mestre e Doutor em Medicina, é PhD. Há entre esses médicos, nem que seja um pouquinho, um sopro de ciúme entre eles? Há. Porque o material humano é difícil de conviver. Ponha isso não só em homem, ponha em mulher também. Ah! Fulano ta pensando que só porque tem Mestrado, eu tenho 15 anos de prática, formou-se aí sei lá onde, tirou um Mestrado, vem aí com aquela papelada toda. Eu tenho prática e me garanto no que faço. E você sabe que mulher tem cabelinho na venta. Mulher é preciso saber levar.

AUTORA: Qual era a classe social da maior parte dessas enfermeiras obstétricas?

ENTREVISTADO: Era uma classe mediana.

AUTORA: Elas tinham que escolaridade?

ENTREVISTADO: Tinham escolaridade, sabiam ler e escrever.

AUTORA: Tendo o primário elas poderiam fazer parte do curso?

ENTREVISTADO: Isso, isso.

AUTORA: Era permitido a essas parteiras terem consultórios ginecológicos?

ENTREVISTADO: Não, se algumas tinham – eu acredito que algumas tinham – era escondido. Oficialmente não poderiam ter.

AUTORA: Porque num desses recortes aqui tem um discurso do Dr. Victor do Amaral. Quando começaram a indiciar algumas parteiras por abortamento retiraram delas o privilégio de terem consultórios ginecológicos. E o Dr. Victor vem apoiando isso. Só que eu fiquei na dúvida: será que era de acordo com a lei que só aquelas que eram indiciadas por abortadeiras então eram podadas disso ou era proibido a todas?

ENTREVISTADO: Era geral, era proibido. É como o estudante de Medicina: não pode exercer a profissão antes de se formar, mas eles exercem. Em farmácias, em cidades do interior nas férias, examinam, dão receitas em nome de outros. Porque o médico só pode receitar, examinar, fazer diagnóstico e receitar tendo diploma. Curso terminado de seis anos. E colado grau e diploma registrado na Saúde Pública local e no Ministério de Educação e Cultura, senão não pode exercer.

AUTORA: Eu não encontrei relatório na Universidade com relação à última turma de 1951. Aí me faltam os nomes das parteiras da última turma, porque eu não consegui encontrar o relatório. O senhor não o teria?

ENTREVISTADO: Eu tenho de todos os formandos médicos. Tenho aqui até o ano passado.

AUTORA: O senhor conhece alguma dessas enfermeiras obstétricas que esteja viva ou algum familiar de algumas delas?

ENTREVISTADO: Dr Osmar Muller, a mãe dele foi parteira, trabalhou com o professor Miguel Isaacson, que foi meu professor também na faculdade. Imagino que já é falecida.

AUTORA: Não teria mais ninguém com quem eu pudesse entrar em contato?

ENTREVISTADO: Não tem, eu não me lembro mais.

AUTORA: E eu gostaria de ver o material que o senhor tem.

ENTREVISTADO: Ah eu tenho aqui. Eu não tenho muita coisa. Eu tenho o relatório do Victor do Amaral.

AUTORA: Eu vi vários destes lá [na Universidade].

ENTREVISTADO (mostra uma foto): Aqui foi o prédio da primeira sede da Universidade do Paraná, depois mudou-se.

AUTORA: E essas eram enfermeiras obstétricas?

ENTREVISTADO: Não, não existia o curso. (O entrevistado aponta uma foto) Celso Valério, Victor do Amaral Filho, eu to aqui... O Dr. Victor do Amaral.

AUTORA: Quem eram essas mulheres que atendiam então?

ENTREVISTADO: Não sei. Uma delas era a dona Mathilde Ceschin.

AUTORA: Essa foto tem na Maternidade Victor do Amaral?

ENTREVISTADO: Tem, essa aqui tem. Aqui também tem outro retrato. O Dr. Victor do Amaral deixou muitos álbuns sabe. Ele era muito amigo da dona Júlia Wanderley, foi a primeira professora. Ó isso aqui é a Maternidade [Victor do Amaral]. Algumas parteiras ali... O Dr. Victor aqui. Não tem mais isso agora, modificaram tudo. Mas eu já estou aí já. Vamos ver se você me descobre aí.

AUTORA: Eu acho que é aqui.

ENTREVISTADO: Olha o Dr. Arnaldo Araújo, queridíssimo, já falecido. Muito bom colega. Dr. Celso Valério (Vitoca); eu; esse aqui era pediatra; esse é meu irmão. Ah (apontando para outra enfermeira obstétrica do foto) dona Dina, essa é italiana.

AUTORA: E eram freiras ali, não é? Existia bastante procura por religiosas.

ENTREVISTADO (contando as enfermeiras obstétricas da foto): Uma, duas, três... doze, viu?

AUTORA (referindo-se à dona Dina): É Bernardina o nome dela?

ENTREVISTADO: Dina Giavarina. Esse é Dr. Victor do Amaral Filho, ele substituiu seu pai na cadeira. Tem cinco ou seis álbuns aí. Você veja uma coisa, eu estou fazendo um levantamento e o que tem escrito sobre o Dr. Victor do Amaral é impressionante.

AUTORA: Muita coisa. Ele foi um homem muito importante pro Estado.

ENTREVISTADO: Aqui Dr. Victor do Amaral quando lançaram a pedra fundamental. Este aqui é o Carlos Cavalcanti, parece. Esse é dia do lançamento da pedra fundamental. Mas tem coisara aí. Aqui você tem um resuminho da vida dele: “Médico, jornalista, político, educador, exerceu todos os altos cargos que o talento e o valor outorgaram aos legítimos valores do nosso Estado. Batalhador de ensino, pioneiro na puericultura e pai da nossa Universidade”. Foi vice-deputado, foi vice-governador do Estado, foi tudo o que você pode imaginar.

AUTORA: O que o senhor enviou para a Maternidade [Victor do Amaral]?

ENTREVISTADO: Enviei fotos. Eu não sei sinceramente, Fabiana, o paranaense não é muito chegado a resgatar história de sua própria cidade, não. Tem um livro do Dr. Eduardo Correa Lima só sobre o Dr. Victor do Amaral: “Victor do Amaral, o Reitor de sempre”, por Eduardo Correa Lima.

AUTORA: Conheço. Já tive contato com esse livro na biblioteca da Universidade. Quais eram as idéias intelectuais do Dr. Victor do Amaral?

ENTREVISTADO: Ele foi até maçõn. Trouxe a primeira bola de futebol para o Estado do Paraná em 1913.

AUTORA: Repleto de iniciativas.

ENTREVISTADO: Ele era diretor da instrução pública, lidava com alunos. Estava no Rio de Janeiro a serviço, passou na vitrine na Rua do Ouvidor e viu uma vitrine toda enfeitada e no centro uma bola e um livrinho. – “O que é aquilo?” Entrou, perguntou para o atendente. – “Essa bola está chegando da Inglaterra, é um jogo que está saindo agora: Football Association. É hoje o maior esporte do mundo”. – “Eu lido com alunos...” – “Então leva a bola.” – “Mas eu não sei como é que é.” – “Um tanto de rapazes para um lado, um tanto para o outro... Então leva o livro.”

AUTORA: O Dr. Victor do Amaral cursou ginecologia na Faculdade de Medicina de Paris?

ENTREVISTADO: Ele teve dois, três anos na Europa.

O entrevistado empresta um álbum de fotos e a autora combina a respeito da devolução.

ENTREVISTADO: Se eu tiver mais alguma coisa eu telefono.

FIM.

APÊNDICE XII – Parteiras práticas licenciadas que registraram seus certificados na Diretoria do Serviço Sanitário do Paraná, segundo a data de nascimento, estado civil, naturalidade, paternidade, data do registro do título no Paraná e legislação que o regulamenta.

NOME	NASCIMENTO	ESTADO CIVIL	NATURALIDADE	PATERNIDADE	REGISTRO NO PARANÁ	LEI ESTADUAL
Anna Renhardt	21/11/1876	Casada	Alemanha	Carlos Schmidt	03/06/1916	1463 de 02/03/1915 Art.2º
Emilia Schlend	06/05/1866	Casada	Polônia	Carlos Wenkeder	06/06/1916	1463 de 02/03/1915 Art.2º
Maria Schella	15/01/1867	Casada	Alemanha	Germano Neumann	06/06/1916	1463 de 02/03/1915 Art.2º
Emma Birkenfeld	1872	Não consta	Alemanha	Antonio Hames	02/06/1916	1463 de 02/03/1915 Art.2º
Josephina Pereira Alves da Costa	01/06/1862	Casada	PR	Francisco Pereira Alves	12/06/1916	1463 de 02/03/1915 Art.2º
Anna Otti	Não consta	Casada	SC	João Frederico Diedrich	12/06/1916	1463 de 02/03/1915 Art.2º
Othilia Arantes Carneiro	28/03/1883 45 anos	Não consta	Antonina/ PR	Manoel Ferreira Lins	01/04/1916	1463 de 02/03/1915
Gabriella Freceino Kruger	18/09/1887	Não consta	Parana guá/PR	João Baptista Freceino	30/08/1917	1463 de 02/03/1915 Art.2º

Fonte: LIVRO REGISTROS MÉDICO-CIRÚRGICOS. Biblioteca da Escola de Saúde Pública da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná. Notas: O livro foi aberto no ano de 1886 e encerrado em 1918. As parteiras práticas arroladas tiveram seus certificados expedidos pela Faculdade de Medicina do Paraná. As informações deste quadro foram selecionadas e compiladas pela autora.

APÊNDICE XIII – Parteiras práticas licenciadas que registraram seus certificados na Diretoria Geral de Saúde do Estado do Paraná, segundo nascimento, naturalidade, paternidade, data do registro do título no Paraná e legislação que o regulamenta.

NOME	NASCIMENTO	NATURALIDADE	PATERNIDADE	REGISTRO NO PARANÁ	LEI ESTADUAL
Rosa Viterbo Zimmermann	Não consta	Bahia	Não Consta	02/04/1923	1179 de 26/12/1922
Assumpta Fangueiro	Não consta	Italia	Não Consta	10/04/1923	1179 de 26/12/1922
Rosa Prado Dias	Não consta	Curitiba/PR	Não Consta	21/05/1923	1179 de 26/12/1922
Anna Guisdala	Não consta	Polonia	Não Consta	21/05/1923	1179 de 26/12/1922
Annita Schrolder	Não consta	Curitiba/PR	Não Consta	14/06/1923	1179 de 26/12/1922
Emília Busse Guimarães	Não consta	Curitiba/PR	Não Consta	07/03/1924	1179 de 26/12/1922
Adelaide Rutz	22/04/1875	Brasil	Germano Diedrichs	11/03/1924	1179 de 26/12/1922
Ainda Molleta Torres	Não consta	Curitiba/PR	Não Consta	03/04/1924	1179 de 26/12/1922
Hermínia Hetitzwebel	06/02/1895	Brasil	João Baptista Canto	07/08/1929	1179 de 26/12/1922
Guerda Roeder	29 anos	PR	Roberto Roeder	28/11/1929	1179 de 26/12/1922
Ernestina Nitsch	Não consta	PR	Ernesto Nitsch	13/12/1929	1179 de 26/12/1922
Lydia Schunemann	Não consta	PR	Frederico Didrirs	13/12/1929	1179 de 26/12/1922
Leontina Miranda Ricardo	Não consta	PR	Antonio Souza Miranda	13/12/1929	1179 de 26/12/1922
Otília Kesseli	26/02/1897	PR	Ernesto Machado	24/11/1925	1179 de 26/12/1922
Gertrudes Ricardo Nascimento	Não consta	PR	Antonio Ricardo	13/12/1929	1179 de 26/12/1922
Anna Mathissen	Não consta	Finlandia	Guilherme Mathissen	24/11/1925	1179 de 26/12/1922
Maria Buzzato	Não consta	PR	João Bassan	24/11/1925	1179 de 26/12/1922
Maria Balbina Pereira	19/05/1888	PR	Jocelyn de Paula Ferreira	24/11/1925	1179 de 26/12/1922
Ida Hass	Não consta	PR	Gustavo Riechter	24/11/1925	1179 de 26/12/1922
Hilja Sofia Zaremba	Não consta	Finlandia	João Cederblad	26/11/1925	1179 de 26/12/1922
Emilia Bordignon	Não consta	Italia	João Bassan	28/11/1925	1179 de 26/12/1922
Janine Joana Fonseca	Não consta	PR	Bernardo Pusch	13/12/1929	1179 de 26/12/1922
Palmyra Ribas Brasil	Não consta	PR	Rodolfo Ribas	13/12/1929	1179 de 26/12/1922
Janina Sieciecho	Não consta	Polonia	João Ziencina	17/12/1925	1179 de 26/12/1922

NOME	NASCIMENTO	NATURALIDADE	PATERNIDADE	REGISTRO NO PARANÁ	LEI ESTADUAL
Antonia Cicatkova	Não consta	Tszechoslováquia	Alois Cicatkova	17/12/1929	1179 de 26/12/1922
Joanna Fornasier	Não consta	Alemanha	Quirino Angelo Fornasier	17/12/1929	1179 de 26/12/1922
Maria das Dores Belline	Não consta	PR	Jacomo Campana	17/12/1929	1179 de 26/12/1922
Othalia Ceceato	Não consta	Italia	Luiz Stocco	23/01/1926	1179 de 26/12/1922
Marcella Petrelli Domingues	Não consta	SP	Thomas Petrelli	17/12/1929	1179 de 26/12/1922
Monica Serpinska	Não consta	PR	Martins Pugonski	30/01/1926	1179 de 26/12/1922
Leocadia Dyminski	Não consta	Polonia	Jose Dyminski	21/12/1929	1179 de 26/12/1922
Thereza Gollner	Não consta	PR	Jose Mattoso	23/12/1929	1179 de 26/12/1922
Amalia Correa de Lima	Não consta	PR	Antonio de Oliveira	28/12/1929	1179 de 26/12/1922
Maria Luiza Kwidzinski	Não consta	PR	João Kwidzinski	30/12/1929	1179 de 26/12/1922
Avila Chervwenski Jammal	Não consta	PR	Jose Von Chervwenski	02/01/1930	1179 de 26/12/1922
Francisca Alves Calixto	Não consta	PR	Abel Pereira	09/01/1930	1179 de 26/12/1922
Carolina Luz	07/01/1878	PR	Carlos Bettes	26/01/1927	1179 de 26/12/1922
Marciana Passos Cordeiro	28/05/1903	PR	Gregorio Rezende dos Passos	27/01/1927	1179 de 26/12/1922
Jessie Klopfffeisch Ribas	25/03/1895	PR	Guilherme Klopfffeisch	27/01/1927	1179 de 26/12/1922
Helena Camilli	Não consta	Italia	Alexandre Ambes	18/01/1930	1179 de 26/12/1922
Palmyra de Freitas	06/04/1894	PR	Vicente Mariano de Freitas	05/01/1928	1179 de 26/12/1922
Catharina Scotti	24/09/1890	Italia	Pedro Massetti	16/01/1928	1179 de 26/12/1922
Albina Grigoletti Winheski	Não consta	RJ	Albano Grigoletti	21/01/1930	1179 de 26/12/1922
Tarcilia Gaertner Damm	16/11/1897	PR	Luiz Gaertner	16/01/1928	1179 de 26/12/1922
Elvira Passos Ballão	Não consta	PR	João Passos	17/05/1930	1179 de 26/12/1922
Irma Ghelardi Guimarães	07/05/1899	Italia	Giovanni Ghelardi	17/01/1928	1179 de 26/12/1922
Estela Egg	Não consta	PR	Heastio Jorge Campos	23/05/1930	1179 de 26/12/1922
Douralina Pinto Stocco	26/04/1902	PR	Manoel Rodrigues Pinto	17/01/1928	1179 de 26/12/1922
Helena Egashira	28/02/1905	Japão	Sokite Egashira	17/01/1928	1179 de 26/12/1922
Erika V. Lasperg Kistmann	Não consta	SC	Antonio Lasperg	08/08/1930	1179 de 26/12/1922

NOME	NASCIMENTO	NATURALIDADE	PATERNIDADE	REGISTRO NO PARANÁ	LEI ESTADUAL
Eva Perdigão	30/03/1901	PR	Francisco Perdigão	21/01/1928	1179 de 26/12/1922
Rosa Schlichting	28/08/1894	Austria	Martins Haretsch	21/01/1928	1179 de 26/12/1922
Vergília Baptista	24/03/1886	RS	Miguel Janine	24/01/1928	1179 de 26/12/1922
Maria Ginesti	26/10/1891	PR	Evaristo de Oliveira	06/02/1928	1179 de 26/12/1922
Paula Nitsch	13/09/1896	Alemanha	Henrique Spenhoff	11/02/1928	1179 de 26/12/1922
Aurora de Siqueira	05/07/1892	PR	Não Consta	13/02/1928	1179 de 26/12/1922
Helena Raimondi Cravo	07/02/1885	Italia	Lui Raimondi	13/02/1928	1179 de 26/12/1922
Alice Luiza Richtez Milasch	03/10/1894	Alemanha	Otto Hainrich Burchard	27/02/1928	1179 de 26/12/1922
Sylvia S. Carnascialli	Não consta	Brasil	Francisco F. Simas	07/01/1931	1179 de 26/12/1922
Maria Costa Ribas	Não consta	Brasil	Manoel A da Costa	09/01/1931	1179 de 26/12/1922
Francisca de Gracia	Não consta	Brasil	Francisco de Gracia	16/01/1931	1179 de 26/12/1922
Herminia Nery Pitta	Não consta	PR	Leoncio Nery	11/03/1931	1179 de 26/12/1922
Ignez Otto	Não consta	PR	Gustavo Ronfelt	05/05/1931	1179 de 26/12/1922
Maria da Luz Garret	31/12/1888	PR	Alexandre J. A. Garret	29/02/1928	1179 de 26/12/1922
Maria Italia de Assumpção	13/12/1881	PR	José Pioli	28/02/1928	1179 de 26/12/1922
Cecília Alice de Mattos	11/04/1904	PR	João Widginski	16/04/1928	1179 de 26/12/1922
Maria Francisca Casadio	Não consta	PR	Manoel Rodrigues da Cruz	17/01/1929	1179 de 26/12/1922
Emília Grecca Perrine	Não consta	PR	Vicente Grecca Perrine	18/01/1929	1179 de 26/12/1922
Maria Amélia Biron	Não consta	PR	Jacob Biron	18/01/1929	1179 de 26/12/1922
Santa Alves Cavalcanti	Não consta	PR	Abel Alves Cavalcanti	22/01/1929	1179 de 26/12/1922
Carmem de Oliveira Lima	Não consta	DF	Thomaz Domingo de Oliveira	23/01/1929	1179 de 26/12/1922
Joanna Dubard Gonçalves de Oliveira	Não consta	PR	Celestino Dubard	23/01/1929	1179 de 26/12/1922
Benedicta Tulio	Não consta	PR	Marcelino Alves	28/02/1929	1179 de 26/12/1922
Eliza Albini Lamiccotti	31/10/1898	PR	Carlos Albini	11/03/1924	1179 de 26/12/1922

Fonte: LIVRO 2 – REGISTRO DE TÍTULOS. Biblioteca da Escola de Saúde Pública da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná. Notas: O livro foi aberto no ano de 1919 e encerrado em 1931. O estado civil das parteiras práticas não consta de seus registros. Os certificados foram expedidos pela Faculdade de Medicina do Paraná. As informações deste quadro foram selecionadas e compiladas pela autora

APÊNDICE XIV – Parteiras práticas licenciadas que registraram seus certificados na Diretoria do Serviço Sanitário do Paraná, segundo nascimento, estado civil, naturalidade, paternidade, data do registro do título no Paraná e legislação que o regulamenta.

NOME	NASCIMENTO	ESTADO CIVIL	NATURALIDADE	PATERNIDADE	REGISTRO NO PARANÁ	LEI ESTADUAL
Philippina Bertha Huebel Scharp	14/04/1889	Casada	Curitiba/PR	Carlos Huebel	10/09/1919	1463 de 02/03/1915 Art.2º
Marietta Bulamaqui	07/07/1885	Viuva	RJ	Israel Dias da Costa	05/01/1920	1463 de 02/03/1915 Art.2º
Maria Cardoso dos Santos	20/03/1875	Casada	PR	Leandro Lopes Cardoso	28/02/1920	1463 de 02/03/1915 Art.2º
Bertha Gevert	15/10/1878	Casada	Alemanha	Guilherme Putzas	31/03/1919	1463 de 02/03/1915 Art.2º
Stelfa Ciqueira	02/01/1890	Não Consta	PR	Vicente Ciqueira	24/03/1920	1463 de 02/03/1915 Art.2º
Maria Rosa Cordeiro	30/12/1871	Não Consta	PR	Fidelio Dutra Garcia	14/02/1921	1463 de 02/03/1915 Art.2º
Cecília Kotcher	18/01/1896	Não Consta	Russia	Paulo Kotcher	17/03/1921	1463 de 02/03/1915 Art.2º
Helena Moro	Não consta	Não Consta	Curitiba/PR	Heitor Mazali	11/05/1921	1463 de 02/03/1915 Art.2º
Izulina Prochmann	09/03/1888	Não Consta	Curitiba/PR	Heitor Mazali	10/06/1921	1463 de 02/03/1915 Art.2º
Catharina Cardoso	18/04/1876	Não Consta	Curitiba/PR	José Manoel Cardoso	28/12/1921	1463 de 02/03/1915 Art.2º
Vicentina Pignataro Bissignani	22/04/1874	Não Consta	Itália	Vicenti Pignataro	28/12/1921	1463 de 02/03/1915 Art.2º
Francisca Staffe de Andrade	15/03/1896	Não Consta	Curitiba	João Staffe	03/01/1922	1463 de 02/03/1915 Art.2º
Verônica Baggio	11/09/1900	Não Consta	Curitiba	Benedicto Baggio	29/07/1922	1463 de 02/03/1915 Art.2º

Fonte: LIVRO 2 – REGISTRO DE TÍTULOS. Biblioteca da Escola de Saúde Pública da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná. Nota: O livro foi aberto no ano de 1919 e encerrado em 1931. As parteiras práticas arroladas tiveram seus certificados expedidos pela Faculdade de Medicina do Paraná. As informações deste quadro foram selecionadas e compiladas pela autora.

APÊNDICE XV – Parteiras práticas licenciadas que registraram seus certificados na Diretoria Geral de Saúde do Estado do Paraná, segundo naturalidade, paternidade, data do registro do título no Paraná e legislação que o regulamenta.

NOME	NATURALIDADE	PATERNIDADE	REGISTRO NO PARANÁ	DECRETO ESTADUAL
Josephina Vosniak	RS	Estanislau Vosniak	10/07/1931	1.179 de 26/12/1922
Bessie Assenheimer	Brasil	Frederico Lamevays	15/12/1931	1.179 de 26/12/1922
Catarina Ehl	Alemanha	Jose Halkprenar	15/12/1931	1.179 de 26/12/1922
Alayde Mota Silva	Brasil	Carlos Mota	15/12/1931	1.179 de 26/12/1922
Rosa Mengarda	Brasil	Salomão Mengarda	15/12/1931	1.179 de 26/12/1922
Alayde Silva	Brasil	Honório Silva	15/12/1931	1.179 de 26/12/1922
Helena de Geus	Holanda	Ary de Geus	15/12/1931	1.179 de 26/12/1922
Carlinda Ader	Brasil	Antonio Pereira dos Santos	15/12/1931	1.179 de 26/12/1922
Isaura Binda	Brasil	João Binda	15/12/1931	1.179 de 26/12/1922
Castorina Prince Pinto	Brasil	Matheus Prince	15/12/1931	1.179 de 26/12/1922
Isabel França	Não consta	Não consta	15/12/1931	1.179 de 26/12/1922
Antonietta da Silveira Carriel	Brasil	Raimundo N. da Silveira	01/02/1932	1.179 de 26/12/1922
Julia Ferreira	Brasil	João Pereira de Carvalho	15/12/1931	1.179 de 26/12/1922
Maria da Luz Lima	Brasil	Carlos Pereira da Silva	18/01/1932	1.179 de 26/12/1922
Antonia Soares de Freitas	Brasil	Antonio Soares	13/02/1932	1.179 de 26/12/1922
Aracy de Almeida	Brasil	Manoel Matoso	24/02/1932	1.179 de 26/12/1922
Anna Huchaia	Brasil	Alberto Huchaia	26/02/1932	1.179 de 26/12/1922
Adelaide Lavall Guerra	Brasil	José Lavall	01/03/1932	1.179 de 26/12/1922
Elvira Caviski	Brasil	Thomaz Wosch	02/03/1932	1.179 de 26/12/1922
Carolina Simone da Luz	Brasil	Benedito da Luz	05/03/1932	1.179 de 26/12/1922
Zoraide Ferreira Baroni	Brasil	José Pinto de Mattos	02/05/1932	1.179 de 26/12/1922
Damiana Neves	Brasil	Joaquim	Mai./32	1.179 de 26/12/1922
Julieta Dias Santos	Brasil	Manoel Francisco dos Santos	29/04/1932	1.179 de 26/12/1922
Anna Cikatkova	Tchecoslováquia	João Thill	11/07/1932	1.179 de 26/12/1922
Francisca Santos Soares	Brasil	Augusto Santos	29/11/1932	1.179 de 26/12/1922
Victoria Bressiani	Brasil	Daniel Albini	29/12/1932	1.179 de 26/12/1922
Valeria Cyta	Polônia	Nicolau Cyta	Mai./32	1.179 de 26/12/1922
Oliveira de Oliveira Nery	Brasil	Leoncio Nery	07/08/1933	1.179 de 26/12/1922

NOME	NATURALIDADE	PATERNIDADE	REGISTRO NO PARANÁ	DECRETO ESTADUAL
Leonor Pavanelli da Costa	Brasil	Santo Pavanelli	23/08/1935	1.179 de 26/12/1922
Wanda Alexandra Marcinowska	Polônia	José Poplaska	23/08/1935	1.179 de 26/12/1922

Fonte: LIVRO 3 – TÍTULOS PROFISSIONAIS (1931). Biblioteca da Escola de Saúde Pública da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná. Notas: Este livro foi aberto em 1931 e encerrado em 1937. Não informa a data do nascimento e nem o estado civil das parteiras práticas. Todos os certificados foram expedidos pela Faculdade de Medicina do Paraná. As informações foram selecionadas e compiladas pela autora.

APÊNDICE XVI – Parteiras práticas licenciadas que registraram seus certificados na Diretoria Geral de Saúde Pública do Estado do Paraná e, a partir de maio de 1947, na então criada Secretaria de Saúde e Assistência Social, segundo a data de nascimento, paternidade, data de formatura, data do registro do título no Paraná e legislação que o regulamenta.

NOME	NASCIMENTO	PATERNIDADE	FORMATURA	REGISTRO NO PR	DECRETO FEDERAL
Marina Miranda D'Amaral	Não Consta	Não Consta	27/06/1946	18/10/1946	8.778 de 22/01/1946
Hilda de Oliveira França	03/07/1908	Amador Pamião de Oliveira	Não Consta	01/06/1948	8.778 de 22/01/1946

Fonte: LIVRO 7 – REGISTRO DE TÍTULOS (1946). Biblioteca da Escola de Saúde Pública da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná. Notas: Este livro foi aberto em 1946 e encerrado em 1948. Não informa a paternidade e nem a naturalidade das parteiras práticas. As informações foram selecionadas e compiladas pela autora.

APÊNDICE XVII – Parteiras práticas licenciadas que registraram seus certificados na Secretaria de Saúde e Assistência Social do Estado do Paraná (SSAS), Departamento de Saúde, Divisão de Fiscalização do Exercício Profissional, segundo a data de nascimento, estado civil, naturalidade, paternidade, datas da expedição do certificado e registro.

NOME	NASCIMENTO	ESTADO CIVIL	NATURALIDADE	PATERNIDADE	EXPEDIÇÃO DO CERTIFICADO PELA SSAS	REGISTRO NO PR
Othilia Sehiffer	13/03/1890	Casada	PR	Bartolomeu Gassan	05/01/1950	24/01/1950
Marta Schmee (Irmã)	28/06/1910	Solteira	Alemanha	Josef Schmee	05/01/1950	27/01/1950
Guinditta Gozzo Roverato	23/05/1916	Casada	Itália	Luiz Gozzo	05/01/1950	28/01/1950
Maria Carolina Vitaca Ferreira	08/09/1908	Casada	RS	Atilio Vitaca	05/07/1951	19/07/1951
Maria Müller	02/06/1921	Não Consta	Rússia	Pedro Müller	05/07/1951	05/09/1951
Suely Passelt Colli	05/12/1922	Casada	SC	Ermuto Passelt	07/12/1951	07/12/1951
Francelina Maria Correa	10/12/1908	Casada	PR	Domingos da Silva	01/07/1950	01/07/1952
Hilda Lepka	15/01/1922	Casada	Não Consta	Afonso Theolindo Menequin	01/07/1952	02/07/1952
Eva Sansonio	05/07/1930	Não Consta	PR	Nicolau Sansonio	01/07/1952	07/07/1952

Fonte: LIVRO 1 – ODONTÓLOGOS E DIVERSOS (1949). Biblioteca da Escola de Saúde Pública da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná. Notas: Este livro foi aberto em 1949 e encerrado em 1953. As informações foram selecionadas e compiladas pela autora. A partir de 12 de setembro de 1951, a Secretaria de Saúde e Assistência Social, em virtude do desmembramento do Departamento de Assistência Social, passa a denominar-se Secretaria de Saúde Pública (Lei Estadual N. 682 de 12 de setembro de 1951. Cria a Secretaria de Estado dos Negócios do Trabalho e Assistência Social. Diário Oficial do Estado do Paraná, Curitiba, Ano 39, n. 155, 13 set. 1951).

APÊNDICE XVIII – Parteiras práticas licenciadas que registraram seus certificados na Secretaria de Saúde e Assistência Social do Estado do Paraná (SSAS), Departamento de Saúde, Divisão de Fiscalização do Exercício Profissional, segundo a data de nascimento, estado civil, naturalidade, paternidade, data da expedição do diploma pela Secretaria de Saúde Pública (SSP), data do registro do título no Paraná e legislação que o regulamenta.

NOME	NASCIMENTO	ESTADO CIVIL	NATURALIDADE	PATERNIDADE	EXPEDIÇÃO DO CERTIFICADO PELA SSAS	REGISTRO NO PR	DECRETO /LEI
Cecilia Pucha	18/10/1926	solteira	Não Consta	Conrad Pucha	15/06/1954	19/06/1954	Não Consta
Otilia Bruning Schichiting	18/01/1913	Casada	Não Consta	João Bruning	13/06/1954	04/08/1954	Não Consta
Jamile Hajé	22/06/1917	Casada	Libano	José Hajé	21/12/1954	21/12/1954	Não Consta
Maria Gimenez Garcia	13/12/1909	Não Consta	Não Consta	José Gimenez Dias	18/12/1954	04/02/1955	Não Consta
Valéria Albins	20/08/1920	casada	Não Consta	Estanislau Bruxeuskü	25/07/1955	25/07/1955	Não Consta
Tuyoko Ono	15/09/1919	casada	São Paulo	Seischiti Ono	26/07/1955	26/07/1955	Não Consta
Venina Coelho Bruhns	19/07/1906	casada	Não Consta	Carlos Bruhns	26/07/1955	27/07/1955	Não Consta
Rosalba Filla	03/09/1925	casada	Não Consta	José Filla	05/08/1955	08/08/1955	Não Consta

Fonte: LIVRO 2 – ODONTÓLOGOS (1953). Biblioteca da Escola de Saúde Pública da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná. Notas: Este livro foi aberto em 1953 e encerrado em 1955. A naturalidade das parteiras práticas não consta de seus registros. As informações foram selecionadas e compiladas pela autora.

APÊNDICE XIX – Parteiras práticas licenciadas que registraram seus certificados na Secretaria de Saúde e Assistência Social do Estado do Paraná (SSAS), Departamento de Saúde, Divisão de Fiscalização do Exercício Profissional, segundo a data de nascimento, estado civil, naturalidade, paternidade, data da expedição do diploma pela Secretaria de Saúde Pública (SSP), data do registro do título no Paraná e legislação que o regulamenta.

NOME	NASCI MENTO	ESTADO CIVIL	NATURA LIDADE	PATERNIDA DE	EXPEDIÇÃO DIPLOMA SSAS	DATA REGISTRO	DECRETO/ LEI
Ignês Maria Wan Dall	21/01/1933	solteira	Não Consta	João Jacob Wan Dall	23/12/1955	26/12/1955	Não Consta
Maria Custódia de Medeiros	28/09/1911	casada	SC	Manoel Ruiz da Silva	23/12/1955	27/12/1955	Não Consta
Alice de Souza	25/01/1930	solteira	Não Consta	Heitor José de Souza	23/12/1955	27/12/1955	Não Consta
Juracy Morales Novacowski	04/03/1927	casada	PR	Vicente Morales	23/12/1955	28/12/1955	Não Consta
Alzira Drogo dos Santos	25/11/1918	Não consta	Não Consta	Emílio Drogo dos Santos	23/12/1955	30/12/1955	Não Consta
Barbara Latuf Petrury	06/09/1925	Não consta	Não Consta	James Latuf	23/12/1955	09/01/1956	Não Consta
Verônica Teresinha Müller Simon	17/05/1933	casada	Não Consta	João Müller	23/12/1955	06/01/1956	Não Consta
Rosalina Brunetti	05/01/1913	casada	Não Consta	Manoel Gadencio de Miranda	23/12/1955	06/01/1956	Não Consta
Lydia Jauzeu	08/09/1921	solteira	Não Consta	Heinrich Jauzeu	23/12/1955	01/01/1956	Não Consta
Vera Kostuik Dufloth	02/06/1926	casada	Não Consta	Laurindo Kostuik	16/07/1956	18/07/1956	Não Consta
Maria Rosa Jacomel Loureiro	12/02/1905	casada	Não Consta	Jacob Jacomel	12/10/1956	12/10/1956	Não Consta

Fonte: LIVRO 3 – ODONTÓLOGOS E DIVERSOS (1955). Biblioteca da Escola de Saúde Pública da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná. Notas: Este livro foi aberto em 1955 e encerrado em 1960. As informações foram selecionadas e compiladas pela autora.

APÊNDICE XX – Enfermeiras Obstétricas do curso de Enfermagem Obstétrica (1932-1951) da Faculdade de Medicina do Paraná/Maternidade Victor do Amaral, por ano de formatura.

TURMA DE 1933	TURMA DE 1934
<p>CARMELINA DO ROSARIO LEAL MARIA DA CONCEIÇÃO MACHADO ERNESTINA JOPERT CONCEIÇÃO PENHAS FERREIRA ETELVINA ESPINDOLA REIS TERESA GUGELMIN ROSA ALBIZU ELI GAICHEN AIDA MOLETA TORRES</p>	<p>CESIRA RUELA DE POL FRITSCH FLORENTINA CIMENTI CLARA RASPOLT ANALIA SANT'ANA FRITSCH ALCIDIA PIOCHE DE CASTRO MARIA JOANA DUTRA</p>
TURMA DE 1935	TURMA DE 1936
<p>ANA RIVA NIEVA ANTONIA CICATKOVA GONTARSKA FRIDA GRAEML MARGARIDA TENBERKEN MARIA JOANA MULHMANN</p>	<p>ANGELA ZULAWINSKI DIVA DA SILVA ROLIM HELENA BERTINATTO HELENA TILL ITALIA CHIERIGATTI TEREZA LAFFITTE SCOTTI</p>
TURMA DE 1937	TURMA DE 1938
<p>ADALGIZA CORREIA AUGUSTA GONÇALVES CECILIA NOGUEIRA PASSOS WALMOSOLIVA ALVES DA CONCEIÇÃO LAFFITTE</p>	<p>AMELIA VIEIRA LUCENA ANITA SUSKO DURVALINA CAETANO SANTOS GUILHERMINA ESTELA MAZALI GAIDA IRENE ULANDOWSKI LUIZA DE SOUZA NEVES SEBASTIANA VIEIRA</p>
TURMA DE 1939	TURMA DE 1940
<p>AGNES OTILIE LOTTE HEGEL CONSTANTINA FANINI DESOLINA MULLER IRENE ADAM MACHADO MARIA EMILIA DE LEMOS</p>	<p>AURORA DE SOUZA KRUPPEIZAKY DILBA HASSELMANN MARIA ROSA NOGUEIRA PEREIRA MERYAN GIANINI NADYR DE QUADROS SCHNEIDER</p>

TURMA DE 1941	TURMA DE 1942
<p>ABIGAIL BARROS BARBOSA AMÉRICA GOMES DE OLIVEIRA ARGENTINA DE OLIVEIRA ÁVILA DILAH MACIEL DA SILVEIRA DINA TODESCO GIAVARINA GLACY FIGUEIRA WALSH MARGARIDA JACINTO DA SILVA THEREZA NOVAKOWSKI</p>	<p>ANNA GRAMA GRZYBOWSKI ANNA PERBECCHI MAUAD CARLOTA BOCH LAZINSKI CECILIA MONICA MAYER GONÇALVES ELVIRA LIANZA DE SOUZA JEANETTE WANDA WINKLEWSKI NOEMI BOTELHO VILELA OFELIA REDEDE CORDEIRO OTILIA SCHEUNEMANN ZENAIDE JASZCZYNSKI</p>
TURMA DE 1943	TURMA DE 1944
<p>DALILA RIBEIRO DE OLIVEIRA IZARINA MARIA DA PENHA JANDIRA DE SOUZA JULIA NUNES PEREIRA LUCIA DURSKI NUNES MARIA DA LUZ FRANCO CARRNIERI MARIA JOSÉ FERREIRA MUHLMAN MARIA PEREIRA DA SILVA ROSA ALVES DE CASTRO BARBOSA SILVIA LINHARES MARIA TEREZA LUISA BENDER</p>	<p>HEDWIG LUDERS MERCEDES ORTIZ OLSAN</p>
TURMA DE 1945	TURMA DE 1946
<p>ANIELA GRABOSKI HELENA IZABEL IARK HERONDINA GRINBOR VENINA MARTINS GUIMARÃES DALCOL WANDA GLINSKI</p>	<p>CLEMETILDE DELFINA BORTOLON DULCE PHILIPOWSKY ASSIS FERMINA ARGANA GALARZA GENY SABOIA LIMA DA COSTA NISA BARTH CAMPOS WANDA LENC</p>

TURMA DE 1947	TURMA DE 1948
ARACY DE OLIVEIRA SCHEREMETTA EGLÉA DOS SANTOS GONÇALVES LIDIA WASSILEVSKI DE CASTRO OLANDA BORATO ZECHYNSKI	INÊS BUSATO JOANA DE ALBUQUERQUE MUNIZ SELMA STOCKLER DE LIMA
TURMA DE 1949	TURMA DE 1950
ANA MARIA DA SILVA AUGUSTA MATILDE GONÇALVES CECILIA FALCÃO VIEIRA CERINA CARDOSO DE ALMEIDA MELILLO ELVIRA NOVOTNI EMILIA MENIM GOMES DE OLIVEIRA GERDA AUTH NAIR COPLA DA SILVA NATALIA CAMARGO NASCIMENTO WILMA MARMENTINI ROSA	CATHARINA BITTELBRUNN CECILIA FERRAZZA DEJANIRA TAZINAFO EUTALIA DOS SANTOS IROTILDE CORRÊA DA SILVA MARIA MADALENA NEGRÃO MARIA PEREIRA DE LIMA SYLVIA PEREIRA MARQUES
TURMA DE 1951*	
IZALTINA MOURÃO	

Fonte: FACULDADE DE MEDICINA DO PARANÁ. Conclusão de curso. Relatórios da Faculdade de Medicina do Paraná, anos 1933 a 1950. Nota: as informações foram compiladas pela autora. *Na turma de 1951, a derradeira, formaram-se quatro enfermeiras obstétricas, das quais resgatamos o nome de apenas uma delas (o Relatório de 1951 não foi localizado), por meio do registro profissional realizado em 1956 no PR, contido no LIVRO 3 – ODONTÓLOGOS E DIVERSOS (1955) pertencente ao acervo da Biblioteca da Escola de Saúde Pública da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná (ver ANEXO XXVI).

APÊNDICE XXI – Enfermeiras Obstétricas que registraram seus certificados na Diretoria Geral de Saúde do Estado do Paraná, segundo data de nascimento, naturalidade, paternidade, data do registro do título no Paraná e legislação que o regulamenta.

NOMES	NASCIMENTO	NATURALIDADE	PATERNIDADE	FORMA TURA	REGISTRO NO PARANÁ	DECRETO FEDERAL
Ernestina Fonseca (Ernestina Joppert?)	30/05/1905	Campina Grande/PR	Jaime Dias da Fonseca	1933	02/01/1935	N. 20.865 de 28 de dezembro de 1931
Clara Raspol	08/08/1911	Gelsenkirchen/ Alemanha	Guilherme Rapteinat	1934	26/12/1935	Idem
Carmelina do Rosario Leal	23/10/1899	Curitiba/PR	João Monteiro do Rosário	1933	08/08/1935	Idem
Eli Gaichen	18/10/1909	Ponta Grossa/PR	João Quinol	1933	17/08/1935	Idem
Maria da Conceição Machado	24/01/1898	Lapa/PR	Ciriaco Moreira	1933	28/08/1935	Idem
Cesira Ruela de Pol Fritsch	22/10/1904	Curitiba/PR	Cesar de Pol	1934	17/10/1935	Idem

Fonte: LIVRO 3 – TÍTULOS PROFISSIONAIS (1931). Biblioteca da Escola de Saúde Pública da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná. Notas: Este livro foi aberto em 1931 e encerrado em 1937. Não informa o estado civil das enfermeiras obstétricas. Todos os certificados foram expedidos pela Faculdade de Medicina do Paraná. As informações foram selecionadas e compiladas pela autora.

APÊNDICE XXII – Enfermeiras Obstétricas que registraram seus certificados na Diretoria Geral de Saúde do Estado do Paraná, segundo data de nascimento, naturalidade, paternidade, data do registro do título no Paraná e legislação que o regulamenta.

NOME	NASCIMENTO	NATURALIDADE	PATERNIDADE	FORMATURA	REGISTRO NO PR	DECRETO FEDERAL
Helena Bertinatto	10/11/1906	Curitiba/PR	Jacob Bertinatto	22/12/1936	02/03/1937	N. 20.865 de 28 de dezembro de 1931
Helena Till	12/08/1913	Curitiba/PR	Theofilo Kempa	22/12/1936	20/02/1937	Idem
Diva da Silva Rolim	25/11/1900	Palmas/PR	Socrates Caetano da Silva	22/12/1936	17/04/1937	Idem
Ana Rivas Nieves	03/03/1907	Espanha	Manoel Rivas Gonzales	10/12/1935	11/11/1937	Idem
Theresa Gugelmin	02/09/1899	Piraquara/PR	Pedro Gugelmin	18/12/1933	13/04/1938	Idem
Italia Chierigatti	11/07/1895	Curitiba/PR	Julio Luiz Villanova	22/12/1936	18/04/1938	Idem
Conceição Penhas Ferreira	14/02/1898	Espanha	João Penhas	18/12/1933	06/06/1938	Idem
Maria Joana Mulhmann	18/10/1900	Porto União/SC	Muricio Swain	10/12/1935	18/09/1938	Idem
Cecília Nogueira Passos	10/02/1900	Curitiba/PR	Joaquim Nogueira	18/12/1937	18/09/1938	Idem
Walmosoliva Alves da Conceição Laffitte	17/03/1907	Curitiba/PR	Bento Conceição	18/12/1937	03/01/1939	Idem
Theresa Laffitte Scott	06/10/1897	Espanha	Manuel Laffite	22/12/1936	10/05/1939	Idem
Amélia Vieira Lucena	26/02/1914	SC	Afonso Vieira	15/12/1938	26/04/1939	Idem
Durvalina Caetano Santos	11/11/1909	PR	Não Consta	15/12/1938	13/06/1939	Idem
Susana Klassen	05/07/1906	Ucrania	Pedro Klassen	24/04/1939	10/08/1939	Idem
Anália Sant'Anna Fritsch	03/07/1904	Curitiba/PR	Ricardo Francisco Mota	27/12/1934	29/01/1940	Idem
Augusta Gonçalves	26/09/1910	Fortaleza/CE	Arthur Lima Wandelei	18/12/1937	20/02/1940	Idem
Irene Adam Machado	18/06/1900	PR	Bertoldo Adam	13/12/1939	08/03/1940	Idem
Constantina Fanini	03/01/1904	PR	João Fanini	13/12/1939	13/03/1940	Idem

Fonte: LIVRO 4 – TÍTULOS PROFISSIONAIS (1936). Biblioteca da Escola de Saúde Pública da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná. Notas: Este livro foi aberto em 1936 e encerrado em 1940. Não informa o estado civil das enfermeiras obstétricas. Todos os certificados foram expedidos pela Faculdade de Medicina do Paraná. As informações foram selecionadas e compiladas pela autora.

APÊNDICE XXIII – Enfermeiras Obstétricas que registraram seus certificados na Diretoria Geral de Saúde do Estado do Paraná, segundo data de nascimento, naturalidade, paternidade, data do registro do título no Paraná e legislação que o regulamenta.

NOME	NASCIMENTO	NATURALIDADE	PATERNIDADE	FORMA TURA	REGISTRO NO PR	DECRETO FEDERAL
Maria Emflia de Lemos	07/01/1908	MG	Francisco Alves de Lemos	13/12/1939	15/03/1940	N. 20.865 de 28 de dezembro de 1931
Guilhermina Estela Mazalli Gaida	05/05/1907	PR	Heitor Mazalli	15/12/1938	16/07/1940	Idem
Dilba Hasselmann	17/05/1920	PR	Jorge Garret Hasselmann	1940	10/02/1942	Idem
Glacy Figueira Walsh	26/08/1912	PR	Doningos de Andrade Figueira	1941	21/02/1942	Idem
Abigail Barros Barbosa	17/10/1913	PR	Não consta	1941	06/02/1942	Idem
Thereza Novakowiski	20/06/1910	RS	Sigmundo Novakowishi	1941	17/04/1942	Idem
Luiza de Souza Neves	17/02/1906	PR	Joaquim Pinto	15/12/1938	30/11/1942	Idem
Maria Rosa Nogueira Pereira	30/09/1906	PR	Francisco Antonio da Costa Nogueira	1940	16/07/1941	Idem
Aurora de Souza Kruppeizaki	24/08/1903	PR	Luiz Antonio de Souza	1940	11/10/1941	Idem
Meryan Gianini	10/07/1912	PR	Francisco Gianini	1940	13/01/1942	Idem
Ofelia Redede Cordeiro	19/10/1912	PR	Carlos Redede	1942	11/05/1943	Idem
Anna Perbechi	22/07/1905	PR	Francisco Perbechi	1942	12/05/1943	Idem
Elvira Lianza de Souza	12/05/1907	PB	Gilberto Lianza	1942	25/05/1943	Idem

Fonte: TÍTULOS PROFISSIONAIS 1940. Biblioteca da Escola de Saúde Pública da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná. Notas: Este livro foi aberto em 1940 e encerrado em 1943. Não informa o estado civil das enfermeiras obstétricas. Todos os certificados foram expedidos pela Faculdade de Medicina do Paraná. As informações foram selecionadas e compiladas pela autora.

APÊNDICE XXIV – Enfermeiras Obstétricas que registraram seus certificados na Diretoria Geral de Saúde do Estado do Paraná, segundo data de nascimento, naturalidade, paternidade, data do registro do título no Paraná e legislação que o regulamenta.

NOMES	NASCIMENTO	NATURA LIDADE	PATERNIDADE	FORMATU RA	REGISTRO NO PR	DECRETO FEDERAL
Noemi Botelho Vilela	18/11/1914	PR	Francisco Vergilio Vilela	15/12/1942	19/06/1943	N. 20.865 de 28 de dezembro de 1931
Cecília Mônica Mayer Gonçalves	09/04/1906	PR	Augusto Mayer	15/12/1942	23/03/1944	Idem
Maria da Luz Franco Carnieri	03/05/1917	PR	José Júlio Franco	06/12/1943	12/05/1944	Idem
Silvy Linhares	16/10/1913	PR	Pedro Baroni	06/12/1943	03/10/1944	Idem
Rosa Alves de Castro Barbosa	15/04/1907	PR	Liberato de Castro	06/12/1943	07/02/1945	Idem
Hedvig Lüders	08/05/1921	PR	Germano Lüders	22/12/1944	21/03/1945	Idem
Aniela Graboski	21/04/1917	SC	Ladislau Graboski	22/12/1945	15/03/1946	Idem
Venina Martins Guimarães Dalcól	06/05/1905	PR	Narciso de Paula Guimarães	22/12/1945	21/03/1946	Idem
Wanda Glinski	21/03/1918	PR	Albino Glinski	22/12/1945	25/04/1946	Idem
Adelina Benincasa dos Passos	25/03/1904	SP	Francisco Benincasa	13/12/1934 (Faculdade de Medicina da Bahia)	24/05/1946	Idem

Fonte: LIVRO 6 – TÍTULOS PROFISSIONAIS (1943). Biblioteca da Escola de Saúde Pública da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná. Notas: Este livro foi aberto em 1943 e encerrado em 1946. Não informa o estado civil das enfermeiras obstétricas. À exceção do certificado de Adelina Benincasa dos Passos, os demais foram expedidos pela Faculdade de Medicina do Paraná. As informações foram selecionadas e compiladas pela autora.

APÊNDICE XXV – Enfermeiras Obstétricas que registraram seus certificados na Diretoria Geral de Saúde do Estado do Paraná, e, a partir de maio de 1947, na então criada Secretaria de Saúde e Assistência Social, segundo data de nascimento, naturalidade, paternidade, data de formatura, data do registro do título no Paraná e legislação que o regulamenta.

NOME	NASCIMENTO	NATURALIDADE	PATERNIDADE	FORMA TURA	REGISTRO NO PR	DECRETO FEDERAL
Geni Saboia Lima da Costa	08/06/1918	Paraná	Ludido dos Santos Lima	1946	13/03/1947	N. 20.865 de 28 de dezembro de 1931
Wanda Lenc	24/09/1914	Polônia	Júlio Lenc	1946	17/06/1947	Idem
Nisa Barth Campos	30/05/1921	Distrito Federal	Leopoldo de Campos	1946	24/02/1948	Idem
Olanda Borato Zechynski	20/09/1923	Paraná	Bergamino Borato	1947	23/03/1948	Idem
Clemitilde Delfina Bortolon	09/05/1922	Rio Grande do Sul	Alexio Bortolon	1946	24/05/1947	Idem
Anna Grama Grzybowski	12/06/1906	Polônia	José Grama	1942	27/05/1947	Idem

Fonte: LIVRO 7 – REGISTRO DE TÍTULOS. Biblioteca da Escola de Saúde Pública da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná. Notas: Este livro foi aberto em 1946 e encerrado em 1948. Não informa o estado civil das enfermeiras obstétricas. Os certificados foram expedidos pela Faculdade de Medicina do Paraná. As informações foram selecionadas e compiladas pela autora.

APÊNDICE XXVI – Enfermeiras Obstétricas que registraram seus certificados na Secretaria de Saúde e Assistência Social do Estado do Paraná, Departamento de Saúde, Divisão de Fiscalização do Exercício Profissional, segundo data de nascimento, estado civil, naturalidade, paternidade, data da expedição do certificado pela Universidade, data do registro no Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina do Departamento Nacional de Saúde, data do registro do título no Paraná e legislação que o regulamenta.

NOME	NASCIMENTO	ESTADO CIVIL	NATURALIDADE	PATERNIDADE	INSTITUIÇÃO FORMADORA	EXPEDIÇÃO DO CERTIFICADO PELA FACULDADE	REGISTRO NO SERV. NAC. FISC. MEDIC. DEPART. NAC. SAÚDE	REGISTRO NO PR	DECRETO FEDERAL
Gertrud Altmann	05/04/1916	Não Consta	Alema nha	Não consta	Fac. de Med. de SP	17/02/1944	27/10/1947	13/10/1949	N. 20.865 de 28 de dezembro de 1931
Selma Stockler	10/06/1916	Casada	RS	Arthur Schwants	Fac. de Med. do PR	21/12/1948	22/02/1949	06/02/1950	Idem
Inês Busato	13/02/1924	Solteira	RS	Francisco Busato	Fac. de Med. do PR	22/12/1948	22/02/1949	06/02/1950	Idem
Julia Nunes Pereira	08/01/1909	Solteira	PR	Vicente Nunes Pereira	Fac. de Med. do PR	06/12/1943	02/03/1944	14/02/1950	Idem
Emília Menin Gomes de Oliveira	02/05/1918	Casada	PR	Roque Messin	Fac. de Med. do PR	16/12/1949	14/02/1950	14/03/1950	Idem
Ana Maria da Silva	17/01/1923	Casada	MG	Antonio Ferreira da Silva	Fac. de Med. do PR	16/12/1949	13/03/1950	25/04/1950	Idem
Augusta Mathilde Gonçalves	03/09/1912	Casada	SP	José Mathilde	Fac. de Med. do PR	16/12/1949	13/03/1950	14/08/1950	Idem
Natália Camargo Nascimento	02/09/1924	Solteira	SP	João Francisco do Nascimento	Fac. de Med. do PR	10/12/1949	14/02/1950	12/12/1950	Idem
Cerina Cardoso de Almeida Melillo	02/11/1914	Casada	PR	Jacinto Cardoso dos Santos	Fac. de Med. do PR	16/12/1949	14/01/1950	12/12/1950	Idem
Eglea dos Santos Gonçalves	16/05/1916	Solteira	PR	José Gonçalves	Fac. de Med. do PR	08/12/1947	24/02/1948	11/06/1951	Idem
Nair Copla da Silva	07/08/1916	Casada	PR	Getúlio Copla	Fac. de Med. do PR	16/12/1949	10/02/1950	28/06/1951	Idem
Eulália dos Santos	17/08/1918	Solteira	PR	Severino dos Santos	Fac. de Med. do PR	09/12/1950	19/04/1951	20/07/1951	Idem

NOME	NASCIMENTO	ESTADO CIVIL	NATURALIDADE	PATERNIDADE	INSTITUIÇÃO FORMADORA	EXPEDIÇÃO DO CERTIFICADO PELA FACULDADE	REGISTRO NO SERV. NAC. FISC. MEDIC. DEPART. NAC. SAÚDE	REGISTRO NO PR	DECRETO FEDERAL
Cecília Ferrazza	08/03/1918	Solteira	SC	Marcelo Ferrazza	Fac. de Med. do PR	09/12/1950	18/04/1951	04/12/1951	N. 20.865 de 28 de dezembro de 1931
Maria Madalena Negrão	16/06/1927	Casada	SC	Pedro José da Silva	Fac. de Med. do PR	09/12/1950	19/04/1952	24/01/1952	Idem
Lídia Wassilevski de Castro	07/07/1914	Casada	RS	Alexandre Wassilevski	Fac. de Med. do PR	08/12/1947	24/02/1948	04/08/1952	Idem

Fonte: LIVRO 1 – ODONTÓLOGOS E DIVERSOS (1949). Biblioteca da Escola de Saúde Pública da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná. Notas: Este livro foi aberto em 1949 e encerrado em 1953. As informações foram selecionadas e compiladas pela autora.

APÊNDICE XXVII – Enfermeiras Obstétricas que registraram seus certificados na Secretaria de Saúde e Assistência Social do Estado do Paraná, Departamento de Saúde, Divisão de Fiscalização do Exercício Profissional, segundo data de nascimento, estado civil, paternidade, data da expedição do certificado pela Universidade, instituição formadora, data do registro do título no Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina do Departamento Nacional de Saúde, data do registro no Paraná e legislação que o regulamenta.

NOME	NASCIMENTO	ESTADO CIVIL	PATERNIDADE	EXPEDIÇÃO DO CERTIFICADO PELA UNIVERSIDADE	INSTITUIÇÃO FORMADORA	SERV. NAC. FISC. MED. DEP. NAC. SAÚDE	REGISTRO NO PR	DECRETO FEDERAL
Silvy Pereira Marques	26/06/1918	Solteira	Alberto Pereira Marques	09/12/1950	Universidade do Paraná	19/04/1951	18/07/1953	N. 20.865 de 28 de dezembro de 1931
Olivia Rocha Sehorst	Não Consta	Não Consta	Não Consta	20/12/1947	Departamento de Saúde Pública de SC	Não Consta	08/08/1953	Idem
Auderina Cardoso da Fé	20/02/1927	Não Consta	Eustáquio Cardoso da Fé	18/12/1948	Faculdade de Medicina da Universidade da Bahia	12/05/1949	05/10/1953	Idem

Fonte: LIVRO 2 – ODONTÓLOGOS E DIVERSOS (1953). Biblioteca da Escola de Saúde Pública da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná. Notas: Este livro foi aberto em 1953 e encerrado em 1955. As informações foram selecionadas e compiladas pela autora.

APÊNDICE XXVIII – Enfermeiras Obstétricas que registraram seus certificados na Secretaria de Saúde e Assistência Social do Estado do Paraná, Departamento de Saúde, Divisão de Fiscalização do Exercício Profissional, segundo data de nascimento, estado civil, paternidade, data da expedição do certificado pela Universidade, data do registro do título no Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina do Departamento Nacional de Saúde, data do registro do título no Paraná e legislação que o regulamenta.

NOME/ NATURALI DADE	NASCIMEN TO	ESTA DO CIVIL	PATERNI DADE	EXPE DI ÇÃO DO CÉRTIFI CA DO PELA UNIVERSI DADE	SERV. NAC. FISC. MEDIC. DEP. NAC. SAÚDE	REGISTRO NO PR	DECRETO FEDERAL
Guerda Auth/ SC	25/04/1923	casada	João Auth	16/12/1949	10/02/1950	07/01/1958	N. 20.865 de 28 de dezem bro de 1931
Catharina Bittelbrum/ SC	10/08/1923	solteira	José Bittelbrum	09/12/1950	18/04/1951	16/04/1958	Idem
Helena Izabel Krupper/ não consta	14/07/1916	casada	Augusto Lark	22/12/1945	07/02/1947	17/08/1955	Idem
Izaltina Mourão/ não consta	02/07/1921	casada	Artur de Almeida Mourão	31/03/1952	18/08/1952	09/04/1956	Idem

Fonte: LIVRO 3 – ODONTÓLOGOS E DIVERSOS (1955). Biblioteca da Escola de Saúde Pública da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná. Notas: Este livro foi aberto em 1955 e encerrado em 1960. Os certificados foram expedidos pela Universidade do PR. As informações foram selecionadas e compiladas pela autora.

ANEXOS

ANEXO I – Regulamento do Exame pratico de parteiras com o programma de Obstetricia anexo. Universidade do Paraná, Curitiba: Typographia Max Roesner, 1915.

ANEXO II – Regulamento da Maternidade do Paraná. Faculdade de Medicina do Paraná, Curitiba: Typographia João Haupt & CIA, 1923.

ANEXO III – Decreto Estadual N. 1179 de 26 de dezembro de 1922. [Regulamenta a concessão do título de licenciado (a) a práticos de farmácia e parteiras]. *Diário Oficial do Estado do Paraná*, ano 10, n. 3.629 de 30 de dezembro de 1922.

ANEXO IV – Decreto n. 20.865, de 28 de dezembro de 1931. Aprova os regulamentos da Faculdade de Medicina da Escola Politécnica e da Escola de Minas. Cap. V – Curso de Enfermagem Obstétrica. *LEX – Coletânea de Legislação*, v. 4, dez. 1931. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1931, p. 319-320.

ANEXO V – Programas do Curso de Enfermagem Obstétrica da Faculdade de Medicina do Paraná, aprovados pela Congregação em 1933. Curitiba: Typographia Max Roesner, 1933.

ANEXO I

REGULAMENTO DO EXAME PRATICO DE PARTEIRAS COM O PROGRAMMA
DE OBSTETRICIA ANNEXO. UNIVERSIDADE DO PARANÁ, CURITIBA:
TYPOGRAPHIA MAX ROESNER, 1915.

UNIVERSIDADE DO PARANÁ

REGULAMENTO

DO

Exame Prático de Partejas

COM O

PROGRAMMA

— DE —

OBSTETRICIA ANNEXO



1915

CURITYBA

TYPOGRAPHIA MAX KOESNER

REGULAMENTO

— DO —

Exame Pratico de Parteiras:

Art. 1.º — Para satisfazer o art. 2.º da lei Estadual n.º 1468 de 2 de Março de 1915, que estabelece que „*só poderão ter exercicio de parteiras, no Estado, as diplomadas por qualquer das Escolas Supteres da Republica ou que perante ellas sejam habilitadas, em virtude de serem diplomadas no estrangeiro, e bem assim as que forem habilitadas em exame pratico perante a Universidade do Paraná,*“ fica creado nesta Universidade um Exame Pratico de Parteiras a que deverão ser submettidas todas aquellas que o requererem.

Art. 2.º — Este exame versará sobre Obstetricia, de accordo com o programma desta materia annexo a este regulamento e o livro adoptado que consta do mesmo programma.

Art. 3.º — O exame será prestado perante uma banca examinadora constituída de tres membros, designados pelo Director, entre os lentes da Universidade, e terá lugar, em época indeterminada, sempre que fór requerido pelas candidatas, em dia e hora marcadas pelo mesmo.

Art. 4.º — Esse exame constará de uma única prova pratico-oral, feita na Maternidade do Paraná, na qual a candidata resolverá o problema clinico que cada um dos examinadores lhe propuzer, á cabeceira de uma gestante, parturiente ou puerpera, sujeitando-se ao mesmo tempo á arguição sobre qualquer ponto do programma.

§ Unico — A parte pratica durará tanto quanto o exigir a natureza dos problemas propostos, e, na arguição oral, nenhum examinador poderá arguir a candidata, por mais de meia hora, salvo consentimento desta.

Art. 6.º — Cada examinador dará o seu grau pela prova, do seguinte modo:

O a 3 : má.

3 e fracção a 5 e fracção : soffivel.

6 " 9 " : boa.

9 e meio " 10 " : optima.

Art. 7.º — A media dos graus da prova será o grau de julgamento do exame, que será contado do seguinte modo:

O a 3 : *inhabilitada*.

3 e fracção a 10 : *habilitada*.

Art. 8.º — Ao terminar o exame, será lavrada uma acta, em livro especial, pelo amanuense designado pela secretaria, a qual será assignada por todos os examinadores.

Art. 9.º — O exame será publico.

Art. 10.º — Do resultado do exame ou exames dará immediata sciencia o Director, em officio, ao Sr. Secretario do Interior e Justiça do Estado, remettedo-lhe annexo a copia integral da acta.

Art. 11.º — Para se inscrever, a candidata deverá requerel-o ao Director da Universidade, sellando o seu requerimento com uma estampilha estadual de 400 rs. e ajuntando os seguintes documentos:

1.º — Certidão de idade, com a naturalidade e a filiação, provando ter mais de 20 annos, e, na sua falta, um attestado correspondente, assignado por tres pessoas idoneas conhecidas, cujas firmas deverão ser reconhecidas por tabelião.

2.º — Folha corrida da localidade, onde teve residencia no anno anterior.

3.º — Attestado de identidade de pessoa, que faça fé.

4.º — Recibo do thesoureiro da Universidade, provando ter pago a taxa de inscripção de 150\$000, na qual se acha incluída a do certificado de habilitação.

§ Unico — Desde que seja despachado favoravelmente, pelo director, o requerimento de inscripção da candidata, será esta inscripta em livro especial, em um termo assignado pelo Secretario.

Art. 12.º — Uma vez habilitada a candidata, a Universidade lhe passará um *Certificado de Parteira practica*, segundo o modelo annexo, o qual será assignado pelo Secretario e pelo Director.

§ Unico — Do acto da entrega deste Certificado se lavrará um termo em livro especial, o qual será assignado pelo Director, pelo Secretario e pela parteira.

Art. 13.º — Para o pagamento das taxas á thesouraria, o Secretario passará á candidata a respectiva guia de pagamento.



Modelo do Certificado.

Universidade do Paraná

CERTIFICADO DE PARTEIRA PRÁTICA

Certifico que a Sra. nascida
a de 191....., natural de
..... e filha do Sr.
foi habilitada em exame de prática de partos, que
prestou perante esta Universidade, estando, portanto,
em condições de exercer a profissão de parteira neste
Estado e gozar das regalias constantes do artigo 2.º
da Lei do Estado do Paraná n.º 1463 de 2 de Março
de 1915.

Universidade do Paraná, em Curitiba.....de
..... de 19.....

O Secretário

O Director

PROGRAMMA

— DE —

OBSTETRICIA para o Exame Prático de Partejas

I

Noções de anatomia e de physiologia.

- 1—Esqueleto em geral: ossos da cabeça, do tronco e dos membros. Generalidades sobre os ligamentos e articulações.
- 2—Partes molles que revestem o esqueleto: noções elementares sobre os tecidos do corpo humano. Breves noções sobre os vasos, sangue, pelle e mucosas.
- 3—Cavidades da face, cavidades craneana e rachidianna, cavidades thoraxica e abdominal. Apparelho digestivo e suas funções. Anatomia a funções dos aparelhos respiratorio e circulatorio; noções sobre o pulso.
- 4—Apparelho urinario e suas funções; estudo do exame da urina que interessa a parteira. Systema nervoso e sua physiologia. Temperatura do corpo, thermometria.
- 5—Ossos e articulações da bacia. Relações da bacia com os outros ossos do esqueleto. Bacia obsterica: a grande e a pequena bacia, sua descripção, estreitos e diâmetros. Eixos e inclinação da bacia.

6. — Partes molles da bacia; musculos que a revestem. Perineo e cannaes que o atravessam.
- 7 — Morphologia e estrutura dos órgãos genitales femininos externos. Seios. Catheterismo da bexiga.
- 8 — Morphologia e estrutura dos órgãos genitales internos. Ovulo. Cvulação. Menstruação. Menopausa. Fecundação.

II

Gravidez

- 9 — Gravidez, sua duração e divisões. Phenomenos fetaes da gravidez: desenvolvimento do ovulo e formação dos aunexos (caduca, chorion, placenta, cordão umbelical, amnios e liquido amniotico).
- 10 — Evolução do feto e funcções fetaes (nutrição, circulação, respiração e movimentos).
- 11 — Descripção do feto a termo. A cabeça fetal. Accommodação intrauterina. Situação. Apresentações.
- 12 — Phenomenos maternos da gravidez. Phenomenos gravidicos do apparelho genital e da parede abdominal. Phenomenos gravidicos dos apparelhos digestivo, respiratorio, circulatorio, urinario e nervoso. Phenomenos gravidicos da pelle.
- 13 — Signaes da gravidez. Exame obstetrico: interrogatorio, inspecção, palpação, percussão e auscultação. Exploração: toque vaginal e precauções a tomar. Diagnostico generico da gravidez.
- 14 — Diagnostico differencial da gravidez, em relação ás molestias que podem simulal-a. Diagnostico da idade da gravidez. Diagnostico da primipara e da multipara. Diagnostico da gravidez multipla. Signaes do feto vivo, soffrendo ou morto na cavidade uterina.
- 15 — Hygiene da mulher gravida. Habitos de vida.

Vestes. Alimentação. Relações sexuaes. Systema nervoso. Órgãos genitales. Seios. Conselhos geraes.

16 — Pathologia da gravidez. Molestias durante a gravidez; molestias agudas, molestias chronicas (tuberculose e syphillis.) Molestias devidas á gravidez: odontalgia, salivacão, vomitos, retenção de urinas, prurido vulvar e tenesmo vesical, prisão de ventre, varizes, edemas, leucorrhéa e outros phenomenos morbidos.

17 — Molestias do utero gravido; retroversão, antiversão, prolapso, hydrorrhéa, tumores. Molestias do ovulo: mola vesicular e sanguinea.

III

Parto normal

18 — Definição e divisões do parto. Causas do parto. Contrações uterinas e seus caracteres; contracção dos musculos abdominaes. Divisão dos phenomenos do parto. Phenomenos maternos do parto; achatamento e dilatação do collo, formação e ruptura do sacco amniotico, dilatação do cannal vaginal, distensão do perineo, cáimbras e mucosidades.

19 — Phenomenos fetaes do parto: seus varios tenpos. Apresentação de vertice: sua frequencia, seu diagnostico, seus movimentos, suas anomalias e seu prognostico.

20 — Apresentação de face: frequencia, causa, diagnostico, mecanismo, anomalias e prognostico. Apresentação de frente: frequencia, causa, diagnostico, mecanismo e prognostico.

21 — Apresentação podalica: frequencia, causa, diagnostico, movimentos, anomalias e prognostico. Apresentação de espadua: frequencia, causa, diagnostico, versão e evolução espontaneas, prognostico.

22 — Phenomenos plasticos do parto. Delivramento. Divisão e duração do parto. Parto multiplo.

- 6. — Partes molles da bacia; musculos que a revestem. Períneo e cannaes que o atravessam.
- 7 — Morphologia e estrutura dos órgãos genitales femininos externos. Seios. Catheterismo da bexiga.
- 8 — Morphologia e estrutura dos órgãos genitales internos. Ovulo. Cvulação. Menstruação. Menopausa Fecundação.

II

Gravidez

- 9 — Gravidez, sua duração e divisões. Phenomenos fetaes da gravidez: desenvolvimento do ovulo e formação dos annexos (caduca, chorion, placenta, cordão umbelical, amnios e liquido amniotico).
- 10 — Evolução do feto e funções fetaes (nutrição, circulação, respiração e movimentos).
- 11 — Descripção do feto a termo. A cabeça fetal. Accommodação intrauterina. Situação. Apresentações. Posições.
- 12 — Phenomenos maternos da gravidez. Phenomenos gravidicos do apparelho genital e da parede abdominal. Phenomenos gravidicos dos apparelhos digestivo, respiratorio, circulatorio, urinario e nervoso. Phenomenos gravidicos da pelle.
- 13 — Signaes da gravidez. Exame obstetrico: interrogatorio, inspecção, apalpação, percussão e auscultação. Exploração: toque vaginal e precauções a tomar. Diagnostico generico da gravidez.
- 14 — Diagnostico differencial da gravidez, em relação ás molestias que podem simulal-a. Diagnostico da idade da gravidez. Diagnostico da primipara e da multipara. Diagnostico da gravidez multipla. Signaes do feto vivo, soffrendo ou morto na cavidade uterina.
- 15 — Hygiene da mulher grávida. Habitos de vida.

Vestes. Alimentação. Relações sexuaes. Systema nervoso. Orgãos genitales. Seios. Conselhos geraes.

16 — Pathologia da gravidez. Molestias durante a gravidez; molestias agudas, molestias chronicas (tuberculose e syphilis.) Molestias devidas á gravidez: odontalgia, salivação, vomitos, retenção de urinas, prurido vulvar e tenesmo vesical, prisão de ventre, varizes, edemas, leucorrhéa e outros phenomenos morbidos.

17 — Molestias do utero gravido; retroversão, antiversão, prolapso, hydropthéa. tumores. Molestias do ovulo: mola vesicular e sanguinea.

III

Parto normal

18 — Definição e divisões do parto. Causas do parto. Contrações uterinas e seus caracteres; contracção dos musculos abdominaes. Divisão dos phenomenos do parto. Phenomenos maternos do parto; achatamento e dilatação do collo, formação e ruptura do sacco amniotico, dilatação do cannal vaginal, distensão do períneo, caimbras e mucosidades.

19 — Phenomenos fetaes do parto: seus varios tenpos. Apresentação de vertice; sua frequencia, seu diagnostico, seus movimentos, suas anomalias e seu prognostico.

20 — Apresentação de face: frequencia, causa, diagnostico, mecanismo, anomalias e prognostico. Apresentação de frente: frequencia, causa, diagnostico, mecanismo e prognostico.

21 — Apresentação podalica: frequencia, causa, diagnostico, movimentos, anomalias e prognostico. Apresentação de espadua: frequencia, causa, diagnostico, versão e evolução espontaneas, prognostico.

22 — Phenomenos plasticos do parto. Delivramento. Divisão e duração do parto. Parto multiplo.

23 — Puerperio normal: phenomenos geraes e locaes do puerperio; diagnostico do puerperio.

24 — Antisepsia obstetrica. O estojo da parteira. O accéo da parteira. Noções elementares sobre os microbios.

25 — O papel da parteira na applicação da antisepsia. Meios mecanicos, physicos e chimicos de antisepsia. Antisepsia da parteira. Antisepsia da parturiente e dos objectos em contacto com ella.

26 — Assistencia ao parto. Cuidados a prestar pelas parteiras em todos os casos. Cuidados especiaes nos casos de apresentação de vertice, de face, de frente, de assento e de espada e nos partos gemellares. Assistencia ao puerperio.

27 — Aborto: causas, symptomas e marcha. Conducta da parteira no aborto e no parto prematuro. Parto tardio. Gravidez extrauterina; variedades, symptomas, marcha. Gravidez extraintrauterina. Gravidez cervical. Conducta da parteira nestes casos.

IV

Parto dystocico

28 — *Dystocia materna*. *Dystocia* por anomalias da força expulsiva: inercia simples e inercia espasmódica. *Dystocia* por vicios de conformação da bacia. Classificação e diagnostico dos vicios da bacia.

29 — *Dystocia* por affecções da vulva, resistencia do perineo, obstrucção da vagina e do collo uterino, ruptura do utero e tumores uterinos e ovaricos.

30 — *Dystocia* por molestias das parturientes. Ecclampsia.

31 — *Dystocia fetal*. *Dystocia* por volume excessivo do feto. *Dystocia* por molestias que augmentam o volume de uma parte do feto. *Dystocia* por monstruosidades.

dade. *Dystocia* por complicação no parto multiplo. *Dystocia* por anomalia de disposição intrauterina do feto. *Dystocia* por feto morto.

32 — *Asphyxia endouterina*. Extracção podalica. Condições que a permitem, preparativos, technica operatoria, complicações e difficuldades.

33 — *Dystocia* devida á apresentação de espada: conducta da parteira, versão por manobra externa e por manobra interna, suas complicações, difficuldades e indicações.

34 — *Dystocia annexial*. *Dystocia* por causa das anomalias dos annexos: do liquido amniótico, das membranas e do cordão; conducta da parteira.

35 — *Metrorrhagia* obstetrica por placenta previa, por descolamento precoce da placenta, pelo retardamento da expulsão da placenta. Hemorrhagia postpartum. Conducta da parteira em todos esses casos.

36 — *Pathologia puerperal*. Lacerações dos orgãos genitales. Inversão do utero. Accidentes da urethra e da bexiga. Rachadura do bico do seio.

37 — Infecções puerperaes; seu diagnostico.

38 — Papel da parteira nas operações obstetricas.

V

Nascituro

39 — *Cuidados ao nascituro são*. Ligadura do cordão. Hygiene dos olhos dos recém-nascidos. Banho e limpeza geral. Curativo do cordão. Toilette da creança. Aceito diario. Noções elementares da physiologia geral dos lactantes: augmento de peso, gritos, ambiente, desentvolvimento muscular, primeira dentição.

40 — *Cuidados ao nascituro debil ou doente*. Cuidados a dar aos nascituros prematuros e aos debeis em

geral, contra o frio, a inercia muscular e a digestão difficil. Morte apparente. Cephalematoma. Fracturas e lesões traumaticas. Vícios de desenvolvimento. Mo-lestias adquiridas. Vacinação.

41 — *Alleittamento* natural materno. Alleittamento natural mercenario; escolha de uma ama de leite. Alleittamento artificial. Alleittamento mixto. Indicações e contra-indicações dos diversos methodos de alleittamento. Hygiene da lactação.

Livro adoptado

Na falta de um compendio moderno em lingua portugueza, é adoptado o *Manuale di Ostetricia ad uso delle Lavatrici* de Alessandro Cuzzi, 7.^a edição da Casa Vallardi, de S. Paulo, obra em italiano.



ANEXO II

REGULAMENTO DA MATERNIDADE DO PARANÁ. FACULDADE DE MEDICINA
DO PARANÁ, CURITIBA: TYPOGRAPHIA JOÃO HAUPT & CIA, 1923.

FACULDADE DE MEDICINA DO PARANÁ

REGULAMENTO

DA

MATERNIDADE DO PARANÁ



CURITYBA

Typ. João Haupt & Cia.

1923



REGULAMENTO

da

Maternidade do Paraná

CAPITULO I

Fins e organização da Maternidade

Art. 1.º—A Maternidade do Paraná, fundada e mantida pela Faculdade de Medicina do Paraná, tem por fim prestar gratuitamente assistência obstétrica ás mulheres providamente pobres.

Art. 2.º—Para satisfazer a seus fins, a Maternidade se comporá dos seguintes serviços:

- 1—Enfermaria para gestantes que esperam.
- 2—Enfermaria para isolamento de molestias contagiosas.
- 3—Enfermaria para parturientes e nascituros.
- 4—Sala de partos e operações.
- 5—Consultorio para clinica obstetrica e gynecologica.

Art. 3.º—A administração deste hospital ficará a cargo de uma Governante (senhora), e o serviço clinico a cargo de um medico parteiro, que será o Chefe de Clinica.

Art. 4.º—A Zeladora da Associação das Da-

mas de *Assistencia á Maternidade* terá por função superintender diariamente, em nome da Provedora da associação, os serviços internos da administração da Maternidade, zelando e providenciando para o bom andamento delles.

Art. 5.º— Poderão recorrer aos serviços da Maternidade as gestantes que não forem pobres e tiverem meios de se tratar á sua custa; serão, neste caso, recebidas como pensionistas, em quarto particular, e mediante carta de fiança, pagando adiantadamente, por semana, as contribuições diarias da tabella em vigor.

Art. 6.º— A Governante é o chefe da administração da Maternidade de baixo da direcção suprema do Director da Faculdade, e da fiscalisação geral da Zeladora da Associação das Damas de Assistencia á Maternidade.

CAPITULO II

Da Governante

Art. 7.º— A Governante é obrigada a residir dentro da Maternidade, sendo responsavel pela regularidade do serviço economico e pela ordem e moralidade, que devem reinar nas diversas dependencias do estabelecimento.

§ Unico.— Em suas faltas e impedimentos, será a Governante substituida pela enfermeira-chefe.

Art. 8.º— Todos os empregados do serviço administrativo são subordinados immediatamente á Governante, cujas ordens lhes cumpre executar, com recurso, entretanto, para a Zeladora da Associação de Damas.

Art. 9.º— Nenhum empregado da Maternidade, obrigado a residir no estabelecimento, poderá sahir para fora deste, sem licença da Governante.

Art. 10.º— A Governante compete:

1.— Visitar diariamente, as mais vezes que lhe for possível, todas as dependencias da Maternidade, dirigindo o serviço dos respectivos empregados.

2— Propôr ao Director a nomeação dos empregados e bem assim a sua demissão, quando não cumprirem com os seus deveres.

3— Admoestar ou suspender, por um numero determinado de dias, os funcionarios do estabelecimento, conforme a gravidade das faltas.

4— Receber em deposito os valores que as gestantes trouxerem consigo e lhe queiram entregar, ficando responsavel por elles até a sahida das respectivas donas.

5— Em caso de fallecimento da parturiente, pôr esses valores á disposição de quem de direito for.

6— Fazer cobrar e arrecadar semanalmente as contribuições diarias das gestantes e puerperas tratadas á sua custa em quarto particular, recolhendo-as ao cofre da Maternidade.

7— Exercer a mais completa vigilancia para que as gestantes e puerperas sejam tratadas com todo o zelo e carinho, sendo escurpulosamente observadas as prescripções e recommendações do Chefe de Clinica.

8— Não permittir visitas ás internadas senão mediante licença escripta do Chefe de Clinica, nem ao estabelecimento sem licença assignada pela Zeladora em exercicio ou pelo Secretario ou Director da Faculdade.

9— Conceder licença até 24 horas a todos os empregados da Maternidade, que a pedirem, e si julgar conveniente.

10— Avisar á familia das parturientes que fallecerem, desde que exista o endereço em seu poder, e fazer remover immediatamente o cadaver para o necrotério da Maternidade.

11— Caso o cadaver não seja reclamado, fazê-lo remover para o Instituto Anatomico da Faculdade.

12— Fazer á Secretaria da Faculdade de Medicina pedido de livros, papel e mais material de expediente necessario á escripturação dos serviços da Maternidade.

CAPITULO III

Do Almozarifado

Art. 14.º—O almozarifado se divide em: *Dispensa e Rouparia*, a primeira sendo o deposito de generos alimenticios e a segunda o deposito de roupas brancas para as enfermarias e quartos particulares e mais empregados que dormem no estabelecimento.

§ Unico.—Os utensilios e mais objectos necessarios ao serviço interno da Maternidade, não terão deposito no estabelecimento, devendo ser comprados ao passo e á medida que se precisar delles.

Art. 15.º—Todos os generos e roupas destinadas ao Almozarifado serão, por occasião da entrada, conferidos, em presença do fornecedor ou seu representante, por uma comissão composta da Governante, da enfermeira-chefe e de um dos medicos do estabelecimento, verificando-se o peso, quantidade e qualidade; depois do que a Governante passará o respectivo recibo no pedido que lhe deverá apresentar o fornecedor.

§ Unico.—As facturas, correspondentes a esses recibos, serão apresentados á Governante, que com ellas instruirá a requisição, que fará ao Director da Faculdade, do dinheiro destinado a pagal-as (art. 10 n. 18).

Art. 16.º—A Governante terá a seu cargo os seguintes livros, cuja escripturação fará ou mandará fazer sob sua responsabilidade, devendo trazela sempre em dia, a saber:

1—*Dispensa*:

a) *Livro de entrada*, no qual serão lançados, por ordem chronologica, todos os generos que entrarem, com declaração de sua qualidade, preço e nome do fornecedor.

b) *Livro de sahida*, que será formado pela collecção successiva dos mappas diarios de dietas e rações, de que trata o artigo 10.º n. 21, ajuntando-se-lhe no fim de cada mez, um resumo de todos os generos consumidos durante o mesmo mez.

e) *Livro de entradas e sahidas geraes*, com titulos distinctos para cada um dos generos recebidos e despendidos, no qual se lançará, em resumo mensal, as quantidades, que houverem entrado, á vista do livro de entradas, e as que houverem sahido, á vista do livro de sahidas.

d) *Caderno das compras miudas*, no qual se lançará diariamente a qualidade, a quantidade e preço das miudezas compradas para o consumo da cozinha

II—*Rouparia*:

a) *Livro de entrada e sahida*, escripturado por titulos distinctos para cada classe de roupas, lançando-se na pagina da esquerda as que entrarem e existirem, e na da direita as que se forem inutilizando, ou lançando em consumo.

b) *Livro de distribuições* da roupa, escripturado em titulos distinctos para cada enfermaria, para os quartos particulares e de empregados, refeitorio, cozinha e consultorio, etc. no qual se lançará a roupa destinada ao serviço de cada um desses departamentos.

c) *Livro-rol* da roupa suja que for para a lavagem, por onde será conferida no momento da entrada toda falta devendo ser declarada na copia que ficar em poder da lavadeira, de modo a lhe ser descontada de accordo com os preços de custo.

Art. 17.º—A fim de facilitar a escripturação da entrada e sahida das roupas do almozarifado, far-se-ha entrega a cada um dos departamentos da Maternidade de um certo numero de peças para o serviço ordinario; os responsaveis por esta roupa, quando fizerem entrega da roupa suja a Governante, receberão desta um numero igual de peças limpas, sem exigirem nem passarem recibo, de modo a terem sempre em seu poder roupa lavada e limpa. O mesmo se praticará com a roupa que precisar de concerto.

§ Unico.—Esta troca de roupas poderá ser feita diariamente, desde que a Governante esteja no estabelecimento.

Art. 18.º—Todos os pedidos feitos aos fornecedores ou à Secretaria, excepto os do caderno de compras miúdas, serão destacados de um talão impresso, cujo canhoto ficará em poder da Governante e levará o *visto* da Zeladora em exercício.

CAPITULO IV

Do Refeitório

Art. 19.º—Haverá um sala para refeitório das internadas e do pessoal administrativo da Maternidade, a qual ficará a cargo de uma copeira, sob a direcção da Governante.

Art. 20.º—A' Copeira compete:

- 1.—Obodecer a todas as ordens da Governante.
- 2.—Conservar o refeitório em estado de perfeito asseio e cuidar da guarda e limpeza de todos os móveis e utensílios destinados ao serviço das refeições.
- 3.—Pôr a mesa das refeições, ir á cosinha buscar a comida e servir-a, diariamente, ás horas do café matinal, almoço, jantar e ceia, marcadas na tabella organizada pelo Chefe de Clinica.

4.—Auxiliar a Governante no serviço do almoxarifado, e fazer a arrumação e a limpeza deste departamento e dos aposentos da Governante, á qual também servirá.

Art. 21.º—A copeira receberá da Governante os utensílios necessários ao refeitório, pelos quaes ficará responsável.

§ Unico.—Esses utensílios serão escripturados em um *livro conta-corrente*, que ficará a cargo da Governante, sendo dada á copeira uma copia da lista de objectos que ficam em seu poder e pela qual prestará ella conta delles, todos os mezes, antes de receber o seu ordenado.

Art. 22.º—A Governante será servida nos seus aposentos particulares, si assim o desejar.

Art. 23.º—Haverá no refeitório tres serviços de mesa: uma para o interno, a enfermeira-chefe e a enfermeira-auxiliar; o segundo para as recolhidas que puderem ir ao refeitório; e o terceiro para o resto de pessoal subalterno do estabelecimento.

CAPITULO V

Da Cosinha

Art. 24.º—A cosinha da Maternidade ficará a cargo de uma cosinheira, sob a direcção e inspecção da Governante.

Art. 25.º—Compete á Cosinheira:

1.—Recolher todos os dias da Dispensa os generos precisos para as dietas das enfermarias e o serviço do refeitório, e fazer as comidas bem preparadas e promptas ás horas da tabella em vigor.

2.—Prompta a comida, distribuil-a á enfermeira de dia ás puerperas, e á copeira, á vista de um mappa resumido de rações que a Governante organizará e lhe dará diariamente á tarde para o dia seguinte.

3.—Pedir á Governante os temperos e outras miudezas necessarias ás refeições do dia, comprando-as conforme ella ordenar.

4.—Conservar a cosinha e suas dependencias no estado de maior asseio possivel, removendo o lixo para fóra.

5.—Esterilisar o leite necessario aos nascituros privados do leite materno, segundo indicações que lhe fornecerá a parteira, de accordo com as necessidades.

Art. 26.º—O material a cargo da cosinheira, que por elle será responsável, será escripturado de accordo com as disposições do art. 21.º § unico.

CAPITULO VI

Dos Serventes

Art. 27.º—Haverá na Maternidade tantos serventes quantos se tornarem precisos ao serviço interno do estabelecimento.

Art. 28.º—Ao Servente compete:

1.º—Fazer toda a limpeza das enfermarias, farmacia, sala de partos e operações, sala de visitas, consultorio, banheiros, sala de costuras, quartos dos empregados, latrinas, corredor e quintal, mantendo-os constantemente no maior estado de asseio possível.

2.º—Obedecer a todas as ordens que lhe forem dadas pela Governante, pela Zeladora, pelo Chefe de Clinica ou seu assistente.

3.º—Auxiliar a condução das gestantes ou puerperas e remover o cadaver das que fallecerem.

4.º—Ter sob a sua guarda e responsabilidade os utensilios que lhe forem entregues pela Governante, de accordo com as disposições do art. 21.º § unico.

Art. 29.º—O cargo de porteiro será exercido por um dos serventes que terá residencia obrigatoria no edificio da Maternidade.

§ Unico.—Ao porteiro incumbe ter sob a sua guarda as chaves do edificio e de suas dependencias; receber e encaminhar as pessoas estranhas que se apresentarem no mesmo estabelecimento; permittir a entrada e a sahida das pessoas autorisadas a isso, e guiar o serviço de consultantes no consultorio, diariamente pela manhã.

CAPITULO VII

Do Serviço Clinico

Art. 30.º—O serviço clinico é executado pelo seguinte pessoal:

Um Chefe de Clinica.

Um assistente.

~~Um porteiro~~

Dois internos.

Uma enfermeira-chefe.

Uma enfermeira-auxiliar.

Enfermeiras e serventes que forem necessarios de accordo com o movimento do estabelecimento.

Art. 31.º—O serviço clinico da Maternidade começará ás 8 horas da manhã e terminará ás 10 horas, devendo a essa hora comparecerem o Chefe de Clinica e seu assistente e os dois internos.

§ Unico.—Um dos internos, a partir desta hora, permanecerá no estabelecimento durante as 24 horas que se seguirem, só podendo sahir mediante licença da Governante.

Art. 32.º—Ao Chefe de Clinica compete:

1.—Fazer a visita diaria das enfermarias, das 8 ás 10 horas da manhã, fazendo os curativos das puerperas, no que será auxiliado pela parteira da Maternidade, pelo interno de dia e pela enfermeira de serviço.

2.—Passar as receitas nas papeletas que encontrará á cabeceira das recolhidas, fazendo todas as notações que julgar necessarias.

3.—Fazer passar pelo interno o receituario em um taão proprio, do qual serão destacadas, depois da visita, as receitas passadas e mandadas ao Gabinete da Governante, afim de serem enviadas á pharmacia para serem aviadas.

4.—Fazer á enfermeira de dia as observações que julgar convenientes sobre os cuidados de assistencia as recolhidas, dieta respectiva, cuidados aos recém-nascidos, disciplina e asseio das enfermarias, e indicar as puerperas que não podem ser visitadas.

5.—Assignar as altas e participações de nasci-

mentos, que serão remetidas ao Registro Civil, entregando ás mães, no momento da alta, as certidões do nascimento de seus filhos.

6.—Effectuar ou ordenar ao seu assistente que effectue as autopsias que julgar necessarias.

7.—Fazer a visita diaria dos quartos particulares, onde procederá, como nas enfermarias, aos respectivos curativos, determinando ao mesmo tempo a dieta e o tratamento.

8.—Inspeccionar a comida fornecida ás recolhidas, bem como a qualidade dos generos entregues ao consumo da cozinha, dando parte á Zeladora dos inconvenientes que encontrar.

9.—Fazer e assignar todos os pedidos de material cirurgico.

10.—Effectuar as operações e fazer os partos que exigirem a sua intervenção.

11.—Ter a seu cargo e sob a sua responsabilidade todo o material cirurgico da Maternidade.

12.—Satisfazer, em sua residencia, a qualquer chamado da Maternidade, feito pela Governante, para attender a qualquer das parturientes que, porventura, necessitar de soccorro urgente, a qualquer hora do dia ou da noite.

Art. 33.º—Em seus impedimentos, será o Chefe de Clinica substituido pelo seu assistente e, na falta deste, pela parteira da Maternidade, a quem deverá o interno obedecer.

Art. 34.º—Ao assistente de clinica da Maternidade compete o serviço do consultorio e do isolamento, incumbindo-lhe:

1.—Comparecer diariamente ao consultorio, ás 8 horas da manhã, attendendo com solicitude aos clientes que se apresentarem.

2.—Escripturar os livros do consultorio, trazendo-os sempre em dia.

3.—Admittir as gestantes que estiverem proximas

a dar á luz e que o pedirem, de accordo com o numero de leitos vagos.

4.—Manter a ordem no consultorio e requisitar da Governante tudo quanto julgar necessario ao bom andamento do seu serviço clinico.

5.—Encarregar-se do tratamento das doentes recolhidas ao Hospital, assignando os attestados de obitos que se derem nesse departamento, e as altas, quando julgar conveniente.

6.—Communicar verbalmente ou por escripto ao Chefe de Clinica os seus impedimentos, sob pena de perda do seu lugar, pelo menos com 12 horas de antecedencia, salvo motivo de molestia imprevista.

7.—Attender, em sua residencia ou fora della, a qualquer chamado da Maternidade, feito pela Governante ou pela parteira, para attender a qualquer das parturientes que, porventura, necessitar de soccorro urgente, a qualquer hora do dia ou da noite.

8.—Organisar mensalmente e remetter até o dia 2 de cada mez á Governante a estatistica do seu consultorio no mez anterior.

Art. 35.º—Além dos dois medicos encarregados da clinica da Maternidade, poderá o Director da Faculdade, mediante proposta do Chefe de Clinica, visada pela Zeladora, nomear outros medicos ou parteiras auxiliares, cujas funcções serão as de adjunctos dos varios serviços clinicos, segundo distribuição feita por aquelle chefe.

§ Unico.—Excepção feita destes medicos adjunctos, nenhum medico mais poderá tratar de qualquer recolhida da Maternidade, ainda mesmo dos quartos particulares.

Art. 36.º—Além daquelles dois medicos, terá a Maternidade mais 2 internos, que se revesarão no serviço, devendo dormir no estabelecimento no dia do seu serviço e auxiliar a parteira, por occasião dos partos.

§ Unico. -- Os internos deverão ser alumnos do 4.º ao 6.º anno do Curso de Medicina e Cirurgia da Faculdade, não podendo o internato durar mais de um anno.

Art. 37.º -- Ao interno do serviço incumbem:

1. -- Permanecer dentro do edificio da Maternidade, durante as 24 horas do serviço, que começará ás 8 horas da manhã e delle não se afastar sem licença expressa da Governante.

2. -- Auxiliar a parteira nos partos por ella feitos, a qualquer hora do dia ou da noite, e substituil-a nesse serviço, na sua ausencia.

3. -- Conservar na maior limpeza e ordem o material cirurgico da Maternidade, fiscalizando com a maior severidade o asseio e a ordem da sala de partos e operações, que terá sempre prompta para qualquer emergência.

4. -- Acompanhar o Chefe de Clinica na visita das salas, cuidando de cumprir as suas indicações, notar nas pupuletas as observações determinadas por elle, e passar no talão competente, com cuidado e clareza, o receituário.

5. -- Auxiliar as operações, fazendo tudo quanto lhe ordenar o operador.

6. -- Fazer as autopsias, preparação de peças pathologicas, exames microscopicos e analyses de urinas, de que for encarregado pelo Chefe de Clinica ou seu assistente.

7. -- Examinar o leite fornecido ao estabelecimento, fiscalisar a sua preparação, esterilisação e distribuição aos recém-nascidos.

Art. 38.º -- A' parteira da Maternidade, cumpre executar os partos na ausencia do Chefe de Clinica e seu assistente, pelo que deve residir dentro do estabelecimento.

§ Unico. -- A' parteira cumpre ordenar a admissão de gestantes, ja em trabalho de parto, na ausencia do

Chefe de Clinica, bem como a sua sahida, quando tiverem alta lançada na pupuleta.

Art. 39.º -- A enfermeira-chefe é a encarregada e responsavel pelo asseio e ordem das enfermarias, pelos cuidados ás enfermas e recém-nascidos, asseio de suas roupas e alimentação, tendo para isso, sob sua dependencia, a enfermeira-auxiliar e as enfermeiras e serventes precisas.

Art. 40.º -- Compete á enfermeira-chefe:

1. -- Receber as clientes admittidas e providenciar para que não entrem nas enfermarias sem terem tomado banho geral e mudado de roupa.

2. -- Cumprir quanto for recommendado pelos medicos e internos com relação ás recolhidas.

3. -- Fiscalisar com a maxima severidade a limpeza e a ordem das enfermarias.

4. -- Dar parte á parteira ou ao interno de dia, quando qualquer internada apresentar novidade que requeira assistencia, a qualquer hora do dia ou da noite.

5. -- Tratar e fazer com que as suas subordinadas tratem as recolhidas com todo o esmero e paciencia.

6. -- Trocar, na Rouparia, as peças de roupa das enfermarias que se forem sujando ou precisando de concerto.

7. -- Dar mensalmente, no primeiro dia util de cada mez, um balanço geral nas roupas das enfermarias e da sala de partos e operações.

8. -- Comunicar á Governante as dietas e rações necessarias ás enfermarias a seu cargo, todos os dias á tarde.

9. -- Providenciar para que nada falte aos quartos particulares, exercendo nesses as mesmas funcções que exerce nas enfermarias geraes.

10. -- Ter a seu cargo a pharmacia de urgencia da Maternidade.

Art. 41.º—A enfermeira-auxiliar ajudará, no desempenho de suas funções, a enfermeira-chefe, distribuindo-se convenientemente entre ambas o trabalho, e a substituirá nos dias de saída ou nos seus impedimentos.

Art. 42.º—As enfermeiras e serventes das enfermarias serão nomeadas de accordo com as necessidades do serviço e ficarão subordinadas directamente á enfermeira-chefe, devendo-lhe inteira obediencia.

Art. 43.º—Todo o pessoal administrativo da Maternidade usará uniformes estabelecidos pela Governante, com approvação do Director da Faculdade.

CAPITULO VIII

Do Consultorio

Art. 44.º—O consultorio mantido pela Maternidade destina-se ao exame das gestantes e das amas de leite, e ás consultas e pequenas intervenções gynecologicas.

Art. 45.º—O consultorio ficará sob a direcção do assistente de clinica da Maternidade, auxiliado por uma enfermeira.

Art. 46.º—O serviço de consultas far-se-á diariamente, das 8 ás 10 horas da manhã, recebendo as consultantes chapas numeradas pela ordem da chegada, que lhes serão entregues pelo porteiro.

Art. 47.º—Para serem attendidas, e sobretudo para serem internadas, é necessario que as consultantes sejam provadamente pobres e sem amparo, podendo-se exigir dellas attestado de auctoridade competente, si houver duvida a tal respeito.

Art. 48.º—Haverá no consultorio um livro, onde serão *matriculadas* todas as consultantes attendidas, e outro de *registro clinico*, onde serão inscriptas as que tiverem de seguir tratamento; neste se notará, dia-

riamente, as observações clinicas relativas a cada doente tratada. Haverá um terceiro livro para o *recetuario*, feito em talão com canhoto, no qual serão passadas as receitas aos clientes.

Art. 49.º—As doentes que tiverem de seguir tratamento no consultorio, receberão um cartão com numero de matricula.

Art. 50.º—As amas de leite que se apresentarem para o exame, receberão attestados em impressos para isso destinados, havendo um livro para a averbação desses exames.

Art. 51.º—As gestantes que desejarem internar-se no estabelecimento deverão apresentar-se, de preferencia, á hora da consulta, salvo caso urgente, isto é, do trabalho de parto, em que serão recebidas a qualquer hora do dia ou da noite; examinadas no consultorio si estiverem em condições de serem admittidas, receberão a papelleta e com ella serão apresentadas no gabinete da Governante para effectuar-se o respectivo registro no livro de entradas e saídas de parturientes depois do que, será mandada á enfermeira-chefe, para ter o destino conveniente.

Art. 52.º—Não serão admittidas na Maternidade as gestantes que soffrem de molestias reputadas contagiosas, como tuberculose, lepra, varíola, certas moléstias da pelle, syphilis, etc., e outras que ficarão ao critério do assistente de clinica e da parteira.

Art. 53.º—Não serão igualmente admittidas as gestantes que não trouxerem consigo roupinhas para seu filho, ao sahir da Maternidade.

CAPITULO IX

Das Enfermarias

Art. 54.º—As enfermarias da Maternidade serão em numero de duas: uma para *gestantes que esperam* e outra para *puerperas e recém-nascidos*.

Art. 55.º — Além das enfermarias geraes, haverá também um pequeno pavilhão para isolamento e outro com quartos particulares para o tratamento dos puerperas pensionistas, que se tratarem a sua custa.

Art. 56.º — Annexa às enfermarias, haverá uma sala de partos para onde serão recolhidas as parturientes desde que entrem em trabalho de parto, salvo as do pavilhão de isolamento e dos quartos particulares, que darão á luz no seu proprio compartimento.

Art. 57.º — O serviço clinico das enfermarias, sala de partos, sala de operações e quartos particulares, ficará a cargo do Chefe de Clinica, secundado pela parteira, que é a parteira-chefe do estabelecimento, e pelo interno de dia; o do pavilhão de isolamento, a cargo do assistente ou do medico adjuncto e de uma enfermeira encarregada somente desse serviço.

Art. 58.º — A fiscalisação do serviço de limpeza e ordem das enfermarias e pavilhões, bem como o cuidado ás internadas e recém-nascidos, sua alimentação, hygiene corporal, asseio das roupas e leitos, etc. competem á enfermeira-chefe e suas auxiliares.

Art. 59.º — Nãuhuma parturiente ou gestante poderá entrar para a enfermaria, no dia de sua admissoão, sem primeiro passar por um banho geral e mudar a roupa para a do estabelecimento.

Art. 60.º — A's internadas cumpre portarem-se com o maior respeito e cortezia em relação ao pessoal do estabelecimento, obedecendo em tudo quando lhes for ordenado, sendo que a infracção a esta disposição será punida immediatamente com a alta que lhe será dada pelo Chefe de Clinica, ouvidas as razões apresentadas.

§ Unico. — Haverá, na Maternidade, uma sala de costuras, na qual as gestantes que esperam trabalharão na confecção e concertos das roupas do estabelecimento, em horas do dia indicadas no horario geral.

Art. 61.º — Toda internada que for atacada de infecção puerperal ou de qualquer outra molestia ropu-

tuda contagiosa, será immediatamente recolhida ao pavilhão de isolamento.

Art. 62.º — Todas as gestantes ou puerperas, que puderem se levantar, com licença do Chefe de Clinica deverão tomar as suas refeições no refeitório.

Art. 63.º — A's gestantes ou puerperas, que nã puderem ir ao refeitório, serão as refeições distribuidas pela enfermeira de dia, sob a fiscalisação da enfermeira-chefe ou sua auxiliar; o mesmo se diz leite aos recém-nascidos privados do leite materno.

Art. 64.º — A's parturientes pensionistas dos quartos particulares, todos os serviços serão prestados dentro do seu compartimento.

Art. 65.º — As visitas ás internadas, excepto pensionistas, que podem ser diarias, effectuar-se-ão utroz por semana, sendo prohibido aos visitantes a introdução, no estabelecimento, de qualquer comida e bebida.

§ Unico. — A's internadas só serão permitidas visitas das seguintes pessoas de familia: marido, paes e irmãos.

Art. 66.º — A tabella dos horarios da Maternidade será organizada pelo Chefe de Clinica, devendo levar visto da Zeladora e vigorar por espaço de seis mezes, contar de 15 de Março a 15 de Setembro.

CAPTULO IV

Da Zeladora

Art. 67.º — Todos os serviços da Maternidade e Paraná estarão debaixo da fiscalisação da Zeladora e Associação de Damas de Assistencia á Maternidade.

Art. 68.º — A Zeladora compete:

1.º — Fiscalisar todos os serviços da Maternidade frequentando, com assiduidade, diariamente, com

sem hora marcada, os diversos departamentos do estabelecimento, observando o seu bom andamento e regularidade e as suas necessidades, reclamando verbalmente ou por escripto a Governante e ao Chefe de Clinica e depois, si for preciso, ao Director e mesmo a Congregação da Faculdade, sobre as faltas ou irregularidades que encontrar.

2. — Visar as propostas de nomeação ou demissão de empregados subalternos, feitas pela Governante ao Director da Faculdade.

3. — Visar todos os pedidos, pagamentos, nappas de movimento clinico, folhas de pagamento, contas e outros papeis da economia interna do estabelecimento.

4. — Visar os pedidos feitos pela Governante aos fornecedores do estabelecimento e bem assim as contas antes de serem pagas.

5. — Assignar cartões de ingresso ás pessoas que desejam visitar o estabelecimento.

6. — Propor ao Director da Faculdade a demissão de qualquer funcionario da Maternidade, desde que observe alguma falta grave por elle commettida.

7. — Apresentar, ao terminar o seu mandato, dous relatorios da sua fiscalisação: um ao Director da Faculdade, outro á Provedora da Associação das Damas de Assistencia á Maternidade.

8. — Informar os requerimentos de licença dos funcionarios da Maternidade.

§ Unico. — Nenhuma compra ou pagamento, salvo a de generos miudos de uso diario, será realisado, sem o visto da Zeladora.

CAPITULO XI

Disposições geraes

Art. 65.º — A Associação das Damas de Assistencia á Maternidade, que tem por fim obter contribui-

ções e donativos para o patrimonio e sustento da Maternidade do Paraná, terá sua sede no estabelecimento; para isso a governante cederá a Provedora daquelle associação o escriptorio da Maternidade, onde terão lugar as reuniões da sociedade e onde haverá um local americano destinado á secretaria della.

Art. 70.º — Poderão penetrar na Maternidade, a qualquer hora do dia, independentemente de cartão, os membros da Directoria da Faculdade, a Zeladora em exercicio e as senhoras da Directoria da Associação das Damas de Assistencia á Maternidade, todas as mais pessoas, mesmo os parentes dos empregados, só o podendo fazer de accordo com o art. 10.º n. 8 e art. 65.º

Art. 71.º — Pedidos urgentes de parteira e enfermeira, feitos por particulares, poderão ser attendidos na Maternidade, a qualquer hora do dia ou da noite, mediante pagamento adiantado dos preços da tabella em vigor, organizada pelo Director da Faculdade.

§ Unico. — A importancia desses pagamentos pertencerá ao funcionario, descontados 20% que serão recolhidos ao cofre da Maternidade e empregados nas despesas do estabelecimento.

Art. 72.º — As licenças maiores de 24 horas só poderão ser concedidas aos funcionarios da Maternidade, pelo Director da Faculdade, mediante requerimento e informação da Zeladora.

Art. 73.º — A folha dos empregados da Maternidade de cada mez, será paga no dia 16 do mez seguinte, sendo que o empregado que abandonar o serviço, sem deixar substituto, será multado em todo o ordenado vencido.

Art. 74.º — A's enfermeiras designadas para o serviço de particulares se descontará, na folha de pagamento, os dias que permanecerem fóra do estabelecimento, correndo, durante esses dias, a sua manutenção por conta de quem as tiver a seu serviço.

Art. 75.º — É permitido ás pensionistas particulares serem acompanhadas por uma mulher de sua

confiança, pagando esta uma diaria especial, conforme a tabella em vigor.

§ Unico.— Tanto as pensionistas como a pessoa que as acompanhar deverão trazer a roupa de seu uso, de cuja lavagem a Maternidade se encarregará.

Art. 76.º— E' expressamente prohibida a entrada de estranhos na Maternidade, salvo as disposições do art. 10.º n. 8 e do art. 70.º, ainda mesmo que sejam parentes de empregados.

§ 1.º— As visitas a empregados ou internadas só serão permitidas aos domingos, de 1 ás 4 horas da tarde, na sala do visitas ou na sala de espera, sendo expressamente prohibida a penetração dessas visitas no interior do estabelecimento.

§ 2.º— As internadas só serão permitidas visitas das seguintes pessoas de familia: marido, paes e irmãos.

§ 3.º— As visitas ás internadas só serão permitidas em presença de um empregado do estabelecimento.

§ 4.º— Depois das 6 horas da tarde, não será permitido, sob pretexto algum, a entrada de qualquer estranho no estabelecimento, salvo as disposições do art. 70.º

§ 5.º O empregado que transgredir as disposições deste artigo será immediatamente suspenso de suas funcções.

Art. 77.º A Governante e enfermeira é permitido pernoitar, uma ou outra noite, fora do estabelecimento, desde que não haja urgente necessidade de sua presença no seu serviço, devendo, porém, deixar substituta, que por ella responda.

Art. 78.º— Os soccorros religiosos serão prestados pelo ministro da religião a que pertencer a internada, por solicitação desta á Governante.

Art. 79.º— A proporção que os recursos economicos da Maternidade se desenvolverem, poderão ser creadas, annexas, uma gotta de leite e uma creche,

bem como uma enfermaria para molestias gynecologicas.

Art. 80.º— Haverá na Maternidade, para as sorcos urgentes ás parturientes e nascituros, uma pequena pharmacia de urgencia, que ficará a cargo da enfermeira-chefe.

Art. 81.º— Na Maternidade serão dadas as lições de clinica obstetrica dos Cursos de Obstetricia e de Medicina e Cirurgia.

Art. 82.º— Todo objecto inutilizado, por negligencia, no serviço, será descontado do empregado que tiver inutilizado.

§ Unico.— Para que não lhe seja descontado objecto inutilizado em serviço, deverá o empregado que por elle for responsavel, participal-o immediatamente á Governante.

Art. 83.º— Qualquer empregado da Maternidade não poderá ser distribuido para outra funcção estranha á sua, que não diga respeito a serviço próprio da Maternidade.

Art. 84.º— E' expressamente prohibida a retirada para fóra da Maternidade de qualquer instrument pertencente ao seu arsenal cirurgico.

Art. 85.º— A Governante da Maternidade poder accumular o cargo de parteira do estabelecimento, em quanto isto fór conveniente, o juizo do Director da Faculdade.



ANEXO III

DECRETO ESTADUAL N. 1179 DE 26 DE DEZEMBRO DE 1922. [REGULAMENTA A CONCESSÃO DO TÍTULO DE LICENCIADO (A) A PRÁTICOS DE FARMÁCIA E PARTEIRAS]. *DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO PARANÁ*, ANO 10, N. 3.629 DE 30 DE DEZEMBRO DE 1922.

SUMMARIO

A do Poder Executivo

Decreto

Despachos do Sr. Secretario.

Portaria.

Despachos do Sr. Dr. Prefeito Municipal

Avisos e Edições



Decretos

DECRETO N. 1172

O Presidente do Estado do Paraná, resolve remover, sob proposta da Inspectoria Geral do Ensino, os seguintes professores: normalistas DD. Isaura Torres Cruz, do grupo escolar "Isabel Branco", de Jaguariahyva para a estação de "Senges", do mesmo município; Leonardo Zavasque, da Colonia Mineira para o grupo escolar "Isabel Branco", de Jaguariahyva; Esther de Almeida, de Tamanuá, município de Campo Largo, para o grupo "Macedo Soares, da mesma cidade; Mercedes Heuteria da Silva, de Entre Rios para o grupo escolar "Senador Correia", de Ponta Grossa; Maria Placida Alves de Souza, de Campina Grande para Deodoro; effectivas D. Maria de Lourdes da Silva Carrão, da Fazenda Monte Claro, município de Ribeirão Claro, município de Ribeirão Claro para a Fazenda Santa Laura, do referido município; Paulino Soares dos Santos, da cidade de S. Matheus para o povoado "Rosas", do mesmo município; Antonio de Souza Miranda, de Guaratuba para Ararapira, município de Guarakessaba, Gratulino Apollonio de Freitas, de Paraty, município de Guaratuba, para a villa do mesmo nome; D. Maria Angelica de Miranda, de Mandacaia, município de Campina Grande para Campininha, do mesmo município e Ignacio Alves de Souza, de Campina Grande para Deodoro.

Palacio da Presidencia do Estado do Paraná, em 22 de Dezembro de 1922; 35° da Republica.

CAETANO MUNHOZ DA ROCHA.

Marins Alves de Camargo

(Reproduzido por ter sahido com incorrecções).

DECRETO N. 1175

O Presidente do Estado do Paraná exonera, sob proposta da Inspectoria Geral do Ensino, o normalista Francisco Raitani, do cargo de professor da escolar nocturna para operarios do Portão e o nomeia para reger a escola da Penitenciaria do Estado, percebendo a diaria de 5\$000, paga pelo referido estabelecimento.

Palacio da Presidencia do Estado do Paraná, em 22 de Dezembro de 1922; 35° da Republica.

CAETANO MUNHOZ DA ROCHA.

Marins Alves de Camargo.

DECRETO N. 1176

O Presidente do Estado do Paraná, resolve remover, sob proposta da Inspectoria Geral do Ensino, a professora D. Thereza Ribeiro, da regencia da escola subvencionada da Colonia São Luz, município de Paranaguá, para a de igual categoria da Colonia Pugas, município de Palmeira.

Palacio da Presidencia do Estado do Paraná, em 22 de Dezembro de 1922; 35° da Republica.

CAETANO MUNHOZ DA ROCHA.

Marins Alves de Camargo.

DECRETO N. 1177

O Presidente do Estado do Paraná, sob proposta do Sr. Dr. Chefe de Policia, nomeia os cidadãos Candido Gonçalves Andrade e João de Lara Sobrinho, para, respectivamente, exercerem os cargos de 2° e 3° Supplentes do Sub-Delegado de Policia do Distrito de Estactos, Termo de União da Victoria.

Palacio da Presidencia do Estado do Paraná, em 23 de Dezembro de 1922; 35° da Republica.

CAETANO MUNHOZ DA ROCHA.

Marins Alves de Camargo.

DECRETO N. 1178

O Presidente do Estado do Paraná exonera, sob proposta da Inspectoria Geral do Ensino, o professor Jose Cit, da regencia da escola nocturna para operarios da cidade de Antonina e nomeia para substituí-lo o normalista Zacharias Alves de Souza.

Palacio da Presidencia do Estado do Paraná, em 23 de Dezembro de 1922; 35° da Republica.

CAETANO MUNHOZ DA ROCHA

Marins Alves de Camargo.

DECRETO N. 1179

O Presidente do Estado do Paraná, sob proposta da Directoria Geral do Serviço Sanitario, resolve:

Art. 1. Enquanto não houver numero sufficiente de pharmaceuticos formados para todas as necessidades da população do Estado poderá a Directoria do Serviço Sanitario conceder o titulo de licenciado a praticos de pharmacia que se habilitarem na forma seguinte:

A) Apresentar o candidato documento firmado por medico ou pharmaceutico formado que abone a sua probidade e ateste as suas habilitações e que tenha pelo

menos, cinco annos de tirocinio, na pratica de sua profissão;

B) Prestar exame pratico de manipulação e posologia na Faculdade de Medicina do Paraná, a pedido do Director Geral do Serviço Sanitário, que mandará a lista dos candidatos inscriptos áquella Faculdade e passará o certificado de habilitação aos que forem approvados.

Art. 2. O pratico licenciado só poderá se estabelecer onde não houver pharmacia dirigida por pharmaceutico formado, mediante permissão requerida ao respectivo Director Geral, sendo-lhe vedado abrir pharmacia em qualquer povoado do municipio da Capital.

Parag. Unico. O infractor será punido com a multa de 200\$000 e obrigado a fechar a pharmacia.

Art. 3. Será permittido o exercicio de parteira ás candidatas que apresentarem attestado de identidade e idoneidade e que frequentarem um anno, pelo menos, a Maternidade do Paraná.

Parag. Unico. Satisfeitas essas exigencias, devidamente comprovadas, submitta-se-ão a exames, que serão feitos na mesma Maternidade, á requisição do Director Geral mencionado, que passará o certificado de parteiras praticas licenciadas, ás que forem approvadas.

Art. 4. A Faculdade de Medicina do Paraná poderá cobrar uma taxa conveniente para os exames praticos de pharmacia e de parteiras praticas.

Palacio da Presidencia do Estado do Paraná, em 26 de Dezembro de 1922; 35° da Republica.

CAETANO MUNHOZ DA ROCHA.

Marins Alves de Camargo.

DECRETO N. 1180

O Presidente do Estado do Paraná, em face do requerido e na forma da lei, concede ao Secretario da Repartição Central de Policia, José Cesar de Medo Sampão, tres mezes de licença, para tratamento de sua saúde.

Palacio da Presidencia do Estado do Paraná, em 27 de Dezembro de 1922; 35° da Republica.

CAETANO MUNHOZ DA ROCHA

Marins Alves de Camargo

DECRETO N. 1181

O Presidente do Estado do Paraná nomeia, sob proposta do Sr. Dr. Chefe de Policia, o 2° Tenente da Força Militar do Estado João de Mattos Guedes, para, em commissão, exercer o cargo de Delegado de Policia de Campo Largo, Termo do mesmo nome.

Palacio da Presidencia do Estado do Paraná, em 28 de Dezembro de 1922; 35° da Republica.

CAETANO MUNHOZ DA ROCHA

Marins Alves de Camargo.

DECRETO N. 1182

O Presidente do Estado do Paraná, em face do requerido e na forma da lei, resolve conceder tres mezes de licença, para tratamento de saúde, ao 2° Tenente da Força Militar do Estado, João Dohms.

Palacio da Presidencia do Estado do Paraná, em 28 de Dezembro de 1922; 35° da Republica.

CAETANO MUNHOZ DA ROCHA

Marins Alves de Camargo

DECRETO N. 1183

O Presidente do Estado do Paraná, em face do requerido e na forma do art. 12 da lei n. 1.681, de 17 de Março de 1917, manda contar em favor do 2° Tenente do Corpo de Bombeiros da Força Militar do Estado, João de Mattos Guedes, o periodo decorrido de 14 de Março de 1898 a 14 de Março de 1901, durante o qual serviu na guarnição federal deste Estado, para o effeito de reforma.

Palacio da Presidencia do Estado do Paraná, em 28 de Dezembro de 1922; 35° da Republica.

CAETANO MUNHOZ DA ROCHA.

Marins Alves de Camargo

DECRETO N. 1184

O Presidente do Estado do Paraná nomeia, sob proposta do Sr. Dr. Chefe de Policia, os Snrs. Joaquim Correa dos Santos e Candido Gomes Martins, para, respectivamente, exercerem os cargos de 2° e 3° Supplentes do Sub-Delegado de Policia do Districto de "Therezina", Termo do Tibagy.

Palacio da Presidencia do Estado do Paraná, em 28 de Dezembro de 1922; 35° da Republica.

CAETANO MUNHOZ DA ROCHA

Marins Alves de Camargo

DECRETO N. 1185

O Presidente do Estado do Paraná, por conveniencia do serviço e sob proposta do Sr. Dr. Chefe de Policia, resolve crear um districto com a denominação de "Monjolinho" no Termo de Tibagy e com as divisas seguintes: começando na barra do rio Pereira, no rio Afonso, pelo rio Pereira acima até á cabeceira mais alta do mesmo rio, e desta seguindo pelas divisas do Municipio da Reserva com o do Tibagy até o rio Imbahusinho e por este acima até sua cabeceira e desta á rumo á estrada do Rio Novo e por esta estrada até o arroio do Lageado e por este abaixo até a sua barra no rio Pereira, onde fez principio.

Palacio da Presidencia do Estado do Paraná, em 28 de Dezembro de 1922; 35° da Republica.

CAETANO MUNHOZ DA ROCHA

Marins Alves de Camargo

DECRETO N. 1186

O Presidente do Estado do Paraná, sob proposta do Sr. Dr. Chefe de Policia, nomeia os cidadãos Osorio Pinto Ferreira e Virgilio Bueno Camargo, para, respectivamente exercerem os cargos de Sub-Delegado de Policia e 1° Supplente do Districto de "Monjolinho", Termo do Tibagy.

ANEXO IV

DECRETO N. 20.865, DE 28 DEZEMBRO DE 1931. APROVA OS REGULAMENTOS DA FACULDADE DE MEDICINA DA ESCOLA POLITÉCNICA E DA ESCOLA DE MINAS. CAP. V – CURSO DE ENFERMAGEM OBSTÉTRICA. *LEX* – COLETÂNEA DE LEGISLAÇÃO, V. 4, DEZ. 1931. RIO DE JANEIRO: IMPRENSA NACIONAL, 1931, P. 319-320.

DECRETO Nº 20.865 de 28 DE DEZEMBRO DE 1931

Aprova os regulamentos da Faculdade de Medicina, da Escola Politécnica e da Escola de Minas

O chefe do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil

Decreta:

Art. 1º Ficam aprovados os regulamentos, anexos ao presente decreto, da Faculdade de Medicina, da Escola Politécnica e da Escola de Minas, institutos da Universidade do Rio de Janeiro, e que vão assinadas pelo Ministro da Educação e Saúde Pública.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de Dezembro de 1931, 110º da Independência e 43º da República.

Getúlio Vargas.

Francisco Campos.

CAPÍTULO V

Curso de Enfermagem Obstétrica

Art. 211. Anexo à cadeira de Clínica Obstétrica será organizado, na Faculdade de Medicina, o "Curso de Enfermagem Obstétrica", destinado a habilitação de enfermeiras especializadas.

Atos do Governo Provisório

Parágrafo único. O curso de que trata este artigo terá a duração de dois anos, de acordo com a seguinte discriminação:

Primeiro Ano

- a) Noções gerais de anatomia e de fisiologia – Noções de anatomia e fisiologia do aparelho genital feminino
- b) Obstetrícia Normal
- c) Prática de Enfermagem.

Segundo Ano

- a) Noções de puericultura – Cuidado ao recém-nascido – Cozinha Dietética
- b) Prática de enfermagem
- c) Cuidados domiciliares referentes à clínica obstétrica e a higiene pré-natal.

Art. 212. Para admissão ao curso de enfermagem obstétrica será exigido das candidatas:

- a) Prova de maioridade
- b) Prova de sanidade e idoneidade moral
- c) Certificado de curso completo das escolas primárias do Distrito Federal, ou de habilitação em estudos equivalentes
- d) Exame vestibular, quando não atendida à exigência da alínea anterior.

Art. 213. O professor de Clínica Obstétrica organizará o programa do curso de enfermagem obstétrica, que deverá ser aprovado pelo conselho técnico-administrativo.

Parágrafo único. Caberá aos auxiliares de ensino da cadeira de Clínica Obstétrica, de acordo com indicação do professor e aprovação do Conselho técnico-administrativo, a realização do Curso.

Art. 214. A habilitação final no Curso de enfermagem obstétrica confere o certificado de “enfermeira obstétrica” e os direitos discriminados no regulamento do Departamento Nacional de Saúde.

ANEXO V

PROGRAMAS DO CURSO DE ENFERMAGEM OBSTÉTRICA DA FACULDADE DE
MEDICINA DO PARANÁ APROVADOS PELA CONGREGAÇÃO EM 1933.
CURITIBA: TYPOGRAPHIA MAX ROESNER, 1933.

PRIMEIRO ANO

Primeira Cadeira

Noções gerais de Anatomia e Fisiologia. Noções de Anatomia e Fisiologia do Aparelho Genital Feminino.

Célula em geral, tecidos e órgãos. Esqueleto em geral, músculos e articulações. Noções gerais de Anatomia e Fisiologia do aparelho Digestivo. Idem, idem do aparelho respiratório. Idem, idem do aparelho Circulatório, Sangue. Idem, idem da Pele e dos Órgãos dos Sentidos. Idem, idem do aparelho Urinário; principais elementos da urina. Idem, idem do sistema nervoso em geral. Idem, idem dos órgãos genitais femininos. Idem, idem das mamas. Vida menstrual e ovulação. Fecundação. Esterelidade.

Segunda Cadeira

Obstetrícia Geral

Bacia ossea, estrutura geral. Sua influencia no parto. Pelvimetria. Gravidez, evolução e estrutura do ovo. Modificações do organismo materno. Sinais de gravidez. Diagnóstico de Gravidez. Processos de exploração obstétrica. Higiene de gravidez; conselho às mulheres grávidas. Atitude, situação, apresentações e posições do feto. Fenômenos do parto, contração uterina, bolsas de águas. Assepsia e antissepsia obstétricas. Marcha do trabalho de parto. Mecanismo de parto. Cuidados a prestar a parturiente antes e durante o trabalho de parto. Parto nas apresentações cefálicas. Parto nas apresentações pélvicas e da espadua. Estudo clínico do delivramento. Accidentes. Cuidados ao recém-nato. Da lactação e amamentação. Do puerpério. Cuidados a dar à mulher parida. Infecções localizadas e generalizadas. Phlebites. Gravidez e parto multiplo. Procedencia dos membros e cordão umbilical. Aborto. Parto prematuro. Inserção viciosa da placenta. Metrorragias. Auto-intoxicações gravídicas. Eclampsia. Doenças gerais complicando a gravidez.

Terceira Cadeira

Prática de Enfermagem

Noções gerais de microbiologia. Noções gerais de higiene, inclusive das habitações e estabelecimentos hospitalares. Desinfecção individual e da paciente. Soluções antissépticas. Esterelisação do material operatório. Noções gerais sobre anestésicos e métodos de anestesia. Cuidados pré e post operatórios. Posições e manejo mesa operatória. Sala de operações e seus requisitos. Nomenclatura dos diversos instrumentos usados em Obstetrícia e Ginecologia. Prática das injeções subcutaneas, intramusculares e endovenosas. Noções sobre transfusão de sangue. Importância da temperatura, pulso, respiração e diurese. Tratamento da puerpera normal. Tratamento da puerpera infectada. Noções sobre cataplasma, compressas, ventosas, banhos, lavagem do estomago e intestinal. Noções gerais sobre dietas e alimentos. Maneiras de administrar os medicamentos e os estimulantes. Hemorragias. Estudos clínicos e tratamento.

SEGUNDO ANO

Noções de puericultura – cuidados ao recém-nascido, Higiene pré-natal, Cozinha Dietética

Anatomia do recém-nascido. Fisiologia do recém-nascido. Assistência ao recém-nascido. Morte aparente. Acidentes e deformações decorrentes do parto. Infecções do recém-nascido. Do aleitamento natural. Dificuldades por parte da criança e por parte da nutriz. Superioridade da amamentação natural. Alimentação artificial. Cuidados aos débeis e prematuros. Mal formações congênitas. Noções de higiene pré-natal.

Nota – para a parte que se refere à cozinha dietética as alunas deverão frequentar o serviço alimentar do Hospital de Crianças. As lições teóricas d'este curso feitas de conformidade com o preparo propedéutico das alunas, devem ser realizadas com um cunho mais prático possível ao lado de pacientes, quer nas enfermarias, quer nas salas de parto e ambulatórios. As alunas dos 2º ano deverão continuar a frequentar a aula de obstetrícia geral, cujo exame final é feito na terminação do curso.